

Edilene da Cruz Silva

ANEXO AO PROCESSO Nº 556/00

DISSERTAÇÃO DEFENDIDA EM 16/12/2003

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

HEGEMONIA E REVOLUÇÃO PASSIVA:
Aspectos do Pensamento Político de Antonio Gramsci

Marília

2003



**UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CAMPUS DE MARÍLIA**

EDILENE DA CRUZ SILVA

**Hegemonia e revolução passiva:
aspectos do pensamento político de Antonio Gramsci**

**MARÍLIA
2003**



EDILENE DA CRUZ SILVA

**Hegemonia e revolução passiva:
aspectos do pensamento político de Antonio Gramsci**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Campus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Marcos Tadeu Del Roio

1410001651



MARÍLIA

2003



Nº cham 335.4
S586hNº Tombo 1651Aquisição DPreço R\$ 5,00Data 10/11/04Proced. autor

- Hegemonia (Conceto)
- = Ciência política
- Gramsci, Antonio, 1891-1937
- = Socialismo
- = Classes sociais
- Comunismo - Itália

257p.

Silva, Edilene da Cruz.

S586h Hegemonia e revolução passiva: aspectos do pensamento político de Antonio Gramsci./ Edilene da Cruz Silva.

- Marília, 2003.

257f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2003.

Bibliografia: f. 250-257

Orientador: Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio

1. Gramsci. 2. Hegemonia. 3. Revolução Passiva. 4. Teoria Política I. Autor. II. Título.

CDD 335.4

EDILENE DA CRUZ SILVA

**HEGEMONIA E REVOLUÇÃO PASSIVA:
ASPECTOS DO PENSAMENTO POLÍTICO DE ANTONIO GRAMSCI**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio
(Orientador – UNESP/Marília)

Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias
(UNICAMP/Campinas)

Prof. Dr. José Luis Bendicho Beired
(UNESP/Assis)

Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo
(Suplente – UNESP/Marília)

Dr. Lincoln Ferreira Secco
(Suplente – USP/São Paulo)

Marília, _____ / _____ /2003.



Para Evando (*in memorian*)

AGRADECIMENTOS

A realização de qualquer trabalho envolve momentos de dificuldade e outros extremamente gratificantes. Tive o privilégio de viver todos estes momentos durante a realização desta dissertação e volto a experimentá-los agora, pois se agradecer aos que contribuíram para a conclusão do trabalho é algo que faço com imenso prazer, foram tantos os que direta ou indiretamente me apoiaram que a tarefa não é muito simples. Desculpando-me pelas inevitáveis omissões, agradeço sinceramente a todos aqueles que compartilharam da minha trajetória nos últimos anos.

Ao professor Marcos Del Roio, que superou as atribuições de orientador no acompanhamento atento da pesquisa, sendo fonte de constante estímulo às minhas iniciativas nas várias dimensões da vida acadêmica e profissional.

Aos membros da banca examinadora, professor Edmundo Fernandes Dias e José Luis Beired o empenho extremo em aceitar o convite. Agradeço ainda às instigantes contribuições dos professores José Luis Beired e Alberto Aggio quando do exame de qualificação.

Ao CNPq, pelo suporte financeiro dado a esta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, que durante as aulas, seminários de pesquisa e diversas outras ocasiões dispuseram-se ao debate aberto que enriqueceu o trabalho e a minha formação.

A todos os funcionários e funcionárias da Faculdade de Filosofia e Ciências, especialmente da Seção de Pós-Graduação, biblioteca, departamentos de Ciências Políticas e Econômicas e Sociologia e Antropologia pela combinação de

competência e simpatia com que sempre deram suporte às minhas atividades acadêmicas. Tenho de lembrar também os cafezinhos gentilmente providenciados pelos vigias e equipe da D. Maria quando se fazia necessário adentrar a madrugada no campus.

Aos membros do Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Mundo do Trabalho, colegas de Pós-Graduação e Graduação pelas trocas intelectuais e afetivas.

À Maria dos Remédios pela generosidade.

Ao camarada Oliveira pelo suporte durante a impressão.

À Maria Candelária Alberos Ferreira pelo incentivo e exemplo de vida.

À eterna querida professora Maria Isabel Randovani pela confiança incondicional.

À Andreia Pântano por não ter desistido de me mostrar a alegria do circo e nem do "intensivo curso Gramsci".

Às velhas amizades, fortalecidas no difícil período de meu "exílio" e extremamente generosas no retorno à Marília: Marcos Alvarez e Rute Bernardo.

Aos amigos que me deram a oportunidade de descobrir a fé e a esperança.

E, enfim, a algo de que só agora começo a compreender a imprescindibilidade para que eu pudesse enfrentar os obstáculos que se apresentaram ao longo do caminho: as duras lições de humildade, autoconfiança e persistência dadas por meus pais.

*Por que aconteceu isso? Em que erramos?
No começo, nunca tive uma dúvida. Toda
minha vida era voltada para o momento em
que os escravos teriam força e arma nas
mãos. E nunca tive uma dúvida. Terminara
o tempo do chicote. Os sinos dobravam no
mundo inteiro. Então por que fracassamos?
Por quê?*

Howard Fast, *Spartacus*

*Agora, em pleno céu, o sol de abril brilhava
em toda a sua glória, aquecendo a terra que
germinava. [...] Aos raios chamejantes do
astro rei, naquela manhã de juventude, era
daquele rumor que o campo estava cheio.
Homens brotavam, um exército negro,
vingador, que germinava lentamente nos
sulcos da terra, crescendo para as colheitas
do século futuro, cuja germinação não
tardaria em fazer rebentar a terra.*

Emile Zola, *Germinal*

RESUMO

O presente trabalho consiste na discussão do sentido e da importância que a questão da hegemonia, entendida inicialmente como o domínio e a direção que um grupo exerce sobre outros, assume no pensamento político de Antonio Gramsci. Indissociável de sua convicção sobre a necessidade e a possibilidade de superar a hegemonia estabelecida na sociedade burguesa, toda a reflexão de Gramsci sobre tal questão buscou compreender o modo e forma de operação das disputas políticas e de exercício do poder. Assim, a hegemonia é tratada processualmente: interessa principalmente saber de que maneira movem-se os atores políticos antagônicos, isto é, compreender tanto as ações dos grupos dominantes para a construção dos aparatos de hegemonia, quanto aquelas de aceitação ou de resistência dos grupos subalternos. Considerando fixos a coerção (domínio) e o consenso (direção) como elementos imprescindíveis da ação hegemônica, a compreensão processual implica também que o grau e os mecanismos por meio dos quais os grupos dominantes aplicam-nos dependerá das relações entre sociedade civil e Estado devidas a características sociais e circunstâncias históricas específicas. Supondo que esta abordagem permitiu a Gramsci estabelecer linhas de interpretações das formações sociais do Ocidente que constituiriam a base de sua teoria política, passamos a analisar a questão da construção da hegemonia no contexto de duas de suas referências empíricas – Itália e Estados Unidos entre as décadas de 1910 e 1930. Enquanto discutíamos as concepções gramscianas acerca das formas de revoluções passivas que a hegemonia burguesa adquiria nestes países, percebemos que Gramsci captou a emergência de fenômenos nem sempre devidamente considerados pelos estudos da política. Desfez a idéia do consenso como construção harmônica do consentimento: necessário, o consenso não exclui as disputas e historicamente tem se assentado na coerção prévia. Colocando igualmente o Estado e a sociedade civil como espaços das lutas de classes, repletos de aparatos de hegemonia (e potencialmente de contra-hegemonia), acentuou a dimensão política das várias dimensões da vida, especialmente aquela das relações sociais cotidianas. Tais contribuições indicam que o diálogo com o pensamento político de Gramsci é ainda extremamente relevante para a construção da prática e da teoria políticas.

Palavras-chave: Gramsci, hegemonia, revolução passiva, teoria política.

ABSTRACT

This work deals with the meaning and importance that the issue of hegemony, understood at first as the control and direction of a group over others, has in Antonio Gramsci's political thought. Related to his belief in the necessity and possibility of surmounting the hegemony established within the bourgeois society, all Gramsci's reflections on such subject sought for understanding how political disputes and power control shape up. Therefore hegemony is approached as a process: the point is to find out how antagonistic political actors take action, that is, to know both dominant groups'actions towards building up a hegemony apparatus and their adversaries'behaviour either accepting it or resisting to it. Should we take coercion (control) and consensus (direction) fixed – vital elements of hegemony control –, we will understand that the process also implies that the degree and mechanisms through which dominant groups make use of them will depend on relationship between civil society and State due to societal characteristics and specific historical circumstances. Assuming that this approach allowed Gramsci to establish lines of interpretation of the West social developments which formed the basis of his political theory, we carry on analysing the issue of building up hegemony in the context of two of his empirical references – Italy and the United States of America between the decades of 1910 and 1930. While discussing Gramsci's concepts with regard to types of passive revolutions that bourgeois hegemony had given origin in those countries, we realized that Gramsci had grasped the emergence of phenomena not always taken properly into account by politics studies. The idea of consensus as harmonious construction of consent is demolished: although necessary, consensus does not exclude disputes, and historically it has lain on previous coercion. By putting equally State and civil society as room for classes struggles, full of apparatus of hegemony (and potentially of counter-hegemony), he pointed up the political dimension of the several life dimensions, particularly that one concerned with daily social relations. Such contributions prove that dialogue with Gramsci's political thought is even today extremely relevant when building up political practice and theory.

Keywords: Gramsci, hegemony, passive revolution, political theory.

SUMARIO

Introdução	10
Capítulo 1	
A questão da hegemonia	20
1.1 Primeiras aproximações para uma definição	21
1.2 A hegemonia em Gramsci: alguns aspectos do debate	26
1.3 A hegemonia e os processos políticos no Ocidente	45
1.4 Diferentes Ocidentes e a questão da hegemonia no quadro das revoluções passivas do século XX	58
Capítulo 2	
O caso italiano	78
2.1 A primeira fase da revolução burguesa na Itália: a revolução passiva do Risorgimento	80
2.2 Os desdobramentos da revolução passiva e a complexificação da sociedade civil	110
2.3 As contradições da revolução passiva fascista e o problema da hegemonia	136
Capítulo 3	
O caso estadunidense	161
3.1 Revolução burguesa e composição de classes	163
3.2 Dos inícios da industrialização ao fordismo-taylorismo como revolução passiva	181
3.3 Lutas de classes, Estado e sociedade civil e a hegemonia americanista	209
A análise gramsciana e as novas determinações da política no Ocidente	239
Referências	250



Introdução

Qual o interesse de propor, no início do século XXI, uma investigação sobre o tratamento dado por Antonio Gramsci aos temas da hegemonia e da revolução passiva nas décadas de 1920 e 1930? Ainda faz algum sentido a indagação a respeito das formas que a disputa política pode assumir, num momento em que não mais se pode negar a politização da sociedade civil e a progressiva consolidação das instituições democrático-burguesas no Ocidente?

A julgar pelas discordâncias existentes a respeito do conteúdo da maior democratização nas sociedades contemporâneas muito há a ser debatido. Afinal, teóricos da corrente elitista, da democracia participativa, comunitaristas, democratas defensores do Estado benefactor ou neoliberais estão longe de convergir sobre forma e conteúdos adequados dessa democratização. Não há consenso seja sobre o tipo de participação desejável por parte da sociedade civil, seja sobre o caráter das próprias instituições que viabilizariam a participação ou mesmo do tipo de relação que a sociedade civil deve ter com o mundo econômico e a esfera estatal (COHEN, ARATO, 2000).

Neste debate, um dos nomes freqüentemente lembrados tem sido o de Gramsci. Não são poucos os que assinalam a importância dos conceitos elaborados pelo autor, especialmente os de hegemonia e sociedade civil, para a política nas sociedades contemporâneas.

Entretanto, num primeiro contato com a bibliografia a respeito da obra de Gramsci observa-se imediatamente uma intensa polêmica entre seus intérpretes. O que mais chama a atenção é o caráter variado desta polêmica, que compreende

discordâncias sobre fontes do pensamento, estatuto e prioridade de temáticas e conceitos no conjunto da obra e, ainda, o significado mesmo dos conceitos.

De todas estas discordâncias, a que torna mais complexa a compreensão de Gramsci é justamente a última, representando um ponto sobre o qual qualquer pesquisa sobre o pensamento do autor deverá inevitavelmente deter-se. Além desta razão mais geral, há uma outra, no caso específico desta pesquisa, para a referência ao debate sobre o conteúdo conceitual: ela está ligada à relação entre as questões presentes na reflexão teórica sobre a hegemonia e as condições históricas que as suscitaram, como demonstramos a seguir.

É sabido que a trajetória de Gramsci confunde-se com a história do movimento socialista de seu tempo e que tanto os escritos anteriores à prisão quanto os *Quaderni del carcere* apresentam de maneira indissociável as preocupações do intelectual e do militante político. Entretanto, os escritos “juvenis” refletem as urgências do período de grande agitação e expectativa revolucionária situado entre 1914 e 1921, enquanto as notas dos *Quaderni* são permeadas pela preocupação em compreender as causas da derrota momentânea da revolução socialista no Ocidente e as possibilidades de sua superação. Ao incorporar novas referências teóricas e práticas, o conjunto da obra de Gramsci ficava marcado por uma série de discontinuidades, ao mesmo tempo em que a questão da organização dos elementos necessários para a constituição de um projeto emancipatório mantinha-se como foco privilegiado. Assim, o tema sempre retomado é o da luta de classes, o da criação da vontade coletiva, a do processo de construção da hegemonia.

Na medida em que toda a reflexão gramsciana é perpassada pela preocupação com a intervenção sobre a realidade, refere-se a táticas e estratégias

requeridas por situações determinadas. À pergunta *“por que a revolução foi derrotada?”* seguem-se imediatamente outras: *“que tipo de ação seria mais adequada para esta sociedade e quais são as características do conjunto social que a definem?”*. Nosso ponto de partida é a hipótese de que ao buscar respondê-las, Gramsci estabeleceu linhas de interpretação das formações sociais do Ocidente que constituíram a base de sua teoria política.

As observações anteriores sugerem que uma possibilidade para o estudo das formulações gramscianas é o estabelecimento de conexões com as motivações empíricas de tais formulações.

Nesse sentido nosso ponto de partida foi a identificação de que o tratamento da problemática da hegemonia era feito, desde a juventude, de modo a captar as forças sociais em presença na cena política. Se nos *Quaderni* a problemática passa a ser a de compreender esta dinâmica nas revoluções burguesas, o estímulo é a descoberta das condições que se delineiam, a partir de então, para a hegemonia das classes subalternas.

Por este caminho Gramsci chegou a identificar as novas características assumidas pelas formações e relações sociais em função das transformações verificadas na passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista. Trata-se de demonstrar que o autor apontou a ocorrência de mudanças substanciais nas determinações da totalidade social que coincidiam com a emergência de novos pontos na luta de classes e nas relações entre classes sociais e Estado. Para explicar as formas diferenciadas com as quais estas mudanças expressam-se nos campos econômico, político e cultural, recorreu ao destaque das irregularidades do desenvolvimento histórico das sociedades nacionais, principalmente no que concerne à constituição das relações entre sociedade civil e Estado.



Neste movimento se colocam diversos elementos que contribuem para uma apreciação diferenciada dos processos políticos. A partir da constatação de que a luta política dissemina-se por todo o tecido social, é dada uma acepção abrangente à constituição da hegemonia, definida finalmente como capacidade de um grupo dar direção aos diversos setores da vida social.

Mas ao falarmos de uma “questão da hegemonia em Gramsci” não podemos ignorar que entre os estudiosos de sua obra o significado do conceito permanece alvo de debate. Por esta razão, embora as intermináveis discussões sobre as influências e matrizes do pensamento do autor em questão não sejam decisivas no nosso estudo, no primeiro capítulo estabelecemos um diálogo com algumas dessas interpretações a fim de demarcamos e justificarmos nossa posição.

Nesta breve revisão bibliográfica – que está longe de abarcar toda a produção sobre o tema – observamos que a apropriação da problemática da hegemonia em Gramsci feita pelos diversos comentadores traz sempre implícita uma leitura do estatuto que o autor sardo-italiano teria conferido à relação entre estrutura e superestrutura. Assim, configuram-se duas tendências opostas de análise: a primeira, que defende o privilégio do enfoque superestrutural, isto é, a ênfase no papel do Estado, da sociedade política. Do outro lado, estariam os partidários da idéia de que os resultados conclusivos da reflexão de Gramsci seguiriam a linha apresentada em *Americanismo e fordismo*, numa análise predominantemente estrutural (WERNECK VIANNA, 1997, p. 44-46).

A relação sociedade civil/Estado é fundamental para a apreensão das formulações gramscianas sobre a hegemonia. Entretanto, como pudemos observar durante nossas leituras, ela suscita problemas metodológicos e histórico-políticos, uma vez que os componentes da hegemonia dependem sempre das variações

naquela primeira relação. Diante disso, nosso passo seguinte é a análise da relação sociedade civil/Estado, para o que fazemos uso das noções de Ocidente e Oriente, guerra de posição e guerra de movimento, sociedade civil e Estado e, revolução passiva.

Detectado o vínculo entre as alterações nas proposições teórico-práticas do autor estudado e as transformações materiais e subjetivas ocorridas em nível mundial nas primeiras décadas do século XX, vimos que a obra da prisão oferece elementos para que possamos reconstituir o desenvolvimento do conceito de hegemonia num sentido processual. Uma vez que toda a argumentação de Gramsci gira em torno das condições nas quais formam-se os atores políticos, julgamos útil a demarcação do espaço concreto das reflexões do autor, e, por isso, aventamos a hipótese de que uma maneira mais rica de apreender o sentido dado por Gramsci à construção da hegemonia seria o destaque dos nexos entre a reflexão mais abstrata e as referências a processos de sua constituição. E estas referências – que podem mesmo ser tomadas, numa análise sociológica, como uma tipologia – são oferecidas por ele mesmo: são os casos da Itália e dos Estados Unidos dos anos 20 e 30, que abordamos no segundo e terceiro capítulos.

Sabemos que nas primeiras três décadas do século XX, Estados Unidos e Itália correspondiam a sociedades bastante diversas do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo e de suas instituições. O que nos parece possível fazer, a partir das notas gramscianas, é estabelecer mediações para verificar por que meios, em formas distintas dentro do próprio Ocidente, as classes burguesas desses países buscaram saída para a crise – construir sua hegemonia. Nos parece razoável entender que a sugestão de Gramsci de que nestes dois países as ações

empreendidas pelas classes dominantes assumiram a forma de revoluções passivas nos autoriza ao estabelecimento de algumas analogias entre os dois casos.

O conceito de revolução passiva é aquele utilizado para pintar o quadro de uma nova época, repleta de novas exigências para as lutas políticas. Inicialmente, a revolução passiva é traduzida como uma forma específica de ingresso da burguesia na modernidade, da qual é característica distintiva a ausência de domínio na dimensão estrutural – daí a revolução burguesa assumir a forma de revolução-restauração, na qual o moderno só se estabelece com a manutenção do atraso.

Porém, à medida que o foco da análise gramsciana ampliou-se, isto é, conforme passou a considerar os desenvolvimentos das revoluções burguesas em vários países – que se encontravam, por sua vez, em graus diferentes do desenvolvimento capitalista –, o conceito, sem excluir seu conteúdo de revolução-restauração, passa a ser usado como “um cânone de interpretação histórica”, aplicável aos processos das “transformações moleculares das 'relações sociais'” que marcam de, um lado, o modo como as classes dominantes buscam construir/manter a hegemonia em presença de forças sociais antagônicas e de outro, as próprias condições para as disputas entre sujeitos antagônicos.

Ao comparar as revoluções passivas estadunidense e italiana, a intenção é demonstrar que se a constituição dos processos sociais segue os parâmetros fixados pelo limite das configurações historicamente desenvolvidas no espaço nacional, alguns elementos da forma mais avançada tendem inevitavelmente a difundir-se. Mas isso nunca ocorre de uma forma pura, mas por meio de adaptações e recombinações. Assim, é preciso entender em que medida, formas aparentemente

tão distintas são resultado de uma mesma dinâmica e, a partir de então, indagar se estas formas, diversas na superfície, não obedecem aos mesmos princípios.

Estamos bem distantes da pretensão de empreender um exaustivo estudo acerca da gestação e funcionamento dos mecanismos institucionais nas sociedades italiana e norte-americana. Dados os limites deste trabalho, nossa ênfase recaiu sobre os mecanismos através do qual, em cada país, o universo da produção se articulava ao sistema político, procurando evidenciar a pertinência das contribuições de Gramsci no que se refere a um novo delineamento das condições em que os grupos antagônicos disputam a “construção da hegemonia”.

Observa-se que nos dois países há uma tendência a uma articulação cada vez maior entre política, economia e cultura, exercendo amplo impacto sobre a vida cotidiana. Mas os fios da teia que relaciona estas dimensões são tecidos a partir de ângulos bastante heterogêneos, o que lhes confere uma diversidade de nuances.

No caso da revolução passiva italiana, aquela articulação foi empreendida pela dimensão superestrutural. Isso torna-se visível no momento em que o Estado assumiu, no projeto corporativo, a tarefa de conduzir a modernização da estrutura econômica. O que aparece mais destacado na literatura sobre o tema é que na tentativa de implementar seu projeto, a fração burguesa que controlou o aparelho de Estado aboliu as instituições democrático-burguesas e fez uso aberto da repressão. Essas ações, embora constituam um ponto de partida para a reflexão, são insuficientes tanto para aprofundarmos a discussão no que concerne ao seu projeto de sociedade quanto para definir o caráter do regime. E isso porque, em primeiro lugar, elas se limitam a indicar os aspectos mais visíveis – os institucionais – de sua intervenção, e é em função deles que define como reacionário e coercitivo. Duas questões podem ser imediatamente levantadas:

1. Por que podemos qualificar como reacionário um regime que se propunha a desenvolver a atrasada economia italiana?

2. Se nenhum regime se funda exclusivamente na força, e o fascismo excluiu da vida pública as instituições tradicionalmente tidas como o espaço de construção do consenso, que instrumentos utilizou para preencher essa lacuna?

Antes de anteciparmos nossa hipótese investigativa, vejamos o caso estadunidense.

Conquanto tenha passado ao largo das estratégias fascistas, a intervenção efetiva do Estado foi igualmente reclamada pelo capital. Afirmar que sua ação ficou restrita à elaboração das medidas econômicas protecionistas seria ignorar as implicações destas na desorganização política das classes trabalhadoras. Mas o que interessa sublinhar é que na revolução passiva norte-americana o movimento é impulsionado pelos mecanismos intrínsecos ao modo de organização da produção, que por sua vez encontraram estímulo nas suas características de formação econômico-social e no estilo de vida que nela se originou, o americanismo.

Ao examinar o vínculo entre o fordismo e a vida norte-americana, Gramsci destacava a articulação entre a rígida disciplina da fábrica e sua necessária difusão para todo o tecido social. Nesse sentido, o projeto hegemônico propõe-se a buscar a adesão de todas as camadas sociais, mas isso não ocorre em primeiro lugar no plano político: a aceitação ocorre quando da inserção nas relações sociais de produção – entendendo-se que a disciplina do ambiente de trabalho tende a ser incorporada às demais esferas da vida, delineando hábitos e valores. A questão que surge, neste caso, é à primeira vista oposta àquela que lançamos no caso do fascismo. Poder-se-ia dizer que o caráter coercitivo está ausente desta forma de

construção do consenso? Se este estilo de vida tende a afastar as massas das decisões políticas, podemos falar de uma participação? De que tipo?

Já aponta aqui o interesse da categoria revolução passiva para a análise destes fenômenos. A partir da definição de Gramsci de que ela corresponde a uma revolução-restauração, identificamos seu aspecto comum. No plano econômico, os dois processos correspondem a uma tentativa empreendida pelo capital para a superação dos limites colocados à sua reprodução e ampliação – nisso constitui, essencialmente, o seu caráter revolucionário. Ao mesmo tempo, as classes dominantes buscam limitar e controlar a ação política das camadas populares – o que ressalta o reacionarismo de seu projeto. Os instrumentos ideológicos e culturais e o grau de coerção ou consenso – bem como sua natureza – mobilizados para a consecução desse duplo objetivo dependerá das características acumuladas historicamente por estes países.

Por outro lado, não se pode esquecer que também as táticas e estratégias das forças antagônicas à hegemonia das classes dominantes inscrevem-se no mesmo quadro de revolução passiva. Isso não implica que as ações dos diferentes grupos sejam homogêneas, isto é, que as classes dominadas devam seguir os padrões de coerção e consenso da ação das classes dominantes, embora tenham de conhecê-los.

Da análise gramsciana sobre estes modos de disputa da hegemonia podem ser extraídas observações sobre os mecanismos de consenso reveladoras de novas dimensões da política no Ocidente. Suscitados por determinações estruturais surgem uma série de aparatos difusores do modo de vida adequado àquelas determinações, as superestruturas da sociedade civil. A internalização do modo de vida se faz mais rápida devido ao fato de que estas superestruturas

correspondem a instituições das mais distintas dimensões da vida social: nelas e por elas articula-se também a vida cotidiana.

Foi a partir da compreensão de que a hegemonia envolve todas as relações sociais pela articulação de todas as instâncias da vida social, que ao final deste trabalho apontamos, de modo não conclusivo, a possibilidade de Gramsci ter aberto uma outra frente de análise dos fenômenos políticos que para ser devidamente explorada tem de ir além da consideração costumeira dos aparelhos de Estado no seu sentido estrito.



Capítulo 1

A questão da hegemonia

Nos debates políticos, o uso do termo hegemonia quase sempre exige uma interrupção para que sua acepção seja explicitada. Esta não é uma ocorrência incomum, pois sabemos que as variações do conteúdo original das expressões ocorre em decorrência do fato de que, difundidas para além do quadro histórico e cultural em que se originaram, incorporam muitas das determinações das novas realidades a que se expõem.

No caso da hegemonia, as alterações de sentido podem ser relacionadas sobretudo às diferentes evoluções (e percepções) dos fatores predominantes na ação política ao longo da história. O grau e a intensidade dos mecanismos de força ou convencimento utilizados pelos grupos que buscam agregar os demais para a consecução de seus objetivos tem sido marcado, se considerarmos apenas os Estados Modernos, por diversos matizes, e isso pode ser verificado não apenas na comparação de diferentes regimes políticos mas no caráter particular que em países diferentes pode assumir um regime. Por tudo isso, antes de adentrarmos a problemática da hegemonia em Gramsci, julgamos pertinente situar estas questões mais gerais.

1.1 Primeiras aproximações para uma definição

O primeiro significado da palavra latina hegemonia é dado etimologicamente pela correspondência com a palavra grega *egemonía*, que significa “guiar”, “conduzir”. Seu sentido original na Grécia antiga era o de preponderância política e direção militar por parte da população mais importante em uma confederação permanente ou em uma liga temporária de cidades e, por esta razão, estava diretamente associado a idéia de emprego da força ou coerção. Direção política e militar são identificadas na denominação dos chefes dos exércitos, detentores de poder absoluto nas suas missões como *egemónes*, isto é, “condutores”, “guias” (BELLIGNI, 1986).

Mas uma vez que a influência exercida pela potência hegemônica sobre as demais não era apenas militar, mas também econômica e cultural, “inspirando-lhes as opções, tanto por força do seu prestígio como em virtude do seu elevado potencial de intimidação e coerção”, pode-se afirmar que neste sentido,

o conceito de hegemonia não é, portanto, um conceito jurídico, do direito público ou de direito internacional; implica antes uma relação interestatal de potência, que prescinde de uma clara regulamentação jurídica. Segundo este critério, poder-se-ia definir a hegemonia como uma forma de poder de fato que, no *continuum* influência-domínio, ocupa uma posição intermédia, oscilando ora para um ora para outro pólo (BELLIGNI, 1986, p. 579).

A aplicação do conceito às situações políticas posteriores à emergência do Estado Moderno foi realizada, primeiramente, nas análises das relações do sistema internacional e as relações interestatais. Nesse uso, ocorreu um rompimento com a continuidade presente no binômio influência-domínio, recaindo a ênfase sobre um ou outro aspecto isoladamente. Alguns autores acentuam o caráter de “influência

particularmente forte”, falando de hegemonia como direção (comportando legitimidade). Outros se apegam ao significado ligado à etimologia, “o de domínio fundado na força das armas”.

A cisão entre os significados que constatamos no uso do conceito no campo das relações internacionais persistiu quando ele foi tomado para a análise das relações entre as classes sociais, partidos políticos, e Estado e sociedade civil. Neste campo, alguns autores privilegiam o sentido de *domínio*, no qual o aspecto coativo, sustentado pelo aparato de repressão é o mais acentuado. Na tendência oposta – e predominante – toma-se a hegemonia como

capacidade de *direção* intelectual e moral, em virtude da qual a classe dominante, ou aspirante ao domínio, consegue ser aceita como guia legítimo, constitui-se em classe dirigente e obtém o consenso ou a passividade da maioria da população diante das metas impostas à vida social e política de um país (BELLIGNI, 1986, p. 579-80)¹.

Pensar a política partindo da questão da hegemonia significa pensar essa oposição entre domínio e direção, equivalente aos termos força (coerção) e consenso. A fim de evitar qualquer dúvida quanto ao seu uso, é conveniente precisá-los agora.

A rigor, o termo força designa

qualquer intervenção física voluntária de um homem ou grupo contra um outro homem ou grupo, objetivando destruir, ofender ou coagir. Neste sentido puramente descritivo, força é sinônimo de “violência” (ATOPPINO, 1986, p.503).

¹ Já podemos adiantar que um dos pontos de maior concordância entre os intérpretes de Gramsci refere-se à sua contribuição para uma concepção da hegemonia fundada predominantemente no aspecto de *direção e consenso*. Por ora, queremos observar que os aspectos mais problemáticos desta interpretação estão ligados a determinação de quais seriam as condições e as dimensões nas quais a hegemonia é construída, o que leva, como veremos, ao problema de especificar as variações existentes no grau de consenso.

Mas podemos encontrar em vários estudiosos da política uma distinção entre força – que corresponderia a uma “intervenção física, que preservam a ordem social ou perseguem o bem comum”, e que encontra correspondente jurídico na intervenção legitimada pelas leis” –, e violência – correspondente às intervenções físicas injustas, que destroem a ordem social ou impedem o bem comum, e, por conseguinte, não encontram aquele respaldo jurídico (ATOPPINO, 1986, p.504).

Diante da impossibilidade de eliminar o subjetivismo em qualquer tentativa de determinar com precisão entre intervenção justa (força) e injusta (violência), os estudos de ciência política e sociologia seguem

usando os dois termos como sinônimos ou empregando somente um deles para significar as intervenções físicas, e distinguir, através de uma fórmula que tem a vantagem da imediata clareza, entre empregos da força ou violência ‘considerados legítimos’ em determinados grupos ou agregados sociais, como também distinguir entre os diversos sistemas de valores, com base nos quais diferentes grupos sociais consideram legítimos ou ilegítimos certos usos da força ou violência (ATOPPINO, 1986, p. 505).

Ver-se-á ao longo deste trabalho que a discussão sobre a construção do consenso importa maior complexidade. Vejamos primeiro a definição genérica:

O termo consenso denota a existência de um acordo entre os membros de uma determinada unidade social em relação a princípios, valores, normas, bem como quanto aos objetivos almejados pela comunidade e os meios para os alcançar. O consenso se expressa, portanto, na existência de crenças que são mais ou menos partilhadas pelos membros de uma sociedade (SANI, 1986, p.240).

Mas esta definição é portadora de uma série de sutilezas. A primeira é a do potencial de amplitude:

Se se considera a extensão virtual do consenso, isto é, a variedade dos fenômenos em relação aos quais pode ou não haver acordo, e por outro lado, a intensidade da adesão às diversas crenças, toma-se evidente que um consenso total é um tanto improvável mesmo em pequenas unidades sociais, sendo totalmente impensável em sociedades complexas. Portanto, o termo consenso tem um sentido relativo: mais que de existência ou falta de consenso, dever-se-ia falar de graus de consenso existentes em uma determinada sociedade (SANI, 1986, p. 240).

É possível adicionar a esta compreensão do grau de consenso como amplitude, a do grau como adesão consciente. Isto posto, caberia perguntar: é razoável admitir como consensual um estado de coisas para o qual não houve aceitação ativa ou participação? E, quando falamos de participação, de que tipo seria ela? Em que dimensão da vida social? Conformismo ou aceitação passiva podem ser considerados consenso?

Deixando suspensas estas primeiras indagações, gostaríamos de encaminhar uma síntese da definição da hegemonia que servirá de referência ao longo de nossa investigação.

Se não pairam dúvidas de que a politização da sociedade civil que tomou impulso no Ocidente a partir do século XVIII colocou definitivamente o consenso como elemento indispensável para a hegemonia de um grupo ou um país, a mais descuidada leitura de jornal não deixaria de confirmar que, tanto nas relações entre as classes sociais, entre sociedade civil e Estado, quanto nas relações interestatais, a hegemonia como domínio político assentado no uso da força ou coerção não deixou de ser exercitada.

Esta referência à realidade imediata nos remete à primeira definição do conceito para nos fazer admitir que a hegemonia comporta, em todas as épocas, a dupla coerção-consenso. Mas segue-se uma advertência: a concretização da hegemonia depende fundamentalmente da articulação do consenso. O momento em

que a coerção pode ter prioridade é aquele do início do processo. À medida que o consenso é construído, a coerção permanece previsível como uma possibilidade num momento de desarticulação do consenso, quando então tem início novamente um novo processo de construção da hegemonia.

Depreende-se daí que a importância do conceito de hegemonia para os estudos políticos reside no fato de que comporta as dimensões nas quais se deve buscar a resposta para a questão, reconhecidamente clássica na área desde Rousseau – mas antes dele já posta por Maquiavel e Etienne de La Boétie – da relação entre dominantes e dominados, dirigentes e dirigidos, entre chefes e subordinados.



1.2 A hegemonia em Gramsci: alguns aspectos do debate

Ao demarcar seu campo de investigação sobre o pensamento teórico-político de Antonio Gramsci, Buci-Glucksmann (1990)² fez duas observações muito importantes a respeito da abordagem da obra da prisão. Notou, em primeiro lugar, que a dificuldade do método a ser seguido para a leitura teórico-política de Gramsci deve-se especialmente a ausência de linearidade da disposição temática, uma vez que “suas notas freqüentemente misturam reflexões sobre o passado, pesquisas sobre o presente e determinações das tarefas futuras”. Além disso, a problematização feita na forma de notas mobiliza argumentos de diversos campos do conhecimento, rompendo a já tradicional divisão intelectual do trabalho e numa contra-tendência às formas nossas conhecidas de institucionalização das disciplinas (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 22-26). Em virtude disso,

Procedendo analiticamente, é possível reconstituir uma “estrutura em rede”, típica do pensamento gramsciano, de seu caráter teórico aberto, jamais dogmático. Nessa pluralidade simultânea, própria a qualquer estrutura desse tipo, a rede é simplesmente o ponto de convergência de diversas cadeias concorrentes de entradas diferentes (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 397).

Nesta perspectiva, cada conceito pode ser tomado como ponto de partida, muito embora, como nó da trama de uma rede, esteja vinculado organicamente a tantos outros. Isso significa que a constatação do caráter “aberto” da obra gramsciana, não abole a necessidade de rigor na exploração do potencial explicativo

² A primeira edição brasileira data de 1980 e o original francês de 1975.



e criativo e nem impede que, a partir de Gramsci, possamos refletir sobre novas problemáticas.

Este rigor se assenta numa orientação do próprio Gramsci para a investigação das concepções de mundo que não foram expostas sistematicamente pelos seus autores³. Seguidas estas premissas, o importante é que a análise seja capaz de identificar a questão principal de cada momento do trabalho e, simultaneamente buscar as conexões possíveis. Neste sentido, tanto a análise biográfica (FIORI, 1979; LAJOLO, 1982) quanto a leitura do conjunto da obra levam-nos a identificar como motivação essencial do esforço empreendido por Gramsci a compreensão dos processos políticos, o que nos leva a assinalar o problema da hegemonia como central no seu pensamento.

Mas qual o elemento constitutivo da hegemonia – direção e domínio, consenso e força – priorizado por Gramsci? As divergências entre seus intérpretes são inúmeras e explicam-se pelo tipo de reconstrução feita.

Para Gruppi (2000)⁴ o termo hegemonia não apenas é a categoria central dos *Quaderni del carcere*, como constitui o ponto de contato essencial entre Gramsci e Lenin, o elemento que coloca os dois autores na condição de resgatadores do vínculo entre teoria e ação contido no marxismo, já que é o conceito que permite

³ Trata-se de uma exposição do método pretendido por Gramsci para o estudo de Marx e Engels. Os passos compreendem a execução preliminar de "um trabalho filológico minucioso", a reconstrução do "processo de desenvolvimento intelectual do pensador para identificar os elementos estáveis e 'permanentes'". A validade de tais observações, segundo Gramsci, é mais forte no caso de um pensador em que a atividade teórica e prática estão indissolivelmente entrelaçadas. E precisa ainda: "Dadas estas premissas, o trabalho deve seguir estas linhas: 1) a reconstrução da biografia não no que se refere à atividade prática, mas especialmente à atividade intelectual; 2) o registro de toda a obra, também as mais negligenciadas, em ordem cronológica, dividida segundo períodos: de formação intelectual, de maturidade, de domínio e aplicação do novo modo de pensar e de conceber a vida e o mundo. A pesquisa do *leit-motiv*, do ritmo de pensamento em desenvolvimento, deve ser mais importante que as afirmações circunstanciais e os aforismos destacados do seu contexto" (GRAMSCI, Q4, p.419-421; Q16, p. 1840-1842). De agora em diante indicados por Q, p.

⁴ É de notar-se que o trabalho de Gruppi mantém a sistematização da exposição das aulas ministradas no Instituto Gramsci em 1970. A primeira edição da obra data de 1978.

“reafirmar a função do sujeito revolucionário e liberar-se de uma concepção do marxismo como determinismo econômico vulgar” (GRUPPI, 2000, p. 1-4, 51)⁵.

De acordo com o autor, a diferença mais significativa na utilização do conceito por Gramsci e Lenin é o fato de que Gramsci o utiliza de modo intercambiável para referir-se ora à capacidade dirigente, ora simultaneamente à direção e a dominação, enquanto em Lenin o conceito designa apenas a função dirigente⁶ (GRUPPI, 2000, p. 11).

O essencial da exposição de Gruppi é a afirmação de que a experiência da Revolução de Outubro de 1917 na Rússia foi influência determinante para que a questão da hegemonia permeasse todas as reflexões de Gramsci – desde o período ordinovista – a respeito dos elementos necessários à construção de uma concepção de mundo capaz de promover a organização da vontade coletiva das massas subalternas. A identificação da *filosofia da práxis* com esta *Weltanschauung* ocorre mediante a progressiva confrontação com a urgência de compreender a estrutura da realidade que pretende ver transformada: emergem assim os problemas da conformação do Estado italiano, o problema dos intelectuais, da composição do modo de pensar e viver do povo, etc.⁷

⁵ Citada já no início da exposição, a nota que guia a reflexão de Gruppi está no final do §35 do Q7 “Tudo é política, inclusive a filosofia ou as filosofias, e a única “filosofia” é a história em ato, isto é, a própria vida. Neste sentido se pode interpretar a tese do proletariado alemão como herdeiro da filosofia clássica alemã – e se pode afirmar que a teorização e a realização da hegemonia por Ilitch foi também um grande evento metafísico” (Q7, p. 886; GRUPPI, 2000, p.1-3).

⁶ Sobre a noção de hegemonia em Lenin, Cf. especialmente os textos *Duas táticas da social-democracia*, *O Estado e a revolução*, *Que fazer?* e os capítulos 1 a 3 do mesmo livro de Gruppi, p.3-47. É interessante notar que na utilização muitas vezes intercambiável dos termos ditadura do proletariado e hegemonia, Lenin sempre estende a direção para além do seu sentido político, quer dizer, inclui os aspectos cultural, moral e ideológico e econômico.

⁷ Indicativa desta proposição é a seguinte passagem: “A fundação de uma classe dirigente (isto é, de um Estado) equivale à criação de uma *Weltanschauung*. Como deve ser entendida a afirmação de que o proletariado alemão é o herdeiro da filosofia clássica alemã? Não quereria Marx indicar a função histórica da sua filosofia, transformada em teoria de uma classe que se transformaria em Estado? Para Ilitch, isto aconteceu em determinado território. Em outro local [Q4, §38, p.465], assinala a importância filosófica do conceito e da realidade da hegemonia, devido a Ilitch. A hegemonia realizada significa crítica real de uma filosofia, sua real dialética” (Q7, §33, p.881-882).

Convencido do papel decisivo da intervenção da ação, não casualmente a passagem seguinte do *Prefácio à Contribuição da Economia Política* – escrita com variações porque Gramsci a cita de memória – é retomada por diversas vezes nos *Quaderni del carcere*.

Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que esses objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para a sua realização (MARX, [1980], p.302).

Na primeira referência a esta passagem (Q4, §38) Gramsci sugere que os princípios nela contidos são aqueles dos quais se pode retirar alguns “cânones de metodologia histórica” que devem orientar a avaliação do “problema crucial do materialismo histórico”: o da relação entre estrutura e supraestruturas.

Seguindo por ora apenas em nível abstrato o argumento gramsciano, vê-se que na primeira parte da nota o ponto central é assinalar os elementos que compõem a formação econômico-social inaugurada com a ascensão do capitalismo. Assim, uma estrutura é composta por elementos permanentes e ocasionais, e sua identificação permite também identificar o caráter conjuntural ou orgânico de uma crise (Q4, p. 455). É em função dessa configuração que se poderá avaliar as relações de força, que, segundo o autor, são constituídas por alguns momentos ou graus:

O primeiro é aquele das forças sociais correspondentes à estrutura socioeconômica propriamente dita. Ele engloba desde as condições do espaço geográfico, o modo de produção e a forma de organização da produção



predominantes – que determinam o perfil das classes sociais até a estrutura do Estado. É o momento que permite verificar “se na sociedade existem as condições suficientes e necessárias para a sua transformação, oferece a possibilidade de controlar o grau de realismo e de viabilidade das diversas ideologias que gerou durante o seu desenvolvimento” (Q4, p. 457).

O segundo momento compreende a organização das forças políticas, e sua avaliação deve acompanhar os vários graus do desenvolvimento da consciência política coletiva. A complexidade deste momento se verifica na sua composição em graus diversos.

O primeiro grau da consciência política ocorre com a identificação dos interesses econômico-corporativos, ou seja, da “unidade homogênea do grupo profissional” ou papel na função produtiva, mas não equivale ainda a da classe produtiva. Gradualmente, passa-se a um segundo momento no qual os grupos que constituem uma mesma classe passam a articular-se. As relações com o Estado são ainda determinadas pelos interesses do campo econômico e assumem basicamente a forma de reivindicações de igualdade jurídico-política. O terceiro momento é aquele em que a consciência gestada na esfera econômica se relaciona com a totalidade, quando a classe se dá conta não apenas das suas motivações, mas das de todas as demais, conseguindo identificar tanto aqueles grupos que lhe são oponentes, quanto os possíveis aliados.

(...) Esta é a fase mais exatamente “política” que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias germinadas anteriormente se transformam em “partido”, entram em choque e lutam até que uma delas ou pelo menos uma combinação delas tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar em toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral; colocando todas as questões em torno das quais

se acende a luta não num plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (Q4, p.457-458; Q13, p.1584).

O terceiro e último momento das relações de força que define a relação entre estrutura e supraestrutura é o das relações das forças militares, que pode ser analisado em dois graus distintos – o técnico-militar (sentido estrito) e o político-militar. Ao assinalá-lo, Gramsci aponta aqueles elementos que constituem o aspecto da força do aparato estatal – dos quais nenhuma classe que queira tornar-se realmente hegemônica pode prescindir.

A afirmação de que “na história real esses momentos se determinam mutuamente, horizontal e verticalmente”, é seguida pela advertência contra a negligência de quaisquer um deles, o que implica a obrigatoriedade da investigação sobre suas inter-relações “ser feita na esfera do conceito de hegemonia” (Q4, p.457-458; Q13, p.1584).

Mas o elemento decisivo desta concepção de hegemonia é a concretude das ideologias – sempre presente e em desenvolvimento conexo na totalidade social –, algo ilustrado pela ligação da hegemonia à leitura de que a tese marxiana de que “os homens tomam consciência dos conflitos fundamentais no terreno das ideologias” tem “um valor orgânico, é uma tese gnosiológica e não psicologia ou moral” (Q4).

Ciente das múltiplas determinações dos processos histórico-sociais e de que as superestruturas desempenham um papel muito mais relevante que o de simples reflexo das estruturas, Gramsci reelaborou o conceito de bloco histórico soreliano, que passa a designar “a estrutura e as superestruturas (...), o conjunto

complexo e contraditório das superestruturas [que] são o reflexo do conjunto das relações sociais de produção" (Q8, p.1051; Q10, p.1300).

Se os homens tomam consciência de suas tarefas no terreno das superestruturas, isto significa que entre estrutura e superestrutura há um nexo necessário e vital, assim como no corpo humano entre a pele e o esqueleto: seria um despropósito se se afirmasse que o homem se mantém ereto sobre a pele e não sobre o esqueleto, e todavia isto não significa que a pele seja uma coisa aparente e ilusória (Q4, p. 437).

Apesar do grande número de questões que a utilização do conceito de bloco histórico suscita para o pensamento marxista, vários autores reconheceram sua importância metodológica.

Ao apontar o conceito de *bloco histórico* como aquele fundamental no pensamento de Gramsci, Portelli (1977) chamava a atenção para a forma totalmente destituída de mecanicismo com a qual Gramsci avaliava a relação entre estrutura e supraestruturas. Para o autor, o conceito de bloco histórico engloba um tríplice aspecto:

1º.) Seu aspecto essencial é o estudo das relações entre estrutura e supraestrutura. Seu vínculo orgânico é realizado por certos grupos sociais cuja função é operar não ao nível econômico, mas superestrutural: os intelectuais.

2º.) (...) O bloco histórico deve ser igualmente considerado como ponto de partida de uma análise: a análise da maneira como um sistema de valores culturais (o que Gramsci chama de ideologia) impregna, penetra, socializa e integra o sistema social.

3º.) É no quadro da análise do bloco histórico que Gramsci estuda como se desagrega a hegemonia da classe dirigente, edificando um novo bloco histórico (PORTELLI, 1977, p. 15-16).

Na mesma direção encaminha-se a tese de Gruppi (2000) segundo a qual é o conceito de bloco histórico que permite concluir que “a luta pela hegemonia deve envolver todos os níveis da sociedade: a base econômica, a superestrutura política e a superestrutura ideológica (GRUPPI, 2000, p. 78).

Se as classes antagônicas vivem uma disputa permanente pela hegemonia, isso significa que o bloco histórico não constitui uma ordem estática, pois seus elementos se reorganizam conforme as variações nas relações de forças, especialmente nos momentos em que surgem crises orgânicas.⁸ Tampouco as estruturas devem ser pensadas como uma forma rígida, mas sim como realidade em permanente movimento.

Estas considerações, numa primeira leitura de ordem apenas metodológicas, aplicadas a análises das correlações de forças entre os atores políticos nos processos de revolução burguesas de países europeus e, por último, do americanismo, puseram a descoberto as instâncias a partir das quais foi articulada a hegemonia.

Do que foi dito, podemos extrair que a articulação vista por Gramsci entre estrutura e superestrutura dá à hegemonia uma dimensão bastante ampla. Mas os argumentos expostos até aqui apenas servem de base para o início de um diálogo sobre a teoria da hegemonia e o pensamento político de Gramsci, uma vez que ainda não é possível visualizar o conteúdo de cada um dos elementos presentes em cada momento das relações de força. A questão é saber o que Gramsci quer designar exatamente com os termos estrutura e superestrutura, para a partir de então identificar o peso de cada um na construção da hegemonia. A passagem

⁸ As crises orgânicas são definidas pela incapacidade momentânea de qualquer uma das classes em disputa estabelecer a hegemonia.

abaixo tem sido citada de maneira recorrente por vários estudiosos dessa problemática.

Se pode, por ora fixar dois grandes “planos” superestruturais, aquele que se pode chamar “sociedade civil”, isto é, do sistema de organismos vulgarmente ditos “privados” e aquele da “sociedade política ou Estado” e que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exercita em toda a sociedade e aquela de “domínio direto” ou de comando que se exprime no Estado e governo jurídico (Q12, p. 1518-1519).

Baseado neste trecho, e também no §136 do Q6⁹, uma das análises mais importantes é a de Bobbio¹⁰. O ponto central da leitura deste autor é o entendimento de que diferentemente de Marx, Gramsci não considera a sociedade civil como espaço da estrutura, mas sim como um dos momentos da superestrutura.

Tanto para Marx quanto para Gramsci, o espaço decisivo no desenvolvimento histórico é a sociedade civil, mas enquanto no primeiro ela é entendida como difusa na vida social pré-estatal, como desdobramento das relações econômicas, para o segundo ela se situa no interior das superestruturas (BOBBIO, 1999, p. 53-54).

Bobbio argumentou que essa diferença ocorreu devido ao fato de que Marx e Gramsci privilegiaram momentos distintos na formulação original da qual partiram: a de Hegel.

⁹ A nota é intitulada *Organização das sociedades nacionais* e Bobbio se atém a este trecho em particular: “Notei outras vezes que em uma determinada sociedade ninguém está desorganizado e sem partido, desde que se entenda organização e partido em sentido amplo e não formal. Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter dúplice, natural e contratual e voluntário, uma ou mais prevalecem relativa ou absolutamente, constituindo o aparato hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado entendido estritamente como aparato governativo-coercitivo” (Q6, p. 800).

¹⁰ Da produção de Bobbio sobre Gramsci, aquele que mais repercutiu no debate que interessa diretamente a este momento do nosso trabalho é *A sociedade civil em Gramsci*, publicado originalmente em *Atti del Convegno internazionale di studi gramsciani* (Cagliari, 23-27 de abril de 1967).

Na *Filosofia do direito*, Hegel incluiu na sociedade civil não apenas a esfera das relações econômicas e a formação das classes, mas todas as relações e instituições pré-estatais (a família, a administração da justiça e ordenamento administrativo e corporativo) – o reino da necessidade que deverá ser regulado e racionalizado pelo Estado. Enquanto Marx e Engels teriam se fixado nas relações econômicas,

(...) a sociedade civil que Gramsci tem em mente quando se refere a Hegel não é a do momento inicial no qual explodem as contradições que o Estado terá de dominar, mas a do momento final em que, por meio da organização e da regulamentação dos diversos interesses (as corporações), são fixadas as bases para a passagem do Estado (BOBBIO, 1999, p. 57-58).

A inversão na compreensão do termo determinante na relação estrutura-superestrutura que teria sido operada por Gramsci deu lugar não apenas a uma priorização do momento estrutural, mas da ação subjetiva [ainda que o sujeito aqui seja coletivo] neste momento. Para Bobbio, as tentativas gramscianas de elaboração, com base no método dialético, de uma compreensão dos graus necessários para que a consciência seja atingida, reduzem-se a antíteses – “momento econômico-momento ético-político”; “necessidade-liberdade”; “objetivo-subjetivo” – nas quais o elemento determinante é o segundo termo (BOBBIO, 1999, p.59-60; Q10, p.1244-1245, p.1352-1356).

Essa dicotomização aparece também na avaliação do conteúdo da esfera superestrutural ou da dimensão política. Assim, na afirmação de que um Estado é constituído por “força e consenso, coerção e persuasão, Estado e Igreja, sociedade política e sociedade civil, política e moral, direito e liberdade, ordem e disciplina” (Q6, p. 762-763), Bobbio lerá sempre o segundo termo como momento ativo da dicotomia necessidade-liberdade e o momento positivo da dicotomia força-consenso (BOBBIO, 1999, p. 61-62).

Bobbio tem certamente razão ao sublinhar a preocupação gramsciana em polemizar com o economicismo – para o que se serviria principalmente da dicotomia necessidade-liberdade – e em definir os termos da estratégia a ser empreendida pelas classes subalternas – quando faria uso da dicotomia força-consenso. No primeiro caso, ao valorizar a questão da vontade, Gramsci colocaria em pauta o tema do partido. No segundo, chamaria a atenção para a necessidade de atuação na sociedade civil, em preparar a reforma intelectual e moral antes mesmo de colocarem-se as condições para a ditadura do proletariado, o que levanta o tema da hegemonia (BOBBIO, 1999, p. 64-65).

Convencido da superioridade da superestrutura em Gramsci, Bobbio retém do conceito de hegemonia o seu significado de direção cultural enquanto sentido ampliado de direção política em Lenin. Entende que em Gramsci a hegemonia precede a conquista do poder, na medida em que atua principalmente sobre a sociedade civil, ou seja, como momento consensual. Por conseguinte,

(...) a teoria da hegemonia liga-se em Gramsci não apenas a uma teoria do partido e do Estado, a uma nova concepção do partido e do Estado, não consiste apenas em uma obra de educação política; antes, engloba a nova e mais ampla concepção da sociedade civil considerada não só em suas diversas articulações, mas também no preciso sentido que delimitamos nos parágrafos precedentes, como momento superestrutural primário (BOBBIO, 1999, p. 69).

Para Coutinho, o equívoco de Bobbio reside na ligação da questão da “sociedade civil” à relação entre infra-estrutura e superestrutura, quando na verdade, em Gramsci esse conceito se relaciona ao problema do Estado (COUTINHO, 1994, p. 88).

De acordo com o autor, a sociedade civil, como a entende Gramsci, não tem o mesmo sentido que tinha em Marx, mas também não se identifica com o

Estado *stricto sensu*. Por meio da distinção de duas esferas constitutivas da superestrutura – a “sociedade política” e a “sociedade civil” – Gramsci operou uma ampliação na concepção marxista e leninista de Estado. À primeira esfera, fundada nos aparelhos coercitivos e burocrático-executivos do Estado, corresponde a função de coerção, ditadura ou dominação e à segunda, fundada nos aparelhos “privados” de hegemonia, corresponde a função de consenso, direção, hegemonia. Disso resulta que, embora discorde dos pressupostos de Bobbio, suas conclusões são similares, rejeitando a leitura de hegemonia como consenso e coerção.

A idéia da “teoria do Estado ampliado” no entanto, é imprescindível para trabalhar com o processo de politização das distintas esferas da vida, como veremos ainda neste capítulo e especialmente nos demais.

Comentando a análise de Bobbio, Liguori (2000) sublinhou que os pressupostos mecanicistas de sua apreensão da relação estrutura-superestrutura exclui a relação dialética entre os dois termos, implicando na conclusão de que sem qualquer tipo de mediação um determina o outro (LIGUORI, 2000, p. 9-11).

Num outro artigo, o mesmo autor colocou em discussão a tese de Bobbio de que tanto em Marx quanto em Gramsci o “teatro da história” é a sociedade civil, com a diferença de que no primeiro corresponderia à estrutura, à economia e no segundo à superestrutura, ao mundo das idéias (LIGUORI, 2001).

Para Liguori, o problema desta última interpretação de Bobbio não é semântico, como pensa Haug (HAUG apud LIGUORI, 2001, p. 71)¹¹.

¹¹ Haug defende que a expressão alemã *bürgerliche Gesellschaft* utilizada por Marx deveria ser traduzida como *soiedade civil* e não como usualmente ocorre, sociedade civil. Liguori observa que se se traduzisse a passagem do Prefácio de 1859 a *Para a crítica da economia política* [“tanto as relações jurídicas como as formas de Estado não podem ser compreendidas quanto as relações do Estado (...) se baseiam, pelo contrário, nas relações materiais de existência cujo conjunto Hegel resume, seguindo o exemplo dos ingleses e dos franceses do século XVIII, sob o nome de ‘sociedade civil’...”] substituindo a expressão *sociedade civil* por *sociedade burguesa*, perderia-se o acepção mais

Retornando aos textos de Marx, Liguori busca demonstrar que partindo de uma afirmação taxativa da subordinação do Estado à sociedade civil na polêmica com Hegel na *Crítica a filosofia do direito* (1843) e da afirmação da “sociedade civil como teatro da história” em *A ideologia alemã*, todas as obras de Marx oferecem elementos para uma leitura mais complexa da relação Estado-sociedade civil do que a que pretende Bobbio (LIGUORI, 2001, p. 72-73).

Mesmo a indicação de que “a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política” oferece a abertura para se pensar, como fez Gerratana, que “não se vê porque identificar a parte com o todo”: a *anatomia* não significa todos os elementos. A centralidade dos elementos econômicos não exclui a presença de outros (GERRATANA apud LIGUORI, 2001, p. 74).

A principal inovação de Gramsci em relação a Marx se refere, para Liguori, ao conceito ampliado de Estado e do político, que é capaz de superar a debilidade de uma elaboração estrita e redutora. Porque “no conjunto do pensamento de Gramsci, a reflexão sobre o Estado Nação é central e ligada à temática da hegemonia”, o que importa é investigar essa questão (LIGUORI, 2001, p.77).

Aqui, o sentido do conceito ampliado de Estado para o tema da hegemonia é distinto daquele que discutimos em Coutinho, pois ele não remete à oposição entre coerção e consenso. Antes mesmo de observar que no pensamento gramsciano

geral que Marx quer dar (que em língua inglesa corresponde a *civil society*. Na continuação do trecho [“e que a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política], a troca não comprometeria seu sentido, mas provocaria uma ambivalência na medida que a tradução deriva da frase precedente. Em italiano, [assim como em português] o contexto não permite a utilização da expressão alemã, porque na língua italiana a expressão “sociedade burguesa” abrange as relações estatais e extra-estatais, algo incompatível com a contraposição que Marx introduz com a expressão “formas do Estado” (LIGUORI, 2001, p.72).



Estado nação, crise do Estado burguês, construção/superação do Estado proletário e internacionalismo são nós problemáticos que delimitam o coração da reflexão desde o final dos anos de *L'Ordine Nuovo*, quando o primado da política começa a tomar a sua forma madura. (...) mas redefine a forma-Estado, indicando como essa compreende também o *aparato hegemônico* (LIGUORI, 2001, p. 77).

Liguori lembrou que Marx e depois Gramsci concordavam que “a sociedade civil não é um lugar idílico e concorde, feito de consenso e de triunfo da democracia e da cidadania”. Ao contrário, “a história da sociedade civil para Gramsci é a história do domínio de alguns grupos sociais sobre outros, sendo a trama da hegemonia feita sempre também de subordinação, corrupção, exclusão do poder” (BUTTIGIEG apud LIGUORI, 2001, p.76-77) e sendo assim, se a coerção não é mais a única forma utilizada pela classe dominante no exercício da hegemonia, isto está longe de significar o estabelecimento de formas estritamente consensuais nas relações entre as classes.

É também desvelada a não-separação entre “sociedade civil” e Estado, como Gramsci insiste nos *Quaderni* infinitas vezes. (...) No pensamento de Gramsci, o Estado se configura como lugar de uma hegemonia de classe, momento no qual se tem “um contínuo formar-se e superar-se de equilíbrios instáveis (no âmbito das leis) entre os interesses do grupo fundamental e aqueles dos grupos subordinados, equilíbrios nos quais os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um certo ponto”¹² (LIGUORI, 2001, p. 77).

Assim, desde que não se veja uma posição antinômica entre Estado e sociedade civil, a idéia de Estado ampliado é rica de implicações para a ação política numa fase em que a disputa pela hegemonia passa a ocorrer também nos aparelhos privados.

¹² Ver Q13, p.1590, Q26, p.2302 e da citação Q13, p.1584.



À luz dessas discussões podemos esboçar uma primeira interpretação da passagem já *classicamente corroboradora* das leituras que, privilegiando o aspecto da sociedade civil ou o do Estado no seu sentido ampliado, querem ler em Gramsci uma proposição da construção da hegemonia em consequência da política, na qual os elementos de coerção/dominação estão reduzidos. A passagem é a do Q12, p. 1518-1519, já citada na página 34 deste trabalho.

O contexto dessa nota (que “reescreve” a do Q4, §49) é o da discussão do papel dos intelectuais como mediadores de dois tipos de organização sociais: a estrutura e a superestrutura. A identificação de “sociedade civil” e Estado como dois momentos superestruturais é clara. Mas ao invés da fórmula Estado = (sociedade política =coerção) + sociedade civil (consenso=hegemonia), o que aparece com mais destaque na passagem é que os instrumentos da política são mais resistentes às tentativas para sua dissolução e também mais eficazes para a difusão da dominação do que se pode ser levado a crer. A idéia fica mais clara na definição das variadas funções que os intelectuais desempenham nestes dois momentos distintos:

Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício da hegemonia social e do governo político, ou seja: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população ao ritmo imprimido à vida social pelo grupo fundamental dominante, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto da confiança) do grupo social dominante pela sua posição e pela sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina daqueles grupos que não “consentem” nem ativamente, nem passivamente; constituído em toda a sociedade tendo em vista os momentos de crise no comando e na direção, na qual o consentimento espontâneo é menor (Q12, p. 1519) (grifos nossos)

Por fim, a descrição de todas as atividades que podem ser consideradas intelectuais nesta articulação com os aspectos coercitivos ou consensuais da

política, nos remetem aos mesmos graus identificados na análise das relações de força.

Se recordarmos o que já foi discutido sobre a importância destas últimas notas para a compreensão da relação estrutura-superestrutura e sociedade civil-Estado, perceberemos que o momento econômico está ausente dos dois últimos parágrafos (embora a referência a ação dos intelectuais como mediadores entre estrutura e superestrutura e a difusão da política possa ter provocado uma inquietação ou uma intuição).

A solução para o impasse é sugerida durante a discussão das estratégias requeridas na luta política. Como sempre, Gramsci primeiramente avalia o terreno social, e nesse caso, referindo-se às sociedades de tipo Ocidental¹³ em determinado momento, constata que

no que se refere aos Estados mais avançados, onde a "sociedade civil" transformou-se numa estrutura muito complexa e resistente às "irrupções" catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras na guerra moderna (Q13, p.1615; Q7, p. 865-867).

Ora, uma passagem sobre a "sociedade civil" em que esta não é imediatamente identificada como dimensão da superestrutura! O que isto indica?

Anderson (1984) entendeu que se "a 'sociedade civil' transformou-se numa estrutura resistente às 'irrupções' catastróficas do elemento econômico imediato", dela está excluída a economia. Isso implicaria um afastamento da concepção hegeliana de sociedade civil, e uma aproximação das formulações marxianas da maturidade, nas quais a sociedade civil compreende o conjunto das

¹³ A discussão da conceituação de Ocidente e Oriente será feita no próximo item.



relações sociais de produção. Assim, "em Gramsci a sociedade civil não se refere à esfera das relações econômicas, mas é exatamente contraposta a esta enquanto sistema de instituições supraestruturais que se situa entre a economia e o Estado" (ANDERSON apud FRANCONI, 1984, p.190).

Embora a passagem acima não indique uma proposição conclusiva de Anderson, mas apenas um momento de análise durante a qual insiste numa série de incongruências e *antinomias* no tratamento dado por Gramsci ao problema da relação sociedade civil-Estado, ela é extremamente acertada na caracterização da sociedade civil como dimensão mediadora da relação economia-Estado. Mas, por justamente por ser uma dimensão mediadora, ela não pode *exatamente contrapor-se* a um ou outro.

É curioso que a expressão "superestruturas da sociedade civil" não tenha despertado grandes comentários entre os polemistas. O que ela indica?

Uma hipótese interessante é a de que com esta expressão Gramsci especificou aquela dimensão da sociedade civil mais próxima do momento superestrutural, ou seja, explicitou o momento das instituições políticas, intermediárias da relação com o Estado. Porque estão entrelaçadas com o outro momento (momento econômico), podem vir a atenuar as contradições que nele se expressam. Nesse sentido, a intervenção ativa do Estado *stricto sensu* pode ser dispensada em muitas circunstâncias, mas apenas porque uma outra dimensão executa a função política para a articulação da hegemonia. Por esta razão sua importância é tão fortemente sublinhada por Gramsci no que respeita à atuação do Estado¹⁴.

¹⁴ Será a partir desta abertura no campo da teoria que desenvolveremos a idéia, nos segundos e terceiro capítulos, de que no Ocidente assim como o Estado, a sociedade civil também é ampliada.

Como momento da produção das formas econômicas, a sociedade civil também está colocada no sentido em que a compreendia Marx. Só que isso não quer dizer, como deduziria Bobbio, que a sociedade civil se identifica estritamente com o momento da produção econômica. Conclusões neste sentido desconsideram que a sociedade civil em Marx corresponde à estrutura das relações econômicas e que já em *A questão judaica*, mas especialmente em *As lutas de classes na França* (1850) e no *Dezoito Brumário* (1851), esse conjunto não se limita às relações materiais, comportando um conjunto de instituições – talvez seria mais preciso dizer organizações – que sem fazer parte do aparato de Estado *stricto sensu* são essenciais para o seu funcionamento, e que devido a isso “a sociedade civil é por excelência o espaço das lutas de classes pela hegemonia” (MONAL, 2001).

Mas de qualquer modo, Gramsci não poderia aplicar os resultados das investigações de Marx a uma realidade que se mostra diferente. Ele vê que a sociedade civil se tornou, “com o desenvolvimento de superestruturas que são como o sistema de trincheiras da guerra moderna”, muito mais complexa, constituída por uma série de instituições sociais que não são diretamente políticas, no sentido estrito, mas fazem a ligação entre a classe dominante na esfera estrutural e a forma que ela encontra para manter a estrutura vigente por meio do Estado.

Devido a essas transformações, as estratégias das classes em disputa pela hegemonia sofrem alterações e nesse ponto é preciso entender as formas de coerção e consenso que operam nas relações sociedade civil/Estado.

A oposição sociedade política (coerção)/sociedade civil (hegemonia-consenso), deixa de considerar que através de sofisticados mecanismos de dominação ideológica, implementados no interior do processo de produção material e também nas demais atividades cotidianas, as instituições da sociedade civil podem

exercer um papel de relativa coerção, quando se trata, evidentemente, de estabelecer um novo projeto ou uma nova dimensão de projeto hegemônico.

Perde também a perspectiva delineada mais explicitamente nas notas sobre *Americanismo e fordismo* (Q22), de que a maior complexificação da sociedade civil torna cada vez mais imbricados os diversos aspectos da realidade e que, em consequência, cada vez menos a luta política pode ser compreendida apenas no espaço superestrutural, uma vez que ocupa todos os espaços da vida cotidiana.

Diante de tudo isso, o caminho que se abre para discutir a construção da hegemonia em Gramsci é o da avaliação, mediante a referência a situações históricas concretas, dos conteúdos que a sociedade civil e o Estado podem assumir no processo de luta de classes. O maior ou menor grau de coerção e consenso presentes nestas esferas, bem como seu significado, só pode ser medido com base nos elementos extraídos dessas ponderações.



1.3 A hegemonia e os processos políticos no Ocidente

A idéia de discutir processualmente a questão da hegemonia em Gramsci impõe que sejam precisados os termos com os quais caracteriza o(s) terreno(s) que lhe serve de base. Isso significa, como já foi observado, proceder a um exame cronológico, no qual comparece além da análise imanente aos textos, a problemática principal – sempre inserida num determinado quadro – e que

(...) não podemos limitar-nos, como se fez inicialmente, a distinguir na noção de hegemonia dos *Quaderni* um significado amplo e genérico (referente aos diversos agentes sociais que funcionam como princípio de conduta) e um significado mais restrito em relação ao primeiro, relativo às relações de classe (...), já que esta operação serve somente para caracterizar a hegemonia como categoria de ciência política: é necessário igualmente distinguir os casos em que a hegemonia política funciona como abstração conceitual dos casos em que é vista em diferentes determinações históricas (FRANCIONI, 1984, p.163)¹⁵.

Uma tese defendida por Francioni e com a qual concordamos é que em várias notas a categoria hegemonia possui um potencial explicativo passível de ser generalizado, mas, em vários momentos, seu conteúdo é o da análise de situações particulares.

Para alguns autores, como Anderson (1984), essas variações constituem, conforme o momento, imprecisões conceituais ou indicam falhas na identificação do

¹⁵ De acordo com Francioni, o trabalho simultâneo de Gramsci em diversos cadernos e temas tornou inviável, mesmo com a edição Gerratana, precisar a data de redação das várias notas. Como uma investigação apurada neste sentido e mesmo a discussão da proposta de Francioni estaria acima das nossas possibilidades de trabalho e nos afastaria do trabalho iniciado, optamos por realizar uma primeira leitura de reconhecimento dos *Quaderni*, utilizamos a cronologia da edição Gerratana para agrupar as notas mais diretamente ligadas ao nosso tema.

objeto. Curiosamente, interpretações desse gênero acabam por deixar transparecer uma certa frustração por não encontrar na obra de Gramsci uma equivalência em relação a uma determinada matriz de seu pensamento.

A preocupação em destacar a influência inegável de Lenin, sobretudo no que se refere à questão da hegemonia, tem por muitas vezes ocultado que tal problemática já vinha sendo trabalhada pelo autor, *em estado prático*, desde a época de *L'Ordine Nuovo* e no texto *Alguns temas sobre a questão meridional* (BUCI-GLUCKSMANN, 1990; DIAS, 2000). Além disso, a leitura de que em Lenin o tratamento da questão teria privilegiado o aspecto da ditadura do proletariado quase sempre leva a um movimento no qual a principal preocupação é ratificar ou retificar a fidelidade de Gramsci em relação ao pensamento e à prática desenvolvidos pelo líder do partido bolchevique.

Mais importante que seguir este último caminho parece ser o de investigar o que se oculta sob essas variações. No caso de Gramsci, são as avaliações das fases vividas pelo desenvolvimento capitalista e pela luta de classes e, nos *Quaderni* de forma mais explícita que no período anterior, do papel desempenhado pelo Estado em cada momento. Essa vinculação de suas reflexões a um quadro específico toma corpo à medida que são desenvolvidas outras categorias – tais como oriente e ocidente, guerra de posição e guerra de movimento, revolução passiva –, com as quais qualifica as condições particulares das sociedades às quais se refere, deixando entrever as dimensões da hegemonia. A identificação dos elementos de análises particulares e daqueles que podem ser utilizados como categorias de teor universal parece só ser possível observado esse pressuposto.

No Q1, a temática da hegemonia é inserida durante a discussão do papel desempenhado pelos intelectuais¹⁶ conservadores do Partido Moderado no processo de unificação que culminou com o *Risorgimento*. A influência do Partido Moderado sobre o Partido da Ação é explicada pelo fato de que este último não conseguiu criar um programa, e, em virtude disso, submeteu-se à direção do primeiro.

Da análise desse caso específico, é possível extrair uma observação que pode ser generalizada (FRANCIONI, 1984, p.164), isto é, a proposição, válida em qualquer circunstância, de que

Uma classe é dominante de dois modos, isto é, “dirigente” e “dominante”. É dirigente das classes aliadas, é dominante das classes adversárias. Por isso uma classe antes de estar no poder pode ser “dirigente” (e deve sê-lo): quando está no poder torna-se dominante, mas continua a ser também dirigente. (...) Pode-se e deve-se ser uma “hegemonia política” ainda antes da chegada ao governo e não é necessário contar apenas com o poder e sua força material para exercer a direção ou hegemonia política (Q1, p. 41, Q19, p. 2010-2011).

Neste sentido, o que o parágrafo §24 do Q19 adiciona de mais relevante em relação ao §44 do Q1 é a observação de que a conquista da direção antes da conquista do governo “é uma das condições principais para a própria conquista do poder” (Q19, p. 2010-2011). Vale salientar que esta valorização dos aspectos políticos e ideológicos para a construção da hegemonia não pode ser interpretada como subestimação dos demais, como um vício voluntarista de Gramsci¹⁷.

É certo que a ausência de condições materiais implicará limites que não poderão ser ultrapassados imediatamente por nenhum grupo. Entretanto, a

¹⁶ O conceito de intelectual é imprescindível na problemática da hegemonia. Gramsci considera intelectual todo aquele que desempenha uma função política de acordo com uma concepção de mundo.

¹⁷ É de notar-se a adjetivação, na passagem citada, “hegemonia política”.

organização político-ideológica constitui um poderoso diferencial, um elemento de atração dos grupos que se quer dirigir e aos quais se pode aliar para a consecução das condições materiais (Q19, p. 2011 e sgs).

Mas além das constatações de elementos que permitem uma generalização, aparecem também aquelas relacionadas às particularidades de cada caso. Quando nos defrontamos com a exposição do “desfecho” da ação dos moderados, estamos diante de uma análise que contempla a particularidade (FRANCIONI, 1984, p.164).

Os moderados continuaram a dirigir o *Partito d'Azione* também depois de 70 e o “transformismo” é a expressão política desta ação de direção, toda a política italiana de 70 até hoje é caracterizada pelo “transformismo”, isto é, pela elaboração de uma classe dirigente nos quadros fixados pelos moderados depois de 48, com a absorção dos elementos ativos sorti das classes aliadas e também das inimigas. A direção política torna-se um aspecto do domínio, enquanto a absorção das elites das classes inimigas leva à decapitação destas últimas e à sua impotência (Q1, p.41; Q19, p.2011).

Estamos defronte também, nestas duas notas, à primeira indicação sobre a revolução passiva como forma de construção da hegemonia.

Quando utilizada pela primeira vez, em referência às relações de força entre os partidos no *Risorgimento*, a categoria revolução passiva serve principalmente para explicitar as bases conservadoras sobre as quais se desenrolou esta fase da revolução burguesa italiana. Se a burguesia não conseguia impôr diretamente a hegemonia, assumindo um plano integral (econômico, político e ideológico), seus intelectuais projetaram o Estado Piemontês como uma força imparcial, capaz de articular compromissos entre a nova força dotada de potencial hegemônico com as classes dominantes do período anterior.

Mas detendo-nos um pouco mais na descrição dos aspectos internos da revolução passiva operada durante o *Risorgimento*, encontramos elementos para enriquecê-la desde estas primeiras notas. Vimos que a subordinação do Partido da Ação deveu-se à sua incapacidade para articular-se organicamente em torno de um plano. Para que pudesse organizá-lo, precisaria ter conseguido forças outras – no caso as populares, principalmente os camponeses – o que exigia que tivesse um projeto popular-democrático (Q1, p. 42). A posição do Partido da Ação é contraposta não a do Partido Moderado, mas a dos jacobinos franceses.

Enquanto "os jacobinos [franceses] lutaram obstinamente para assegurar o vínculo entre cidade e campo, foram derrotados porque tiveram de sufocar a veleidade de classe dos operários" (Q1, p. 43), a Itália não poderia ter movimento jacobino e as razões disso "devem ser procuradas no campo econômico, isto é, na relativa debilidade da burguesia italiana e no clima histórico diverso da Europa depois de 1815" (Q19, p. 2032).

A oposição entre revolução passiva e jacobinismo é uma oposição entre um projeto que exclui as massas populares e outro que as inclui. Neste sentido, a leitura que Gramsci faz do jacobinismo é de uma revolução nacional-popular, característica que se opõe às formas passivas de revolução. Mas em que se sustenta essa definição do jacobinismo?

A palavra "jacobinos" acabou por assumir dois significados: um é o significado próprio, historicamente caracterizado: um determinado partido da Revolução francesa, que concebia a revolução de um determinado modo, com um determinado programa, sobre a base de determinadas forças sociais e que explicou a sua ação de partido e de governo com uma determinada ação metódica caracterizada por extrema energia e resolução dependente da crença fanática na bondade daquele programa e daquele método. Na linguagem política os dois aspectos do jacobinismo foram cindidos e se chamou jacobino o homem político enérgico e resoluto porque, fanaticamente persuadido das virtudes taumatúrgicas das suas idéias (Q1, p.44).

Aqui o que se extrai é uma chave de interpretação passível de explicitar de que maneira, em razão da correlação das forças políticas dominantes em determinado momento, se delineia o caráter conservador ou progressista da revolução. Gramsci está certo de que este caráter se baseia na identificação das classes que assumem o papel de protagonistas da cena, das alianças por elas realizadas e do ritmo de desenvolvimento econômico, político, social e cultural que imprimem à sociedade.

Quando a referência é o caso francês, percebe-se que o jacobinismo refere-se à atuação ativa e hegemônica da força antagônica emergente. Como neste caso havia a implicação da ação dos camponeses, e para tanto a política jacobina realizou também a reforma agrária, a abolição das grandes propriedades – só isso seria capaz de representar interesse para os camponeses franceses—, o principal problema da análise de Gramsci consistiria, para alguns autores, em assumir como elemento regressivo da revolução burguesa italiana a ausência de reforma agrária.

Mas há algumas indicações de que a referência à alienação dos camponeses no projeto do *Risorgimento* faz mais do que a simples defesa da reforma agrária, indicando o tipo de implicações econômico-políticas dessa exclusão nas relações internas do país.

No *Risorgimento* se verifica já embrionariamente a relação histórica entre Norte e Sul como uma relação similar àquela de uma grande cidade e um grande campo: sendo esta relação não aquela orgânica normal de província e capital industrial, mas assumindo um vasto território, acentuando-se as colorações de um contraste nacional (Q1, p.35).

Atrelando a relação jacobinismo-tendência progressiva da revolução burguesa ao tema da hegemonia, Gramsci deixa claro que embora a burguesia

francesa fosse a classe cultural e politicamente mais avançada do terceiro estado, isso não lhe garantia a posição de classe dominante e muito menos dirigente. Foi somente porque estabeleceu objetivos mais amplos do que aqueles necessários para a satisfação de suas aspirações particulares e imediatas de classe e, com isso tornando-se a portadora das aspirações nacionais que a fração jacobina da burguesia conseguiu fazer-se dirigente das demais camadas sociais e assim vencer a reação (Q1, p. 50-1).

Os jacobinos, portanto, forçaram a mão, mas sempre no sentido do desenvolvimento histórico real, porque fundaram não apenas o Estado burguês, fizeram da burguesia a classe "dominante", mas fizeram mais (em um certo sentido), fizeram da burguesia a classe dirigente, hegemônica, isto é, deram ao Estado uma base permanente (Q1, p.51).

A ausência de jacobinismo do Partido da Ação se coloca nesta ausência de vontade de tornar-se "partido dirigente", nesta incapacidade de agregar os setores populares, menos para impôr a hegemonia de uma burguesia sem bases, muito mais para explorar as possibilidades de ampliação dos elementos "revolucionários" do par revolução-conservação (Q1, p. 52).

Mas tampouco o Partido Moderado, que conduziu esta fase da revolução burguesa que culminou com a Unificação foi jacobino. Segundo Gramsci, a ação política jacobina estava impedida por razões devidas à própria base econômica, ou seja, pela debilidade de sua burguesia. Esta debilidade, que no plano político interno se revela na necessidade de aliar-se aos setores agrários retrógrados, nas relações internacionais está relacionada – antecipemos – à sua dependência em relação às potências estrangeiras. A Unificação, como já notaram alguns, teve em muitos sentidos o aspecto não de um Estado que articulasse os elementos nacionais-populares, mas de uma anexação do Sul e das ilhas pelo Piemonte (Q1, p.53).

Vemos, portanto, que embora a análise gramsciana dos processos de revolução burguesa francesa e italiana concentre-se na discussão das transformações ocorridas no campo da política, não perde de vista os laços entre o campo político e o sentido que as classes hegemônicas, ou aspirantes a hegemônicas são obrigadas a imprimir a outros campos, especialmente o econômico. As críticas de Gramsci ao economicismo são por diversas vezes críticas às tentativas de visualizar as dimensões em estado puro – e não entrelaçadas –, como se pode ver no trecho abaixo:

É pelo menos estranha a atitude do economicismo em relação às expressões de vontade, de ação e de iniciativa política e intelectual, como se estas não fossem uma emanção orgânica de necessidades econômicas e, ao contrário, somente a expressão eficiente da economia; assim é incongruente que a impositação concreta da questão hegemônica seja interpretada como um fato que subordina o grupo hegemônico. O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se tenha levado em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercitada, que se forme um certo equilíbrio de compromissos, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa, mas é também indubitável que tais sacrifícios e tais compromissos não podem abster-se do essencial, uma vez que se a hegemonia é ético-política, não pode não ser também econômica, não pode não ter o seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exercita no núcleo decisivo da atividade econômica (Q13, p.1591).

A posição de Gramsci sobre o papel que cada uma dessas dimensões ocupa na disputa pela hegemonia é exposta na nota sempre referida de sua polêmica com Rosa Luxemburgo. Correto ou não, o julgamento sobre a intenção de Rosa – a acusação de subestimação dos elementos da ação política e de fé miraculosa no espontaneísmo gerado por uma crise no momento econômico – sustenta que há um equívoco em querer determinar previamente que dado tipo de crise abra as condições para a guerra manobrada. Mas ao invés de impor uma outra fórmula, é salientado que “a verdade é que não se pode escolher a forma de guerra

que se quer", a menos que haja claramente uma superioridade na correlação de forças.

É importante lembrar que nas considerações sobre a abertura de uma época de revolução passiva após o primeiro momento da Revolução Francesa, Gramsci recorre aos Princípios do *Prefácio* de 1859 para ressaltar a necessidade de captar, a cada momento, a especificidade do processo revolucionário. O *Prefácio* enuncia a impossibilidade de fixar *a priori* os limites de desenvolvimento das forças produtivas e deduzir uma crise revolucionária de uma crise econômica.

(...) poder-se-ia também mostrar o estreito paralelismo que Gramsci promove entre análise do processo de constituição da hegemonia burguesa "jacobina" e teoria lógico-política das relações de força que definem a hegemonia em geral. A leitura da conjuntura francesa da crise revolucionária e análise estrutural da hegemonia se fazem através da mesma métrica: posição da estrutura, formação do nível econômico-corporativo na sociedade civil, passagem (catarse) do nível econômico-corporativo ao nível ético-político, formação do Estado, com o "fazer-se Estado" da nova classe dirigente, construindo, deste modo, a "sociedade política" capaz de "adequar" completamente a estrutura e a "sociedade civil" (TOSEL, 1994, p 42-43).

Referindo-se à compreensão gramsciana da Revolução Francesa e dos processos revolucionários de modo geral, Tosel a sintetiza de um modo muito feliz:

A revolução burguesa é processo e época. Fenômeno de construção hegemônica de longo prazo adquire tantas especificidades quantas são as variantes nacional-populares. O caso francês é o de uma hegemonia forte, conseguida em período de guerra de movimento; é o "jacobinismo de conteúdo" (TOSEL, 1994, p. 43).

A análise do *Risorgimento*, por outro lado, apresentaria um processo que se define negativamente e que permitiria dizer, numa conclusão apressada e mecânica, que em Gramsci haveria "duas modalidades: 'revolução permanente' ('o jacobinismo de conteúdo', hegemonia forte, nação francesa sólida, onde a

dominação é consentida), 'a revolução passiva' (carência de hegemonia, nação italiana com o Estado fetichizado como meio de coerção, mas na realidade fraco porque não consentido nem legitimado" (TOSEL, 1994, p. 43).

Mas para Tosel, estas formas não são trabalhadas como modelos que coexistem geograficamente, em função de variações nacionais. Elas evoluem numa descontinuidade e, a partir de 1870, quando o proletariado surge como classe subalterna, a revolução passiva adquire potencialidades hegemônicas. A Revolução de 1917, forma de guerra de movimento, é justamente barrada por uma guerra de posição no plano internacional através da qual se desenvolve uma revolução passiva (TOSEL, 1994, p. 44).

A guerra de posição não é apenas constituída pelas trincheiras *vere e proprie*, mas por todo o sistema organizativo e industrial do território que é defendido pelo exército enfileirado, mas imposta especialmente pelo tiro rápido dos cânones das metralhadoras, pela concentração das armas em um determinado ponto, além da abundância de provisões que permite substituir rapidamente o material perdido depois de uma derrota e recuo. Um outro elemento é a grande massa de homens que participam do enfileiramento, de valores muito desiguais e que por isso podem operar somente como massa (Q13, p.1615).

A questão chave, nesta discussão, é perceber que a possibilidade de ampliação do sentido da categoria revolução passiva não se restringe, como observou De Felice (1978) à mera identificação de elementos constantes em outras realidades. Antes de Tosel (1994), De Felice (1978 e Buci-Glucksmann (1990) já haviam observado que essa recorrência aos princípios da ciência política possibilita concluir que

(...) em Gramsci a revolução passiva tende a identificar as formas do processo revolucionário, isto é, os modos como se desenvolve a

contradição fundamental e com ela a modificação a que é submetida a toda a formação econômico-social (DE FELICE, 1978, p.196).

Neste sentido, o que Gramsci capta é "uma tendência potencial, interna a todo processo de transição" ou de profunda crise societal (BUCI-GLUCKSMANN, 1978, p.120), empiricamente comprovada em dois momentos precisos, sucessivos à contextos de "guerra de movimento": aquele que se abre como desdobramento da conjuntura européia entre 1789 e 1848 e, no século XX, numa segunda onda – em que o "moderno" insiste em "modernizar-se para não sucumbir" –, desencadeado pelo pós-Primeira Guerra.

Temos então que os processos de construção da hegemonia no Ocidente não podem mais ser pensado sem referência aos quadros de revolução passiva. Todo o cuidado deve ser tomado, no entanto, no sentido de identificar as determinações específicas, tanto no campo internacional, quanto no da correlação de forças internas, antes de determinar o grau de força de cada um dos componentes do par revolução-restauração.

Além disso, nos processos políticos posteriores a 1870, guerra de posição e revolução passiva imbricam-se:

(...) Se no que se refere ao primeiro pós-guerra a inscindibilidade do nexos é dificilmente contestável¹⁸, a questão se repropõe na medida em que se analisam os nexos gerais entre as duas categorias, mais ainda se se refletir sobre a pluralidade de significados que a guerra de posição tende a assumir na utilização que Gramsci faz dela. Com ela se define o choque de classe após outubro de 1917; a relação entre luta de classe e riqueza de articulação dos Estados industriais, pelo que a resistência à insurreição do elemento catastrófico imediato (crise, depressão) é muito forte – repondo, para a guerra de posição e a transformação do Estado contemporâneo na idade do imperialismo e da socialização da produção, que põe as condições

^{18a} (...) na época atual, a guerra de movimento verificou-se politicamente de março de 1917 a março de 1921, e a ela se seguiu uma guerra de posição cujo representante, além de prático (para a Itália), ideológico, para a Europa, é o fascismo" (Q10, p.1229).

para a passagem da teoria da revolução permanente à da “hegemonia civil” (...) se a revolução passiva determina em Gramsci as formas de um processo de transformação, a guerra de posição determina as formas do choque de classe em relação a este processo, e isto seja para a burguesia, seja para o proletariado (DE FELICE, 1978, p. 201-202).

Essa coincidência da revolução passiva com a guerra de posição não significa nem a impossibilidade de que a guerra de posição possa assumir outra forma – de fato revolucionária – e nem uma adesão de Gramsci à revolução passiva como um projeto para as massas subalternas.

Os próprios técnicos militares que atualmente insistem na guerra de posição como antes haviam insistido sobre a manobra, não sustentam que o tipo precedente deva ser considerado como expulso da ciência; mas nas guerras entre os Estados mais avançados industrial e civilmente, devemos considerá-lo reduzido a funções táticas mais que estratégica, deve considerar-se na mesma posição em que se encontrava antes a guerra de assédio em confronto com a manobra (Q13, p. 1615).

Poder-se-ia dizer que Gramsci não descarta a possibilidade do jacobinismo, desde que se pense que uma abertura nesta direção implica uma adequação às novas exigências colocadas pela época de revolução passiva. Por isso critica a ilusão do jacobinismo histórico – compreendido como uma ilusão especialmente política, que leva de volta à questão da Nação e despreza a reflexão sobre exigências epocais.

O tempo das revoluções, portanto, não terminou e o jacobinismo não pode ser reduzido a uma simples ideologia política necessária como mitologia fundadora do que se tornou a banalidade de nossa modernidade política. O nosso tempo é precisamente aquele de uma revolução que se tornou passiva na qual a virtualização do momento jacobino é um desafio decisivo. As massas modernas, em situação de guerra de posição, não devem repetir o jacobinismo próprio da guerra de movimento. Elas devem herdar do “jacobinismo de conteúdo” uma tradução concreta numa situação de revolução passiva. É preciso, portanto, inventar um metajacobinismo inédito,

antítese da hegemonia burguesa, característica da guerra de posição, um metajacobinismo com função de anti-revolução passiva (TOSEL, 1994, p.44).

O atrelamento da guerra de posição ao quadro das revoluções passivas exige a recuperação da análise sobre as relações de força no contexto nacional e mundial. Para tanto, Gramsci inicia uma análise que define as características da sociedade civil e do Estado. É então que emerge a discussão sobre as formas possíveis de conformação das sociedades – a distinção entre Ocidente e Oriente.



1.4 Diferentes Ocidentes e a questão da hegemonia no quadro das revoluções passivas do século XX

A idéia de que as diferentes formas de inserção na modernidade implicariam formas organizativas diferenciadas da dimensão civil e estatal e, conseqüentemente, formas diferentes de relações entre estas duas dimensões passa a ser explorada por Gramsci após a derrota dos projetos socialistas na Europa central e ocidental.

O impulso para a investigação dos processos de constituição da hegemonia burguesa que o remetem a Europa do século XVIII, nasce de uma necessidade de compreender a situação presente. Corroborando a tese marxiana de que "é a anatomia do homem a chave para a compreensão da anatomia do macaco", sua investigação primeiro localiza os traços gerais das sociedades do período em que vive¹⁹.

O quadro mundial a partir da década de 1910 distinguia-se pela mobilização das classes dominantes em função das necessidades da intensificação da concorrência intercapitalista (LENIN, [1980], p. 317-318) e constitui, para Gramsci, o marco de abertura da nova época de revoluções passivas.

¹⁹ Nesse sentido é interessantíssima a observação de Werneck Vianna de que "quando Gramsci inicia a sua inquirição sobre o *Risorgimento*, uma revolução passiva já parte de um diagnóstico sobre a situação presente (Q, p. 1766). Na prisão, em março de 1929, ao estabelecer seu plano de estudos, Gramsci seleciona a questão dos intelectuais, a do americanismo-fordismo, uma linha de investigação sobre a história italiana, objetos, portanto, que dizem respeito àquele eixo temático. Ao abrir os *Quaderni*, o seu autor já detém um conhecimento prévio do itinerário que deseja percorrer – Gramsci não chega ao americanismo pela análise do *Risorgimento*. Se esses dois temas comparecem juntos em seu plano de estudos, é porque o autor, de algum modo, teria identificado neles um problema comum: a revolução passiva" (WERNECK VIANNA, 1997, p. 71).

É neste plano de reflexão que surge a indagação sobre a possibilidade de relação entre a idéia de revolução permanente defendida por Trotsky e o conceito de guerra manobrada. Em caso positivo, Trotsky teria perdido de vista não apenas o estado atual das relações internacionais como também a necessidade de avaliar as condições nacionais (Q7§16; Q13§24). O conceito de revolução permanente, elaborado por Marx a partir da experiência jacobina francesa, seria válido, segundo Gramsci, apenas para o período anterior a 1848. A descrição da sociedade nestas condições não remete apenas às transformações do aparato estatal, mas também àquelas transformações do ponto de vista econômico, ou melhor, a todas que dizem respeito aos Estados modernos (Q13, p.1566).

No período posterior a 1870, com a expansão colonial européia, todos estes elementos mudam, as relações organizativas internas e internacionais do Estado tomam-se mais complexas e maciças e a fórmula *quarantottesca* da "revolução permanente" é elaborada e superada na ciência política na formula de "hegemonia civil". Ocorre na arte política o que acontece na arte militar: a guerra de movimento torna-se sempre mais guerra de posição e se pode dizer que um Estado vence uma guerra enquanto a prepara minuciosamente e tecnicamente no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, ou como complexo de associações na vida civil constituem para a arte política o mesmo que as "trincheiras" e as fortificações permanentes do front na guerra de posição (Q13, p. 1567; Q8, p. 20).

Em termos muito próximos àqueles em que Engels observou que a derrota das forças populares em 1848 provara que a partir daquele momento seria totalmente inviável buscar a transformação social através de confrontos diretos com as forças dominantes (Engels, [1980])²⁰, Gramsci também constata que após a

²⁰ Uma discussão sobre a proximidade entre Gramsci e Engels sobre a passagem da "guerra de movimento" à "guerra de posição" foi feita por Jacques Texier. Para o autor, o texto de Engels faz o que pode ser chamado de uma "autocrítica sobre a tática de 1848-1871", na qual a derrota das tentativas revolucionárias das classes subalternas entre 1848-1850 e durante a Comuna de Paris se devia principalmente à insuficiência das condições econômicas. Por outro lado, quando escreve o

Comuna de Paris, as transformações das instituições político-sociais estabeleceram novas condições muito mais complexas para a luta política.

(...) depois da expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e partidário, da formação de amplas burocracias estatais e "privadas" (político-privadas, partidárias e sindicais) e das transformações que se verificaram na política num sentido mais largo, isto é, não só do serviço estatal destinado à repressão da delinquência, mas do conjunto das forças organizadas pelo Estado e pelos particulares para tutelar o domínio político e econômico das classes dirigentes. Neste sentido, inteiros partidos "políticos" e outras organizações econômicas ou de outro gênero devem ser considerados organismos de polícia política, e de caráter investigativo e preventivo (Q13, p.1620-1621).

O duplo movimento revolução-conservação indicado na definição da categoria revolução passiva está presente também na guerra de posição enquanto estratégia assumida pelas classes dominantes, como observou De Felice:

(...) Parece-me essencial sublinhar, também em relação à guerra de posição, o elemento dinâmico presente na revolução passiva, pelo que o reconhecimento das casamatas leva a localizar instrumentos novos de hegemonia, ou à transformação dos já existentes, construídos pela classe dominante tendo em vista problemas objetivos abertos, a serem enfrentados e aos quais dar solução (DE FELICE, 1978, p. 205).

Mas os constantes resgates do *Prefácio* de Marx indicam que Gramsci tinha presente que a distribuição destas características não ocorreu de forma homogênea em todos os países, variando de acordo com o grau e ritmo de

texto em 1895, percebe que neste momento "as transformações presentes na realidade econômica, social, política – compreendidas as condições militares – impõem a passagem à guerra de posição" (TEXIER, 1999, p.8-13). Buscando as causas do fracasso da expansão da Revolução de Outubro de 1917 ao Ocidente, Gramsci acabará por concluir que as características presentes na realidade social haviam se colocado desde a derrota da Comuna de Paris – razão pela qual tal análise se liga a do século XIX e da Revolução Francesa. Um ponto obscuro nesta semelhança é a ausência de referência, por parte de Gramsci, ao testamento político de Engels. Para Texier, o silêncio de Gramsci deve ser atribuído às polêmicas na III internacional e a inserção de Gramsci na tradição leninista (TEXIER, 1999, p.13-17).

desenvolvimento dos processos de revolução burguesa, isto é, das condições específicas sob as quais as burguesias nacionais lograram articular, nas relações com outras classes, as condições estruturais e as instituições adequadas à transição para a modernidade.

As noções de Oriente e Ocidente, tal como utilizadas por Gramsci, se referem justamente à distinção morfológica resultante dos processos de revolução burguesa, em virtude dos quais se desenvolvem aparatos hegemônicos com determinados perfis.

Admitindo o conteúdo algo fluido das expressões Oriente e Ocidente, uma caracterização prévia do seu sentido torna-se necessária.

Ao longo do pensamento político e ainda hoje, a colocação das diferenças entre Ocidente e Oriente acaba por remeter a considerações sobre a predominância, no Oriente, do caráter coercitivo de suas relações sociais. Ausentes do Oriente as organizações políticas desenvolvidas no Ocidente europeu, conclui-se com frequência uma vocação para o atraso – especialmente político, uma vez em que não há espaço para a consolidação das instituições democráticas – mas, mais do que isso, sua inferioridade em relação ao Ocidente²¹.

Antecipando a discussão dos *Quaderni*, Gramsci se refere a esta questão numa carta a Togliatti e Terracini, em fevereiro de 1924.

(...) na Europa Central e Ocidental o desenvolvimento do capitalismo não apenas determinou a formação de amplos estratos proletários, mas também e em consequência criou o estrato superior, a aristocracia operária com seus anexos de burocracia sindical e de grupos social-democratas. A determinação, que na Rússia era direta

²¹ Sobre a reconstituição do tratamento da questão no pensamento político clássico e nos debates marxistas e também para uma apreciação das implicações destas abordagens nas discussões sobre a problemática do desenvolvimento capitalista e a transição para o socialismo ver DEL ROIO, M. *O império universal e seus antípodas*, 1998 e *Marx e a questão do Oriente*, 2001, mimeo.

e lançava as massas às ruas para o assalto revolucionário, complicava-se na Europa Central por causa de todas essas superestruturas políticas; elas fazem com que a ação das massas seja mais lenta e prudente, e exigem, por conseguinte, que o partido revolucionário desenvolva toda uma estratégia e uma tática bem mais complexas e de longo alcance do que foram necessárias aos bolcheviques no período compreendido entre março e novembro de 1917 (GRAMSCI apud COUTINHO, 1981, p.162).

Neste trecho, em que vê acoplada a discussão das diferenças entre Ocidente e Oriente e a da mudança de estratégia por parte dos partidos políticos revolucionários, se vê que a distinção não se refere apenas ao aspecto superestrutural. Melhor ainda: expõe-se, germinalmente, a idéia de que o caráter primitivo das formações orientais, visível nas suas organizações políticas do momento político das superestruturas está presente também nos momentos da sociedade civil. Ainda na polêmica com Trotsky sobre a revolução permanente, Gramsci reforçava que seu sucesso na Rússia se devia às suas características de formação econômico-social oriental.

No Oriente o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento do caráter nacional (Q7, p. 866).

A referência é clara sobre as razões do acerto da estratégia política bolchevique²². Com base nesta nota também podemos identificar as sociedades

²² Acerto, nesta passagem, refere-se ao cálculo da possibilidade de sucesso da tomada do aparelho de Estado. A referência ao caso russo em termos de acerto, hoje, seria anacrônica. Não é necessário buscar as diversas análises sobre os problemas do projeto soviético para percebê-lo. A própria leitura de Gramsci, ao estabelecer que a sociedade civil não deve ser colocada em segundo plano e afirmar a crítica à estatolatria abre caminho para a reflexão dos desdobramentos da Revolução Russa de 1917 nos termos de uma revolução passiva.

ocidentais como aquelas nas quais as instituições modernas, herdeiras da Revolução Francesa, estão plenamente consolidadas. No sentido oposto, o Oriente se define pela presença de um Estado fortemente centralizado e coercitivo, e uma sociedade civil quase inexistente. A tática e estratégia políticas empregadas pelas classes dominantes e por aquelas que pretendem tornar-se dominantes define-se em relação a esta configuração. Se a ação política das classes dominantes nas sociedades de tipo oriental é marcada fundamentalmente pela coerção, os acontecimentos que culminaram com a Revolução de Outubro de 1917, demonstraram ser também este o tipo de sociedade em que a tática da "guerra manobrada" ou "guerra de movimento" (tomada direta do controle estatal) ainda era possível de ser utilizada.

Além disso, o atraso da dimensão estrutural da sociedade civil russa, suscitava a intervenção de uma camada de intelectuais, que organicamente vinculada às frações mais progressivas existentes na sociedade de então, o proletariado, articulasse as alianças necessárias ao ingresso no moderno.

Naquelas de tipo ocidental, com variações segundo cada formação nacional, o uso do aparato repressivo do Estado deixou de ser a forma predominante de exercício da hegemonia por parte das classes dominantes. A luta política passa a ser travada com a tática da "guerra de posição", tendo lugar nos aparelhos privados de hegemonia, instituições que passam a mediar as relações entre classes na esfera estrutural e o Estado.

O caráter primitivo dessa sociedade civil se refere também a sua incapacidade de tornar-se dominante na dimensão econômica, como é também o

caso da burguesia italiana²³. O fato é que não poderia ser de outro modo, pois os processos pelos quais um grupo busca a sua hegemonia envolvem todas as dimensões da vida social.

Estas observações lançam luzes sobre o progressivo enriquecimento do potencial analítico da categoria revolução passiva. Ampliando sua concepção inicial, Gramsci levantará a hipótese do desenvolvimento de revoluções passivas em circunstâncias diversas daquela de uma transição tardia à modernidade capitalista – em períodos em que as classes dominantes encontram-se em uma crise de hegemonia sem que, no entanto, as forças antagônicas consigam viabilizar um projeto de transformação, haverá a tendência de para a rearticulação das primeiras, que tentarão uma solução conservadora para a superação da crise.

A primeira indicação neste sentido é dada pela hipótese de que o fascismo pudesse constituir "a forma da revolução passiva do século XX, como o liberalismo foi a do século XIX" (Q8, p.1089), mas não é a única. Ao raciocinar sobre o contexto mais amplo da economia mundial, é vislumbrado todo "um período de 'restauração-revolução' a ser consertado permanentemente, organizado ideologicamente, exaltado liricamente" (Q10, 1209). A partir de então torna-se necessário examinar a "questão de se o americanismo possa constituir uma 'época' histórica, se poderá vir a determinar um desenvolvimento gradual do tipo [...] das 'revoluções passivas' ou se ao contrário representa só o acumular-se molecular de elementos destinados a produzir uma 'explosão', isto é, uma transformação de tipo francês" (Q22, p. 2140).

²³ Um ponto interessante a ser desenvolvido é o nexo entre o caráter primitivo da sociedade civil e as amplas tarefas que o Estado é chamado a desempenhar. Talvez seja o caso de estabelecer comparações entre a fácil tomada do aparato estatal e o fato de que nestas condições o Estado é chamado a agir como educador não apenas na dimensão ideológica, mas também na organização econômica.

As hipóteses sobre as revoluções passivas do século XX têm em comum o fato de serem levantadas durante as indagações do significado da crise do final dos anos vinte para a hegemonia burguesa. Considera que a nova composição da sociedade civil no Ocidente leva a uma maior complexificação nas relações entre o Estado e as classes sociais, o que ocasiona um novo delineamento dos processos políticos. Quer digam respeito à ação das classes dominantes ou das classes que lhes são antagônicas, o essencial a ser lembrado durante a avaliação desses processos é que eles podem assumir formas bastante heterogêneas, dependendo de seu caráter mais ou menos ocidental.

(...) a análise de Gramsci sobre a crise econômica de 1929 leva a determinar a sua gênese pelo menos na ruptura provocada pela Primeira Guerra Mundial: as duas especificações da revolução passiva investem a análise de um mesmo fenômeno histórico – a fase aberta com a Guerra Mundial e a Revolução de Outubro – apreendendo seus dois aspectos, estreitamente interligados: isto é, o governo das massas e o governo da economia. São estas as novas casamatas através das quais passa a reconstituição do aparelho hegemônico das classes dominantes (DE FELICE, 1978, p.210).

Mas antes de proceder a este exame, algo que reservaremos ao segundo e ao terceiro capítulos, é preciso compreender melhor as determinações ditadas pela dinâmica capitalista a que nos referimos anteriormente. Estas determinações referem-se tanto às condições estruturais quanto a posição que os atores políticos assumirão na realidade.

É por essa via que a análise de Gramsci incorpora a discussão das determinações da passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista, e, nesse sentido, não poderia deixar de refletir sobre o papel que o Estado, enquanto articulador da hegemonia, era chamado a desempenhar em virtude das contraditórias lutas de classe.

O primeiro aspecto trazido à luz pela análise lenineana sobre a fase imperialista do capitalismo é o processo de concentração da produção nas grandes empresas, acentuando a tendência geral à monopolização²⁴. Por sua vez, as empresas monopolistas têm como nova característica o controle combinado de diversos ramos produtivos, o que lhes garante as melhores condições para a reprodução e ampliação de seus capitais.

A monopolização cria as condições para a intensificação da socialização da produção em todos os seus aspectos. Diante do alto grau de concentração, todos os componentes do processo produtivo (fontes de matérias-primas de diversas regiões do mundo, capacidade técnica existente e potencial) e também a capacidade dos mercados são antecipadamente calculados pelos detentores do capital. Neste movimento é indispensável a atuação destacada dos bancos, ou melhor, do capital financeiro, que é apontado por Lenin como o terceiro aspecto fundamental da etapa imperialista (LENIN, [1980], p.336).

A acumulação de capital proporcionou aos bancos, na sua função de intermediários de pagamentos, uma grande quantidade de capital inativo, que é mobilizado na forma de empréstimos e outras operações. Por meio de operações como incorporações e constituição de sociedades de participação, os bancos seguiram a tendência à concentração e monopolização verificada em todo o sistema e passaram a dispor não apenas do capital monetário dos capitalistas, mas de meios de produção, fontes de matérias-primas, etc. Verifica-se,

²⁴ As principais transformações na economia capitalista a que temos nos referido nas páginas anteriores encontram uma síntese no resumo feito por Lenin sobre o desenvolvimento dos monopólios: "1) Década de [18]60 e [18]70, ponto culminante do desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais que germens apenas perceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, largo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem somente uma exceção, não são ainda sólidos, ainda representam um fenômeno passageiro. 3) Auge do final do

conseqüentemente, um entrelaçamento entre os bancos e a indústria que marca algo novo: “concentração da produção; monopólios que derivam da mesma; fusão ou entrelaçamento dos bancos com a indústria: tal é a história da aparição do capital financeiro e o que tal conceito expressa” (LENIN, [1980], p.342-360).

A posição privilegiada dos monopólios, realimentada “pela constituição de sociedades, a emissão de valores, os empréstimos do Estado”, permite às oligarquias financeiras sobreviver aos períodos de crise e mesmo retirar vantagens da ruína das pequenas e médias empresas nestes períodos. Apenas as oligarquias financeiras podem beneficiar-se em grandíssima escala da prática rentista, elevando a imensas proporções a separação entre propriedade do capital e real aplicação do capital apropriado à produção da lógica capitalista. Estabelecem-se novas dimensões para as disputas entre o pequeno e o grande capital, mas veremos também que entre as economias nacionais (LENIN, [1980], p.367-369).

Está claro que essa expansão do capital financeiro é mais intensa nos países mais avançados do ponto de vista capitalista. São países que na primeira década do século XX ocupavam uma posição privilegiada no mercado mundial graças à condição de detentores de colônias e/ou grandes exportadores de mercadorias – posição que se deve e ao mesmo tempo contribui para a acumulação de um imenso capital excedente.²⁵

Diminuídos os setores de investimentos lucrativos no interior dos países em que se originou, o capital ultrapassa fronteiras. Os recursos investidos nos

século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis se convertem em uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo se transformou em imperialismo (LENIN, [1980], p.332).

²⁵ “Inglaterra e França são os países capitalistas mais velhos e (...) os mais ricos em colônias; os outros dois – os Estados Unidos e a Alemanha – são países capitalistas avançados pela rapidez de desenvolvimento e o grau de difusão dos monopólios capitalistas na produção. Os quatro juntos tem 479 milhões de francos, isto é, cerca de 80% do capital financeiro mundial. Quase todo o resto do

países atrasados promovem uma aceleração do desenvolvimento capitalista, mas por outro lado, geram um vínculo maior de dependência em relação às formas diversas destes capitais²⁶. A constatação desta tendência foi expressa por Lenin na observação de que a divisão do mundo entre os países imperialistas era seguida também por uma divisão direta do mundo entre as oligarquias financeiras (LENIN, p.382 e sgs).

Essas disputas "além fronteiras" entre as diversas oligarquias financeiras repercutem de dois modos principais no âmbito político, no que se refere ao papel do Estado: na esfera internacional, os Estados nacionais vêm-se pressionados a intensificar a disputa pelas colônias e, internamente, para fazer frente à dura disputa entre os monopólios, desenvolver formas novas de política econômica protecionista.

A estimativa lenineana de que as contradições gestadas pelo capitalismo levariam ao seu estancamento e ao colapso pareciam próximas nos anos 20. Após operações para o controle da inflação, associadas os empréstimos vindos principalmente dos Estados Unidos a minoração da crise foi possibilitada sem que os elementos de vulnerabilidade das diversas economias fossem definitivamente sanados.²⁷

mundo exerce, de uma forma ou outra, funções de devedor e tributário destes países, banqueiros internacionais, desses 'quatro pilares' do capital financeiro mundial" (LENIN, [1980], p.375).

²⁶ A composição monopolista do capital financeiro estende uma rede sobre todos os setores da economia, na qual os empréstimos desdobram-se numa série de compromissos, como a negociação de matérias-primas, produtos industrializados, formas de participação, etc (LENIN, [1980] p.380-382).

²⁷ "Em 1924, esses furacões pós-guerra se acalmaram, e pareceu possível esperar um retorno ao que um presidente americano batizou de 'normalismo'. Houve realmente algo parecido com um retorno ao crescimento global, embora alguns dos produtores de matérias-primas e alimentos, inclusive alguns fazendeiros americanos, ficassem incomodados com os preços dos produtos primários, que voltaram a cair após breve recuperação. (...) Além disso, o desemprego na maior parte da Europa Ocidental permaneceu assombroso e, pelos padrões pré-1914, patologicamente alto. (...) Os dois fatos indicam uma fraqueza na economia. A queda dos preços dos produtos primários (que deixaram de cair ainda mais pelo acúmulo feito de estoques cada vez maiores) simplesmente demonstrou que a demanda deles não conseguia acompanhar a capacidade de produção. Tampouco devemos desdenhar o fato de que o *boom*, como se deu, foi em grande parte alimentado pelo enorme fluxo de capital internacional que invadiu os países industriais naqueles anos, particularmente a Alemanha" (HOBBSAWM, 1997, p.95).

Contudo, a iminência do colapso foi afastada pelas políticas econômicas que nos anos da Depressão tiveram como elemento comum a crescente intervenção estatal na organização econômica. As formas de ingerência estatal, bem como os impactos sobre a superestrutura política e a sociedade civil foram diversos em cada país, e esta diversidade só pode ser explicada pelas diferenças de desenvolvimento histórico, político, social e cultural. Os mecanismos postos em funcionamento pelos governos norte-americanos, por exemplo, não requisitaram a alteração das instituições ou dos elementos de equilíbrio entre classes dominantes.²⁸ Já a Itália tinha nas contraditoriedades das forças sociais internas um elemento que tornava ainda mais difícil assegurar, com a manutenção do sistema político vigente, uma via de desenvolvimento capaz de responder também às pressões do imperialismo em escala internacional.

Esse redelineamento das funções do Estado em função da crise explicita que no quadro do imperialismo são determinantes as relações entre dois setores: o de cada formação social nacional e aquele das relações sociais internacionais.

No setor nacional o principal aspecto do processo é o capitalismo monopolista, no qual desenha-se um novo papel para o Estado capitalista. No caso dos elos mais débeis da cadeia imperialista, a esta função própria do estágio

²⁸ A tese implícita está baseada em Lukács (1928), Gramsci (1929-1935) e Poulantzas (1971): muito embora haja uma relação entre imperialismo e tendência à fascistização, sua concretização depende da existência de prévias condições internas. O caso americano é assinalável porque as contradições mais importantes expressas nas instituições democráticas são exclusivamente aquelas entre as classes detentoras dos meios de produção e os trabalhadores, o que minimiza a possibilidade de um conflito radical entre as próprias classes economicamente dominantes e, conseqüentemente, a ascensão de um regime fascista. Por outro lado, é apressada a conclusão de que a ausência de coerção por parte do aparato estatal coincide com a ausência total de coerção. A difusão do taylorismo e do fordismo já nas primeiras décadas do século contribuiu para a consolidação do "americanismo": um modo de organização da vida e de difusão de ideologia que, disseminada por todo o tecido social, conseguia controlar e manter as massas afastadas da influência política mesmo com a permanência de um regime democrático. No caso estadunidense, os elementos de coerção e organização da vida seriam determinados não "de cima para baixo", pela mediação do Estado, mas

imperialista em âmbito mundial, soma-se uma outra ligada ao papel que deve desempenhar, internamente, na transição de um estágio a outro do imperialismo. É justamente nestes casos que se abre espaço para os fascismos (POULANTZAS, 1971b), ou outras formas de revoluções passivas, como notaria Gramsci.

Ainda de acordo com Poulantzas, as determinantes do fenômeno no plano internacional são dadas pela *própria cadeia imperialista* e o *desenvolvimento desigual* de seus elos.²⁹ O desenvolvimento desigual e interdependente dos países, conquanto seja uma característica de todas as fases do capitalismo, adquire um novo no estágio imperialista, que se deve fundamentalmente pelo novo papel da política e da ideologia em sua articulação com a economia (POULANTZAS, 1971b, p. 14).

Referindo-se ao conceito de hegemonia, Poulantzas (1971a) defendeu sua importância para a compreensão das características do tipo de domínio político de classe presente nas formações capitalistas, mas atrelou sua validade a compreensão de que, aceita a necessidade da articulação de várias classes para a constituição de um bloco no poder

A classe hegemônica é a que concentra em si, no nível político, a dupla função de representar o interesse geral do povo-nação e de deter um domínio específico entre as classes e frações dominantes: e isto, na sua relação particular com o Estado capitalista (POULANTZAS, 1971a, p.175).

diretamente pelo capital, pelos rigores da própria lógica do processo de trabalho – num processo por meio do qual a violência encontra-se tanto mais difusa quanto presente.

²⁹ A expressão “elo débil” não é sinônimo de menor desenvolvimento econômico (ausência de industrialização) e nem mesmo remete a uma noção de cronológica de atraso em relação a um ritmo econômico determinado. Tomando como exemplos a Alemanha e a Itália, Poulantzas demonstrará que o conteúdo dessa fragilidade é definido pelas contradições de seus processos de revolução burguesa (POULANTZAS, 1971, p. 19-54).

O interesse de Poulantzas na obra citada – *Poder político e classes sociais no Estado capitalista* – é a formulação de uma teoria marxista do Estado capitalista. Mesmo sem adentrar a discussão metodológica, podemos expor em linhas gerais o caminho pensado para demonstrar a possibilidade de execução deste projeto.

Depois de propor que materialismo histórico e materialismo dialético, em função de seus diferentes objetos – ciência da história e filosofia marxista – constituem disciplinas distintas do marxismo, Poulantzas buscou demonstrar que a disciplina do materialismo histórico contém uma *teoria geral* que se articula em torno de conceitos que definem a totalidade social compreendida historicamente como seu campo de investigação – são eles o de modos de produção, formação social, apropriação real e de propriedade, combinação, ideologia, política, conjuntura e transição. Estes conceitos apresentam-se na realidade como estruturas e práticas que se desenvolvem historicamente, constituindo um modo de produção e uma formação social.³⁰ Estas estruturas e práticas encontram-se sempre em conexão,

³⁰ O modo de produção é para Poulantzas um objeto formal-abstrato que compreende diversos níveis e instâncias, como o econômico, o político, o ideológico, etc. A articulação de todas estas instâncias é determinada, em última instância pelo econômico. O ponto mais interessante desta formulação é a distinção entre determinação em última instância e papel dominante. "Se a unidade que é a estrutura com predomínio implica que todo modo de produção possui um nível ou instância predominante, o econômico na realidade somente é determinante na medida que indica a uma ou outra instância o papel predominante, o que está rigorosamente determinado pelo funcionamento do econômico naquele modo. O que distingue, pois, um modo de produção de outro, e que, por conseguinte, especifica um modo de produção, é essa forma particular de articulação entre seus níveis (...) Dito de outro modo, definir rigorosamente um modo de produção consiste em descobrir de que maneira particular se reflete, em seu interior, a determinação em última instância pelo econômico, reflexo que delimita o índice de predomínio e de sobredeterminação daquele modo" (POULANTZAS, 1971a, p.5-6). Na realidade concreta não existe um modo de produção. Como objeto real-concreto, o que existe é a formação social "sempre original porque é singular e apresenta (...) uma combinação particular, uma imbricação específica de vários modos de produção 'puros' (...) A formação social constitui por si mesma uma unidade complexa com predomínio de certo modo de produção sobre os outros que a compõem. (...) O predomínio de um modo de produção sobre os outros em uma formação social faz com que a matriz desse modo de produção que a especifica – a saber, o reflexo particular da determinação (em última instância pelo econômico) – marque o conjunto dessa formação. Nesse sentido, uma formação social historicamente determinada é especificada por uma articulação particular – por um índice de predomínio e de sobredeterminação – de seus diversos níveis ou

mas são distintas e, por esta razão, podem ser estudadas por *teorias regionais*. Há ainda, em função da diversidade de modos de produção e formações sociais, *teorias particulares* (teorias dos modos de produção escravista, feudal, capitalista, etc) (POULANTZAS, 1971a, p.1-2).

Baseado nestes pressupostos e argumentando com os textos d' *O Capital e Formas que precedem a produção capitalista*, Poulantzas afirma a possibilidade de definir os termos de uma teoria regional do político, especialmente do político no modo de produção e das formações sociais capitalistas (POULANTZAS, 1971a, p.7 e sgs).

A autonomia do político, das superestruturas é verificada pela separação entre sociedade civil e Estado. Mas os elementos da sociedade civil que se relacionam com o Estado, para Poulantzas não são os agentes da produção tomados como sujeitos, mas como suportes de estruturas. Segundo o autor, a existência de relações entre indivíduos-sujeitos econômicos com o Estado impediria a colocação das relações deste último com as classes sociais e as lutas de classes – no sentido de que não seria possível ao Estado capitalista manter sua característica essencial que é a ausência de domínio político de classes e nem entendermos como o Estado pode ser a estrutura regional em que podem expressar-se as contradições das outras estruturas (POULANTZAS, 1971a, p.150-152). Assim, embora a noção de sociedade civil possa ser válida para demonstrar negativamente a autonomia do político, não é importante para a compreensão das relações de produção, estrutura do econômico.

instâncias, que é, por regra geral, tendo em conta as diferenças que se encontrarão entre as etapas, a do modo de produção predominante" (POULANTZAS, 1971a, p.6-7).

Segundo Poulantzas, a característica fundamental do Estado capitalista é a ausência do domínio político de classes nas suas instituições, uma vez que todas elas estão organizadas segundo os princípios da liberdade e igualdade dos sujeitos e pessoas políticas, abstraídas as diferenças existentes entre os homens enquanto agentes da produção. A relação entre o Estado e as estruturas das relações de produção se faz unicamente por meios das superestruturas jurídico-políticas, cuja manutenção depende de uma ideologia jurídico-políticas (instância ideológica). Instituições jurídico-políticas e discurso correspondente são responsáveis pela produção de "indivíduos sujeitos" políticos e jurídicos considerados independentemente de seu pertencimento a uma classe. O determinante econômico que possibilita essa configuração é o fato de que nas relações de trabalho instauradas com o capitalismo os indivíduos aparecem livres e iguais no mercado (POULANTZAS, 1971a, p.152 e sgs). Mas

Essa estrutura do processo de trabalho é sobredeterminada pelo político-jurídico: por seu reflexo no jurídico-político e pela intervenção deste último no econômico conduz a toda uma série de efeito sobredeterminados nas relações sociais, no campo da luta de classes (POULANTZAS, 1971a, p.158).

Resultante dessas características das estruturas, das superestruturas e de suas relações é que as relações sociais econômicas ocultam as relações de classe através do "efeito de isolamento" dos agentes da produção, ou seja, o fato de que num primeiro momento, estes agentes aparecem como indivíduos isolados. A constituição das classes ocorre, portanto, no nível das lutas de classes, quando o "efeito de isolamento" se desfaz.

É em função das relações presentes nas lutas de classes que as superestruturas do Estado se mobilizam e assim pode-se compreender que ele

exerce, simultaneamente, uma dupla função: como sistema jurídico normativo, tem como efeito o isolamento nas relações sociais econômicas; na relação com as relações sociais econômicas, representa a unidade de relações isoladas (POULANTZAS, p.165).

Sublinhada sua autonomia, o Estado assume uma importância decisiva como *locus* da garantia da mudança ou transformação social.

Isto tem uma importância particular na relação da prática-luta-luta política de classes dominantes e do Estado capitalista, na medida que em tal prática é especificada pelo fato de que tem como objetivo a conservação desse Estado e tende, através dele, à conservação das relações sociais existentes. Assim, essa prática política das classes dominantes deverá não apenas constituir a unidade de classe ou das classes partindo do isolamento de sua luta econômica, mas também por todo um funcionamento político-ideológico particular, constituir seus interesses propriamente político como representantes do interesse geral do povo-nação. Isso ocorre em virtude das estruturas particulares do Estado capitalista, em sua relação com a luta econômica de classes, e é possível precisamente pelo isolamento da luta econômica das classes dominantes (POULANTZAS, 1971a, p.168-169).

Deriva daí sua compreensão de hegemonia aplicável somente às práticas políticas da classe dominante, aquela que consegue generalizar seus interesses nas superestruturas. A concepção de hegemonia desenvolvida por Gramsci é criticada por parecer ao autor extremamente vaga ao aplicar-se, através da fórmula domínio + direção, força + direção político-ideológica, tanto ao campo das lutas de classes como ao do Estado.

Pelo conjunto da proposta de Poulantzas é possível indagar se esta crítica a noção de hegemonia em Gramsci não se baseia em um equívoco de leitura do que seria a concepção gramsciana acerca das relações entre sociedade civil e Estado. Se assim for, o que está sendo perdido de vista é que o fato de que a única

distinção possível, na realidade concreta é a de caráter analítico (Q4, §38; Q8, §142; Q13, §18).

Pensamos que a teoria do Estado presente em Poulantzas não se opõe à leitura que podemos extrair de Gramsci, especialmente no que se refere às sugestões sobre a constituição das classes sociais e das relações entre elas (lembrando que a teorização sobre a pequena burguesia leva a uma discussão do novo papel desempenhado pelo Estado capitalista no período monopolista). Porém, tal teoria se arrisca a uma subestimação dos aspectos políticos que se desenrolam em outras dimensões da vida social. No mínimo há uma ambigüidade em ter chegado a formulação sobre o bloco no poder e recusar-se a pensar a hegemonia na dupla relação coerção-consenso.

Como já foi observado, a discussão sobre o caráter do Estado capitalista desempenha um papel de primeira importância nos *Quaderni del carcere*, quando o significado das transformações promovidas pela passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista passa a ser o de uma época de revoluções passivas.

Na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é hegemonia revestida de coerção). Numa doutrina que conceba o Estado como tendencialmente passível de extinção e de dissolução na sociedade regulada, o argumento é fundamental. O elemento Estado-coerção pode ser imaginado em processo de desaparecimento, à medida que se afirmam elementos cada vez mais conspícuos de sociedade regulada (ou Estado ético ou sociedade civil) (Q6, p.763-764).

A nova composição da sociedade civil leva a uma maior complexificação nas relações entre Estado e classes sociais, o que ocasiona um novo delineamento dos processos políticos. Quer digam respeito à ação das classes dominantes ou das classes que lhes são antagônicas, o essencial a ser lembrado durante a avaliação

desses processos é que eles podem assumir formas bastante heterogêneas, dependendo de seu caráter mais ou menos ocidental.

O potencial transformador que poderiam advir destas rearticulações, dependeriam do caráter "orgânico" ou "conjuntural" da crise.

Numa crise conjuntural o importante é perceber as circunstâncias determinantes da fase crítica, entendendo que elas constituem um processo característico do ciclo econômico e, através do qual são produzidas novas combinações capazes de responder aos problemas suscitados. Já uma crise orgânica "pode ser superada somente com a construção de uma estrutura nova, que leve em conta as tendências próprias da velha estrutura e as domine com novos princípios" (Q6, p.797; Q15, p.1774).

Deslocando-se para o segundo nível de análise Potier sugere uma "pista para a explicação da crise". Enquanto estudos econômicos liberais apontavam como fator determinante da crise a queda de investimentos resultante do desequilíbrio entre investimentos e consumo – parcialmente agravada pela inflação monetária –, Gramsci vincula a crise ao crescimento dos setores improdutivos (aqueles que não exercem "função necessária") ocorrido em diversos países depois da guerra. De formas diversas, estes setores conseguiram aumentar a sua quota na renda nacional. "O aumento excessivo dos setores improdutivos cria um desequilíbrio, importante fator de crise" (POTIER, 1999, p.75-76).

O tipo de parasitismo certamente não é o mesmo em diferentes estruturas sociais. Já nas últimas notas, Gramsci observou que "os Estados Unidos são caracterizados por um parasitismo de tipo particular que se refere às atividades ligadas à especulação financeira" (Cf. Q22) Em referência ao caso italiano, nota que "o agravamento da crise econômica se traduz em uma nova redução da renda

nacional e da poupança e favorece o desenvolvimento de um 'novo parasitismo relativo e absoluto' (POTIER, 1999, p.77). Essa constatação fora feita anteriormente no texto sobre *A questão meridional* (1926) e constitui elemento que permite falar que a Itália, a despeito da industrialização e do desenvolvimento de instituições características da modernidade capitalista na dimensão superestrutural é um ocidente incompleto, com traços de oriente.

Mas Gramsci afasta qualquer visão catastrófica acerca do capitalismo ao observar que os entraves produzidos pela crise não são irremovíveis. "A crise consiste exatamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer" (Q3, p.311). Sua solução depende da articulação que buscará trazer o novo à luz.

Serão as articulações possíveis e concretamente constituídas no intuito de superar as contradições da crise que permitirão uma reflexão sobre as formas do poder político e dos aparatos que lhe dão sustentação, assim como do papel exercido pelos sujeitos.

Na análise destas articulações nos casos específicos italiano e estadunidense, Gramsci percebeu que o processo de ocidentalização gerava fenômenos capazes de suscitar novos problemas teóricos para o campo da análise política.

Capítulo 2

O caso italiano

A realidade italiana constitui, tanto no sentido teórico quanto no da ação política, o primeiro objeto de Antonio Gramsci. Ter presente este fato significa admitir, em primeiro lugar, que sua teorização a respeito da problemática revolucionária parte das condições concretas do terreno nacional e, em segundo lugar, que o conteúdo desta teorização e as ferramentas (utilizadas ou sugeridas) na ação prática foram impactadas por outras presentes no mesmo terreno.

Estas observações gerais sinalizam aspectos de nossa compreensão da obra de Gramsci que julgamos importante sublinhar.

A medida que investigávamos o tratamento dado por Gramsci ao fascismo como revolução passiva, fomos nos convencendo de que as notas referentes a formação italiana oferecem mais claramente as referências sobre as influências teóricas e práticas recebidas pelo autor, bem como a explicitação de suas preocupações. Nesse sentido, se a pesquisa realizada nos *Quaderni* é desinteressada, só pode sê-lo no sentido de sua desvinculação da prática imediata e não da *praxis*: o problema da ação política guia todas as notas.

Diante disso seria muito difícil não observar que, embora seja acertado supor descontinuidades nas diferentes fases da produção gramsciana, há entre o *jovem* Gramsci e aquele maduro uma continuidade de elementos precisos, demonstrativos da preocupação com a construção da "sociedade regulada".

No que se refere ao caso da Itália, traços dessa continuidade podem ser encontrados em observações sobre a composição social do país, nas referências

implícitas ou explícitas às experiências das instituições dos trabalhadores e das camadas dominantes. Com relação ao aspecto teórico é interessante observar que nos *Quaderni* como nos textos juvenis apresentam-se – em graus diferentes de desenvolvimento – a polêmica com o pensamento economicista e determinista e a questão da hegemonia.

Por esta razão, embora tenhamos nos detido inicialmente no exame dos *Quaderni del carcere* a fim de alcançar nosso objetivo de discutir a perspectiva gramsciana do fascismo como revolução passiva e suas implicações para a questão da hegemonia, logo fomos confrontados com a necessidade de recorrer a textos anteriores aos *Quaderni* que de alguma forma remetiam-se a estas questões.

Tal procedimento nos conferiu a vantagem de formar utilizar muitas das informações dadas pelo próprio Gramsci sobre a constituição da sociedade italiana, e a possibilidade de refletir sobre os determinantes das diferenças de juízo a respeito dos processos sociais e de formulações conceituais ao longo da trajetória do autor.

A partir de então exploramos os aspectos da relação entre sociedade civil e Estado que, na particularidade italiana, desde a irrupção do processo de revolução burguesa do século XIX, marcaram as condições para o desenvolvimento do processo de construção da hegemonia e os caminhos abertos para a luta política.

2.1 A primeira fase da revolução burguesa na Itália: a revolução passiva do *Risorgimento*

Ao formular a hipótese de que o fascismo poderia constituir "a forma de 'revolução passiva' própria do século XX como o liberalismo foi a do século XIX" (Q8, p. 1088-9), Gramsci abriu uma perspectiva de compreensão do fascismo que implicava o desnudamento da intrincada teia de relações que particularizava o desenvolvimento das relações sociais de produção capitalista na Itália – incluídas as instituições políticas correspondentes.

De modo mais explícito que em outras notas, esta que tomamos caracteriza os nexos entre a particularidade nacional representada pelo fascismo e as tendências gerais presentes na fase do capitalismo monopolista. Isso é feito com a indicação de que o conceito de revolução passiva pode compreender a forma como articulam-se as forças internas, mas é também dotado de potencial explicativo para processos similares na história mundial.

Supondo que no caso do fascismo

A revolução passiva se verificaria no fato de transformar a estrutura econômica "de modo reformista", de individualista em economia segundo um plano (economia dirigida) e o advento de uma "economia média" entre a individualista pura e aquela planificada em sentido integral, permitiria a passagem a formas políticas e culturais mais progressivas sem cataclismas radicais e destrutivos de forma exterminadora. O "corporativismo" pode ser ou tornar-se, desenvolvendo-se, esta forma econômica média de caráter "passivo" (Q8, p. 1089).

Gramsci apontou o sentido progressista que o regime poderia alcançar na medida em que buscasse responder às pressões de modernização exigidas pelo

desenvolvimento capitalista em nível mundial. A problemática ganha maior complexidade com a observação de que este tipo de revolução passiva "pode ser aproximada daquela que em política se pode chamar "guerra de posição" em oposição à guerra de movimento" (Q8, p. 1089); uma vez que de acordo com o que vimos no capítulo anterior, a guerra de posição é um traço típico do adensamento da sociedade civil, o que inscreve a Itália no quadro das sociedades de tipo ocidental.

Por tudo isso a formulação acima impõe o exame da operação do fascismo sobre as características estruturais italianas e da proporção em que foi capaz de alterá-las. Interessa particularmente ver a mobilidade dos sujeitos sociais, aquilo que indica as características do processo de construção da hegemonia, isto é, responder de que modo as classes dominantes e subalternas passaram a relacionar-se, indagar sobre a natureza das disputas de hegemonia.

Mas o caráter dado ao fascismo e à composição social italiana implícita nesta nota – especialmente seu caráter ocidental – não é algo que podemos tranqüilamente afirmar ser homogêneo em toda a produção gramsciana. Aliás, podemos dizer que a interpretação de Gramsci sobre a composição social italiana – que torna-se o problema de decifrar os caminhos da revolução burguesa no país – é algo que se constrói com a ampliação de perspectiva: da Sardenha e do Sul para o espaço nacional, que também é composto por um Norte em industrialização; depois, do país em situação de atraso econômico e social, que adquire uma característica dual – com traços orientais e ocidentais na sua sociedade civil – graças aos impactos dos acontecimentos em escala internacional.

Assim, se a discussão dos *Quaderni*, embora não definitivamente fechada, traz as "últimas palavras" de Gramsci sobre o tema, é preciso atentar para tensões constitutivas presentes nas análises anteriores.

Ao definir pela primeira vez o conceito de revolução passiva nos *Quaderni del carcere*, Gramsci o faz referindo-se ao caráter conservador da fase da revolução burguesa italiana identificada com o *Risorgimento* – movimento de Unificação italiano, ocorrido em meados do século XIX³¹.

Vincenzo Cuoco chamou revolução passiva àquela verificada na Itália como contragolpe das guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva parece-me exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical – jacobino (Q4, p. 504)³².

Desde esta primeira nota, podem ser identificadas duas dimensões alcançadas pelo potencial explicativo da revolução passiva. A primeira refere-se ao seu desenvolvimento no próprio centro irradiador do processo revolucionário (como vemos nas notas em que a Revolução Francesa é analisada como um longo processo iniciado em 1789 e esgotado apenas em 1870-1, tendo iniciado a sua fase passiva desde a acomodação da Restauração decorrente de Napoleão entre 1814/5-1830). A outra dimensão é constituída por revoluções nacionais cujo principal impulso origina-se de fatores externos e, mais do que isso, não encontra forças progressivas suficientemente preparadas para articular suas máximas potencialidades, desenvolvendo-se por operação de forças conservadoras (DE FELICE, 1978).

É justamente essa segunda dimensão da categoria revolução passiva que pretendemos explorar para explicitar a compreensão de Gramsci acerca das

³¹ Aqui, distinguimos a "primeira definição" da "primeira referência", esta feita no Q1, p. 41.

³² Valentino Gerratana observou que muito provavelmente Gramsci conhecia o livro de Cuoco, *Saggio storico sulla Rivoluzione Napoletana del 1799* indiretamente, através da leitura de Benedetto Croce.

características econômicas, políticas e sociais assumidas pela Itália desde sua revolução burguesa.

No trecho que citamos do *Quaderno 4* há um destaque para a forma pela qual as classes aspirantes a dominantes estabeleceram seu domínio. Nesse sentido, sobressai-se, em primeiro plano, a preocupação com o tipo de relação política estabelecido por aquelas classes com o conjunto social, cujo traço típico, na Itália do *Risorgimento*, foi o estabelecimento do poder político da burguesia sob a direção da monarquia piemontesa em aliança com os grandes proprietários de terra do Sul e das ilhas.

Ao defini-la como uma *revolução sem revolução* ou *revolução-conservação* Gramsci chama a atenção para os resultados de um processo no qual os sujeitos que assumiram a direção esforçaram-se por estabelecer os elementos dinâmicos necessários para sua hegemonia no contexto do capitalismo, sem alterar importantes características herdadas do passado nas relações com os sujeitos antagonistas.

A solução de compromisso entre o norte e o sul conformou uma organização social sem participação popular – daí a fragilidade das instituições políticas da democracia burguesa clássica, isto é, da hegemonia dos setores burgueses e o fato de que na dimensão econômica a aliança entre a burguesia e a aristocracia agrária tenha sido traduzida na manutenção da grande propriedade territorial, de relações sociais de produção feudais no Sul e de uma exploração intensificada dos trabalhadores urbanos do Norte (Q1, p.40-54).

Paris (1993) apontou como problemático o fato de que esta interpretação atribui à ausência de reforma agrária todo o atraso do desenvolvimento econômico e das instituições político-sociais italianas. A crítica que dirige a Gramsci é uma crítica

ao entendimento de que a ausência de revolução agrária configurou uma dualidade permanente: um Sul agrário e pobre explorado pelo Norte industrial e conquistador.

Para Paris “essa ausência de revolução agrária foi uma das chaves, talvez a mais importante, da acumulação do capital na Itália”, uma vez que a manutenção da grande propriedade territorial cumpriria um papel indispensável ao desenvolvimento do capital que, na sociedade italiana não poderia ter sido atingido pela pequena propriedade. Segundo o autor, Gramsci não teria sido capaz de perceber este vínculo entre atraso e desenvolvimento e desde então insistiria no aspecto do atraso da formação italiana (PARIS, 1993, p.16-17).

A ausência de reforma agrária constitui sem dúvida um ponto sobre o qual Gramsci insistiu em todas as suas reflexões sobre a revolução burguesa italiana. Nos parece justo relacionar essas suas observações à marginalização política e econômica das grandes camadas populares, mas também a uma preocupação em caracterizar morfológicamente a formação social do país.

Nesse último sentido, não está excluída em nenhum momento a compreensão de que se trata de uma opção de desenvolvimento efetuada pelas classes dominantes³³ – nem inevitável, nem imutável. Ao contrário, há uma obrigatoriedade de investigar funcionalidades que, tais como a apontada por Paris, a opção vencedora pudesse exercer do ponto de vista das camadas dominantes.

³³ “(...) uma reforma agrária, ou algo parecido, teria sido possível durante a formação da unidade italiana, como, ao mesmo tempo, instrumento e expressão dessa unificação, e arcabouço de um movimento nacional-popular. E essas medidas teriam sido mais racionais do que a política que foi efetivamente adotada pelos liberais e conservadores, e que se fundamentou numa aliança entre o latifúndio do Sul e a indústria do Norte. A sociedade italiana não alcançou uma homogeneidade básica, ficou dividida (...) entre os que eram ‘nacionais’ sem ser populares’, e os que eram ‘populares’ sem ser ‘nacionais’. É essa defasagem eventual entre o possível e o real, ou entre o racional e o real, que fundamenta a possibilidade do erro histórico, inexplicada pelo marxismo vulgar e até recusada pelo ‘atualismo’ fascista e por sua exaltação do fato consumado” (DEBRUN, 2001, p.66)

O problema não é outro senão o de averiguar a solução dada pelas classes dirigentes à relação entre estrutura e superestrutura, isto é, à natureza das relações econômicas, políticas, sociais e culturais do bloco histórico constituído. Deste ponto de vista, seria o caso de examinar especialmente o tipo de sociedade civil (no amplo sentido que já apontamos no primeiro capítulo) que se constitui nesta forma específica de ingresso no capitalismo, uma vez que as características da sociedade civil e o tipo de relação que estabelece com o Estado são critérios decisivos, na perspectiva gramsciana, para definir a morfologia Ocidental ou Oriental.

Como vimos, a constituição da sociedade civil na Itália esteve submetida a forças duplas e díspares: a das relações sociais de produção herdadas do passado (visualizadas no agrarismo do Sul) e o impulso das revoluções burguesas vindo do exterior. Isso implicava uma tensão entre a necessidade de desenvolvimento de instituições político-culturais vinculadas à ordem capitalista e a força das instituições tradicionais como a Igreja.

Nos termos acima, o sentido político e cultural da ausência de participação das camadas populares na revolução burguesa ganha relevo, dissolvendo assim uma interpretação reduzida ao fenômeno econômico.

Os termos de análise da problemática, de extrema importância para o pensamento gramsciano, constituem o ponto mais inovador do texto *Alguns temas da questão meridional*, escrito em 1926³⁴. É neste texto que Gramsci inicia propriamente a análise empírica que Werneck Vianna (1997) e Buey (2001)

³⁴ Para alguns, é somente com este texto que Gramsci começa a tratar da questão da hegemonia. Como ainda teremos oportunidade de demonstrar, não compartilhamos desta leitura.



caracterizaram como uma sociologia histórica: volta-se para as relações sociais em meios às quais os sujeitos constituem-se.

Neste texto, constatada a dualidade da sociedade italiana, são localizados um bloco industrial-operário no norte e um bloco agrário na sociedade meridional. Diante disso, para exercitar a hegemonia o proletariado deveria distinguir-se de modo a compor uma aliança operário-camponesa, subtraindo os camponeses à influência da oligarquia agrária e também fragilizando os compromissos entre a aristocracia rural e a burguesia setentrional³⁵.

Para Gramsci, a particularidade da questão agrária (e daí também a da questão nacional) italiana consiste na que chama de questão meridional e de questão vaticana. A questão Vaticana nada mais é do que a persistente influência mantida pela Igreja Católica, atuando como elemento cosmopolita e por isso obstaculizando a formação do Estado Nacional. Já a questão meridional diz respeito à composição social do *Mezzogiorno*, este "grande bloco agrário constituído por três estratos sociais: a grande massa camponesa, amorfa e desagregada; os intelectuais da pequena e média burguesia rural e, por fim, os grandes proprietários de terra e os grandes intelectuais" (GRAMSCI, 1987, p. 154).

É, portanto, na análise dos fundamentos da coesão desse bloco constituído por elementos extremamente diversificados que Gramsci insere definitivamente o tema da cultura³⁶ na questão política: os intelectuais constituirão a

³⁵ Nos momentos de crise, a aristocracia rural utilizava politicamente a insatisfação das camadas populares para pressionar as classes dominantes urbanas e, ao mesmo tempo, utilizava o aparato repressivo estatal para sufocar as revoltas populares quando estas se tornavam uma ameaça à sua própria dominação.

³⁶ A preocupação com a cultura está presente em toda a trajetória de Gramsci, uma vez que imprescindível para a hegemonia. A novidade que registramos em *Alguns temas sobre a questão meridional* é a compreensão empírica do componente cultural.

partir de então um elemento chave para compreensão da relação entre sociedade civil e Estado estabelecida durante a revolução burguesa.

O elemento de atraso representado pelo bloco agrário, percebe Gramsci, foi em grande parte possibilitado pela influência exercida pelos intelectuais tradicionais³⁷ sobre as massas por si só incapazes de elaborar uma ação organizada.

Os intelectuais médios seriam em princípio aquele estrato capaz de identificar as aspirações dessa massa e dar a elas uma direção coerente. No entanto, as aspirações – entendidas não como exclusivamente de ordem econômica, mas a valores herdados da concepção aristocrática feudal – da pequena e média burguesia rural de onde provêm estes intelectuais impedem qualquer proximidade de interesses entre eles e os camponeses.

O intelectual meridional deriva predominantemente de uma camada que no Sul é ainda notável: o burguês rural, ou seja, o pequeno e o médio proprietário de terras que não é camponês, que não trabalha a terra, que se envergonharia de ser agricultor, mas que, da pouca terra que possui e cede em aluguel ou em simples meação, deseja arrecadar o suficiente para viver convenientemente, para mandar os filhos à universidade ou ao seminário, para fazer dote às filhas que devem esposar um oficial ou um funcionário civil do Estado. Os intelectuais recebem desta camada uma áspera aversão pelo camponês trabalhador, considerado como máquina de trabalho que deve ser sugada até o osso e que pode ser facilmente substituída em decorrência da superpopulação trabalhadora; recebem também o sentimento atávico e instintivo do desatinado medo perante o camponês e as suas violências destruidoras; e, conseqüentemente, um hábito de hipocrisia refinada e uma refinadíssima arte de enganar e domesticar as massas camponesas (GRAMSCI, 1987, p. 156).

³⁷ Sob a denominação de intelectuais tradicionais Gramsci reúne àqueles vinculados às classes fundamentais das organizações sociais pré-capitalistas. Entre eles estão os professores, os advogados e principalmente o clero. Quando capazes de permanecer organizados, apresentam-se como uma categoria autônoma, o que lhes confere uma certa flexibilidade na relação com as classes sociais.

Os quadros dos aparelhos de Estado são completados justamente por esses intelectuais, que devido à sua postura conservadora atuam na defesa dos interesses dos grandes proprietários. Quando as massas camponesas conseguem constituir lideranças próprias, a cooptação destes intelectuais acaba por barrar outra alternativa de ação que não se reduza

(...) às ordinárias articulações do aparato estatal – comunas, províncias, Câmara dos Deputados – através de composições e decomposições dos partidos locais, cujo pessoal é constituído de intelectuais, mas que são controlados pelos grandes proprietários e por seus homens de confiança (GRAMSCI, 1987, p.157).

Completando a análise, são lembrados os grandes intelectuais profissionais, criadores e difusores de concepções de mundo que, cosmopolitas, não podem estimular a resolução dos problemas nacionais.

A função desempenhada pelos intelectuais tradicionais e conservadores é de extrema importância. Na Itália sua coesão foi o grande obstáculo para que os intelectuais da nova classe dominante (a burguesia industrial), ainda em formação, pudessem articular-se às massas populares. Verificou-se justamente o oposto. A direção de todo o processo de Unificação e modernização italiano foi conduzida pela influência dos grandes intelectuais e dos intelectuais tradicionais.

Uma vez que estes intelectuais não possuíam vínculo orgânico com as novas classes fundamentais, sua concepção de mundo não poderia reproduzir as aspirações mais progressivas, mas sim se voltar para o impedimento da desagregação do bloco anterior. Com isso sua atuação reforçava a dificuldade da burguesia para difundir uma concepção de mundo adequada à nova ordem econômica que estava criando. A influência de seu cosmopolitismo sobre os intelectuais em ruptura com o clero afastou a possibilidade de que estes fossem

educados no ambiente nacional – o que faria com que entrassem em contato com as grandes massas, retirando-as do controle ideológico da Igreja. Nessa operação, vê-se que mesmo sem ligação orgânica com a classe dominante, os intelectuais podem acabar por colaborar com a sua dominação.

Mas nesse mesmo sentido os efeitos da intervenção dos intelectuais tradicionais têm algo de paradoxal, uma vez que constroem uma barreira para a construção da hegemonia plena da burguesia: mantendo as massas inacessíveis à burguesia, impede que também esta última saia do momento "econômico-corporativo" para o momento "ético-político", isto é, mantendo-a cada vez mais afastada da perspectiva de totalidade que permite a construção do projeto nacional-popular.

Assim, em *Alguns temas da questão meridional* já compareciam alguns elementos que nos *Quaderni* inserem o tema dos diferentes graus de complexidade assumidos pela sociedade civil e das diferentes articulações existentes entre estrutura e superestrutura.

Muito provavelmente este salto não foi dado em *A questão meridional* porque a questão mais premente para Gramsci era a de responder, na dimensão política, ao problema da aliança operário-camponesa³⁸. Este intuito, como foi observado por Werneck Vianna (1997), associado à referência da experiência russa de 1917 – na qual o atraso econômico e político teria favorecido o assalto direto ao Estado por parte da vanguarda operária – limitou momentaneamente o texto gramsciano a considerar também o atraso italiano como uma vantagem. Na própria consideração dos camponeses como uma massa amorfa e desagregada e quando escreve que "o proletariado, como classe, é pobre de elementos organizativos, não

tem e nem pode formar um estrato próprio de intelectuais a não ser muito lentamente, muito arduamente e apenas depois da conquista do poder estatal" (GRAMSCI, 1987, p. 164), Gramsci está muito mais próximo de defender que a guerra de posições será no máximo um acumular de forças para uma guerra de movimento iminente que da sugestão posterior de que no Ocidente o momento cultural pode preceder ou ser concomitante ao político na transição³⁹.

A despeito das tensões e ambigüidades destas primeiras problematizações, o fato é que a descoberta de que a dimensão da superestrutura assumiu o primeiro plano na transição italiana para a modernidade feita em *A questão meridional* foi decisiva não para que Gramsci passasse, nos *Quaderni*, a superestimar a dimensão superestrutural, como querem alguns, mas que constatasse que as determinações da estrutura não geram efeitos mecânicos, devendo em cada bloco histórico serem analisados detalhadamente os elementos de mediação.

Seguindo esta linha, a primazia dos intelectuais no *Risorgimento* ganha em compreensão se lembrarmos que ela aparece em certa medida como um componente e em outra como resultado das históricas disparidades regionais da

³⁸ Não podemos nos esquecer de que o escrito foi interrompido pela prisão de Gramsci.

³⁹ Mas de qualquer modo o texto a formulação é decisiva: "(...) a inovação gramsciana se procura operar no contexto de uma Itália assemelhada ao caso russo, ainda na perspectiva conceitual do tipo de 'elo mais fraco' e vantagens do atraso. A inovação não procede, pois, do campo da teoria, e ainda não procura extrair consequências nesse terreno, mas se origina de uma inquirição empírica que visa enriquecer uma sociologia política das relações agrárias no *Mezzogiorno*. A percepção de que a cultura consistiria uma variável estratégica, embora tensione o desenvolvimento da argumentação em *A questão meridional*, não chega a postular que a complexidade dos vínculos, no caso italiano, entre sociedade civil e sociedade política, demandaria o deslocamento da perspectiva do Oriente para o Ocidente. [...] Para Gramsci, porém, como demonstrou em *A questão meridional*, a aliança operário-camponesa não consistia em um ponto abstrato de doutrina, mas um princípio para a ação. Encaminhá-la, dependia de um estudo concreto do tema camponês, que, por sua vez, remetia a uma questão nacional – 'as populações trabalhadoras do *Mezzogiorno* [se encontram] em uma posição análoga à das populações coloniais' – em que a pesquisa da singularidade do caso italiano vai acabar por produzir a acumulação de novos conceitos e problemas que não mais se ajustarão ao paradigma do 'elo mais fraco'" (WERNECK VIANNA, 1997, p. 33-35).

península. O estudo dessas disparidades requer, conforme nota no Q1, observações referentes ao campo estrutural.

As relações entre população urbana e população rural não são sempre as mesmas. É necessário determinar os "tipos" de urbano e de rural. Verifica-se o paradoxo que o tipo rural seja mais progressivo que o tipo urbano. Uma cidade "industrial" é sempre mais progressiva que o campo que lhe é subordinado. Mas na Itália nem todas as cidades são "industriais" e são menos ainda as cidades "tipicamente" industriais. As "cem" cidades italianas. Na Itália o urbanismo não é só e nem mesmo "especialmente" um fenômeno industrial. A maior cidade italiana, Nápoles, não é uma cidade industrial. Todavia, também nestas cidades existem núcleos de população tipicamente urbana. Mas qual é a sua posição relativa? (Q1, p. 35).

Notamos que a passagem acima, ao inserir o problema do desenvolvimento assimétrico das regiões rurais e urbanas, apresenta simultaneamente a existência de elementos regressivos no desenvolvimento urbano-industrial e, por conseguinte, uma burguesia frágil. A extrema relevância deste ponto é confirmada quando, ainda no Q1 e depois no Q22, relacionando características do desenvolvimento industrial à composição demográfica, Gramsci compara a condição estadunidense e a italiana.

Enquanto nos Estados Unidos a estrutura demográfica é racionalizada, sem que existam "classes numerosas sem uma função no mundo da produção", existem alguns indícios que podem confirmar que a Europa é mesmo caracterizada "pela existência destas classes" criadas pela "administração estatal, o clero e os intelectuais, a propriedade de terras, o comércio" (Q1, p. 70).

Esta estrutura social desequilibrada, bem como a assimetria entre as regiões são preexistentes ao *Risorgimento*. Região estratégica, a península foi alvo de contínuas disputas desde a decadência do Império Romano. A presença franca estabeleceu-se como decisiva quando, no ano de 800, a fundação do Sacro Império



Romano-Germânico por Carlos Magno contribuiu para a emergência da estrutura político-religiosa que dominaria a Europa até o Renascimento. O nascimento da questão vaticana ficou demarcado assim que, com a desagregação do império carolíngio e o estabelecimento dos muçulmanos na Sicília e depois em outras regiões, consolidaram-se os Estados pontifícios no centro da península⁴⁰.

Mas o sistema feudal originado durante a época carolíngia, já sabemos, não teve um desenvolvimento linear em toda o continente europeu. No norte da península itálica surgiu um tipo de feudalismo bastante semelhante ao existente em regiões centrais da Europa. Beneficiando-se da localização geográfica, várias cidades da região norte destacaram-se nas relações comerciais e na produção de pequenas oficinas locais, de caráter artesanal: Veneza comerciava com Constantinopla e o Mediterrâneo oriental; Amalfi, uma das principais cidades comerciais do Mediterrâneo, conseguiu eliminar os piratas do mar Tirreno; Gênova e Pisa emergiram como potências marítimas.

A fragilidade do poder real (sempre às voltas com a disputa com a Igreja) ficaria mais marcada com o progressivo incremento da atividade comercial. Já no século XI começaram a surgir as formas comunais de organização política, que evoluíam para as cidades-estados. Da assembléia geral das comunas, surgiram os conselhos e magistraturas dos cônsules nos quais tinham assento os proprietários de terra e os grandes comerciantes.

A tendência a autonomia manifestada pelas cidades do Norte aguçou ainda mais as tensões com o papado. Não se pode compreender a articulação do

⁴⁰ A questão vaticana, como antes de Gramsci apontara Nicolau Maquiavel, dificultava o estabelecimento de um poder temporal hegemônico na península. Não bastassem as disputas político-ideológicas entre as razões da fé e as razões de Estado no trato com o povo, estas mesmas disputas serviam como argumento forte o suficiente para justificar intervenções de aliados do Papa em territórios eventualmente refratários a ingerência dos assuntos temporais pela Igreja.

poder das classes dominantes na península sem mencionar o papel exercido pela Igreja para bloquear iniciativas estatais autônomas. Particularmente significativa, ainda no medievo, foi a luta travada pelo papa Alexandre III e depois por Inocêncio IV contra a dinastia Hohenstaufen⁴¹.

As disputas entre as diversas casas dinásticas européias, aprofundadas no início do século XIV, criaram em muitos momentos situações de instabilidade para os papas. Para a manutenção do poder da Igreja era cada vez mais fundamental o apoio dos monarcas envolvidos nestas mesmas disputas e também das famílias às quais os papas pertenciam ou com as quais tinham fortes ligações.

A par com o estabelecimento de dinastias estrangeiras, os séculos XIV e XV, muitas das cidades de experiência comunal trataram de buscar alternativas para fazer frente a novas investidas externas e às disputas internas. Surgiram assim o exercício do poder por famílias como os Visconti e os Sforza de Milão, os Médici em Florença e os Savóia.

Coincidindo com o restabelecimento da autoridade papal, mas exercida a autoridade temporal por estas famílias, o período entre a última metade do século XIV e o final do século XV foi de relativa tranquilidade na península. A aproximação das várias cidades-estados em torno de interesses comuns, do que será exemplo

⁴¹ Frederico I, o Barba Roxa, Imperador do Sacro Império Romano-Germânico recebeu a coroa do reino da Itália das mãos do papa Adriano IV em 1155, após atender o pedido deste último para sufocar a revolta popular de Roma (1153-1154). O ímpeto com que Frederico atirou-se a outras regiões, reclamando direitos sobre os poderes exercidos pelas comunas, as nobrezas locais e o clero, provocou a oposição do papa Alexandre III que estabeleceu alianças com as cidades ameaçadas logo após a derrota infligida pelas tropas de Frederico à resistência milanesa em 1162. Depois de inúmeros conflitos restabeleceu-se a paz entre a Igreja e os Hohenstaufen. Mas a ameaça representada pelo avanço do Império Germânico não foi esquecida por Alexandre III e para minorar seu poder, exigiu de Frederico II, coroado em 1212, a separação do reino da Sicília do Império. A negativa de Frederico resultou numa série de conflitos com a Igreja até sua morte em 1250. Tendo buscado o apoio da França em todo este período, a Igreja, representada pelo papa Clemente IV investiu Carlos de Anjou na Sicília em 1263⁴¹.

máximo a formação da Liga Italiana em 1455, parecia indicar a viabilidade do início da unificação⁴².

Constata-se, no entanto, que no medievo todos os projetos nascentes de unificação eram difusos e isso devido a combinação de razões estruturais e político-ideológicas. Se as cidades do Sul e as ilhas não tinham grande projeção econômica devido às relações sociais de produção de tipo feudal, a burguesia emergente, vinculada que estava à atividade comercial e financeira, não atuava como um sujeito decisivo para a criação das condições necessárias à Unificação. Genericamente a questão nacional resumia-se a defesa do território, algo que também fazia a península refém de outros povos e do potencial da Igreja em estabelecer alianças sempre que projetos nacionais ameaçavam florescer.

Não deixa de parecer contraditório que a grande expansão comercial e cultural que antecedeu e possibilitou o Renascimento (séculos XV e XVI) não tenha proporcionado condições para o nascimento de uma grande potência nacional, e que justamente no período das grandes navegações tenha começado o declínio da supremacia financeira e naval italiana e uma nova fase de exposição à ocupação estrangeira.

De acordo com Poulantzas, tanto o atraso no processo de acumulação primitiva na agricultura (permanência dos resquícios feudais nas grandes propriedades territoriais do Sul e das Ilhas), quanto a tendência para uma rápida

⁴² Também em meados do século XIV, a casa de Anjou pretendeu utilizar o apoio militar e político dado pela França e a aliança com a Igreja para construir uma hegemonia do reino de Nápoles sobre a península. Mas embora tenha ocorrido um inegável florescimento cultural neste período, as condições econômicas e políticas locais eram instáveis. Os proprietários locais eram totalmente refratários às tentativas régias de constituir uma monarquia centralizada, agarrando-se as formas de sua forma particular de feudalismo.

fusão entre capital industrial e bancário podem ser explicados pela importância que os capitais comercial e bancário tiveram na península desde o Renascimento.

O acelerado desenvolvimento comercial, sem o investimento na produção agrícola ou industrial criou uma situação na qual "o capital industrial monopolista não 'precedeu' à constituição do capital financeiro, mas foi seu corolário" (POULANTZAS, 1971(b), p.24).

Este atraso na acumulação primitiva passa a ser permanentemente realimentado pelo fluxo de capitais vindo dos países mais avançados do ponto de vista capitalista. Assim, duas características estruturais marcam a sociedade italiana. Em primeiro lugar a desigualdade entre a cidade e o campo adquire um caráter permanente, incidindo sobre as possibilidades de uma integração social e política internacional e na constituição do mercado interno (POULANTZAS, 1971 (b), p.24-29), fazendo com que se estabeleça uma contradição profunda entre a coexistência de um processo precoce e fictício de concentração de capital (ao mesmo tempo em que o desenvolvimento industrial é lento) e uma produção agrícola semifeudal. Além disso, esse lento desenvolvimento econômico somado às dificuldades para a unificação contribuiu para que a tendência de dependência em relação às forças externas, não apenas econômica, mas também politicamente.

O argumento de Poulantzas é ilustrativo do comentário gramsciano sobre o desequilíbrio das relações de produção e, por conseguinte, da estrutura demográfica italiana.

O número relevante de grandes e médios aglomerados urbanos sem indústria é um destes indícios, talvez o mais importante. O assim chamado "mistério de Nápoles. [...] Goethe tinha razão ao rejeitar a lenda do "lazzaronismo" orgânico dos napolitanos e ao notar que estes, ao contrário, são muito ativos e industriais. A questão consiste porém em ver o resultado efetivo tido por esta

industriosidade: essa não é produtiva, e não é dedicada a satisfazer as exigências das classes produtivas. Nápoles é uma cidade onde os proprietários de terras do *Mezzogiorno* gastam a renda agrária: ao redor das dezenas de milhares destas famílias de proprietários, de maior ou menor importância econômica, com a sua corte de servos e de lacaios imediatos, se constitui uma boa parte da cidade, com as suas indústrias artesanais, os seus profissionais ambulantes, o sminuzzamento inacreditável da oferta imediata de mercadorias e serviços aos vagabundos que circulam nas estradas. Uma outra parte importante é constituída pelo comércio de atacados e pelo transporte. A indústria "produtiva" é uma parte relativamente pequena (Q1, p. 70).

Quando consideramos que o quadro pintado na nota precedente corresponde à situação da península às vésperas da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, podemos compreender o interesse de Gramsci em compreender de que modo, no *Risorgimento*, com a ausência de "uma forte e ampla classe da burguesia econômica", realizou-se uma revolução voltada para estabelecer as condições de domínio dessa mesma classe (Q6, 747).

A resposta requer uma análise capaz de indicar atores e relações político-sociais presentes no espaço de cada uma das regiões, e como determinaram as relações com os grupos de outras.

Após a extrema fragmentação dos séculos XV, XVI e XVII, a península conheceu algo próximo de uma unificação no século XVIII. Em 1735, os reinos de Nápoles e da Sicília tornaram-se independentes sob Carlos II de Bourbon. Na mesma época, vários feudos imperiais foram incorporados aos domínios dos duques de Savóia (que aceitam deixar a Sicília sob o reino de Nápoles e ocuparam a Sardenha, constituindo o reino do Piemonte-Sardenha); o grão-ducado da Toscana passa dos Médici para os Lorena; Mirandola e Concordia e o ducado de Módena foram absorvidos pelo ducado de Massa e Carrara; o Estado da Igreja foi aumentado com a inclusão de Ferrara, Urbino e Castro; Milão permaneceu sob domínio austríaco.

Começavam a desenhar-se, portanto, no século XVIII, "as condições objetivas, internacionais e nacionais e fazem da unificação nacional uma tarefa historicamente concreta (não só possível, mas necessária)" (Q19, p. 1968-1969). Conquanto deste ponto de vista objetivo as condições para o *Risorgimento* antecederam a queda da Bastilha (assim como também a Revolução Francesa não começou em 1789); a difusão dos acontecimentos de 1789 foi decisiva para fortalecer grupos difusamente unitaristas – urbanos e rurais – "para aprofundar um movimento já iniciado", "reforçando as condições positivas do próprio movimento e funcionando como elemento de agregação e centralização das forças humanas em toda a península (Q19, p. 1969).

Do ponto de vista econômico já ficara claro que desde o final do século XVIII "a inserção [...] no mercado internacional e na Europa do livre câmbio se apresentava, de agora em diante, como via obrigatória". A concorrência estrangeira e a fragilidade do mercado interno eram elementos que as frações burguesas não podiam vencer em pequenas unidades territoriais.

Por essa época, a região do Piemonte e outras localidades do norte e centro da península tinham iniciado a construção da estrutura necessária ao desenvolvimento industrial: havia a base de estrutura ferroviária, manufaturas da indústria têxtil, o comércio e o sistema bancário incrementavam-se e as cidades cresciam. Para a alta burguesia piemontesa, somente a unificação poderia promover a ampliação do mercado interno (eliminando as taxações entre as regiões, facilitando a concorrência com as mercadorias estrangeiras) e possibilitar a concorrência no mercado internacional.

Mas a grande burguesia não era o único grupo partidário da unificação. Havia também os grupos médios e as massas trabalhadoras dos núcleos industriais urbanos que tinham a expectativa de mudanças econômicas e sociais democráticas.

Estas expectativas polarizaram-se em dois partidos: o Partido Moderado, representante de "um grupo social relativamente homogêneo, as altas classes piemontesas, industriais, grandes proprietários, grandes comerciantes", que defendia um processo de unificação sob uma monarquia constitucional capaz de reformas liberais, e o Partido da Ação que "não se apoiava especificamente em nenhuma classe histórica", reunindo tendências democráticas diversas (Q19, p. 2010-2012).

A ocupação da península pelas tropas napoleônicas em 1796 estabeleceu definitivamente para estes grupos o problema da ação adequada à correlação de forças internas e externas. Depois da resistência, a restauração da península sob o patrocínio das forças austríacas (celebrada pelo Congresso de Viena realizado a 9 de junho de 1815), manteve as tensões dos anseios patrióticos ou unitaristas: os reinos de Nápoles e da Sicília retornavam aos Bourbons, o Estado Pontifício foi devolvido ao Papa; o grão-ducado da Toscana retornou à casa de Lorena da Áustria; o ducado de Módena com Massa e Carrara foi destinado à casa Este-Lorena; o ducado de Parma concedido a Maria Luisa, esposa de Napoleão, a Lombardia e o Vêneto foram mantidos pelos austríacos e o Piemonte-Sardenha pela casa de Savoia.

Mas os ideais da Revolução Francesa, as reformas introduzidas por Bonaparte e o nacionalismo despertado durante a resistência aos franceses insuflou o repúdio ao domínio estrangeiro e aos privilégios nobiliárquicos entre alguns grupos. Grupos como os carbonários, sociedade secreta surgida em Nápoles sob a

liderança de Joaquim Murat, promoveram manifestações. Em 1820 explodiram sucessivamente em Nápoles e na Sicília reivindicações constitucionalistas. Tanto o rei Bourbon quanto o rei do Piemonte concederam o requerido, mas tanto em 1820 quanto nas revoltas de 1830 e 1831 a resposta austríaca foi a dura repressão dos participantes.

A efervescência política caminhava a par com o crescimento das atividades econômicas, principalmente na região norte. Enquanto as pequenas propriedades não podiam suportar as crises agrícolas no período entre 1818 e 1846, iniciava-se o processo de industrialização de culturas mais rentáveis na Lombardia, fazendo uso da mão-de-obra saída da pequena propriedade (PROCACCI, 1998, p. 354-5). A produtividade elevava-se, assim, mediante um processo de concentração que espoliava os pequenos proprietários.

A expansão do empreendimento industrial aguçava os desníveis existentes entre os vários setores da economia e as diversas regiões. Tal fato contribuía para insuflar as massas e agitar, entre as várias frações republicanas, o ideal nacionalista.

Mas se cresciam os movimentos pelas liberdades democráticas e pela unidade, o distanciamento entre líderes como Murat e Giuseppe Mazzini (1805-1872)⁴³ e a ampla massa não era rompido. As palavras de ordem "liberdade, constituição, parlamento" lançadas por estes líderes descendentes da nobreza e oficiais militares não pareciam, às camadas populares descontentes, contemplar suas reivindicações pela divisão de terras, contratos para os camponeses, melhoria das condições de vida na cidade e no campo. Essa dificuldade dos membros do

Partido da Ação em articular-se a classes representativas é um dos pontos fundamentais no desfecho do *Risorgimento*.

Enquanto as diversas correntes republicanas depois reunidas no Partido da Ação enfrentavam esta dificuldade em constituir um projeto, a tônica das ações piemontesas começavam difundir-se entre frações que não lhe eram diretamente vinculadas: surgiu na Igreja uma tendência "católico-liberal" e no pós-48 o papa Pio IX aprovou uma série de reformas liberais⁴⁴, sendo seguido pela Toscana, e o Piemonte-Sardenha.

Nos dois anos seguintes, as manifestações que agitaram o resto do continente também sacudiram a península. Mas enquanto em boa parte da Europa tais agitações colocavam pela primeira vez em xeque o poder econômico e político da burguesia, na Itália as manifestações populares coincidiam com o momento em que as condições para o poder burguês estavam sendo criadas. O período crucial das disputas que culminariam com a Unificação coincide, portanto, com o da onda contra-revolucionária em toda a Europa e por elas é sobredeterminado⁴⁵.

⁴³ Genovês, membro da carbonaria na juventude, em 1831 Giuseppe Mazzini fundou a sociedade Jovem Itália, cujo lema era uma "Itália una, livre, independente e republicana".

⁴⁴ Comenta Gramsci que nesta fase as ações da Igreja limitaram seus movimentos, empurrando-a perigosamente para a esquerda (com Pio IX), e depois para uma posição de direita que determinaria o seu isolamento na península e na Europa – que a deixará em situações desconfortáveis ainda no *Risorgimento*. Mas também observa terem estas ações educado o próprio papado de tal forma que "tem sabido nos tempos mais recentes manobrar brilhantemente: o modernismo primeiro e o populismo depois são movimentos similares àquele católico-liberal do *Risorgimento*, devidos em grande parte ao poder de atração dos intelectuais laicos das classes altas por um lado e por outro do movimento prático da filosofia da práxis. O papado golpeou o modernismo como tendência reformadora da Igreja e da religião católica, mas desenvolveu o populismo, isto é, a base econômico-social do modernismo e hoje com Pio XI faz desse o fulcro da sua política mundial" (Q19, p. 2013-4). Retornaremos às tensões e às conciliações entre Igreja e Estado falaremos no segundo item deste capítulo.

⁴⁵ Prova dessa sobredeterminação encontra-se no próprio *Risorgimento*, que teve como condições "1) a existência de um certo equilíbrio das forças internacionais que fossem a premissa da unidade italiana. Isto verificou-se depois de 1748, depois da queda da hegemonia francesa e a exclusão absoluta da hegemonia espanhola-austriaca, mas desaparece novamente depois de 1815: todavia o período entre 1748 e 1815 teve uma grande importância na preparação da unidade, ou melhor, para o desenvolvimento dos elementos que deviam conduzir à unidade. Entre os elementos internacionais é necessário considerar a posição do papado, cuja força no âmbito italiano estava ligada à força

Carlo Alberto, rei do Piemonte, vislumbrou na agitação popular e na ação de grupos patrióticos de diversas regiões – a Sicília declarou-se independente da monarquia Bourbon em 1848, o rei da Toscana outorgou constituição, os milaneses expulsaram o rei austríaco – uma ocasião para conduzir a Unificação. Mas conquanto fosse a maior força militar da península, o reino do Piemonte não conseguiu articular as forças revolucionárias mobilizadas em vários Estados durante o período 1848-1849⁴⁶ e isto implicou o adiamento da Unificação.

Durante as duas décadas seguintes, o projeto de unificação esbarrou na diversidade de interesses e nas antigas rivalidades regionais. As reformas⁴⁷ concedidas em praticamente todas as regiões deviam muito mais às forças externas que a uma articulada rede de forças democráticas com amplitude política e social e em virtude disso, caminhou a passos lentos e com inúmeros retrocessos⁴⁸.

O desfecho da Unificação é bem conhecido dos leitores dos *Quaderni*: como forças empenhadas no processo ficaram o Partido da Ação, liderado por

internacional: o *regalismo* e o *giuseppinismo*, isto é, a primeira afirmação liberal e laica do Estado, são elementos essenciais para a preparação da unidade. De elemento negativo e passivo, a situação internacional torna-se elemento ativo depois da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas, que difundem o interesse político e nacional entre a pequena burguesia e os pequenos intelectuais que, dedicam-se a uma certa experiência militar e criam um certo número de oficiais italianos." (Q6, p.746).

⁴⁶ Em 1847 a Áustria ocupou uma guarnição na cidade de Ferrara, sendo num primeiro momento derrotada pelas forças populares. A indecisão do Piemonte, sob Carlo Alberto permitiu que o exército austríaco recuperasse posições e em setembro do ano seguinte fosse assinado um armistício. Após denunciar as condições do armistício em fevereiro de 1849 e reiniciar as hostilidades, Carlo Alberto sofreu outra derrota militar e perdeu o apoio político, sendo levado a abdicar em favor do filho Vittorio Emanuele.

⁴⁷ Deve-se lembrar que estas reformas solicitadas primeiramente pela liderança piemontesa do Partido Moderado referiam-se às reformas dos códigos, introdução do júri, liberdade de imprensa e abolição das barreiras alfandegárias. A este programa aderiram liberais, os patriotas bologneses e dos territórios pontifícios chefiados por Marco Minghetti e numerosos patriotas sicilianos e do *Mezzogiorno* continental. A resistência inicial do reino de Nápoles logo foram vencidas e algumas das reformas concedidas chegaram a ser mais amplas que a de outros Estados.

⁴⁸ É preciso lembrar que já no início dos anos 1850 o Piemonte assumira, na figura do rei Vittorio Emanuele II, a tarefa de combater o projeto democrático, como patenteava o decreto de novembro de 1849 que ao mesmo tempo dissolvia a câmara e previa a possibilidade de ab-rogação do Estatuto no caso de derrota dos moderados (LOGGIA, 1999, p.22).

Mazzini e Garibaldi (1807-1882) e o Partido Moderado, cujo líder, Cavour (1816-1861), era também o chefe do governo piemontês.

Conduzindo a reforma do Estado piemontês a partir de 1852, Cavour entendia que as condições débeis da burguesia piemontesa tornavam indispensáveis a ação do Estado para a construção da infraestrutura necessária ao desenvolvimento. Suas ações caracterizaram-se, na esfera política, pela continuidade do processo de laicização do Estado e estabelecimento das garantias da monarquia constitucional e, no campo econômico, no início de um programa de liberalização e modernização da sociedade piemontesa (PROCACCI, p.374-5).

Os mesmos princípios de preservação da monarquia piemontesa e a convicção da fragilidade dos Estados italianos guiaram sua postura no tocante ao problema da Unificação. Cavour sabia que as divergências internas e a impossibilidade do Piemonte em fazer frente aos exércitos estrangeiros exigiriam o empenho de grande habilidade militar, diplomática e política para o problema do *Risorgimento*. Por esta razão utilizou-se da guerra da Criméia (1853-1856) para estabelecer com a França as negociações que resultariam na anexação de porções setentrionais e centrais ao Piemonte⁴⁹.

⁴⁹ Sabendo que o Piemonte precisaria de um aliado forte para fazer frente à reação austríaca, Cavour enviou tropas para o lado franco-inglês. Ao fim do conflito participou do Congresso de Paris, onde o problema da Unificação italiana foi posto em pauta. Em 1858, secretamente fez um acordo com Napoleão III: a França apoiaria o Piemonte numa luta contra a Áustria, recebendo em troca os condados de Savóia e Nice, que até então pertenciam ao Piemonte. O Piemonte receberia o Lombardo-Vêneto, território austríaco. Em 1859, o Piemonte declarou guerra a Áustria, mas a despeito das vitórias iniciais de franceses e piemonteses, assim que a Prússia interveio e os católicos franceses mobilizaram-se, a França assinou um tratado de paz com a Áustria. O Piemonte recebeu a Lombardia, mas a Áustria manteve Veneza. O tratado de paz previa ainda uma confederação de Estados italianos sob a chefia do Papa. A intervenção papal não chegou a frustrar os planos de laicização do Estado de Cavour: vários Estados pertencentes ao Papa rebelaram-se, exigindo a unificação ao Piemonte. Condição de Napoleão III, Savóia e Nice passaram ao domínio francês após a realização de um plebiscito em 1860 e a Toscana, Parma, Modena e a Romagna uniram-se ao Piemonte.

Recusando-se a ocupar os reinos Bourbons de Nápoles e da Sicília, Vittorio Emanuele e Cavour encontraram na disposição dos democratas do Partido da Ação (já isolados) – Mazzini, Pisacane e imigrantes sicilianos como Crispi e Pilo, e Garibaldi – em empreender uma expedição ao *Mezzogiorno* a solução para a Unificação.

A vitória das tropas de Garibaldi sobre as forças bourbônicas não alterou a rota definida pelos moderados para a “integração nacional”. Garibaldi, que esperava que a Unificação fosse consolidada com uma república democrática, sem outra opção entregou Nápoles e a Sicília a Vittorio Emanuele. A anexação foi ratificada pelo plebiscito realizado em 21 de outubro de 1860, e a Unidade da Itália proclamada oficialmente pelo parlamento subalpino no dia 4 de março de 1861⁵⁰.

Roma permaneceu sob o controle da Igreja. Vimos que por volta de 1848 o Papado havia assumido posições liberalizantes. Conforme o Piemonte exibia suas pretensões hegemônicas e tomava medidas para remover entraves ao processo de modernização do Estado, as históricas tensões foram reavivadas⁵¹. A declaração na alocução *Maxima quidem laetitia* (1862) de que a destituição do poder temporal fazia o Papa prisioneiro marcava o retorno ao conservadorismo que afastaria temporariamente o Papa da vida pública e a não solução da questão vaticana pela Unificação.

⁵⁰ Em 1861 ficaram fora do Estado italiano o Vêneto, Veneza e os Estados papais. Em 1866, após a derrota da Áustria pela Prússia, Veneza passou para o domínio italiano mediante um plebiscito. Até 1919 Trieste e Trento permaneceram sob controle austríaco. Já a questão vaticana foi conciliada temporariamente pelas Leis de Garantia de 1871, sendo resolvida apenas em 1929, quando Mussolini e o Papa Pio XI firmaram o Tratado de Latrão que criou o Estado do Vaticano, dentro de Roma.

⁵¹ “Mesmo antes da unidade a luta entre o reino do Piemonte e o Vaticano foi duríssima. Pelas leis Sicardi (1850) era abolido o foro especial para os eclesiásticos e as sociedades eclesiásticas colocadas fortemente sobre controle. Aboliam-se as penalidades contra o trabalho nos dias santificados – o que além de golpear a igreja, beneficiava o patronato. Em 1855, toda e qualquer congregação que não se dedicasse à pregação, à assistência aos enfermos e à instrução foi abolida e teve seus bens confiscados” (DIAS, 2000, p. 33).

Quando iniciamos a análise da revolução passiva do *Risorgimento*, apontamos que segundo Gramsci sua principal característica foi a proeminência dos intelectuais tradicionais, dado que o desenvolvimento embrionário da burguesia não permitira ainda o surgimento de uma camada de intelectuais organicamente ligados a ela. Qual foi, então, o papel desempenhado pelos moderados? Como podemos identificar, na prática, o papel desempenhado pelos intelectuais?

Numa passagem, por exemplo, Gramsci parece inviabilizar a afirmação taxativa de que não havia classes organicamente ligadas à produção:

Os moderados eram intelectuais "condensados" já naturalmente pela organicidade das suas relações com os grupos sociais dos quais eram a expressão (por toda uma série destes realizava-se a identidade de representados e representantes, isto é, os moderados eram uma vanguarda real, orgânica das classes altas, porque eles próprios pertenciam economicamente às classes altas: eram intelectuais e organizadores políticos e ao mesmo tempo diretores de empresa, grandes agricultores ou administradores de propriedades, empreendedores comerciais e industriais (Q19, p. 2012).

O elemento esclarecedor está presente na nota em que Gramsci observa que é justamente por perceber a ausência de classes dirigentes homogêneas no conjunto da península "cuja tendência irresistível a unificar-se tenha determinado a formação do novo Estado nacional italiano" que a vanguarda piemontesa abriu caminho (Q15, p. 1822). Relendo mais atentamente a citação anterior, percebemos que os intelectuais piemonteses estão colocados como uma força estatal que sintetizava os interesses das classes dominantes.

Uma vez que os núcleos "com potencial dirigente" existentes na península não se dispunham a exercer a função de dirigente, isto é, "não queriam conciliar os seus interesses e aspirações com os interesses e aspirações dos outros grupos" mas sim "queriam 'dominar' [...] queriam que dominassem os seus interesses, não

as suas pessoas, isto é, queriam que uma força nova, independente de compromissos e condições tornasse-se o árbitro da Nação" (Q15, p. 1822), "o Piemonte desempenhou uma função que pode, por certos aspectos, ser comparada àquela do partido, isto é, do pessoal dirigente de um grupo social com a determinação que se trata de um Estado" (Q 15, p. 1822-1823)⁵².

Na chave da revolução passiva, esta substituição dos grupos sociais por um Estado (Q15, 1823), identifica-se com a fórmula da *revolução pelo alto*, com uma maior ênfase sobre o domínio em detrimento da direção. De outro modo, podemos dizer que não há uma determinação direta por parte da sociedade civil – o fato de que a revolução burguesa esteja em processo faz com que a sociedade civil italiana tenha, tanto na sua dimensão estrutural quanto nas suas "superestruturas", conflitantes elementos orientais e ocidentais⁵³.

A relação entre a estrutura econômica e a elaboração das camadas intelectuais exerceria funções distintas efeito na organização do Estado.

A pequena e a média burguesia proprietária de terras (rentista) do Sul, tradicional produtora dos intelectuais com formação clássica, passaria a compor o aparato burocrático. A partir de então, sem que fosse diretamente beneficiada no plano econômico, tenderia, dada a incorporação da lógica de manutenção e reprodução do sistema inerente a sua atividade, a defender a coesão do bloco industrial-agrário.

⁵² Esta visão do caráter fragmentário da burguesia italiana e da conexas dificuldade de tornar-se hegemônica pode ser encontrada no jovem Gramsci: "A burguesia não teve [...] programas concretos e retilíneos, porque não era uma classe de produtores, e sim um bando de politíqueiros" (GRAMSCI, 1917 apud DIAS, 2000, p. 63). Isso decorre de um duplo processo tardio: da unificação e do ingresso na ordem capitalista. Esse duplo processo leva a burguesia a aparecer como um conjunto de categorias: siderúrgica, metalúrgica, etc., conjunto esse que nasce marcado pela sua relação com o Estado, que desde logo garante o domínio industrial do Norte" (DIAS, 2000, p. 63).

⁵³ Parcialmente isso explica tantas rebeliões sem direção consciente, sem elaboração por instituições concretas, especialmente dos estratos rurais.

A saída da Igreja da cena política não duraria muito tempo. Se o clero do Sul nada mudaria em suas posturas, o surgimento do movimento revolucionário forçaria ações ora claramente reacionárias, ora reformistas⁵⁴.

Muito importante no período seguinte seria a função exercida pelos grandes intelectuais para "harmonizar" as classes e frações de classes em conflito. O exemplo maior é o de Benedetto Croce.

Seria Croce o maior articulador dos intelectuais médios italianos com o a cultura europeia de seu tempo. O problema da postura intelectual de Croce era, para Gramsci, o fato de que seu liberalismo era fruto de uma concepção idealista e de um ponto de vista cosmopolita: se em grande parte da Europa estes eram compatíveis com as condições concretas, perdiam o conteúdo nas condições italianas.

Sem ter se vinculado formalmente aos grupos liberais, ao ter amplamente aceitas as suas idéias pelos mais variados grupos, Croce exerceu a função de intelectual e político que também colaborava para a coesão do bloco histórico formado no *Risorgimento* ao longo do século XX.⁵⁵

⁵⁴ Em *A questão meridional* Gramsci observou que enquanto os padres do Norte da Itália eram na maioria filhos de famílias camponesas ou artesãos, o clero do Sul eram filhos de proprietários. No primeiro caso haveria uma tendência ao estabelecimento de relações mais democráticas com as massas, bem como a compreensão de suas reivindicações. Além disso, o clero do Norte fora em grande parte expropriado e desse modo seus membros não tinham, individualmente, interesses antagônicos de ordem econômica com as massas. Os padres do Sul, no entanto, teriam um distanciamento das massas, acostumadas a pensá-los como administradores, usurários, um homem submetido às paixões comuns. Daí, concluía Gramsci, a inexpressividade do Partido Popular no Sul. Este comentário é bastante interessante para pensar as determinações culturais que, somadas às necessidades da instituição Igreja em operar sobre as massas, facilitariam a difusão do projeto da Igreja.

⁵⁵ "Na realidade, o modo de ser do partido liberal na Itália, após 1876, foi o de se apresentar como uma "ordem esparsa" de frações e de grupos nacionais e regionais. Eram frações do liberalismo político tanto o catolicismo liberal do Partido Popular como o nacionalismo [...], tanto as uniões monárquicas como o partido republicano e grande parte do socialismo, tanto os radicais democratas como os conservadores [...] Croce foi o teórico de tudo o que estes grupos e grupelhos, camarilhas e máfias tinham em comum; o chefe de uma seção central de propaganda, da qual todos estes grupos se beneficiavam e se serviam, o líder nacional dos movimentos de culturas que nasciam para renovar as velhas formas políticas" (Q10, p. 1353)

Em meio a esse amálgama, havia, inegavelmente, aspectos progressivos na direção piemontesa.

Dada esta condensação ou concentração orgânica, os moderados exercitavam uma potente atração, de modo "espontâneo", sobre toda a massa de intelectuais de cada grau existente na península em estado "difuso", "molecular", pela necessidade, mesmo elementarmente satisfeita, de instrução e administração (Q19, p. 2012).

Este poder de atração espontânea exercido pelos moderados sobre estratos sociais tão distintos quanto o clero, (e por meio do clero) os grandes proprietários rurais do *Mezzogiorno* e das ilhas, e os próprios membros do Partido da Ação, indicava que os papéis desempenhados pela 1) força urbana setentrional; 2) força rural meridional; 3) força rural setentrional-central; 4 e 5) força rural da Sicília e da Sardenha (Q19, p. 2042), e a correlação de forças internacionais pintavam o *Risorgimento* como quadro adequado para a guerra de posições.

É claro que agindo como um "árbitro" o Piemonte não colocaria imediatamente o problema da transformação das relações sociais de produção nas regiões mais atrasadas; o que teria implicado o envolvimento popular e a provável desagregação das camadas dominantes no campo.

Contrapondo a ação dos moderados ao desempenho do Partido da Ação, Gramsci atribuiu aos primeiros o mérito de ter tido "mais consciência da realidade histórica". O problema do Partido da Ação residia numa aspiração republicana destituída de projeto societal. Nesse sentido, era portador de um falso jacobinismo: não há condições para ação jacobina sem vínculo orgânico com a burguesia e com as grandes massas camponesas, sem a difusão de uma nova concepção de mundo adequada ao ambiente capitalista e oposta a clerical (Q19, p. 2012).

Um problema é este: na luta Cavour-Mazzini, na qual Cavour é o expoente da revolução passiva-guerra de posição e Mazzini da iniciativa popular-guerra manobrada, não são indispensáveis ambos na mesma precisa medida? Todavia é necessário levar em conta que enquanto Cavour era consciente da sua tarefa (ao menos em certa medida) enquanto compreendia a tarefa de Mazzini, Mazzini não estava consciente da sua e daquela de Cavour; se ao contrário Mazzini tivesse tido tal consciência, se tivesse sido um político realista e não um apóstolo iluminado [...] o equilíbrio resultante do confluir das duas atividades teria sido diverso, mais favorável ao mazzinismo: isto é, o Estado italiana teria se constituído sobre bases menos atrasadas e mais modernas (Q15, p. 1767).

A consciência da tarefa histórica por parte dos moderados verificar-se-ia também na sua capacidade progressiva de absorver elementos dispersos⁵⁶. Tal já não ocorreu com o Partido da Ação, que não teria percebido que poderia, não modificar as condições objetivas mediante um assalto ao poder, mas pressionar por transformações significativas⁵⁷, que poderiam impedir, por exemplo, que "a estrutura atrasada meridional [fosse] explorada, feita permanente, acentuada, para drenar as economias de suas classes parasitárias para o Norte" (Q15, p. 1805). É a falta de consciência deste antagonista que abre espaço para que ele seja incorporado, e não ativo, para que suas ações dêem-se sob o transformismo.

Após situar os traços gerais das relações estabelecidas na primeira revolução passiva italiana, podemos trabalhar a idéia de "aplicar ao conceito de revolução passiva o critério interpretativo das modificações moleculares que na realidade modificam progressivamente a composição precedente das forças e por

⁵⁶ Da política dos moderados aparece claro que se pode e se deve ter uma atividade hegemônica antes da tomada do poder e que não é necessário contar apenas com as forças materiais que o poder oferece para exercitar uma direção eficaz: exatamente a brilhante solução destes problemas tornou possível o *Risorgimento* na forma como se efetuou, sem Terror, como "revolução sem revolução", ou seja, como "revolução passiva" (Q19, p. 2011).

⁵⁷ Sem que as forças antagonistas imponham-se como sujeitos conscientes, sua participação nos processos político-sociais acaba por assumir a forma do transformismo e foi o que ocorreu com o Partido da Ação. As sugestões de Gramsci são de que a ausência de iniciativa do Partido da Ação acabou por colaborar com o transformismo: nem mesmo teriam percebido espaço para ação transformadora no fato de que "a passagem ao Cavourismo [depois de 1848] de novos elementos do

esta razão tornam-se matriz de novas modificações" (Q15, p. 1767), isto é, identificar os desdobramentos desta revolução passiva no que diz respeito às disputas políticas na Itália.

Partido da Ação modificou progressivamente a composição das forças moderadas, liquidando o neoguelfismo por um lado, e por outro empobrecendo o movimento mazziniano" (Q15, p. 1767).



2.2 Os desdobramentos da revolução passiva e a complexificação da sociedade civil

O dualismo entre o Norte-Sul podia ser medido, à época do *Risorgimento*, por elementos materiais: no Norte destacavam-se a estrutura agrária (cultura da região de Padova), comercial, financeira (mercado bancário), infraestrutural (canais, estradas, rede ferroviária) e manufatureiro (os distritos da indústria do algodão, lanífero, siderúrgico-mecânico da região dos cursos d'água sub-alpinos), enquanto o Sul enfrentava mesmo dificuldades da escassez de recursos naturais para o desenvolvimento (CAFAGNA, 1999, p. 50-52).

Mas sendo o *Mezzogiorno* mais atrasado do ponto de vista das relações sociais capitalistas, também o Norte possuía deficiências no processo de acumulação que se deviam principalmente ao precoce desenvolvimento dos capitais bancário e financeiro e à industrialização tardia. A questão decisiva, portanto, não é o atraso do Sul, mas o modo como a burguesia relacionou-se com as limitações de ambas as regiões, consolidando seu poder político ao mesmo tempo em que criou as bases econômicas do domínio burguês (POULANTZAS, 1971(b), p.26).

Como tarefa imediata, os primeiros governos da Itália unificada tinham de equilibrar as finanças do novo Estado (oneradas com as despesas das guerras do *Risorgimento*) e a balança de pagamentos, com o compromisso de impactar minimamente o equilíbrio da aliança Norte-Sul. Essa última condicionante já delimitava a direção da burguesia industrial sobre as demais frações burguesas do território. Com isso, a burguesia industrial tornava-se suficientemente forte para



difundir suas relações sociais de produção nas várias zonas agrícolas e apta para a concorrência na esfera internacional.

Prova decisiva para o delineamento do caminho a ser trilhado foram os ajustes da participação da heterogênea elite nas instituições políticas do país. Posto que a orientação liberal-moderada sustentada pela monarquia piemontesa fosse o sustentáculo da aliança entre as elites, a extensão das leis eleitorais do Piemonte impediu, em virtude do sistema censitário, que as regiões mais atrasadas fossem representadas em pé de igualdade diante das demais. O primeiro efeito da unificação da vida civil foi, deste modo, acentuar ainda mais os contrastes (PROCACCI, p. 390; 394-5; LOGGIA, 1999, p. 23).

Os sucessores de Cavour (a Direita histórica) estabeleceram uma política econômica que associava a taxaço sobre produtos industriais e agrícolas e a livre concorrência (liberalismo-fiscalismo). Ao final do período compreendido entre 1861 e 1876 estas medidas tinham logrado sanar as finanças estatais e melhorara a balança de pagamentos, e criar as bases do Estado moderno (sistematização do aparato de governo, estradas, ferrovias, telégrafos, etc) (PROCACCI, 1998, p. 398; Q.19, p. 2018). No concernente ao beneficiamento imediato das atividades produtivas, os resultados não foram tão favoráveis.

As taxaço aumentaram as dificuldades da indústria nortista (siderúrgica, mecânica pesada – navegação, especialmente –, açucareira e têtil), sem fôlego para enfrentar a concorrência estrangeira e impotente diante do baixo potencial de consumo das massas. A já débil indústria do *Mezzogiorno* sucumbiu, enquanto a agricultura da região conseguiu compensar temporariamente as taxaço com a alta de preços (PROCACCI, 1998, p. 399-401; CAFAGNA, 1999, p. 78).



Mas logo a instabilidade da produção agrícola ficaria visível. A cultura de grãos – que passa a enfrentar concorrência da produção americana e russa – mas também a cultura de oliva, legumes e a criação de gado foram duramente atingidas. Apenas o setor viticultor conseguiria manter-se em razão da crise de filoxera na França (PROCACCI, p. 411-2). De outro lado, a penetração dos capitais francês e britânico no quadro da política econômica livre-cambista acabou contribuindo para uma relativa modernização e adequação da agricultura às necessidades da nova divisão do trabalho.

(...) o índice da produção agrícola (...) deveria passar de 44,3 em 1851 a 65,9 em 1880, enquanto as exportações agrícolas não cessavam de aumentar. A renda fundiária acompanhava essa progressão. Era, todavia, uma forma de acumulação forçada: salários e consumo dos trabalhadores agrícolas permaneceram estacionários durante esse período (PARIS, 1993, p.18).

As massas camponesas eram crescentemente penalizadas. Sofriam os efeitos das tributações indiretas; tinham as condições de vida agravadas com quedas de preços provocadas pela concorrência ou catástrofes naturais; eram excluídas do mercado de consumo enquanto o seu trabalho aumentava a produtividade. Diante de uma série de levantes populares, da organização do movimento camponês – sempre reprimidos pelas elites locais – e da emigração, o Estado aumentou a emissão de papel moeda e a disposição dos bens eclesiásticos.

Parte do produto auferido nas atividades agrícolas foi desde o início transferida, via sistema fiscal, para a promoção da industrialização setentrional. Entretanto, nenhum setor foi beneficiado integralmente e, além disso, os investimentos concentraram-se no setor têxtil.

Como única exceção, a indústria mecânica começou a se desenvolver ao redor de Nápoles e na Ligúria, especialmente com os estabelecimentos da Ansaldo, de Gênova, fundados em 1847(...) O essencial do capital permaneceu, porém, ligado ao comércio" (PARIS, 1993, p.18).

Começava a difundir-se a idéia de que as medidas liberais, embora tivessem convivido e mesmo possibilitado a atuação do Estado na promoção do desenvolvimento estrutural como as estradas de ferro, frustravam as expectativas de remoção dos obstáculos para o desenvolvimento da base burguesa. No campo liberal surgia uma oposição de esquerda que começa a amadurecer a idéia da necessidade de abandonar a orientação até então adotada. Protecionista, a referência desta esquerda era a analogia que as condições do Norte e Sul do país possibilitavam com a Alemanha de Bismarck – que equilibrava os interesses agrários dos Junkers e dos industriais liberais.

(...) Se delineava assim, ainda que confusamente, a perspectiva de uma via prussiana de desenvolvimento capitalista, de uma transformação econômica operada pelo alto e com o concurso determinante do Estado, sob a insígnia do protecionismo e do reforço do prestígio internacional do país (PROCACCI, 1998, p.417).

Uma esquerda ainda tímida no que se refere à mudança de orientação da política econômica venceu as eleições de 1874⁵⁸. O primeiro ministério de esquerda foi chefiado por Agostino Depretis (1813-1887) em 1876, logo substituído, em março de 1878, por Benedetto Cairoli (1825-1889), que permaneceu, com breve intervalo,

⁵⁸ Em relação a este grupo, a designação "esquerda" não tem qualquer conotação de republicanismo ou aproximação com o projeto mazziniano ou garibaldino. Como diferencial em relação aos liberais conservadores, seus membros defendiam algumas reformas mais liberalizantes, como a extensão do direito de voto e da instrução elementar obrigatória e gratuita, a abolição de impostos pesados para os pobres.

até 1881, quando Depretis reassumiria o cargo de Primeiro Ministro até sua morte em 1887.

Em 1888, já sob o governo chefiado por Francesco Crispi (1818-1901), a pressão da indústria têxtil e da nascente indústria mecânica levou ao estabelecimento da primeira tarifa protecionista e logo foram estabelecidas novas formas de crédito – organizações de crédito mobiliário e do Banco Geral.

A nova orientação econômica não respondia apenas às exigências internas. Após a grave crise que atingiu o sistema mundial entre 1873 e 1874, praticamente todos os países haviam adotado o protecionismo como resposta política à Depressão e ao acirramento da concorrência econômica internacional (HOBBSAWM, 1982, p. 64)⁵⁹.

(...) O protecionismo agrícola, de maneira geral, funcionou na França, falhou na Itália (onde a reação a ele foi a migração em massa) e protegeu os interesses dos grandes proprietários na Alemanha. O protecionismo industrial, de maneira geral, ajudou a ampliar a base industrial do mundo, ao incentivar os industriais nacionais a produzirem com vistas aos mercados internos de seus países, que também estavam se expandindo a passos largos. Calcula-se que o aumento global da produção entre 1880 e 1914 foi, por conseguinte, nitidamente maior do que fora durante as décadas de livre comércio (HOBBSAWM, 1982, p.69).

O insucesso do protecionismo na península deveu-se, parcialmente, a ausência de vínculo a um projeto de desenvolvimento integrado entre as regiões. Se as primeiras medidas protecionistas beneficiavam a indústria nortista; as seguintes foram direcionadas para a defesa das regiões produtoras de cereais. Estas

⁵⁹ Desde 1848 verificava-se crescente expansão e integração econômicas com base no livre comércio em nível mundial. Mas a formação de uma rede econômica internacional implicava, além da integração, relações de dependência e divisão entre as economias nacionais uma vez que suas diferenças em relação ao progresso técnico e tecnológico ficam acentuadas pelo contato. Progressivamente a partir da década de 1870, as burguesias nacionais investiram em medidas capazes de garantir sua sobrevivência num mercado cada vez mais competitivo: investimentos no aumento da produtividade, tanto com inovações técnicas e tecnológicas, quanto com ações diretas de controle sobre a força de trabalho; busca de novos mercados (imperialismo), e o protecionismo.

operações, evidentemente, deixavam o *Mezzogiorno* sob uma condição de dupla exploração (Q15, p. 1804-1805)

Esforçando-se em reduzir as importações de trigo, favorecia evidentemente as regiões – Norte e Centro – produtoras de cereais, mas bloqueava o desenvolvimento da agricultura meridional. Retardatário quanto à produção de cereais, o Sul viu-se ao mesmo tempo privado da possibilidade de exportar suas outras produções agrícolas para seus mercados 'naturais', a França, por exemplo, e forçada a comprar os produtos da indústria italiana, infinitamente mais caros que os dos países industriais avançados. Foi o nascimento efetivo da "questão meridional" (PARIS, 1993, p. 19-20).

A drenagem dos recursos do Sul para o Norte não era o único fator a perpetuar as debilidades do desenvolvimento nacional. O protecionismo não eliminou a livre movimentação de capitais, e neste período foram comuns tanto a recorrência do Estado ao capital estrangeiro⁶⁰ quanto o encaminhamento de capitais auferidos na produção para as atividades especulativas.

Quanto mais a concentração econômica e racionalização empresarial instauravam-se como características distintivas do período imperialista, mais as classes dominantes italianas afastavam as alternativas de uma base nacional para o grande capital. A escolha recairia, como observou Paris (1993), sobre uma articulação entre capital industrial e bancário estrangeiro, com a garantia da armadura do Estado⁶¹.

⁶⁰ Imediatamente a queda de preços agrícolas durante a crise dos anos 1870, a ação emergencial foi o crédito externo e a emissão de títulos de Estado.

⁶¹ Estes traços, observou Paris, caracterizam a economia italiana como despida da fase do capitalismo liberal e intimamente associada ao capital bancário internacional. "No processo de constituição do grande capital italiano foi decisiva a participação do capital estrangeiro. Em 1894 um grande grupo industrial alemão constituía o Banco Comercial Italiano e, desde 1896 a indústria passou a contar com o apoio direto do Haute Banque. A sustentação dada pelo capital financeiro, somada ao protecionismo permitiu uma expansão que apenas oscilou durante a crise de 1907. "De 61.423 milhões em 1895, a renda nacional passou a 92.340 milhões em 1913. A produção de instrumentos de produção, que representava 28% da produção industrial em 1895, passou a 47% em 1913." (PARIS, 1993, p.21) Mas a expansão entrelaçava-se à concentração: "Em 1902, a *Società Elba*,

As crises agrárias e a industrialização em bases ainda frágeis tiveram ampla repercussão social: seria durante o governo Crispi que colocar-se-iam como sujeitos ativos os movimentos camponeses de orientações diversas, o meridionalismo separatista e de orientação socialista e, também, nas cidades industriais, o movimento operário.

Para responder a estas pressões, Crispi adotou uma política marcada pelo reforço do poder executivo, crescentemente autoritária e, mirando simultaneamente o momento expansionista do imperialismo e o crescimento das massas miseráveis que a crise no campo criara, iniciou a campanha colonialista⁶².

criada em 1899 por um grupo capitalista belga para explorar as minas da ilha de Elba, passou para o controle da Società Siderurgica di Savona e, através desta, para o controle da Terni, fundada (...) em 1884 pelo Credito Mobiliare e o Banca Generale. Chegamos assim em 1904 à criação da Savona-Alba. No ano seguinte, esta fundia-se com a Società Alti Forni di Piombino, fundada em 1897, para dar nascimento à Ilva (*Alti forni e acciaierie d'Italia*), que passou assim a controlar os centros industriais de Piombino e de Bagnoli. A falência do Credito Mobiliare e do Banca Generale transferia, em seguida, as ações da Terni ao poder do Banca Commerciale, já de posse de boa parte das ações da Ilva por intermédio de Savona-Elba. Com o agravamento da situação financeira da siderurgia logo após a crise financeira de 1907, as principais empresas siderúrgicas italianas – Elba, Piombino, Savona, Ferriere Italiane e Ligure Metallurgica – tentaram constituir uma sociedade de participação. De 71,7 milhões em 1900, o capital das sociedades siderúrgicas passava, na véspera da guerra, a 212 milhões." Tendo de fazer frente aos trustes siderúrgicos, a indústria mecânica desenvolveu-se de forma mais lenta, mas foi também logo controlada pelo capital financeiro: "(...) a Breda de Milão, fundada em 1886, constituiu-se, em 1900, em sociedade anônima e atingiu assim, em 1906, um capital de 14 milhões. Enquanto a Terni, ligada à siderurgia, criava em La Spezia uma empresa especializada na construção de peças de artilharia, a Ansaldo, controlada pelo grupo Perrone, transformava-se por sua vez, em 1903, em sociedade anônima. O capital das sociedades mecânicas passou assim de 62 milhões em 1900 a 415 milhões em 1909, baixando para 379 em 1913: crescimento que resultava contudo mais da modernização das estruturas financeiras que de um progresso real." (Paris, 1993, p.21-2) A indústria automobilística, ramo novo que não enfrenta a concorrência tem um crescimento de capital de 8 para 90 milhões : entre 1904 e 1907 correspondendo a 70 empresas de construção que empregavam aproximadamente 12.000 trabalhadores. Aproximadamente metade deste capital estava concentrado em Turim, que tinha 20 empresas. Esta cidade (e arredores) concentrava ainda cerca de 110.000 operários na indústria algodoeira e 21.000 na indústria química e metalúrgica" (PARIS, 1993, p.22-3).

⁶² Data de 1885 a ocupação do porto de Massawa, na Etiópia, de 1888 a ocupação de Kerem e Asmara e, somente em 1890 foi unificada a administração das regiões ocupadas sob o nome de Eritreia. Mas nas condições italianas o colonialismo significava o dispêndio de recursos de que o país não dispunha. "Também a sua política [de Crispi] de expansão colonial esta ligada à sua obsessão unitária. Em relação a isso compreendeu a inocência política do Mezzogiorno; o camponês meridional queria terra; Crispi não podia dá-la na própria Itália, nem queria fazer um 'jacobinismo econômico'; lhes ofereceu a miragem das terras coloniais a explorar. O imperialismo de Crispi é um imperialismo retórico, passional, sem base econômico-financeira. A Europa capitalista, rica de capitais. Os exportava para os impérios coloniais que criou. Mas a Itália não só não tinha capitais para exportar mas recorria ao capital estrangeiro para as suas próprias necessidades. Faltava uma base [real] ao

O apoio da opinião pública não era algo sólido desde o início das campanhas, e após várias derrotas, principalmente a de Adua em 1896, e a intensificação das tensões com a França – motivadas em parte pela disputa colonial e em outra pela resistência daquele país às tarifas alfandegárias⁶³ – o descontentamento levou a intensas manifestações. Denúncias de favoritismo e corrupção e uma série de escândalos bancários deram o golpe de misericórdia no governo Crispi (PROCACCI, 431-2).

O primeiro governo de Giovanni Giolitti (1842-1928) iniciado em 1892, ficou marcado pela intensa agitação política e social iniciada ainda no governo anterior.

Núcleos do proletariado urbano orientados por concepções anarquistas, socialistas e sindicalistas exerciam grande pressão sobre o capital, quando neste momento da história um outro impacto atingiu o domínio burguês exercido pelo Estado: os movimentos surgidos no Sul e nas ilhas.

Sem uma concepção orgânica de classe (como tampouco tinha o proletariado), estes grupos colocavam, de formas distintas e numa perspectiva regional, o problema da incapacidade da burguesia nortista em resolver a problemática nacional.

imperialismo italiano e essa base real foi substituída pela 'passionalidade': imperialismo castelo de areia..." (Q1, p.45).

⁶³ Em 1887 havia sido criada uma tarifa alfandegária que, visando a proteção da indústria nortista, dificultava ainda mais a entrada de produtos franceses no território. Obrigados a adquirir os produtos nacionais a preços muito mais altos que o franceses, os sardos perderam o mercado para seus vinhos, óleo e gado bovino. Em 1889, tendo sido recusado o pedido de revisão das tarifas pelos franceses, acordos comerciais foram cancelados, o que significou uma redução de 40% das exportações italianas.

Motivada principalmente pela efervescência política das camadas subalternas, a Igreja Católica reassumiu o papel de força política em 1891⁶⁴. Encontrara outro alvo para sua oposição: busca subtrair os operários da influência socialista, adotando uma posição reformista na encíclica *Rerum Novarum*. Contra o sindicalismo rosso (socialista), o sindicalismo bianco (católico). Em 1892, a investida, com o mesmo objetivo de minar a base socialista, é dirigida aos camponeses. Durante o 9º Congresso Católico surge a primeira união agrária católica, formada pelas associações rurais de proprietários e camponeses (DIAS, 2000, p. 33-34).

No breve período deste seu primeiro governo, Giolitti enfrentou manifestações de descontentamento por parte dos socialistas, a organização dos *fasci siciliani di combattimento* e também a oposição das classes dirigentes para sua proposta de imposto progressivo sobre as finanças. Sua recusa em decretar estado de sítio devido ao crescimento dos fasci na Sicília, afastou-o do governo⁶⁵.

A abertura do século XX e coincidentemente do novo governo Giolitti encontrou uma sociedade civil que se não correspondia ainda a uma "estrutura racionalizada", tinha suas "superestruturas" mais complexificadas. A política combinou a orientação liberal com o protecionismo, investimento no campo e tentativas de difusão do colaboracionismo de classes.

À medida que novos setores industriais eram estimulados pelos impactos do desenvolvimento acelerado da economia capitalista européia que se seguiu a

⁶⁴ Desde a Unificação não encontrara outro modo de marcar oposição ao domínio piemontês que o isolamento. Mesmo com as Leis de Garantias (1871) não tinha alterado sua disposição inicial e em 1884, Pio IX proibira a participação dos católicos na vida política nacional com a bula *Non Expedit* e em 1890 propõe a desobediência civil aos católicos.

⁶⁵ O comportamento de Giolitti nesta fase denunciava a tendência reformista que imprimiria às relações com as camadas populares durante a década em que esteve na chefia do governo. Tal estratégia, pensamos, tinha o objetivo de obter o consenso dos trabalhadores para seu projeto, subtraindo-as a influências revolucionárias.

crise do final do século XIX – indústria elétrica e automobilística, principalmente –, acirravam-se os conflitos de interesses do bloco dominante.

A tarefa de Giolitti compreendia pontos que se chocavam: exigia-se a modernização da estrutura econômica e social do país associada ao equilíbrio dos interesses de 1) uma indústria pesada tardia, ligada desde seu nascimento ao capital financeiro; 2) dos proprietários rurais capitalistas (por exemplo os do Vale do Pó); 3) dos proprietários feudais do *Mezzogiorno* – e com menor cuidado atendessem a – 4) algumas das reivindicações dos camponeses médios e pobres, 5) das camadas médias (ligadas à burocracia e às profissões liberais) e, finalmente, 6) do proletariado nascente. A “política de equilíbrio” levada a cabo privilegiou cada grupo quase exatamente na ordem que o citamos, o que criou uma oposição feita não apenas pelo movimento operário, mas por vários setores das classes dominantes, especialmente os grandes proprietários do *Mezzogiorno* ligados à Igreja, e os industriais de orientação liberal conservadora, que não concordavam com as elevações salariais e outras concessões aos trabalhadores (DIAS, 2000, p. 245).

Todos estes encaminhamentos levavam a conclusão de que

Na realidade, a Itália nova que vinha se formando naqueles anos era também a defesa da Itália de sempre, da Itália dos camponeses e dos humildes/simples. O grande círculo de sombra e de miséria que estreitava o assédio às zonas e as ilhas mais avançadas do país não tinham se alargado de fato mais que um pouco. Entre o recenseamento de 1901 e o de 1911 as variações na composição social da população não foram de grande relevância: 34% da população ativa estava ainda ocupada na agricultura contra 16,94% de ocupados na indústria. Em 1901 os ocupados na indústria eram 15,57%, sinal que o desenvolvimento da produção tinha caminhado com um passo mais rápido que aquele da formação de um proletariado industrial. A Itália permanecia ainda fundamentalmente um país de camponeses, um país de analfabetos (...), um país de emigrantes (...) A questão meridional, como foi demonstrado pela grande pesquisa sobre as condições dos camponeses no *Mezzogiorno* promovida por Giolitti, permanecia de fato mais que aberta, que antes do desenvolvimento econômico-industrial das

regiões setentrionais verificando-se nos últimos anos tinha contribuído para exasperá-la e a fazer do *Mezzogiorno* uma autêntica semi-colônia do capital setentrional. E com essa, que era a recapitulação permaneciam abertos todos os outros grandes problemas do país (PROCACCI, 1998, p.471-2).

Ao mesmo tempo em que o proletariado emergia como força oposicionista nas regiões industrializadas, movimentos surgidos no quadro de miséria crescente das massas do Sul e das ilhas iniciaram a articulação ideológica e política.

Um destes movimentos foi o "socialismo sardo", cuja organização tomara impulso com a perda dos mercados franceses em 1889. Num contexto de aumento da miséria dos camponeses, da exploração dos pequenos proprietários rurais pela fiscalização, do tratamento subumano a que eram submetidos os trabalhadores das reservas de minérios, e do conseqüente aumento da violência e do banditismo, surgiu um movimento sardo, de tendências regionalistas, autonomistas e com matizes socialistas revolucionários (FIORI, 1979). O movimento era ambíguo, pois uma vez colocada a oposição entre o Norte e o Sul, não identificava uma classe a ser combatida, criando a ilusão de que "giolittianos, socialistas e radicais do Mezzogiorno" pudessem unir-se contra a exploração continental.

Um outro meridionalismo, conservador-liberal, foi organizado por Pasquale Vilari, Leopoldo Franchetti, Giustino Fortunato⁶⁶ e Giorgio Sidney Sonnino. Para estes

(...) o problema centra-se no fato de que o Estado unitário é um fenômeno puramente elitista e, portanto, incapaz de ligar-se a si e as grandes massas da população. Acentuando, pela centralização, uma brutal concentração de riquezas, o Estado lança as classes trabalhadoras nos braços dos subversivos (...) O programa desse meridionalismo era a criação de uma potente classe média, no Sul,

⁶⁶ Giustino Fortunato (1848-1932): político e publicista conservador, foi um dos mais importantes meridionalistas. Sua obra mais significativa é *Il Mezzogiorno e lo Stato italiano*.

para com ela garantir o programa de conservação social, subtraindo-se as massas à propaganda socialista (DIAS, 2000, p. 243).

Outro nome importante do meridionalismo – e de particular importância na formação política de Antonio Gramsci – é o de Gaetano Salvemini⁶⁷. Para Salvemini, o problema da desigualdade entre o Norte e o Sul só poderia ser resolvido por uma aliança entre os operários e os camponeses. Ele propõe o federalismo para combater a centralização burguesa, o sufrágio universal para dar às classes trabalhadoras, especialmente no Sul, as armas necessárias, e uma política alfandegária que golpee os industriais parasitários e permita a transformação da agricultura sulista.

Salvemini está convencido – uma convicção que Gramsci adotará e desenvolverá nos anos subseqüentes – de que a política protecionista é o instrumento de formação de um bloco conservador, que une os industriais do Norte e os grandes latifundiários do Sul, em detrimento sobretudo das populações camponesas meridionais. As medidas protecionistas, permitindo altas margens de lucro para os industriais do Norte, favorecem a política de pequenas concessões a setores operários, praticada por Giolitti e referendada pelos reformistas [do Partido Socialista] (COUTINHO, 1981, p. 16-17).

A influência socialista na península teve um caráter difuso, tanto em razão das apropriações distintas por grupos diversos (o caso do meridionalismo e do sardismo) quanto pela fusão que recebeu no interior do Partido Socialista (fundado em 1892) com o ideário positivista dominante entre a burguesia industrial do Norte.

⁶⁷ Gaetano Salvemini (1873-1957): expressivo meridionalista, historiador de esquerda, membro e depois dissidente do Partido Socialista foi também diretor do jornal *L'Unità*. Entre suas obras mais importantes estão *Scritti sulla questione meridionale* e *Scritti sul fascismo*. Menos citado é Guido Dorso (1892-1947), escritor político relacionado com Piero Gobetti e com a corrente ilustrada e revolucionária do primeiro Partido da Ação. De uma perspectiva meridionalista, representou juntamente com Gobetti, a tentativa mais avançada da fração liberal de uma solução para a crise do Estado italiano no pós-guerra.

O nascimento do PSI foi assistido pelo debate revisionista, vinculado tanto à concepção cientificista-positivismo predominante quanto ao materialismo iluminista⁶⁸. A ocasião marcante do início da atuação do PSI junto aos trabalhadores foi a greve geral de 1904.

A greve geral foi o ponto culminante da greve decretada a 11 de setembro pelos operários milaneses em protesto contra a violenta repressão aos movimentos dos trabalhadores de Cerignola, Buguerru e outros. Reprimidas também as iniciativas operárias pós setembro, logo se espalha a greve geral em toda a Itália. Além da participação do PSI, na qual ficou demarcada a oposição entre reformistas e revolucionários (os primeiros defendendo uma simples greve de protesto e os últimos favoráveis à reivindicação da derrubada do ministério), a greve foi importante para denunciar o novo método de luta da burguesia e de Giolitti:

(...) não exasperar as massas, enquanto a pressão revolucionária se encontrar desprovida de direção, por mais radical que se apresente, pois ela tende a esgotar-se sem maiores consequências. Isso evita maiores problemas. No entanto quando o choque é localizado e secundário, aí então exercer a repressão a mais feroz. Especialmente quando a chefia dos movimentos não estiver sob controle dos reformistas (DIAS, 2000, p. 244).

⁶⁸ Enquanto na Alemanha o revisionismo foi marcado, no plano teórico, por uma "volta a Kant" e pelo combate à teoria da mais-valia e, no plano político, por uma real inserção no movimento operário, o revisionismo italiano foi marcado, no plano teórico, pelo predomínio ideológico do positivismo e no plano político graças à crença fatalista por uma inserção pequena no mundo do trabalho. O fenômeno revisionista encontrou solo fértil dentro das condições criadas pela expansão imperialista, que criava a ilusão, nos países de capitalismo avançado e mesmo na periferia, do crescimento progressivo da democracia e do bem-estar e em consequência, tira a luta de classes do centro do debate e afirma a opção pela política pluralista (DIAS, 2000, p. 25) Ainda sobre a concepção hegemônica no PSI é precisa a observação de Coutinho: "O PSI combinava o culto do cientificismo, vigente na cultura burguesa progressista da Itália setentrional, com a interpretação estreitamente evolucionista e economicista do marxismo que vigorou na II Internacional, em particular no Partido Social-Democrata Alemão" (COUTINHO, 1981, p. 18).

Os protestos operários dirigiam-se basicamente contra a intensificação da exploração da força de trabalho e dos baixos salários. Uma idéia da superexploração a que estavam submetidos os trabalhadores pode ser feita com a constatação de que na primeira década do século XX continuavam válidos os dados da pesquisa industrial de 1873: cada vez mais subordinada ao capital financeiro e às pressões da concorrência industrial internacional pela sua baixa produtividade, o baixo custo da força de trabalho funcionava ao mesmo tempo para sustentar o lucro da indústria italiana e para barrar o investimento na modernização tecnológica e no aumento da produtividade (DUBLA, 1986, p. 36).

Ao mesmo tempo, as intervenções estatais em favor da indústria ultrapassavam a manutenção das políticas protecionistas, agindo, principalmente nos momentos de crise como o de 1907, diretamente na esfera econômica (PROCACCI, 1998, p. 473).

A visível disparidade entre as classes sociais fomentou a organização do movimento nacionalista. O nacionalismo inicialmente expressou o descontentamento da pequena burguesia e das camadas médias com o caráter monopolista e a dependência em relação ao capital externo no processo da industrialização italiana – algo que os alijava do poder econômico e político.

Num primeiro momento, a crítica ao modelo de industrialização e a toda a situação vigente opõe os intelectuais vinculados a estes segmentos médios ao cientificismo positivista dominante na cultura italiana, implicando a luta do nacionalismo contra os partidos democráticos e o PSI.

Mas o nacionalismo não possui unidade teórica. A primeira revista da corrente – *Il Leonardo* – fundada por Giovanni Papini e Giuseppe Prezzolini, atraiu inicialmente as mais distintas tendências teóricas: do elitismo de Gaetano Mosca e



Pareto, passando pelo idealismo croceano e o pragmatismo. Quando a revista deixa de ser publicada, em 1907, já se difundem vários "nacionalismos".

Em 1908, Prezzolini e Papini fundam *La Voce*, que terá a colaboração de nacionalistas, meridionalistas como Salvemini (que opondo-se à tendência culturalista afirmada no campo teórico do grupo fundara *L' Unità* em 1911); liberais como Amendola, Benedetto Croce e Giovanni Gentile. O ideal nacionalista será colocado acima das lutas políticas de classe, propondo um órgão desvinculado de partidos: seu objetivo era obter uma participação no poder detido até então pelos industriais e grandes proprietários de terras.

Dentro do amplo campo designado pela expressão nacionalismo, foi fundada em 1910 a *Associazione Nazionalista Italiana (ANI)*, cujo programa é a promoção do "despertar nacional" assentado na ideologia da "nação proletária", que substitui a luta de classes pela luta das nações⁶⁹. Com esse conteúdo, no II Congresso realizado em 1912, depurou os maçons e em maio de 1914 os liberais vinculados à indústria leve. Afastou-se portanto da pequena burguesia e da indústria nacional, articulando-se em seguida aos representantes nacionalistas vinculados a indústria pesada e ao grande capital (DIAS, 2000, p. 42-43)⁷⁰.

São os grupos nacionalistas financiados pela indústria siderúrgica e o capital financeiro (*La Voce* e a ANI) a fazer intensa campanha pela expansão colonialista. Os interesses por novos territórios para a reprodução do capital encontrará eco nos anseios da pequena burguesia alijada do poder econômico e

⁶⁹ No encontro de fundação da *Associazione Nazionalista Italiana (ANI)*, a 3 de dezembro de 1910 em Firenze, Corradini desenvolveu estas idéias no discurso "Classi proletarie: socialismo, nazioni proletarie: nazionalismo", que seguia o seguinte raciocínio: "há nações proletárias, como há classes proletárias; nações, isto é, cujas condições de vida são desvantajosamente subpostas àquelas de outras nações (CORRADINI apud SABBATUCCI, 1999, p. 89).

político e em 1911 Giolitti cede às pressões para o empreendimento da campanha da Líbia⁷¹.

Conquanto a guerra da Líbia tivesse larga aprovação da opinião pública – apenas os socialistas foram contra a campanha – seus altos custos decepcionaram as massas. A intensificação do clima de descontentamento às vésperas das primeiras eleições sob o sufrágio universal e o crescimento da influência do Partido Socialista fez com que liberais e católicos voltassem a aproximar-se, estabelecendo, por meio do Pacto Gentilone⁷², uma aliança que queria impedir a vitória de socialistas, republicanos ou radicais. Os números das eleições de 1913 foram: 300 deputados pela aliança liberal, 160 deputados de esquerda, dos quais 78 socialistas, 03 nacionalistas e 30 católicos (PROCACCI, 1998, p.480-1).

E este o quadro da Itália à época em que Gramsci, depois de ter sido influenciado pelos textos de Salvemini e adotado a defesa do livre-cambismo⁷³, entra

⁷⁰ "O nacionalismo sofre então [desde 1911] as mais diversas influências: a republicação das obras de Oriani, crítico da formação do estado unitário e revalorizador da política colonial de Crispi; a presença de D'Annunzio com o seu individualismo exasperado, seu apelo à violência

⁷¹ A ligação entre o capital financeiro e a expansão colonialista tem um exemplo claro no caso do interesse do Banco de Roma na guerra da Líbia. Fundado em 1898, tinha de enfrentar a concorrência do *Credito Mobiliare*, do *Banca Commerciale Italiana* e do *Banca Generale* sobre o Norte e sobre algumas das regiões do Mezzogiorno (via protecionismo) e, por estas razões a atuação no Oriente mediterrâneo lhe parecia muito mais atrativa. Entre 1905 e 1907 tinha filiais e sociedades comerciais no Egito, Eritreia, Etiópia, Marrocos e Tripolitânia. Em 1907 criou uma *Società Commerciale d'Oriente* que visava controlar a penetração italiana no Império Otomano. Diante da ameaça às suas pretensões representada pela revolução turca de 1908, pressionou o governo para a intervenção na campanha da Líbia por meio do argumento de que, as perdas inevitáveis não lhe deixariam outro caminho que não entregar a administração do banco à Áustria e à Alemanha (PARIS, 1993, p.24-5).

⁷² O presidente da *Unione elettorale cattolici italiani* [criada juntamente com a *Unione popolare tra i cattolici d'Italia* e a *Unione economico-sociale dei cattolici italiani* em 1906, numa ação da Igreja, que ainda não suspendera o *Non expedit*, para subtrair os trabalhadores às influências socialistas e democrata-radicalis], Vincenzo Gentiloni, elaborou um plano segundo o qual os católicos poderiam votar nos candidatos que pública ou privadamente se comprometessem com a defesa das instituições, a garantia à escola privada, a defesa da instrução religiosa nas escolas comunais, a oposição ao divórcio, a defesa da investidura dos católicos em todas as instâncias estatais (DIAS, 2000, p. 39).

⁷³ Por esta época, Gramsci entende que o livre-cambismo é "não apenas um meio de favorecer o desenvolvimento das forças produtivas do Sul, mas também de quebrar a tentativa reformista de integração do proletariado nortista (ou de sua camada superior) no bloco dominante" (COUTINHO, 1981, p. 17). O raciocínio foi também desenvolvido nos Quaderni, onde observou que uma política liberal, no quadro italiano, libertaria o sul dos entraves provocados pelo protecionismo e a drenagem

em contato com o movimento operário turinense durante as greves de 1913 e ingressa no PSI.

Logo compreende que tanto no Norte quanto no Sul as classes subordinadas (proletariado e massas camponesas) não haviam identificado que as razões de suas miseráveis condições de vida deviam-se à exploração de industriais e grandes proprietários, isto é, não tinham assumido a perspectiva de classe⁷⁴.

Esta percepção, associada à influência croceana e gentiliana que o faz defensor da supremacia da vontade sobre o determinismo dos fatos, farão com que se oponha ao imobilismo-reformismo predominante no PSI.

No contexto da guerra a que o país fora arrastado pela ampla agitação intervencionista levada a cabo pelos nacionalistas (representantes do setor siderúrgico, construção naval, têxtil e agrário) em 1914, a polêmica que trava com a direção do Partido sobre o tipo de ação que deveria caracterizar a neutralidade dos socialistas expressava uma primeira leitura da realidade italiana, e da função revolucionária do Partido. A neutralidade não deveria ser reflexo de falta de operosidade, de indiferença, mas sim ser transformada em campanha esclarecedora das massas da sua condição antagônica às das classes dominantes e nesse sentido o Partido deve agir como "Estado em potência [...] antagonista do Estado burguês, que busca na sua luta diária contra este último e no desenvolvimento de sua

de recursos, estimularia em ambas as regiões os investimentos para o aumento de produtividade e da ampliação do mercado interno, gestando uma estrutura mais racionalizada.

⁷⁴ Os socialistas nortistas, por exemplo, haviam incorporado a ideologia burguesa, difundida pelos positivistas, de que o atraso do Sul se devia à inferioridade biológica de seus habitantes, constituindo o *Mezzogiorno* e as ilhas a "bola de chumbo" sobre o desenvolvimento nacional. No *Mezzogiorno*, o meridionalismo e o sardismo serviam para dissimular a luta de classes existente na própria região. A defesa de genéricos interesses regionais era a bandeira com a qual os grandes proprietários acenavam para as massas, a fim de que elas se tornassem defensoras de seus próprios interesses sempre que estes se encontrassem ameaçados pelos interesses dos proprietários e industriais setentrionais.

dialética interior, criar para si os órgãos para superá-lo e absorvê-lo" (GRAMSCI apud DIAS, 2000, p. 54).

Nos anos do confronto bélico, nas críticas dirigidas aos socialistas reformistas e aos nacionalistas, Gramsci insiste na necessidade de criar uma vontade organizada, abrindo a discussão sobre a questão da hegemonia.

No texto *Socialismo e cultura*, de 1916, encontramos uma sistematização das relações existentes entre política e cultura que não deixa dúvida sobre isso.

Resgatando o debate travado entre Angelo Tasca e Amadeo Bordiga em 1912, no qual o último defendia a prioridade da necessidade econômica em detrimento da formação intelectual no desenvolvimento da consciência de classe, Gramsci rebate, em 1916, que a cultura está longe de ser "saber enciclopédico", sendo antes de tudo "conquista do controle da própria personalidade, conquista de consciência superior, por meio da qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida [...], isto é, criação histórica e não natureza" (GRAMSCI, 1974, p. 68). Lembra aos reformistas e imobilistas que

(...) toda revolução foi precedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeabilização de idéias por meio das quais se agregam os homens, primeiro refratários e só ocupados de resolver dia a dia, hora a hora, o próprio problema econômico e político para si mesmos, sem laços de solidariedade com os outros que se encontram nas mesmas condições (...) É através da crítica da sociedade capitalista que se forma ou está se formando a consciência unitária do proletariado, e crítica quer dizer cultura, e não evolução espontânea e natural (GRAMSCI, 1974, p. 68)

Formulações deste tipo corroboram a polêmica afirmação de Dias (2000) de que "temos aqui, em estado prático, a teoria dos intelectuais – que se expressará de forma mais clara nos *Quaderni*" e em outros textos dos anos 1916 e 1918 –, "a questão da 'reforma intelectual e moral' das massas: acelerar o futuro, gerir a

sociedade, clarificar seu projeto estatal, liberar-se do domínio ideológico das outras classes exercido pelos intelectuais daquelas...", que são mesmo a teoria da hegemonia (DIAS, 2000, p. 66-75).

O acompanhamento da trajetória de Gramsci nos farão ver que não apenas ele foi enriquecendo o conceito de hegemonia de maneira processual, como chegou a uma compreensão que distintas processualidades marcam a construção da hegemonia. Os acontecimentos ligados ao período bélico constituem matéria-prima para esta elaboração.

Se as maiores forças interessadas na guerra eram, como em todo o mundo, as do capital financeiro; a campanha intervencionista teve como difusores práticos os intelectuais vinculados ao aparato administrativo, insatisfeitos com o agravamento das condições econômicas e a agitação social, bem como as camadas de *spotasi* que Mussolini articulou entre 1914 e 1915 nos *Fasci di azione rivoluzionaria*⁷⁵.

Um outro fato, porém, seria definitivo para a correlação de forças internas: o impacto da Revolução Russa.

Os acontecimentos de agosto em Turim⁷⁶ foram sem dúvida bastante significativos para que Gramsci defendesse o envolvimento dos socialistas italianos na onda revolucionária que envolvia a Europa, organizando as forças sociais desencadeadas pela guerra.

⁷⁵ Já em 1911 houve um amplo movimento das camadas de camponeses pobres e médios, e também de pequenos proprietários pela posse da terra nas regiões centrais da Itália. A questão da terra foi um dos impulsos para a expansão nacionalista, marcada pelo movimento iridentista que dirigiu a guerra contra a Áustria para a tomada de Trento e Trieste (THALHEIMER, 1967, p. 103-105).

⁷⁶ As notícias dos acontecimentos de fevereiro de 1917 na Rússia chegaram a uma Itália em que aumentavam os descontentamentos com os impactos dos custos da guerra sobre a população. Iniciou-se em Turim uma série de greves e agitações nas quais os trabalhadores e camadas médias reclamavam pão e paz. O movimento atingiu proporções gigantescas e no mês de agosto surge o quadro de uma insurreição, com a ocupação armada de bairros pelos operários, mas na maior parte

Havia razões objetivas para esta posição: a Rússia revolucionária era o projeto societal antagônico ao que a potência estadunidense buscava difundir a partir dos anos finais da guerra. Por esta razão Gramsci alertava que a política externa liberal propugnada no projeto da Sociedade das Nações por Woodrow Wilson não deveria ser incorporada pelas classes subalternas e nem pelas burguesias dos países atrasados (DIAS, 2000, p. 108-110).

A Itália, conquanto saísse do conflito na condição de vencedora, viveria uma crise econômica e social em grandes dimensões. As expectativas de expansão dos nacionalistas foram frustradas e, a nova orientação protecionista, interrompendo o fluxo internacional de capitais, contribuiu para a estagnação da economia do país. A agricultura entrou em colapso e a indústria, que havia explorado os pedidos do período bélico, perdeu os mercados para seus produtos⁷⁷. Ver-se-á, então, um desequilíbrio intenso nas demandas das classes dominantes.

O relativo fortalecimento dos setores industriais pelo processo de concentração de capitais do período bélico não foi suficiente para que a indústria pesada pudesse enfrentar a concorrência internacional. Por esta razão, os setores da indústria pesada continuavam a defender o protecionismo mesmo sob o governo liberal. Os agricultores da Itália central, meridional e insular, sentindo-se prejudicados com as medidas protecionistas, reclamavam medidas liberais. Os

do tempo a divisão dos dirigentes socialistas frustra uma iniciativa organizada e o movimento é duramente reprimido (DIAS, 2000, 251-255).

⁷⁷ A situação italiana agravar-se-ia no pós-guerra dada a confirmação do refluxo da integração da economia mundial: não apenas as maiores economias tornavam-se auto-suficientes como encaminhavam-se para o protecionismo (HOBBSAWM, 1995, p.90-3). Os números relativos às taxas inflacionárias, déficit e dívida pública, quebra da produção agrícola e industrial são confirmados por todos os autores. As informações citadas nas páginas 29 e 30 – com base em Paris (1993) e Procacci (1998), são também referidas por Dias, que sintetiza o quadro afirmando que “O custo da guerra fora brutal: 65 milhões de lira-ouro; 680 mil mortos, 680 mil prisioneiros; mais de um milhão de feridos; 500 mil mutilados e 600 mil mortos pela espanhola” (DIAS, 2000, p.255).

setores médios industriais, que num país de indústria débil eram os mais frágeis diante da concorrência, estabeleceram aliança com os agrários na tentativa de resistir ao processo de concentração.

Os custos mais altos foram pagos pelos operários, camponeses e camadas médias da população. Os trabalhadores industriais foram submetidos a uma rigorosa legislação que barrava as iniciativas de luta pela reposição das perdas salariais – “enquanto o preço das mercadorias em geral subia até o índice 409 (1913 = 100), o salário raramente atingiu o índice 200” (DIAS, 2000, p. 256)⁷⁸. Os camponeses não só viram ruir a expectativa de que a vitória lhes garantiria terras cultiváveis, mas tiveram que arcar com as conseqüências da diminuição do número de braços para o trabalho e a crise agrária.

Mas se a aceleração da concentração industrial nas primeira e segunda décadas do século XX, não tinha permitido à burguesia industrial estabelecer a hegemonia no campo econômico, tinha criado uma classe operária com maiores potencialidades organizativas, isto é, um novo sujeito ativo na disputa de hegemonia, como percebera Gramsci.

Forma direta de organização dos trabalhadores, os primeiros sindicatos operários italianos adotaram o modelo industrial. Suas reivindicações entre o final do século XIX e a primeira década do século XX estiveram basicamente relacionadas aos salários e as condições trabalho⁷⁹. Havendo a dissociação entre luta política e luta econômica – assumida pelas principais centrais e acentuada pela tendência reformista do PSI – grande parte dos sindicatos subordinou suas demandas “às

⁷⁸ O Código de 5 de novembro de 1916 passava a considerar deserção o abandono do trabalho ou a mudança de fábrica sem autorização oficial. O crime de abandono de trabalho tinha pena prevista de dois meses a um ano de prisão e a mudança de fábrica, de dois a seis meses (DIAS, 2000, p.256)

⁷⁹ Para uma descrição mais detalhada ver Dubla, 1986.

exigências das forças intrínsecas ao desenvolvimento capitalista", atuando tão somente como "administradores da força de trabalho" (DUBLA, 1986, p. 58-59). Assim, a prática do "colaboracionismo" que Giolitti buscou difundir entre a burguesia (bastante resistente) assumia a forma de concessões dos reajustes salariais reivindicadas em períodos de auferição de altos lucros pela indústria⁸⁰.

De qualquer modo, a concentração e a socialização da produção produziram uma diferenciação ligada a diversidade de condições dos operários de setores e proporções fabris distintas. A composição de uma pequena "elite operária", contemplada com altos salários, tornou-se inevitável, embora seja digno de nota que os altos salários das fábricas italianas vinculavam-se, no início do século, aos ofícios, algo incompatível com os princípios de remuneração por produtividade do taylorismo-fordismo (DUBLA, 1986, p. 337-38).

Mas o esforço de guerra abriu o caminho para a introdução do taylorismo⁸¹: as técnicas eram importadas juntamente com os capitais estadunidenses, encontrando um ambiente propício para a racionalização da produção.

O taylorismo [...] mirará a destruição do "ofício" como tal, não o estimulando com sistemas e salários sempre mais sofisticados, mas sim destruí-lo, enquanto tal, determinando uma mudança radical do ambiente. À diferenciação e fragmentação social no interior da fábrica, já observadas, juntavam-se outros elementos, como aqueles da composição da força de trabalho por sexo e idade, além de níveis de qualificação, entre setores e setores, ligadas às características de nível de desenvolvimento e concentração, organização técnica e mecanização das vários setores produtivos. Verdade é que existem características diversas na evolução tecnológica nos vários setores

⁸⁰ É típico dos movimentos trabalhistas sem orientação político-ideológica intensificar a organização nos períodos de ascensão econômica e recuar nos períodos de crise.

⁸¹ Em 1907 surgia a *primeiro produto resultante das técnicas tayloristas – o modelo T na Lizzie*. Mas será somente a partir de 1912 que se poderá falar de introdução efetiva dos primeiros elementos da organização científica do trabalho na Itália.

industriais: a indústria têxtil, por exemplo, coloca o taylorismo como organização científica do trabalho "ante litteram", particularmente na cidade de Turim: o efeito é retirar progressivamente, do operário qualificado, as suas capacidades profissionais (DUBLA, 1986, p. 40)

Nos seus primeiros momentos em Turim Gramsci verá a coexistência de uma classe operária extremamente fragmentada na sua organização e luta sindical e a intensa solidariedade entre as várias camadas, a despeito de seus problemas político-organizativos (DUBLA, 1986, p. 60).

Esta coesão mínima, sempre ameaçada pelas políticas de cooptação⁸², mais as recusas à intensificação da exploração introduzida pelo taylorismo e a experiência coletiva dos comitês de fábrica inspirarão a Gramsci a associação entre os *Soviets* e os Conselhos de fábrica⁸³.

Basicamente, a idéia de Gramsci e dos outros membros do grupo de *L'Ordine Nuovo* era partir da experiência organizativa das comissões de fábrica para um aprofundamento da concepção política dos trabalhadores, seguindo a lógica que veremos mais clara nas notas nos *Quaderni* de que as relações sociais de produção são fundamentais para a formação dos intelectuais orgânicos.

Pode haver reforma cultural, isto é, elevação civil dos estratos subordinados da sociedade, sem uma precedente reforma econômica e uma mudança na posição social e no mundo econômico? Por isso uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica, pelo contrário, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto com que se apresenta toda reforma intelectual e moral (Q13, p. 1561).

⁸² O acordo da Fiat com a Fiom em 1913 atestava o interesse do patronato em buscar uma colaboração mais estreita com a representação operária.

⁸³ A campanha pelos Conselhos foi lançada no artigo *Democracia operária*, publicado a 11 de junho de 1919 em *L'Ordine Nuovo* e foi entusiasticamente acolhida pelos operários de Turim. Em setembro foi criado o primeiro Conselho na Fiat-Breventi e a iniciativa foi logo seguida pelos operários da Fiat Centro.

Além disso, o projeto de que fossem organizados conselhos operários que se poriam em contato com os conselhos de camponeses, desenhava para o Partido uma função de articulador e dirigente.

Ocorreu, no entanto, que o ponto de vista dos ordinovistas, segundo o qual o Partido deveria disciplinar as forças sociais urbanas e rurais desencadeadas pela guerra, atuando efetivamente nos conselhos de fábrica, nos círculos socialistas, nas comunidades camponesas, enfim, nas diversas instituições da vida social dos trabalhadores não encontraria o apoio do PSI⁸⁴.

É importante lembrar que a idéia ordinovista da articulação com os camponeses não baseava-se abstratamente na tese leninista da aliança operário-camponesa, mas na observação do aumento da força dos movimentos nas zonas rurais surgidos em 1911.

Durante os dois primeiros anos do pós-guerra, a Itália atravessou uma verdadeira revolução agrária. Todo o regime agrário italiano foi revolucionado por violentas insurreições dos arrendatários e colonos contra os proprietários de terras, e dos jornaleiros contra os proprietários e os arrendatários. Foi abolida a "terzeria", o direito do proprietário sobre duas terças partes da produção do arrendatário; os proprietários foram obrigados a prover sementes e adubos; a rescisão dos arrendamentos passou a depender da aprovação de comissões paritárias. Os jornaleiros do Vale do Pó forçaram aumentos de salários e a garantia de um mínimo

⁸⁴ "Serrati mostra-se escandalizado com a idéia de se conceder direito de voto, nas eleições para os Conselhos, aos não sindicalizados; para ele, isso levaria o Partido e os sindicatos a perderem o controle dos novos organismos. [...] Para Bordiga, as propostas de *L'Ordine Nuovo* revelam "um puro e simples retorno ao gradualismo reformista; este, chame-se reformismo ou sindicalismo, é definido pelo erro de supor que o proletariado possa se emancipar ganhando terreno nas relações econômicas, enquanto o capitalismo ainda detiver, com o Estado, o poder político". O erro central de *L'Ordine Nuovo*, para Bordiga, residiria na confusão entre Conselhos de Fábrica, órgãos técnico-econômicos de controle da produção (que ele admite serem úteis apenas depois da tomada do poder), e soviets, que são organismos de representação política" (COUTINHO, 1981, p. 31)

de jornadas de trabalho por ano. Alguns latifúndios foram ocupados pela força alguns latifúndios e o governo se viu obrigado a confirmar por decreto a ocupação (BAUER, 1967, p. 157).

O movimento conselhistas operário, por sua vez, atingiria o auge com a ocupação e a experiência de autogestão da produção pelos operários em abril de 1920. Mas nem diante dessa demonstração de articulação operária – à qual as classes dominantes assistem sem intervir – e a eclosão de movimentos duramente reprimidos nas regiões rurais também no Sul, o PSI se mobilizará. Por sua vez, Gramsci via a abertura para o movimento revolucionário, dada a fragmentação das instituições burguesas.

Após o esgotamento da derrota dos Conselhos (que não fora apoiado pelas grandes centrais sindicais ou o PSI), Gramsci continua a insistir na urgência de construção de um Partido capaz de organizar as massas proletárias e camponesas.

O texto *Per un rinnovamento del Partito socialista*, escrito em 1920, indicará que a intensificação do autoritarismo do Estado, as para sua as dificuldades da política econômica até então adotada continuar equilibrando os interesses divergentes das várias frações de classe⁸⁵ Gramsci diagnosticou em 1920, a crise que levaria ao fascismo

A fase atual da luta de classes na Itália é a fase que precede ou a conquista do poder político pelo proletariado [...] ou uma tremenda reação por parte da classe proprietária e da casta governativa. Nenhuma violência será descuidada para subjugar o proletariado

⁸⁵ Entre 1911 e 1921 aumentou o número de pequenos e médios proprietários, seguindo dois movimentos: o primeiro era a aquisição de terras em algumas partes da Emília por parte de algumas camadas de camponeses pobres e médios; o outro, muito mais amplo, era o de tomada revolucionária da terra. Daí o pânico dos grandes proprietários e o aumento do recurso à repressão. Cresciam também as insatisfações dos setores médios, que revitalizarão os movimentos nacionalistas insuflados durante a guerra. O grande capital, evidentemente, sentia-se cada vez mais acuado

industrial e agrícola a um trabalho servil: procurar-se-á despedaçar inexoravelmente os organismos da luta política da classe operária (Partido Socialista) e incorporar os organismos de resistência econômica (os sindicatos e as cooperativas) nas engrenagens do Estado burguês (GRAMSCI, 1997, p. 82)

Essa formulação, ainda tendo como referência a perspectiva revolucionária, não coloca a potencialidade hegemônica que poderia advir da reação. O tratamento desta questão será feito no próximo tópico, quando discutiremos as implicações da análise gramsciana do fascismo em termos de uma revolução passiva para a problemática da hegemonia.

2.3 As contradições da revolução passiva fascista e o problema da hegemonia

Quando Mussolini reorganizou os *fasci di combattimento* em 1919, não estava claramente colocada a posterior repercussão de sua ligação com os nacionalistas.

Sua influência entre os grupos ligados a esta ideologia encontraria, no entanto, logo após o movimento para a retomada de Fiume, e à medida que a tensões entre as frações das classes dominantes e a desarticulação do movimento operário evidenciavam-se, uma forte ascendência. Mas se antes do fechamento da possibilidade revolucionária Mussolini buscou atrair o proletariado, assim que aquela entrou em refluxo, sua base acabou de completar o desbaratamento das organizações do mundo do trabalho.

Desde 1919, no início do movimento fascista [...] Mussolini propugnava um programa radicalmente esquerdista. Tratava de ganhar votos operários mediante uma espécie de socialismo de tintas nacionalista. Naquele tempo se dizia partidário, entre outras coisas, de um governo do povo exercido pelo sufrágio universal direto de ambos os sexos, de proclamar a República italiana, de dissolver as sociedades anônimas industriais e financeiras, de reorganizar a produção sobre uma base corporativa, com participação imediata de todos os trabalhadores com benefícios (...) Porém quando os grandes industriais e proprietários de terras começaram a colocar suas simpatias e suas carteiras a disposição do fascismo, o programa de Mussolini experimentou uma rápida modificação. Em novembro de 1921, Mussolini manifestou que, ainda sendo contrário ao liberalismo em política, era partidário incondicional do liberalismo em economia (ROSENBERG, 1967, p. 117-118).

A tese segundo a qual o fascismo abriu caminho numa situação de equilíbrio das forças (BAUER, 1967; ROSENBERG, 1967; TASCA, 1967), caracterizada

por uma situação na qual o fôlego revolucionário já acabara⁸⁶ mas as classes dominantes sentiam-se ameaçadas pelas reivindicações reformistas – inevitáveis na vigência das instituições liberais-burguesas –, pode ser articulada, com a leitura de Gramsci, ao problema da manutenção da taxa de lucro. Isso é possível, segundo o autor, porque embora tal problema tenha se explicitado com a crise de 1929, já se colocava na década de 1910 (Q22).

O aumento da produtividade industrial em função da concentração e socialização da produção vinha produzindo elementos contraditórios em todas as economias capitalistas. Na Itália estes se acirravam ainda mais, fazendo com que a presença do Estado na dimensão econômica fosse ainda mais constantemente requisitada.

Na ausência de mecanismos eficientes de acumulação, à medida que aumentava a produtividade em função da concentração e socialização industrial, o capital requeria incentivos estatais para fazer frente às demandas da classe

⁸⁶ O quadro político desenhado no início dos anos 20, às vésperas da ascensão do fascismo, apontava para o contínuo desequilíbrio das organizações do mundo do trabalho. Embora tivessem sido os únicos a negar apoio a guerra de 1914 (quando tinham 50 mil militantes, 500 mil filiados à CGL, de orientação socialista e 50 deputados eleitos; em 1920 tinham 300 mil militantes no partido, 2 milhões de filiados a CGL e 150 deputados não havia mudado a ausência de influência sobre os camponeses. A ausência de influência sobre a massa camponesa dizia respeito aos próprios limites do Partido em elevar-se das reivindicações corporativas dos trabalhadores industriais. Em 1921 aumentariam as divergências: no Congresso de Livorno, a ala direita de Turatti e os grupos de esquerda perderam a direção do partido para o grupo liderado por Serrati, constituíram-se de fato três grupos: a extrema esquerda (*L'Ordine Nuovo* e *Il Soviet*) - que fundou o Partido Comunista d'Italia. O grupo comunista opôs-se à política de frente única leninista, com exceção de Gramsci e Angelo Tasca. As teses de Roma, esquerdistas, na opinião de Gramsci, foram aprovadas no Partido, após o que Gramsci partiu para Moscou como representante do partido na Internacional. Gramsci partidário da política de alianças expressa no projeto de Bukharin da NEP (Nova Política Econômica). Esta buscava realizar o esforço de reconstrução econômica da URSS com base na colaboração entre os operários e os camponeses. A idéia de gradatividade ia ao encontro do estabelecimento do consenso, da conquista gradativa das consciências para o projeto, e não da imposição de procedimentos inacessíveis à compreensão destes camponeses.

operária. Tais recursos que só podiam ser obtidos com a transferência de recursos dos setores agrícolas (VILLARI, 1979)⁸⁷.

Vemos assim a razão pela qual logo depois da imediata atração das camadas médias e excluídas – aquelas que sem identificação imediata com a produção eram tradicionalmente ligadas ao Estado pela inserção nas instituições burocráticas –, quando ficou evidente que o Estado liberal-intervencionista não poderia criar outros mecanismos de defesa dos interesses das classes dominantes além dos que já vinham sendo mobilizados, o grande capital também passou a enxergar o fascismo como uma alternativa⁸⁸.

O fato de que as violências dos *fasci* contra os socialistas entre 1921 e 1922 tenha contado com a conivência do Estado é bastante ilustrativo da decisão das classes dominantes em quebrar o movimento operário reformista, já a esta altura fragmentado e debilitado. A idéia de equilíbrio sugere também a debilidade do poder dominante em fazê-lo através das instituições jurídico-políticas constituídas.

Ao longo de 1921, Mussolini se converteu no admirado defensor dos capitalistas e caciques agrários. A juventude intelectual e os ex-combatentes afluíam a suas filas. Em toda a parte, os operários italianos resistiram com arrojo aos fascistas e a sua onda de terror. O certo é que não se produziu contra o terror branco nenhuma reação de defesa em grande escala, simultânea em todo o país e com toda a força do proletariado (...) Porém, sempre que a defesa proletária obtinha uma vitória sobre os fascistas, intervinha automaticamente a gendarmaria estatal ou o exército. Os operários talvez teriam podido

⁸⁷ Como também observou Tasca: "A preparação da guerra pode causar uma relativa diminuição da estagnação e favorecer a determinados estamentos operários, mas dentro da autarquia somente e possível sacrificando o nível da classe operária em conjunto. E como determina uma forte concentração da indústria, do comércio e do sistema creditício, e intensifica no campo a produção de cereais e os métodos industriais de cultivo, arruina em maior ou menor grau uma parte da classe média urbana e toda a classe média rural. A progressiva concentração industrial, o controle de preços e outras muitas intervenções do Estado eliminam ou sacrificam o pequeno e médio industrial assim como os pequenos comerciantes e camponeses (TASCA, 1967, p. 189-190).

⁸⁸ A este respeito é interessante a afirmação de Tasca de que o ato das classes médias ter criado o clima psicológico favorável à emergência do fascismo não implica que o conteúdo social do movimento tenha sido determinado exclusivamente por sua base social (TASCA, 1967, p. 179-180).

com os fascistas, porém não com a força armada e organizada do Estado. os gendarmes abatiam a tiros os lutadores operários, os prendiam, e então regressavam os fascistas e completavam sua triunfante obra de destruição (ROSENBERG, 1967, p. 111)

Já em 1921, tanto os grandes proprietários do Sul – preocupados com a expansão da revolução agrária e com o escoamento de capital, e satisfeitos com os ataques às organizações camponesas –, quanto os industriais do Norte, começaram a financiar o fascismo. Mas o resultado das eleições de maio de 1921 (Mussolini foi o líder de 33 deputados no Parlamento), comprovou que a base de massas do regime concentrava-se no Norte:

Mussolini logrou captar pouco a pouco a adesão ativa, não apenas dos capitalistas que lhes financiavam e dos estudantes, ex-combatentes e aventureiros que militavam em suas tropas de choque, mas também da classe média burguesa" (ROSENBERG, 1967, p. 113).

Mas quais seriam as potencialidades do regime para atender aos interesses das classes que a ele vinculavam-se? Da questão surge uma outra: em que medida ele poderá ser considerado reacionário?

A primeira avaliação marxista oficializada pela Internacional Comunista entendia o fascismo como a última tentativa de reação à crise insuperável do capitalismo. Politicamente desdobrava-se no entendimento de que o movimento do capitalismo contribuía para acirrar suas próprias contradições, o que seria um indicativo da proximidade da revolução socialista.

Embora durante os anos de 1920 e 1930 a Internacional tenha revisto este desdobramento político, a definição do fascismo como " uma ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas, mais imperialistas do capital financeiro" elaborada por Stalin e divulgada por Dimitrov no VII Congresso da



IC (1935), mantinha o mesmo princípio problemático (NOGUEIRA, 1978, p. X-XI). A leitura do fascismo como reação explicava, a esta altura, de que modo o reacionarismo poderia dar conta de manter a coesão de massas diante das necessidades de desenvolvimento ampliado do capital em nível mundial.

Também Gramsci, como já vimos, esboçara uma formulação semelhante em 1920. Porém, identificando difusamente a alteração na correlação de forças, no ano seguinte, no texto *Socialismo e fascismo*, inaugurava a tese da frente única ao observar que o proletariado não podia prescindir do apoio amplo dos diversos grupos para o enfrentamento da crise fascista.

É certo que nos *Quaderni* manteve ainda certa dúvida quanto ao potencial do fascismo para realizar as transformações econômicas e sociais necessárias ao fortalecimento das classes dominantes, afirmando, já em 1934 que

(...) até agora o encaminhamento corporativo tem funcionado para sustentar posições periclitantes das classes médias, não para eliminá-las e está tomando-se sempre mais, para os interesses constituídos que surgem sobre a velha base, uma máquina de conservação do existente e não uma mola de propulsão (Q22, p. 2157-2158)

Entretanto, como vimos na abertura deste capítulo, desde há muito Gramsci articulava os acontecimentos nacionais e internacionais para deixar de perceber que esta dinâmica estava em processo e que seus resultados finais dependeriam da recepção que as relações internas dessem às pressões do capitalismo mais avançado, o estadunidense.

O interesse particular das possibilidades abertas pela leitura gramsciana do fascismo, na chave acima, é o fato de que, situando-se no cenário aberto pela

crise de 1929, pôde associar, retrospectivamente, as principais alterações sociais no período 1910-1930.

A reflexão sobre a potencialidade do projeto corporativo em

[...] transformar a estrutura econômica "de maneira reformista", de individualista em economia segundo um plano e o aparecimento de uma "economia média" entre a individualista pura e aquela segundo um plano em sentido integral, permitindo a passagem a formas políticas e culturais mais avançadas sem cataclismas radicais e destrutivos em sua forma final (Q8, p. 1089).

Levanta a hipótese de que o fascismo-corporativismo possa constituir a nova revolução passiva italiana, no mesmo sentido em que o americanismo, como veremos no próximo capítulo, pôde fazê-lo nos Estados Unidos, e finalmente consolidar a hegemonia burguesa na Itália.

O que teria de ser respondido então, era se

[...] a América, com o peso implacável de sua produção econômica (isto é, indiretamente), forçará a Europa, ou está forçando, a uma transformação profunda de sua ordem econômico-social muito antiquada, o que de qualquer modo, teria se verificado, embora lentamente, mas que de imediato se apresenta como consequência de um contragolpe da "prepotência" americana. Ou seja, se está verificando-se uma transformação das bases materiais da civilização européia (Q22, p. 2178-2179).

Em caso afirmativo, o grande problema da Europa, e particularmente da Itália, seria o de conciliar "a velha e anacrônica estrutura social demográfica européia com uma forma moderníssima de produção e de modo de trabalhar tal como é oferecida pelo tipo de americanismo mais aperfeiçoado, a indústria de Henry Ford" (Q22, p. 2140).

Antes de continuarmos a discutir a análise gramsciana a respeito dos limites do projeto corporativo, vejamos por que articulações de forças o fascismo chega a ele.



Articulando a reflexão de Poulantzas (1971b) e Togliatti (1978), sintetizaremos estas articulações, retomando inclusive alguns pontos de nossa exposição.

A partir da periodização feita por Poulantzas do *processo de fascistização*⁸⁹, constatamos que o acirramento das contradições entre burguesia e agrários, entre as frações da própria burguesia (grande capital e capital médio), mas também entre as frações industrial e bancário do grande capital caminha *pari passu* com a aceleração do processo de concentração de capital. Assim, se podemos admitir que este processo inicia-se como uma reação, não deixou de ser um projeto de inserção na lógica capitalista mundial, e neste sentido, com tendências progressivas para a constituição da hegemonia burguesa.

Nesta análise, a primeira destas contradições remete à questão da coexistência de dois modos de produção de maneira combinada. O problema fundamental seria explicar de que modo, na fase de transição ao capitalismo monopolista – que implica a consolidação das condições de reprodução ampliada do

⁸⁹ A periodização de Poulantzas coloca o início do processo de fascistização entre o final de 1920 e início de 1921, com o ponto de não retorno durante 1921, instalação no poder em 1922, com a estabilização apenas em 1925, com as *leis fascistíssimas* que marcam também a evolução da autonomia relativa do fascismo: “Desde o início do processo ao ponto de não retorno. Organização ainda sob a forma de ‘bandos armados’, sustentados por frações dominantes durante a etapa ofensiva do proletariado, mas abandonados por estas últimas na fase de estabilização. Não é ainda um partido que represente esta fração. Chegando ao ponto de não retorno, ganha o apoio da fração do grande capital, mas não consolida relações com nenhuma classe e frações dominantes no poder. Continua com grandes vínculos com as massas populares (...) *Período do ponto de não retorno até o estabelecimento do fascismo no poder.* Estabelecimento de aliança efetiva e por intermédio do partido fascista, entre a fração monopolista e a pequena burguesia. *Primeiro período do fascismo no poder. Consolidação da política fascista para o estabelecimento da hegemonia do grande capital monopolista, conquanto sejam feitas concessões às massas populares.* ‘Ademais, as coisas mudam no cenário político. Por meio do partido fascista, fortemente marcado ainda por suas origens de classe, e pela reorganização do sistema estatal e de seus aparatos, a pequena burguesia se torna, durante este período, e sem tornar-se jamais uma classe politicamente dominante, a *classe governante* e começa a tornar-se a classe mantenedora do Estado.’ *Período de estabilização do fascismo.* Estabelece-se a hegemonia da fração do grande capital monopolista e sua ascensão ao estatuto de classe dominante (identificação da fração hegemônica e da fração governante que distingue igualmente o fascismo do bonapartismo), desalojada a pequena burguesia, que de qualquer modo ainda é a classe defensora do Estado (POULANTZAS, 1971b, p.91-92).

modo de produção capitalista – podem permanecer elementos de modos de produção anteriores.

(...) Estes avanços e atrasos, considerados precisamente como ritmo da cadeia imperialista, só são importantes se inseridos no conjunto dos vínculos políticos e ideológicos dessa cadeia, e portanto, no conjunto dos dados da formação social italiana (POULANTZAS, 1971, p.29).

Já sabemos que na condição de país atrasado sob o ponto de vista do desenvolvimento capitalista, a Itália tem de enfrentar as repercussões determinadas pela intensificação das diferenças do ritmo de crescimento – aumentadas com o capital financeiro e os trustes. O país lança mão de todas as políticas que assinalamos, corroborando o diagnóstico lenineano do aparecimento de novas potências imperialistas entre os países pobres e as próprias colônias.

Assim como a crise do sistema capitalista começou a dar sinais no quadro da Primeira Guerra Mundial, o processo de fascistização também tem início quando se verificam esgotadas as possibilidades da organização social vigente encontrar respostas satisfatórias para as necessidades da acumulação e o equilíbrio entre as classes dominantes.

A análise de Togliatti identificou três períodos de desenvolvimento do fascismo. O primeiro corresponde ao surgimento dos *fasci* até a Marcha sobre Roma em 1922; o segundo se inicia no final de 1922 e vai até 1925, quando todas as instituições liberais são mantidas; o terceiro, de 1925 até 1930, quando o regime se torna totalitário e enfrenta a grande crise. A cada uma dessas fases, como observou Poulantzas, corresponde um estágio da luta de classes e uma posição da burguesia.

A primeira fase, que coincidiu com o governo de Francesco Saverio Nitti, representa o momento em que há a possibilidade de desenvolver o projeto burguês

mais avançado. Se a política econômica visava o benefício do capital financeiro, procurava solucionar a crise social aberta com uma transformação profunda, a qual abria caminho para a forma republicana de governo, para a assembléia constituinte, a aliança com o Partido Popular e os socialistas. Em certa medida, o programa de Nitti coincide com o programa dos *fasci* (cujas propostas gerais vão ao encontro da pequena burguesia cada vez mais marginalizada pela situação irreversível de monopolização econômica e centralização estatal e os amplos setores de excluídos – os *spostasi*). Mas essa proposta da burguesia não bastou para controlar a insatisfação das massas operárias e também dos camponeses do Sul. Fracassando o programa de Nitti, voltou ao poder Giolitti – quando já se percebe o movimento dos *fasci* como aliado dos setores opositores do partido socialista. A adesão da burguesia ao fascismo ocorre neste momento (logo após a derrota da ocupação das fábricas em 1920).

A aproximação da grande burguesia motiva o abandono do programa dos *fasci* assim que o Partido Fascista chega ao Parlamento. A aproximação iria continuar, porque as camadas da grande burguesia continuavam insatisfeitas com as políticas colaboracionistas com que Giolitti tentava controlar as massas⁹⁰.

Seguindo a periodização de Togliatti, o ingresso do Partido fascista no Parlamento corresponde a um segundo período. Entre 1922 e 1925, o fascismo estará no poder mas não se configurará como forma de regime totalitário, isto é, serão mantidas as instituições democráticas e também não é feita uma ofensiva

⁹⁰ Um dos indícios das mobilizações foi a organização dos *Arditi*. "Os *Arditi del Popolo* começaram a se organizar como movimento político-militar em 1919 e realizaram sua primeira manifestação pública em julho de 1921. Reagrupavam antigos *arditi* (audazes), membros das tropas de choque do exército italiano na Primeira Guerra, que conservaram suas armas e seus uniformes. Algumas vezes, com o apoio popular, os *Arditi* chegaram a entrar em combate armado com as *squadre* fascistas, opondo-lhes séria resistência" (TOGLIATTI, 1978, p.18).

sistemática do ponto de vista da ação do governo sobre as massas trabalhadoras. De um lado, isso revela a relativa estabilização da economia e de outro, as dificuldades de equilíbrio do fascismo.

No primeiro momento, a burguesia procurou evitar a intervenção da luta de classes, procurou evitar que este elemento interviesse e se tornasse um elemento predominante. Ela foi auxiliada pela estabilização, no sentido de que encontrou certas possibilidades de resolver determinados problemas econômicos. Foi destruído o aparato de guerra, o que liberava braços para a indústria, foram destruídas todas as restrições do período anterior, dando a mais ampla liberdade ao capital, favorecendo suas iniciativas, etc. O fator objetivo que permite ao fascismo enfrentar os vários problemas sem aguçá-lo problema de classe com uma ofensiva contra os salários consiste exatamente no fato de que sua caminhada para o poder coincide com o início da estabilização, com um período de melhoria da situação econômica italiana, com um período de ascensão (TOGLIATTI, 1978, p. 21).

Mas também neste período se evidenciam as tensões do fascismo com a sua base de massa originária (pequena burguesia e *spostasi*). Em primeiro lugar, eles foram imediatamente penalizados pelas medidas tomadas – agravamento da concentração, aumento dos impostos, etc. Por estes motivos pequenos proprietários e a massa de camponeses são os primeiros a fazer oposição, o que é visível na fundação do Partido Popular.

Os operários somente voltariam a organizar-se a partir de 1925, já na vigência do equilíbrio alcançado pela burguesia mediante o sufocamento de seus antagonistas.

Mais forte e unificada, a burguesia pode conciliar assim as bases mais reacionárias. Este é o momento em que o fascismo ingressa na fase totalitária. Indica a mudança na correlação de forças burguesa, com o predomínio do capital financeiro na esfera econômica, mas principalmente no plano político. Em 1931 uma nova resposta a crise não mais poderá ser evitada (TOGLIATTI, 1978, p. 22-24).

Quando começa esta crise? Ela começa em fins de 1929, começo de 1930. Mas sempre destacamos que os sinais precursores encontram-se já em 1927. São sinais aos quais corresponde um desenvolvimento das contradições econômicas provocadas pelo desenvolvimento do aparato produtivo, pela concentração industrial, etc, por todo o desenvolvimento técnico, organizativo, do capitalismo. A isto, num certo momento, corresponde uma incapacidade de venda. Em 1926, põe-se agudamente o problema da redução dos custos de produção e, por isso, a ofensiva contra os salários torna-se uma necessidade (TOGLIATTI, 1978, p.25)⁹¹.

É neste momento que a ideologia nacionalista e a idéia de corporativismo serão associadas para organizar a vida social e política do país. À medida que ingressa no período totalitário, o partido fascista passa a articular as concepções nacionalista e corporativista para intervir ativamente sobre as massas, organizando-as. É o momento em que, para usar a expressão de Poulantzas, o governo torna-se regime.

A impossibilidade de resolução das contradições entre as frações burguesas associada às pressões das camadas populares criam um quadro favorável para a solução corporativa conduzida pelo Estado. No quadro da história italiana, essa não é uma tendência nova. A novidade consiste no fato de agora se processo se insere num contexto em que todos os Estados, mesmo aqueles nos quais as instituições democrático-burguesas estão consolidadas, são chamados a interferir mais ativamente na sociedade civil. Entretanto a particularidade da solução italiana – a forma excepcional deste Estado – deve ser compreendida tendo-se em conta que sua constituição societal deriva da crise que provocou fissuras no sistema institucional inexistentes nos países solidamente democráticos (POULANTZAS,

⁹¹ Como já esboçamos anteriormente e precisaremos no próximo capítulo, a análise de longa duração feita por Gramsci sobre a crise de 1929 revela melhor os aspectos das relações interclasses. Outro ponto interessante de observar é que na prática, a adoção de procedimentos corporativos precedeu sua organização jurídica.

1971(b), p.57-100). Nos termos gramscianos, estas fissuras correspondem a uma sociedade civil não "amorfa e desagregada" – visto que a Itália não constitui um Oriente puro –, mas sobredeterminada por "superestruturas" conflitantes com o modo de produção capitalista moderno.

É com referência na última fase do processo de fascistização que a analogia americanismo-fascismo corporativista se move. O aumento da taxa de lucros só poderia ser solucionado com a racionalização da estrutura produtiva. Por sua vez isso implicava acelerar os elementos progressivos da sociedade com a elaboração de um projeto e de estratégias para angariar consenso. No eixo americanismo-fascismo isso significava: difundir os métodos de racionalização da produtividade na indústria e na agricultura, de modo a reduzir as camadas parasitárias que serviam de entrave ao desenvolvimento.

A racionalização exigiria uma completa transformação nas relações das estruturas com as superestruturas italianas. Tendo como chave a revolução passiva, na reflexão gramsciana sobre o fascismo-corporativismo, os resultados obtidos devem-se ao nexo dialógico estabelecido entre o americanismo e a questão dos intelectuais italianos (WERNECK VIANNA, 1997; DI BENEDETTO, 2001).

No sentido restritamente produtivo, a importação dos métodos e técnicas de organização da produção (taylorismo) estava sendo posta em prática nas indústrias. Havia o problema de intensificá-los neste setor e difundi-lo também na agricultura e nas atividades produtivas.

Mesmo sem condições de avaliar o efeito que as práticas corporativas realmente tinham na Itália, baseado tão somente nas informações de que dispunha a respeito do debate travado em torno do corporativismo, Gramsci avaliava que a despeito das mistificações que eram feitas sobre o papel a ser desempenhado pelo

Estado (associação corporativismo-nacionalismo), as proposições de pelo menos um dos expoentes deste debate, Ugo Spirito, "faziam eco de algumas exigências reais" (Q6, p. 752-754).

Quais eram estas exigências? Basicamente a proposição corporativa era parte do projeto de grupos que entendiam que a reorganização da produção devia operar em dois sentidos: conter a oposição dos trabalhadores e introduzir na Itália os "sistemas mais avançados no modo de produzir e trabalhar". Mas, como já dissemos antes, Gramsci previa também os riscos de que o elemento conservação desta revolução passiva fizesse com que o Estado corporativo se colocasse em relação a sociedade civil com uma função de polícia econômica e não de revolução econômica (Q22, p. 2153).

Mas o diferencial da análise gramsciana foi sublinhar que "os novos métodos de trabalho são indissolúvelmente ligados a um certo modo de vida, a uma certa maneira de pensar e sentir a vida; não se pode obter sucesso dentro de um desses domínios sem que se obtenha resultados tangentes no outro" (Q22)

O novo modo de vida relacionava-se, como veremos no próximo capítulo, a um processo de disciplinarização para a produção sob o capital, dotado de ampla capacidade de difusão; o que era necessário para que as instituições da vida social (as superestruturas da sociedade civil, dimensão privilegiada da atuação dos intelectuais) tivessem um conteúdo adequado à lógica da produção.

As dificuldades para o desenrolar de tal processo nas condições italianas derivavam do fato de que os intelectuais que até então tinham soldado o bloco histórico, porque desvinculados das atividades produtivas, resistiam a esta difusão. Quais as instituições de vida civil predominantes na vida italiana? A Igreja, a Maçonaria, os intelectuais que se queriam autônomos em relação às lutas políticas,

etc – todas em conexão com um modo de vida anterior, sem disposição para criar os elementos econômicos, políticos, ideológicos e culturais da hegemonia burguesa, porque sua sobrevivência dependia mesmo de uma eterna conservação.

Apenas os intelectuais orgânicos da nova fase – primeiro os operários durante a experiência conselhistas e, posteriormente parcelas dos industriais – haviam colocado esta questão na Itália⁹². O proletariado tinha perdido, momentaneamente, com o fracasso da revolução, a oportunidade de criar as instituições econômicas, políticas, civis, culturais segundo a sua condição de classe. A burguesia, porque não conseguia criá-la sozinha, entregou a tarefa a Mussolini.

Sem adentrarmos a complexa discussão acadêmica sobre as possibilidades corporativas, gostaríamos de fazer alguns comentários sobre os resultados práticos que esta política econômica obteve sob o fascismo. Depois de com isso demonstrar em que medida houve contribuições para a hegemonia burguesa neste campo, concluiremos o capítulo com um comentário sobre as instituições com as quais o fascismo tentou criar, no campo das superestruturas, as outras dimensões da hegemonia burguesa.

Os primeiros anos do processo de fascistização coincidiram com a tranquilidade da economia européia e estadunidense e neste período a orientação liberal da economia e das instituições políticas ficou garantida. Mas o liberalismo de que falamos é o mesmo da história italiana, isto é, aquele que combinava medidas

⁹² Depois da difusão do taylorismo, os industriais italianos envidaram alguns esforços para criar sociedades semelhantes às existentes nos Estados Unidos. Gramsci recorda-se que a família Agnelli (Fiat) tentou financiar a organização do Y.M.C.A na Itália nos anos pós-guerra e de tentar absorver, nas fábricas da Fiat, a proposta do tipo de americanismo proposto por L' Ordine Nuovo: "Em 1920, após a ocupação das fábricas, a Fiat propôs aos operários que assumissem a gestão da empresa na forma de uma cooperativa. Enquanto os reformistas aceitaram, os socialistas, conduzidos pela fração comunista, foram contrários, afirmando que fariam parte da ação burguesa. (Q1, p. 72; Q7, p. 909; Q22, p. 2146; Nota explicativa 5 ao parágrafo 57 do Q1, p. 2502).



para equilibrar a balança de pagamentos, manter a estabilização monetária e garantir a proteção de vários setores da produção.

Com isso, os objetivos de contribuir para o desenvolvimento industrial foram em grande parte atingidos no que se refere a alguns setores da indústria – em 1929 a produção industrial havia aumentado 50% em relação a 1922. As indústrias química e de seda artificial cresceram; a indústria automobilística continuava a desenvolver-se e a agricultura, de modo geral, apresentava aumento de seus índices produtivos (PROCACCI, 1998, p. 508)

O fato de que os trabalhadores encontravam-se, do ponto de vista organizativo, em posição de desvantagem quando o fascismo chegou ao poder, facilitou a intensificação da exploração da força de trabalho. Depois de ter destruído, com o uso da violência aberta, as últimas reservas da resistência operária, o regime deu início à parte mais significativa do seu projeto corporativo.

Assumindo a posição de "árbitro" entre o capital e o trabalho, criou rapidamente mecanismos coercitivos: a promulgação das *Leis fascistíssimas* (1924) iniciou o enquadramento da sociedade civil, com a limitação da liberdade de associação política, de imprensa, depuração dos quadros políticos suspeitos de anti-fascismo, organização da polícia política (Ovra) e constituição, em 1925, depois do atentado a Mussolini por Zaniboni, um tribunal especial (TOGLIATTI, 1978; TASCA, 1967).

A promulgação da *Carta del Lavoro* (1927) estabeleceu definitivamente os termos de um novo colaboracionismo: as condições de vida e trabalho num nível aceitável para que o trabalhador pudesse recompor suas forças e participar do mercado eram definidas pelo Estado, uma vez que as atribuições das corporações incluíam

(...) elaboração de normas para a regulação coletiva das relações econômicas e para a disciplina unitária da produção; caráter consultivo sobre todas as questões relativas ao próprio campo de atividade; a conciliação nas controvérsias coletivas de trabalho (DUBLA, 1986, p.102).

Com este conjunto de medidas, o fascismo favoreceu a indústria e o capital bancário, o que repercutiu diretamente na tendência progressiva que anteriormente se verificava no campo.

Essa política provoca uma reação imediata no campo. Ela é sentida não a ponto de provocar uma perda completa das bases de massa, mas no sentido de que criou no meio rural um profundo descontentamento e de que provocou uma parada no processo de formação de novas camadas de pequenos e médios proprietários. Esse processo se detém (...) [há] um reforço, na economia em geral, das posições do capital financeiro e do capital industrial. O desenvolvimento da indústria provoca indiretamente um empobrecimento do campo, pelo fato de que a indústria absorve uma grande quantidade dos capitais disponíveis e de que, além disso, o fascismo faz a favor da indústria uma política fiscal essencialmente dirigida contra os camponeses trabalhadores (TOGLIATTI, 1978, p.87).

Enquanto continuava a agir para reforçar a posição dos banqueiros e dos capitalistas industriais, tornava-se imprescindível a definição de uma política agrária que solucionasse a crise com as classes rurais e, principalmente, fosse coerente com a linha de desenvolvimento geral (TOGLIATTI, 1978, p. 87)

É neste contexto que se desenvolvem políticas como a “batalha do trigo”, cujo objetivo declarado era ampliar a produção a fim de eliminar as importações. Mas este objetivo esbarrava na estrutura da organização agrícola existente. Era necessário aumentar a área cultivável e introduzir técnicas e instrumentos mais avançados para aumentar a produtividade. Para tanto, adotou-se a substituição de várias culturas pelo trigo e altos investimentos em técnicas e implementos agrícolas. O efeito dessa transformação que envolvia também o aumento de impostos foi

diferenciado para os vários setores: o pequeno produtor não obteve benefício; o camponês médio, obrigado a vender sua produção antes do estabelecimento no mercado para conseguir mantê-la, perdia a possibilidade do lucro. Com isso, os ganhos de produtividade significativos ficavam mesmo com os grandes capitalistas, que dispõem de todos os meios para aguardar a instituição do imposto (TOGLIATTI, 1978, p.88-90).

Através de uma outra política denominada “beneficiamento integral”, o governo lançou um plano que propunha o investimento anual de 2 bilhões para o beneficiamento de 2 bilhões de hectares. Além das reduções que o plano original sofreu ao longo dos anos 30 (em 1935-1936 a redução foi de 79%), os pequenos e médios proprietários, sem condições de arcar com os custos necessários para drenagem ou irrigação – o governo financiava uma parcela destes cursos mas os proprietários deviam constituir *Consorti* para prosseguir os trabalhos – se endividavam e eram expropriados (TOGLIATTI, 1978, p.92-93).

O processo de expropriação também foi alimentado pela taxação dos vários produtos utilizados pelos camponeses. Os dados referidos por Togliatti mostram um aumento do leiloamento de imóveis rurais. Embora os números fossem oficialmente interpretados pelo fascismo como “uma tendência ao desaparecimento do conjunto dos assalariados agrícolas, e à criação de novas camadas de parceiros e de pequenos lavradores” o autor demonstra que na prática os contratos estabelecidos entre os grandes proprietários e aqueles trabalhadores que não dispunham de recursos assemelhavam-se muito mais a relações feudais. Normalmente, o trabalhador recebia o pior pedaço de terra e além disso

(...) deve realizar todas as tarefas de alqueire, é obrigado a introduzir um cultivo bem determinado, fornecer os instrumentos agrícolas, e



recebe uma parte que é sempre inferior à metade e até mesmo a um terço do produto. (...) Os trabalhadores agrícolas desempregados são, assim, obrigados a viver em cima de um determinado terreno da manhã à noite e muitas vezes, por contrato, devem fazer trabalhar aí toda a família. Eles não são mais considerados como assalariados agrícolas pelo fascismo. São formas de economia servil que são reintroduzidas na agricultura italiana pelo fascismo (TOGLIATTI, 1978, p.94).

Particularmente no sul e nas ilhas, os efeitos desse reforço dos resquícios feudais foram ainda mais impactantes. Segundo Togliatti “o Banco da Sicília, como banco rural, teve um grande desenvolvimento”, mas os empréstimos foram justamente feitos aos latifundiários, conformando uma “penetração do capital através de elementos feudais, penetração que reforça a posição desses elementos” (TOGLIATTI, 1978, p.95).

Já no contexto da crise, o fascismo deu continuidade à proteção dos interesses do grande capital, viabilizando a preparação para a guerra; garante a modernização e a concentração da produção agrícola do norte; enquanto perpetua a propriedade latifundiária atrasada no sul (embora elimine seu poder político).

As grandes massas médias seriam contempladas com a inserção na estrutura burocrático-administrativa do Estado, inflada progressivamente; nos aparatos repressivos paralelos ao Estado ligados ao Partido, etc.

Apenas o fato de que a crise tenha encontrado no elemento taylorista uma via para sua superação, sem revolucionar totalmente as formas de acumulação já afirmaria o caráter de revolução passiva do fascismo-corporativismo. É possível pensar, inclusive, que o potencial de difusão característico do taylorismo-fordismo encontrou, no cenário italiano, um reforço na possibilidade de conviver com a tendência da corporativização — algo que Gramsci somente tinha admitido como hipótese. Nesse sentido, fica neste capítulo parcialmente demonstrado que “no

ingresso na fase imperialista/fordista, formas corporativas estatais e/ou societárias tomam força e se entrelaçam em diferentes medidas com o liberalismo" (DEL ROIO, 2001).

Aliás, como observamos em várias passagens deste capítulo e também veremos no caso estadunidense, no momento em que a crise torna irresistível a definição do projeto hegemônico, não raras vezes a força abre o caminho para o estabelecimento do consenso. Evidentemente, a dimensão que o emprego da força pode assumir depende do grau de articulação de consenso anteriormente construído.

O exercício "normal" da hegemonia no terreno clássico do regime parlamentar é caracterizado pela combinação da força e do consenso que se equilibram variavelmente, sem que a força supere em muito o consenso, antes se aproximando de obter que a força seja apoiada sobre o consenso da maioria, expresso pelas assim ditas organizações da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, multiplicam-se artificialmente. Entre o consenso e a força está a corrupção-fraude (que é a característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força mais perigoso), isto é, a debilitação e a paralisia infligida ao antagonista ou aos antagonistas [...] No período do após guerra, o aparato hegemônico se fende e o exercício da hegemonia se torna permanentemente difícil e aleatório... (Q13, p. 1638-1639).

No entanto, não é possível compreender, apenas com base na evolução dos fatos econômicos, em que medida se pode falar de hegemonia – e nem dos mecanismos de articulação do consenso – sob o regime fascista. A esse respeito é importante lembrar que

O exercício da hegemonia, supondo a subsunção real, somente se realiza a partir e pela iniciativa política. Dependendo de como o modo de produção especificamente capitalista se impôs numa formação econômico-social, ou, noutras palavras, de como o capital subsumiu realmente o trabalho – a pequena propriedade subsistiu?, a

subsunção antecedeu a organização política da classe operária?, etc – tem-se a modalidade superior de hegemonia burguesa – "nasce na fábrica" – ou como resultante principal da ação política ao nível dos partidos [caso italiano]. No primeiro caso, opera como uma força "natural", reforçando os mecanismos e instituições de integração da sociedade burguesa. No segundo, a hegemonia burguesa como que se seculariza. Constrói-se e se sustenta à vista de todos, um artefato humano, histórico e provisório (WERNECK VIANNA, 1983, p. 43).

O processo de construção da hegemonia sob o fascismo encontrou espaço na fragilidade estrutural da burguesia, incapaz de agir convincentemente sobre os outros setores sociais. O fascismo contribuiu para destruir a já debilitada resistência dos setores mais progressivos. Mas não existe hegemonia sem o consentimento ativo dos dirigidos e neste sentido, o Estado agiu no sentido de criar também este consenso, o ambiente adequado de que falamos anteriormente.

Não bastavam os regulamentos internos das fábricas, não eram suficientes as restrições organizativas, nem mesmo as massas expropriadas que se dirigiam para as cidades (sem mais a alternativa da imigração), se as percepções elaboradas pelos indivíduos neste processo não fossem disciplinadas. Para resolver o problema, depois de garantir o bloqueio das forças progressivas que poderiam ser despertadas pelo novo processo, o Estado resolveu criar ele mesmo as novas instituições da vida civil que facilitariam a construção do consenso aos novos modos de produção.

A adaptação aos novos métodos de produção e de trabalho, não pode se verificar apenas através da coação social: este "preconceito" é muito difundido na Europa e principalmente no Japão, onde não pode tardar a provocar consequências graves para a saúde física e psíquica dos trabalhadores, "preconceito que, inclusive, só se baseia na desocupação endêmica surgida no após guerra. Se a situação fosse normal, o aparelho de coerção necessário para obter o resultado desejado custaria mais do que os altos salários. Por isso, a coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consentimento, e isto pode ser obtido, nas formas adequadas de uma determinada sociedade, por uma maior retribuição que permita

um determinado nível de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de trabalho (Q22)

Fazendo uso das observações de Togliatti podemos levantar algumas hipóteses sobre os mecanismos de organização das massas utilizados pelo fascismo. De acordo com o autor, a organização fascista mais ampla foi a *Opera Nazionale Dopolavoro* em 1925 – organização pela qual o Estado corporativo criava e viabilizava as atividades recreativas e culturas desenvolvidas pelo fascismo desde os *fasci di combattimento*.

Organização dedicada à promoção de atividades recreativas para os trabalhadores, foi a mais popular das instituições fascistas. Com uma sólida estrutura em toda a Itália – círculos patrocinados por empresas privadas (*Dopolavoro aziendale*) e pelo Estado (*Dopolavoro statale*) existiam, na década de 30, em todas as cidades e povoados – o *Dopolavoro* desenvolvia atividades esportivas, artísticas e culturais e funcionava, em diversas localidades, como uma pequena agência de viagens que organizava excursões (TOGLIATTI, 1973, p.69).

É equivocado afirmar que apenas a ameaça de repressão garantiu o monopólio deste tipo de instituição pelo regime.

Na verdade, o fascismo-corporativismo foi hábil em organizar algo similar às instituições de um Estado de bem-estar. Embora estivesse bem distante do conteúdo político, econômico e ideológico deste último⁹³); foi igualmente capaz de atender as necessidades imediatas das grandes massas (educativas, culturais, esportivas, etc) e utilizar os aparatos criados para tal fim como forma de difusão do consenso.

⁹³ A principal diferença, como veremos no próximo capítulo, é que o *Welfare State* nasce das pressões da sociedade civil.



Na verdade, foi criada toda uma rede de instituições (aparatos privados de hegemonia) através das quais o fascismo objetivava controlar a vida, disciplinando o trabalhador e desmobilizando a oposição política.

Porquanto o desenvolvimento histórico não permitira o surgimento do vínculo entre modo de produção e modo de vida, o Estado, por meio da estrutura burocrática de que fazia parte também o Partido, assumia o papel de intelectual a elaborar e difundir, de modo homogêneo, a concepção de mundo sob a qual visava disciplinar a sociedade.

Galeotti (2000) salientou que os empreendimentos para o controle do tempo faziam-se presentes na relação entre o desenvolvimento biológico e a criação do homem fascista: a cada faixa etária, correspondia a incorporação a uma organização, na qual esperava-se o desempenho de determinadas atividades.

Em prática dos seis anos aos vinte e um, primeiro na *Opera nazionale Balilla* (ONB) e depois de 27 de outubro de 1937 na *Gioventù italiana del littorio* (GIL), os jovens passavam de uma fase a outra. Após deixar a GIL os jovens ingressavam nas organizações do partido, os *fasci di combattimento* ou na *Milizia volontaria per la sicurezza nazionale* (MVSN), no exército ou nos *Gruppi universitari fascista* (GUF) (GALEOTTI, 2000, p.54-55).

Os momentos de repouso e o tipo de repouso adequado eram fixados pelo regime: além do *Dopolavoro*, havia o sábado fascista (desde 1935); além de uma série de datas comemorativas fixadas em virtude de sua importância para a ideologia do regime.

A apropriação dos meios de comunicação e propaganda constituíam mecanismo de controle e ao mesmo tempo de convencimento da superioridade do regime e de tentativa de difusão de uma unitária consciência nacional.

Retomando a contraposição gramsciana entre Europa e América, podemos dizer que não podendo na Itália a hegemonia nascer da fábrica, constituiu-se todo um aparato assemelhado a uma religião laica para exercer as funções de controle social e difundir entre as massas os princípios do Estado a fim de ganhá-lhes a consciência.

A despeito de todo este esforço e de seu grande êxito, o fascismo deixou abertas várias questões presentes nas formulações gramscianas quanto a possibilidade de que, enquanto forma de *revolução passiva*, fosse capaz de desenvolver o potencial progressivo contido nas condições objetivas.

As ações desenvolvidas no campo interno e nas relações internacionais nos anos que antecederam a eclosão da Segunda Guerra indicam o fortalecimento dos aspectos modernos, mas é muito arriscado falar de hegemonia na acepção gramsciana.⁹⁴ Mas lembrando que

A articulação capitalista do Estado italiano segundo o chamado sistema corporativo facilitou o domínio do país aos grupos capitalistas mais poderosos. A indústria pesada e a química, a do automóvel, a aeronáutica e as companhias navais foram estimuladas sistematicamente (...) o fascismo desenvolveu realmente as forças produtivas na Itália, ao menos até que começou a grande crise econômica mundial (ROSENBERG, 1967, p. 120).

⁹⁴ Sob o impacto da crise de 1929, houve uma contração da produção, com alta dos preços dos produtos e queda dos títulos de ações. A fome alastrou-se. Os industriais anteriormente adeptos do liberalismo, reclamaram e obtiveram a intervenção estatal. As repercussões da ação estatal a fim de salvar a indústria foram a dilatação da despesa pública e a restrição do consumo privado: os salários dos operários caíram, além disso houve recorde de impostos indiretos e a subordinação do Estado à indústria. O Estado também passou a direcionar maiores investimentos à indústria bélica. A política nacionalista privilegiava os produtos produzidos no país, ainda que seus preços fossem mais altos. Se o capital tinha razões para buscar a guerra, o Estado italiano via a possibilidade de aumentar o apoio interno ao regime com base em êxitos na política externa. Lança-se assim na campanha colonial da Etiópia (outubro de 1935). Se internamente a vitória conseguiu os efeitos esperados – principalmente entre os camponeses do *Mezzogiorno*), nas relações internacionais serviu para abalar as relações com a Inglaterra e a França, o que foi agravado em 1936 com a intervenção italiana e alemã na guerra civil espanhola. Sucederam-se: em 1937, o *Patto Antikomintern* entre Itália, Alemanha e Japão. Até a entrada na guerra a 10 de junho de 1940, Mussolini adiou vários acordos – sabia do despreparo do país. (PROCACCI, 1998, p.518-524).

É possível considerar que em grande medida os resquícios de atraso atendiam às exigências de expansão do grande capital, e às sobredeterminações do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo internacional.

Mas de qualquer forma, podemos depreender que nos seus desdobramentos, os processos de racionalização e as formas de disciplinarização acabariam por criar elementos de erosão deste bloco histórico rearticulado.

Muitas delas surgiram novamente determinadas por condições externas, de que constitui exemplo máximo a crise que levou à Segunda Guerra, mas também devido a explicitação das incompatibilidades das superestruturas delineadas pelo novo bloco industrial-agrário as novas condições.

Entretanto, o fato de que toda a armação superestrutural fora articulada por uma junção de exigências de progressivismo e conservadorismo, permanecia o problema do *Risorgimento*: havia um protagonismo dos intelectuais. Com o fascismo, novamente respondia-se, momentaneamente, a exigências ditadas pela supraestrutura. Mas a correlação de forças existente no país difundia as exigências progressivas a partir de concepções débeis, sem correspondência na estrutura do país.

A ideologia nacionalista, por exemplo, difundida pelas técnicas de mobilização das massas, propagava uma consciência homogênea de uma realidade nacional inteiramente fragmentada.

Além disso, conquanto o regime tivesse fomentado instituições da sociedade civil que tinham o propósito de ampliar a base de consenso para as novas relações sociais de produção, o tinha feito idealmente e de cima para baixo, não admitindo que aquelas instituições fossem reelaboradas e transformadas criativamente segundo a compreensão que os grupos sociais tomavam da realidade.



Mas nenhuma criação social é imutável, e, portanto, o processo não estava fechado. A revolução passiva estabeleceu certas condições para o desenvolvimento social que de nenhuma forma assumiram o caráter de características predeterminadas para a construção das ações dos sujeitos políticos.

Daí a insistência de Togliatti (1978) para que os socialistas e comunistas não deixassem de utilizar as instituições existentes para acelerar a educação das massas.

A hegemonia é resultado de um processo que só se concretiza com a intervenção ativa dos sujeitos. Daí a importância de que o consenso seja ativo, consentido, legitimado e permanentemente renovado. Assim, entre os aspectos progressivos da revolução passiva fascista-corporativista, devem ser incluídas as condições da vida econômica, social e cultural que tornariam mais evidentes o grande distanciamento em que historicamente as classes subalternas encontravam-se em relação aos seus dirigentes.

Também durante a contraditória revolução passiva articulada pelo fascismo, a passagem a um novo momento de articulação da hegemonia, dependeria da atividade dos sujeitos nos aparatos privados e públicos presentes, enquanto novos aparatos passavam a ser construídos. As duas tarefas, simultâneas, esperavam pela ação dos intelectuais orgânicos.



Capítulo 3

O caso estadunidense

Toda a reflexão de Antonio Gramsci a respeito do americanismo está assentada na identificação de uma característica fundamental da sociedade estadunidense: sua “composição demográfica racional”, isto é, o fato de que “não existem classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo” (Q22, p. 2141). Com o argumento fortalecido pela explicação de que tal configuração foi possibilitada pela ausência de camadas sociais parasitárias remanescentes do regime feudal (Q22, p. 2141), Gramsci estabelece uma contraposição com a estrutura social européia e, particularmente, italiana.

Esta contraposição será explorada, como já pudemos observar, na análise comparativa dos processos sócio-políticos de Itália e Estados Unidos. Distinguindo as semelhanças e dessemelhanças destes processos é que será possível captar as particularidades das revoluções passivas, bem como as exigências que estas suscitam para a construção das estratégias de hegemonia por parte dos grupos sociais.

Mas de que modo constituíram-se estas características? Embora saibamos que ela teve origem na forma de colonização do país, que foi, no que diz respeito à distribuição de terras, estabelecimento de colonos e organização da produção, bastante diferenciada da ocorrida das demais colônias européias no continente americano, não podemos inferir detalhes, como por exemplo, as lutas de classes, das informações dadas nos *Quaderni*.

Por esta razão julgamos que seria importante, antes de iniciar a discussão da leitura gramsciana do caso estadunidense expor alguns dos elementos constitutivos daquela composição racional que nos *Quaderni* é apenas referida.

Mesmo sem um empreendimento de longo fôlego sobre a história dos Estados Unidos – o que exigiria uma pesquisa paralela e incompatível com o propósito deste trabalho –, apontamos algumas das particularidades da revolução burguesa estadunidense que permitirão compreender a resposta afirmativa oferecida por Gramsci sobre a possibilidade de que "o americanismo possa constituir uma 'época' histórica, se pode determinar um desenvolvimento gradual do tipo (...) das 'revoluções passivas' próprias do século XX" (Q22, p. 2140).

Trata-se, nos próximos tópicos, de assinalar as características da revolução burguesa estadunidense para apontar suas implicações no processo de construção da hegemonia, isto é, destacamos o conjunto de elementos que particularizam a revolução passiva enquanto modalidade pela qual a burguesia logrou tornar-se classe dominante e dirigente.

3.1 Revolução burguesa e composição de classes

O baixo grau de desigualdade econômica, política e social, assim como o caráter democrático dos Estados Unidos da América constituem uma espécie de senso comum nas comparações com as condições de outros países. Sem pôr diretamente em discussão o grau de veracidade desse discurso, pretendemos apontar que a democracia estadunidense, qualquer que seja seu conteúdo, não resulta de uma abstrata tendência democrática dos povos que colonizaram aquele país.

As condições que permitiram que as aspirações de liberdade política e religiosa da maioria dos imigrantes constituíssem ingredientes para o fomento de uma intensa atividade baseada no empreendimento econômico individual (WEBER, 1996; ROBERTSON, 1967) resultam de uma determinada combinação de recursos naturais, características culturais dos colonos e também das relações econômicas e políticas que se estabeleceram entre colônia e metrópole, etc.

A autonomia em relação à Metrópole foi uma das características mais presentes na colonização dos Estados Unidos⁹⁵. A despeito de tentativas anteriores,

⁹⁵ Pode-se dizer que inicialmente o sul era menos autônomo, pois a Companhia de Londres mantinha na Inglaterra tesoureiro, conselho de acionistas e "governador" responsáveis pela colônia da Virgínia, enquanto em Massachussets, por exemplo, a administração da colônia era feita por governador, vice-governador e assistentes eleitos pelos acionistas na colônia. Mas podemos considerar que a garantia da igualdade jurídica de ingleses e americanos, bem como da participação destes últimos na tomada de decisões políticas dada pela Companhia de Londres minimizava essas diferenças. Nem quando, em 1925, o insucesso das tentativas de diversificar as atividades produtivas provocou a dissolução da Companhia de Londres e a Virgínia tornou-se colônia britânica, a metrópole interveio na administração interna. Como o reconhecimento do potencial das colônias só foi feito tardiamente, os nobres ou burgueses ricos e as sociedades comerciais aos quais a Coroa cedia o direito de exploração, embora fossem oficialmente "representantes reais" faziam o pagamento apenas simbólico pela ocupação das terras.

o povoamento do continente iniciou-se de fato após a expedição de cartas régias autorizando a fundação de Companhias, em 1606. Os empreendimentos da Companhia de Londres, que adquirira direitos sobre a parte meridional do território e da Companhia de Plymouth, com jurisdição sobre a porção setentrional iniciaram-se em 1607 (ROBERTSON, 1967, p. 53).

As diferenças das relações de trabalho e do tipo de propriedade que se estabelecerão entre as regiões do país iniciam-se com a distinção dos projetos das companhias colonizadoras e aprofundam-se até constituir, em dois séculos, três regiões economicamente distintas e duas sociedades de valores divergentes.

A Companhia da Virgínia orientou o empreendimento colonial segundo o princípio corporativo: tendo levantado capitais por meio da distribuição de ações no mercado londrino, estabeleceu que todos que viajavam como colonos tinham direito, no mínimo a uma ação. Estabeleceu também que este sistema seria mantido nos primeiros sete anos – período após o qual os bens seriam divididos proporcionalmente.

Entretanto, uma vez constatada a inexistência de recursos com rápido retorno econômico— como metais preciosos –, o predomínio da propriedade corporativa não impediu que mesmo antes da dissolução da Companhia em 1925, começasse a estabelecer-se a propriedade individual na Virgínia⁹⁶. Antes de deduzir que isso significou igualdade de condições no acesso à terra, é preciso lembrar que bem poucos europeus tinham condições de arcar com as despesas da viagem e, menos ainda dispunham dos recursos exigidos para aquela atividade que acabou

⁹⁶ "Mesmo antes do fim do período do esforço corporativo, tornou-se praxe permitir que os colonos possuísem pequenos tratos de terra. Em 1618 a Companhia começou a conceder 'headrights'. De acordo com o sistema de headright, o indivíduo que emigrava à própria custa tinha direito a 20 hectares de terra para si mesmo e outro tanto por cada pessoa – homem, mulher ou criança – por cujo transporte se responsabilizasse" (ROBERTSON, 1967, p. 54).

tornando-se o sustentáculo da economia das primeiras colônias do Sul – as plantações de tabaco destinadas à exportação.

Recebendo inicialmente imigrantes de origem católica, a colônia de Maryland – fundada em 1634 – dedicou-se a produção do tabaco e o fato de ter estabelecido o regime individual de propriedade (as maiores porções couberam aos católicos) não foi empecilho para que seu desenvolvimento se igualasse ao da Virgínia.

Conquanto imigrantes puritanos ingleses e holandeses tenham chegado ao porto de New Plymouth em 1620, o povoamento no norte só iria tomar impulso a partir de 1629, com a criação da Companhia da Baía de Massachussets. Durante a década de 1630, a população da colônia de Massachussets foi incrementada pela chegada de 20.000 pessoas, e no mesmo período nasceram as colônias de Rhode Island, Providence e Connecticut.

Colonizadas por imigrantes puritanos e outros em busca de liberdade religiosa e política, estas colônias adotaram, além do sistema administrativo já visto, um regime de ocupação de terra diferenciado em relação ao Sul. No Norte,

À medida que aumentava o influxo de imigrados, pequenos grupos procedentes de determinada localidade da Inglaterra iam tendendo a se agregar. Dirigiam petição à assembléia legislativa, requerendo uma concessão de terra, e formavam um “burgo”, com uma aldeia no centro, cercada por terras aráveis e matas e prados comuns. Tais concessões, às vezes medindo quarenta milhas quadradas de área, normalmente localizavam-se em zonas imediatamente adjacentes a territórios colonizados, e no norte firmou-se o hábito de ir empurrando para trás a fronteira, de modo regular e ordenado (ROBERTSON, 1967, p. 57).

Embora a base econômica destas colônias fosse também a agricultura, o solo e o clima não eram tão propícios a uma produção que ultrapassasse os limites

da subsistência, e isso levou o colono desta região a combinar a agricultura com outras atividades, como caça, pesca, comércio e manufaturas.

Certamente os limites naturais associados ao modelo de divisão da terra estimulou a combinação, nas colônias setentrionais, da autonomia político-administrativa e da integração regional – sendo comuns ainda no século XVII os câmbios de mercadorias e a associação para fins de defesa. Tais características seriam reforçadas com a reunião destas colônias sob a denominação de Nova Inglaterra em 1662, e pelo progressivo avanço dos ingleses em direção a oeste do território.

Ainda seguindo a obra de Robertson (1967), vemos que entre 1661 e 1773 a colonização atingiu sua última fase, alcançando a região central da costa leste. Em 1664, os ingleses ocuparam a antiga Nova Amsterdam – rebatizada Nova York – estabelecendo uma reestruturação no tipo de propriedade. A forma tipicamente feudal adotada durante o domínio dos holandeses ricos até o início do século XVII, foi substituída pelo incentivo à vinda de colonos livres.

Tanto em Nova York quanto em Nova Jersey – fundadas na mesma época – “a agricultura passou a ser mais importante do que o comércio de peles (...) e Nova York começou a aproveitar-se do seu excelente porto para firmar-se como centro de comércio colonial e da indústria de construção de navios”. Em Nova Jersey, “a zona norte-oriental assumiu as características da pequena indústria e do pequeno comércio, semelhantes às de Nova York, enquanto a zona sul-ocidental foi em primeiro lugar uma região agrícola como sua vizinha Pensilvânia” (ROBERTSON, 1967, p. 61-62).

De forma semelhante às colônias de Rhode Island e Connecticut, a colônia da Pensilvânia também recebeu uma massa de emigrados em busca de

liberdade política e religiosa. A disposição de William Penn, a quem fora concedida a área, em dispor da terra a preços baixos atraiu, no período entre 1681 e 1700, grande massa de quakers ingleses, além de galeses e alemães. Politicamente, a administração da Pensilvânia também foi responsável pela administração da colônia de Delaware até a Guerra da Independência.

A criação de novas colônias no Sul resultou principalmente do deslocamento de colonos da Virgínia. Aqueles que se fixaram na faixa de terra correspondente à Carolina do Norte ocuparam-se da plantação de tabaco, mas tiveram de enfrentar problemas para escoar a produção, uma vez que não possuíam bons portos e a Virgínia não admitia a concorrência. A Carolina do Sul acabou por ganhar vantagens econômicas, primeiramente porque estabeleceu um sólido comércio de peles e petrechos navais com as Antilhas Britânicas e logo depois tornou-se produtora de arroz.

A última colônia do Sul, Georgia, nasceu de um empreendimento que reunia fundos públicos e privados para deslocar uma parte dos despossuídos da Europa. Seu desenvolvimento foi precário mesmo quando tornou-se propriedade da coroa britânica em 1751, florescendo apenas com a adoção do sistema de plantações por ocasião da Guerra da Independência.

O principal atrativo da colônia para a massa de imigrantes era a possibilidade de adquirir terras, mas o estabelecimento das Companhias fazem ver que as condições de acesso não foram livres.

Em primeiro lugar, as primeiras levas de imigrantes chegavam ao Novo Mundo na condição de *indentured servants*, isto é, assinavam, na Metrópole um contrato pelo qual trocavam sua passagem para a América por determinado tempo – entre dois e sete anos – de trabalho (ROBERTSON, 1967, p.66-67, RAYBACK, 1966).



Robertson informa que os servos foram uma instituição de todo o território, utilizados como mão-de-obra nas mais diversas atividades (a despeito do despreparo da maioria), mas especialmente das colônias localizadas ao sul da Nova Inglaterra (ROBERTSON, 1967, p.67). Foram também estas as colônias que por volta de 1700 optaram pela mão-de-obra do escravo negro.

A opção pela força de trabalho não assalariada no sul deveu-se, segundo Robertson, a razões de puro cálculo econômico, uma vez que as condições climáticas da região e os produtos cultivados garantiam a máxima utilização desse tipo de força de trabalho⁹⁷. A exploração destes fatores da produção, bem como o fato de que sua produção era compatível com as expectativas mercantilistas – uma vez que “ao contrário das mercadorias das outras colônias, nada do que o Sul exportava competia com a produção britânica, quer nas ilhas, quer no resto do Império” (ROBERTSON, 1967, p.75) –, fez com que as colônias do sul sobressaíssem economicamente sobre as demais. Tendo vencido a concorrência espanhola com os baixos preços, o tabaco foi o primeiro e principal produto de exportação, mas a partir dos primeiros anos do século XVIII a intensa produção fez cair os preços. Com a queda da lucratividade dos produtores individuais acentuou-se a tendência para a formação de grandes unidades agrícolas. As produções de arroz e anil, que se desenvolveram especialmente na região das Carolinas, baseavam-se nas mesmas

⁹⁷ “O mais importante era o clima. Sempre que se comprava o trabalho de um homem por uma soma fixa em dinheiro, era necessário que ele ficasse ocioso o mínimo tempo possível durante o ano. Poucos eram os dias no sul em que se tirava um escravo do trabalho em virtude dos rigores do inverno, enquanto no norte o trabalho ao ar livre podia ser impossível por dias e dias. Importante também era o fato de que o tabaco, depois o arroz e finalmente o anil eram os produtos básicos do sul. Requerendo muita mão-de-obra não especializada, que podia operar sob a supervisão de um capataz, essas lavouras eram especialmente adequadas ao cultivo por parte dos homens despreparados e importados de regiões tropicais” (ROBERTSON, 1967, p.67-68). Também Moore Jr. faz observações no mesmo sentido (MOORE JR., 1967, p.149-150).

relações de trabalho, propriedade e exportação que o tabaco (ROBERTSON, 1967, p.78).

As colônias da região central especializaram-se na produção de alimentos. O trigo era o produto básico, mas também se produzia milho, centeio, aveia e cevada. As propriedades eram fazendas individuais, bem menores que as propriedades médias do sul, na qual trabalhavam as famílias dos proprietários, indentured servants e/ou trabalhadores alugados (itinerantes).

Embora na Nova Inglaterra também predominasse a economia de base agrícola, as condições geográficas pouco adequadas – solo pobre, terreno acidentado, clima frio – deram-lhe um caráter de subsistência. Como já foi visto, as concessões de terra nesta região diferiam daquelas do centro e do sul. Eram feitas para grupos de proprietários, seguida da divisão entre indivíduos e suas família, de modo quase sempre proporcional⁹⁸.

A tradição desse tipo de propriedade foi suficientemente forte para garantir que, na apropriação individual dos campos comuns ocorrida no século XVIII, os habitantes fizessem acordos que garantiram a um grande número terra suficiente para a subsistência de cada proprietário (ROBERTSON, p.81-82).

Um outro tipo de atividade econômica presente no período colonial ligava-se às indústrias extrativas. O desigual potencial de exploração destas atividades

⁹⁸ "O resultado foi que por mais de um século a agricultura da Nova Inglaterra teve algumas das características dos padrões medievais de uso da terra. Os lares dos aldeãos situavam-se nas proximidades da sede do território do município. Perto de casa cada habitante dispunha de uma pequena parcela de terra para jardim ou pomar e normalmente possuía lotes esparsos que variavam entre 20 e 80 hectares em parte agriculturáveis, localizadas a distâncias variáveis da aldeia, havia quase sempre uma campina comunal, a que cada proprietário tinha direito, onde o gado vagava livremente. Além disso, havia terras incultas e campos comuns, sendo estes divididos em faixas e distribuídos entre os aldeãos. As decisões quanto aos tipos de lavouras a criar nos campos comuns eram tomadas nas reuniões públicas dos habitantes, e se bem que cada agricultor tivesse direito ao produto cultivado na faixa comum que lhe pertencia, o campo todo se tornava pastagem comum ao fim de uma quadra de trabalho" (ROBERTSON, 1967, p.81).



pelas colônias – com a destacada atuação do norte e do centro na extração da madeira e exportação de petrechos navais, do norte da atividade pesqueira⁹⁹ e na extração de minérios e de uma diversificada atividade manufatureira –, sublinhou as diferentes características dos grupos dominantes em cada região.

Diferentemente dos plantadores sulistas, que confiavam o comércio de seus produtos a agentes assalariados dos comerciantes britânicos, os colonos da Nova Inglaterra estabeleceram uma rede de relações comerciais direta com as Antilhas, África e o sul da Europa (ROBERTSON, 1967, p.110-111). Essa camada de comerciantes constituirá o principal grupo de oposição à política mercantilista inglesa e, em consequência, a principal força impulsionadora do movimento de Independência¹⁰⁰.

Até a década de 1760, a política mercantilista inglesa não representou um entrave aos interesses dos colonos – em muitos aspectos não os onerava e também porque conseguiam burlar as interdições e a cobrança de tarifas. Mesmo a indústria manufatureira nas colônias nortistas sempre operara nos limites de suas forças produtivas, conquanto desde 1850 houvesse a proibição de produtos acabados de ferro, a metrópole recebia das colônias, sem taxações, lingotes e barras de ferro batido ou fundido (ROBERTSON, 1967, p.87-115).

Ocorreu que os custos da guerra contra a França – que repercutiram em disputas também no território da América do Norte – fez com que a Inglaterra, necessitada de recursos, entendesse que as colônias tinham de provê-los. A partir

⁹⁹ Suprindo o mercado interno, a Europa e as Antilhas (ROBERTSON, 1967, p.85).

¹⁰⁰ A força destes comerciantes atacadistas estabelecidos principalmente nas cidades litorâneas pode ser medida pelo papel fundamental que desempenharam no estímulo à produção e na distribuição de recursos: obtendo crédito dos comerciantes ingleses, transferiam uma parcela destes para seus próprios fregueses e fornecedores nas colônias. Indiretamente, ainda foram responsáveis por parte do movimento em direção ao Oeste pois muitos daqueles pequenos produtores que não conseguiam

de então, medidas como o *Sugar Act* (Lei do Açúcar, 1764) e o *Stamp Act* (Lei do Selo, 1765), pelos quais o açúcar antilhano e das Índias Ocidentais e outros produtos foram taxados, e os documentos públicos e oficiais deveriam portar um selo fiscal, atingiram fortemente os interesses econômicos dos colonos.

Entre momentos de agitação e conciliação, de estabelecimento de leis e medidas destinadas a garantir o recolhimento dos impostos e seguidas revogações¹⁰¹, explodiram os acontecimentos provocados pela Lei do Chá (1773)¹⁰². Como punição à rebelião popular que se seguiu à aprovação desta lei, os ingleses estabeleceram em 1774 as Leis Intoleráveis, que

- interditaram o porto de Boston até que o prejuízo pela perda do chá fossem ressarcidos à Companhia da Índia Oriental,
- permitiram que os funcionários britânicos acusados de crimes cometidos na tentativa de fazer respeitar as leis britânicas fossem julgados em outra colônia ou na Grã-Bretanha,
- emendaram a carta régia de Massachussets de modo a colocar certas reivindicações na dependência de decisão arbitrária do governador nomeado pela Coroa e,
- determinaram o aquartelamento de tropas na cidade de Boston (ROBERTSON, 1967, p.120-121).

saldar os empréstimos contraídos, abandonavam as antigas propriedades. O comércio rotineiro, o contrabando (como o chá indiano) e a apropriação de terras está na base de sua riqueza.

¹⁰¹ Em 1766 o Parlamento britânico suprimiu a Lei do Selo e introduziu algumas modificações na Lei do Açúcar. Houve de fato uma sucessão de medidas destinadas a aumentar os lucros da economia de base mercantil ou gerar novas fontes de recursos.

¹⁰² A crise deflagrada com a Lei do Chá deixa claro que os principais interessados na independência em relação à metrópole eram os comerciantes. Tradicionalmente, o comércio de chá envolvia um grande número de intermediários pois era primeiramente levado para a Inglaterra e depois distribuído nas colônias. Quando a Lei permitiu que fosse transportado diretamente das Índias Orientais para as colônias, afetou tanto estes intermediários (e principalmente o grande atacadista) quanto aqueles que contrabandeavam o chá da Holanda. Além disso, viam na Lei a abertura de um precedente para o estabelecimento de outros monopólios.

Embora estes últimos acontecimentos tenham desencadeado a guerra da Independência em 1776, pode ser dito que a oposição à metrópole já podia ser identificada na formação de grupos que questionavam o direito decisório de um Parlamento no qual não tinham representantes. Nesse sentido, pode-se assinalar a projeto de colaboração entre as treze colônias, concebido por Benjamin Franklin durante uma conferência realizada em 1754 em Albany (ZIERER, [1980], p.27).

Além disso, se o mercantilismo e o protecionismo inglês eram um entrave para os interesses nortistas, as razões do apoio dos sulistas à causa da independência estavam na discordância em relação à política territorial da metrópole (ROBERTSON, p. 121). Já na década de 1760, os ingleses deixaram de promover a movimentação para além dos limites das primeiras treze colônias¹⁰³, o que contrariava as expectativas dos despossuídos de tornarem-se proprietários e as dos plantadores de tabaco em expandir sua produção.

A Declaração de Independência ratificada a 4 de julho de 1776 estabeleceu os princípios de uma nação unificada, mas foi a Constituição de 1787, em vigência a partir de 1789, que regulamentou as relações entre os Estados que compunham a União. A restrição da atuação federal a "algumas grandes necessidades gerais", e a delegação aos Estados de atribuições "múltiplas e complicadas, porque esse governo penetrava em todos os detalhes da vida social" (TOCQUEVILLE, 1996, p. 119), conquanto tenha eliminado dificuldades para a

¹⁰³ "Em 1763 [após a guerra com a França], porém, havia desaparecido a necessidade de erguer uma fronteira contra uma potência estrangeira. Primeiro: os britânicos julgavam prudente conter a população dentro da área litorânea, onde se tinham feito os maiores investimentos e onde seria bem mais fácil o controle político. Segundo: o comércio de peles obedecia agora ao comando absoluto dos britânicos, e considerava-se insensato consentir na marcha para o interior de arraianos que poderiam acirrar os problemas com os índios. Terceiro: ingleses endinheirados estavam comprando vastos tratos de terra do oeste e havia pressões no sentido de 'poupar' solos bons para esses investidores. Finalmente, colocando as terras do oeste sob domínio direto da Coroa garantia-se ao erário britânico a receita proveniente das vendas e foros" (ROBERTSON, 1967, p.122).

conjugação de esforços necessários à emancipação e resistência durante os primeiros anos da independência, manteve diferenças regionais que apontavam para a existência de divergências no interior do bloco dominante.

Os pontos decisivos para o rumo da revolução burguesa sobre os quais as frações dominantes em cada região divergiam eram o problema da terra e o da escravidão. A permanência destas questões demonstra tanto o equilíbrio de forças entre estas frações quanto o fato de que os condutores da primeira fase da revolução burguesa estadunidense foram aqueles que no período colonial tinham sido econômica e politicamente dominantes, não dispostos a promover uma transformação radical na estrutura da sociedade¹⁰⁴.

Mas com a explosão da Guerra Civil estas divergências viriam à tona. Em outras palavras, a vitória do Norte aliado ao Oeste sobre o Sul, definiu a direção da revolução burguesa.

Sabe-se que o estopim da guerra foi a posição escravista dos Estados do Sul. Mas se como observou Moore Jr. (1967) a escravidão não representava um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos – ao contrário, o comércio do tabaco e, depois do algodão nas plantações sulistas ofereceu as bases do desenvolvimento industrial americano –, devemos lembrar que sua permanência implicava um determinado tipo de capitalismo, no qual as instituições

¹⁰⁴ Ilustrativo desta posição foi o não estabelecimento do sufrágio universal: “[com a Constituição] modificaram-se as exigências no sentido de que o eleitor possuísse uma parcela mínima de propriedade imóvel ou pagasse certa soma de impostos. A luta pelo direito de voto ocorreu nos treze Estados iniciais, pois dos novos Estados admitidos na União apenas quatro impuseram ao eleitorado requisitos de propriedade ou pagamento de impostos. Nos fins da década de 1820 o sufrágio se estendera suficientemente para permitir que os trabalhadores participassem das eleições nos Estados populosos. (...) De maneira geral, em 1860 podiam votar os brancos do sexo masculino em todos os Estados Unidos, os negros podiam votar em Nova York e na Nova Inglaterra e os estrangeiros podiam votar no noroeste rural” (ROBERTSON, 1967, p.261).

liberais-burguesas de democracia política e social estariam em contradição, uma vez que restringiam-se às elites (MOORE JR., 1967, p. 142).

Mas admitir isso é destacar que existiam projetos distintos: um projeto da burguesia agrária e outro da burguesia industrial. Somente sublinhando as tendências destes projetos é possível pensar a situação especial que criou o confronto. Isso remete às características das economias regionais e seus impactos sobre a questão fundiária.

No Sul, além dos grandes proprietários de terras e escravos, havia ainda os médios agricultores proprietários de poucos escravos; um grande número de pequenos proprietários que cultivavam a terra com suas famílias e empregados que ainda lembravam os antigos *servants* e, brancos pobres, que produziam unicamente para a subsistência. Embora não seja o caso de analisarmos suas bases, o fato é que havia entre o primeiro e o segundo grupo uma aliança que sustentava a direção política dos grandes escravistas na região¹⁰⁵.

Será o avanço das grandes plantações para o baixo Sul e progressivamente em direção ao Oeste que fará eclodir a oposição latente com os nortistas. Na medida em que este avanço significava a expansão da escravidão para a região que, formalmente até 1862 permaneceria sob jurisdição federal (MOORE JR, 1967, p.150-151; ROBERTSON, 1967, p.132), criou-se uma disputa com as forças industriais do Norte e também com os agricultores e criadores de gado do Oeste.

O Norte e o Nordeste, que sempre tiveram vínculos comerciais com o Sul – sendo responsáveis pelo financiamento, transporte, seguro e venda do algodão e encontrando um mercado consumidor na região – vinham estabelecendo, graças à

¹⁰⁵ Há argumentos diversos, como a questão racial e a expectativa dos médios proprietários de adquirir maiores posses.



melhoria das redes de transporte verificada a partir dos anos 30, trocas mais intensas com a região do meio Oeste.

Embora não importasse a interrupção do comércio com o Sul, a intensificação dos negócios com o Norte, associada à tendência expansionista das plantações para a região, levou os agricultores e criadores de gado do meio Oeste a um distanciamento político em relação aos proprietários de escravos. Temerosos de que a concorrência das grandes propriedades escravistas eliminasse sua produção de base familiar do mercado, os proprietários do meio Oeste uniram a causa da distribuição de terras à da abolição (MOORE JR, 1967, p. 159-161).

Mas a posição dos nortistas com respeito a distribuição de terras sempre foi ambígua, uma vez que a cessão livre teria impacto sobre sua própria mão-de-obra. De qualquer modo, a plataforma republicana de 1860 impôs a visão dos moderados:

a essência do negócio era simples e direta: consistia em apoiar o pedido de terras feito pelos agricultores, também popular nos círculos das classes trabalhadoras industriais, em troca do apoio para uma tarifa mais elevada. (...) Deste modo se realizou o "casamento do ferro com o centeio" (MOORE JR., 1967, p.162-163).

Com a vitória dos nortistas em 1865, restava definir as bases de organização da sociedade sulista. Por um período de onze anos, as propostas do grupo de abolicionistas radicais em favor de uma democracia agrária, com a distribuição de terras aos negros pareciam capazes de concretizar-se: após a morte de Lincoln estas forças radicais haviam mantido o sul ocupado militarmente,

concedido direito de voto aos negros¹⁰⁶ e estabelecido uma série de limitações para a representação dos sulistas no Congresso (ROBERTSON, 1967, p. 70).

Mas a despeito dessa atuação dos radicais ter sido capaz de arregimentar os “trabalhadores, industriais e os interesses dos caminhos-de-ferro” em torno de um espírito empreendedor e progressivo – o que sem dúvida eliminou uma reviravolta reacionária –, o impedimento da passagem do confisco de terras nas leis de reconstrução de 1867 demonstrou que os moderados estavam dispostos a conter o impulso revolucionário. Em 1872 foi concedida uma anistia geral que restabelecia a igualdade nas relações entre as regiões e em 1877, com a retirada das tropas nortistas, o presidente eleito Rutherford Hayes cumpriu o compromisso estabelecido durante a campanha (ROBERTSON, 1967, p.70).

No sul, as relações escravistas acabaram sendo substituídas pelo sistema de colheitas partilhadas, capaz de extrair uma maior produtividade dos trabalhadores. A adaptação dos proprietários ao espírito empreendedor e competitivo ocorreria aos poucos, à medida em que a atividade comercial e a pressão dos créditos dos banqueiros nortistas passassem a fazer parte dos seus negócios.

As décadas finais do século XIX ainda assistiriam às disputas sobre a distribuição de terra. É certo que desde o *Homestead Act* (1862)¹⁰⁷ ocorreu um grande deslocamento de agricultores e pequenos proprietários endividados para o extremo oeste, mas aqueles agricultores já estabelecidos na região puderam, com a

¹⁰⁶ Na prática, dadas as condições impostas para o sufrágio, o acesso dos negros ao voto era tão difícil quanto o desempenho de alguma atividade profissional.

¹⁰⁷ A lei concedia 160 acres de terra a cada família. Entretanto, as poucas áreas em boas condições – Iowa e Minnesota ocidentais, zonas orientais do Kansas, Nebraska e nas Dakotas – foram logo ocupadas e, a maior parte de terra disponível se localizava nas Grandes Planícies (de baixo índice pluviométrico) e nas regiões montanhosas, úteis apenas ao cultivo do gado, que por sua vez requeria maior extensão de terra (ROBERTSON, 1967, p.298-299).

aquisição de mais terras, compensar-se dos riscos que correram na aliança com o Norte. Grande parte das terras foram concedidas a título de subsídios às estradas de ferro do oeste e aos Estados para fins diversos – que acabavam sendo apropriadas por colonos de maiores posses, como por exemplo as áreas ricas em madeira e minas que constituíram a base de muitas fortunas.

No final da expansão a região do Colorado recebeu um grande contingente de mineiros, negociantes, artesãos e outros profissionais atraídos pelas jazidas de ouro e prata. Com isso a produção agrícola – trigo, milho e aveia – recebeu o estímulo de um mercado regional em expansão e das facilidades de escoamento para o leste proporcionadas pelos canais Erie e de Ohio (abertos em 1820 e 1832) e pelas vias férreas¹⁰⁸.

Com todas as limitações, a disponibilidade de terras jogou um papel importante como amortizador das tendências radicais entre os trabalhadores industriais do período. Muito embora os investimentos requeridos inviabilizassem a migração numericamente significativa das classes trabalhadoras nas áreas de domínio público, sua possibilidade fez com que esta fosse uma das bandeiras de uma fração do grupo, servindo mesmo para aproximar os operários dos fazendeiros¹⁰⁹. Por outro lado, os industriais foram amparados do risco de escassez de mão-de-obra pelas Leis de Imigração de 1864.

¹⁰⁸ "Desde muito cedo, a União começara a utilizar estrada de ferro. A linha Ohio-Baltimore começava a funcionar em 1830 e, dez anos depois, a rede ferroviária do leste já atingia mais de 1.000 quilômetros. Mas foi entre 1850 e 1855 que surgiram as linhas mais importantes, até 1870, concluíram-se 51.000 quilômetros de vias férreas, com ligações até o Pacífico. A indústria e o comércio acompanharam esse processo de comunicações ferroviárias, de modo que, em muitas regiões, o fazendeiro e o criador de gado tiveram de se inclinar diante do peso econômico dos novos industriais e capitalistas" (ZIERER, [1980], p.49).

¹⁰⁹ Em 1892 foi fundado o Partido Populista, pela aliança da Federação Operária com alguns fazendeiros.

A Guerra Civil estabeleceu de uma vez a tendência de que a vida econômica e política do país fosse dirigida de acordo com os princípios urbano-industriais. Nesse sentido, é oportuno pôr em destaque que desde seus primórdios os Estados Unidos criaram as condições ideais para desenvolver ao máximo o industrialismo e o processo de racionalização social iniciado na Europa.

A racionalidade demográfica sobre a qual se ergueu uma base sadia para a acumulação de capital – com a propriedade fundiária, o transporte e o comércio subordinados à atividade produtiva (Q22, p. 2145) – constituíam uma tendência natural, dados a ausência da estrutura do modo de produção feudal e o tipo de empreendimento adotado no período colonial. Mas somente após a Guerra Civil foi definitivamente afastada a possibilidade de que o compromisso entre a aristocracia agrária e a indústria pudesse suscitar desdobramentos como por exemplo, a manutenção da escravidão e o impedimento da abertura do Oeste à ocupação, que fatalmente levariam à quebra da tendência primeva.

A força da sociedade civil pode ser avaliada, no período, pela correspondência que se observa entre sua estrutura e suas superestruturas, isto é, pelo fato de que as tendências e contradições das relações sociais de produção expressam-se também numa série de instituições civis privadas.

À luz dessas observações mais gerais é possível dizer que os requisitos da hegemonia (americanista) apontado por Gramsci – uma sociedade civil complexa e um Estado liberal – estavam realmente em gestação desde o seu nascimento.

Mas desde já é preciso vincular o sentido da expressão *americanismo* a um conjunto de características estruturais e superestruturais que compõem não somente um modo de produção mas constroem uma *civiltà*, um modo de vida.

Sua raiz? Uma combinação determinada de condições materiais favoráveis, da tendência objetiva ao industrialismo e dos princípios liberais e puritanos nascidos no continente europeu¹¹⁰.

Voluntariamente, camponeses, artesãos e comerciantes constituíram as primeiras organizações da superestrutura da sociedade civil. Estas associações visavam, como observou Tocqueville (1996), auxiliar-se mutuamente para alcançar objetivos e com isso minimizar a influência do Estado sobre seus negócios.

Mas sua ação teria uma repercussão de mais longo alcance sobre o conjunto da organização social. Não à toa vemos que cada grupo envolvido nas atividades produtivas cria e participa – ainda que de maneira difusa no século XVIII e parte do XIX – de uma série de associações profissionais, precursoras das organizações patronais e dos sindicatos.

Vemos emergir, também no século XIX, movimentos em defesa dos direitos dos negros, das mulheres¹¹¹ e crianças. Entre os aparatos privados dos grupos hegemônicos, organizações como o Y.M.C.A. (Young Men Christian Association)¹¹² e, posteriormente, o Rotary Club, surgiram desde década de 1840 e desde então atuaram em campos como a educação escolar, profissional e o lazer,

¹¹⁰ Na discussão destes aspectos é fundamental a obra de Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, referenciada ao final deste trabalho.

¹¹¹ Em 1848 realizou-se no Estado de Nova York a Primeira Conferência Mundial pelos Direitos da Mulher, durante a qual foram reivindicadas igualdades de oportunidades para ambos os sexos na educação, na política, na legislação civil e no campo profissional (ZIERER, [1980], p.53).

¹¹² O Y.M.C.A. foi fundado em junho de 1844 pela iniciativa de um grupo de negociantes de tecidos de Londres, liderados por George Willians. A idéia inicial era difundir os ensinamentos bíblicos. O movimento chegou às cidades de Montreal e Boston em novembro de 1851, e seu projeto de congregar pessoas de diferentes religiões, classes sociais e nacionalidades em torno dos princípios cristãos e obras de assistência e ajuda mútua difundiu-se rapidamente: em 1853 foi fundado o primeiro Y.M.C.A. para afro-americanos em Washington. Durante a Guerra Civil, quando a maioria de seus membros foram para o front, os Y.M.C.A.s do norte desenvolveram amplo trabalho de evangelização junto às tropas e aos prisioneiros de guerra. Utilizando o serviço voluntário para a promoção de grupos de estudos e reuniões e os recursos doados por seus membros – na maioria representantes das camadas médias – o movimento cresceu e já em 1880 começou a construir prédios próprios, nos quais passaram a promover atividades de lazer, atendimento médico,

difundindo os valores da racionalidade industrial-burguesa. Enquanto mudanças eram introduzidas nos modelos produtivos, não faltaram as instituições para difundir, no tecido social, as ideologias empresarias correspondentes¹¹³.

Resta analisar, em seus desdobramentos ulteriores, o que as relações entre estas dimensões revelam sobre as estratégias de hegemonia. Uma vez que o desfecho da revolução burguesa colocou as camadas industriais na condição de grupo hegemônico, são justamente suas ações e a de seus principais antagonistas que deverão ser privilegiadas a partir de agora.

organizações de jovens e várias ações de apoio aos desempregados. Sobre sua ação posterior falaremos no próximo item.

¹¹³ Ver Bendix, 1966, p. 266-278.



3.2 Dos inícios da industrialização ao fordismo-taylorismo como revolução passiva

A despeito das oscilações sofridas pelas relações comerciais com o exterior entre 1780 e 1818¹¹⁴, a burguesia mercantil conseguiu acumular ganhos suficientes para unir-se ao empreendimento industrial. Neste período, as atividades manufatureiras e o comércio interno foram de tal forma estimulados que, conquanto o predomínio da agricultura tenha se estendido até o final do século XIX, em 1815 os Estados Unidos já tinham deixado de ser uma economia colonial (ROBERTSON, 1967, p. 268-270).

Entre 1805 e 1850, o incremento das manufaturas esteve associado a uma intensificação da produção nas formas já existentes no período colonial. As manufaturas domésticas reviveram principalmente no meio Oeste, e só começaram a declinar após 1830, quando outros sistemas de produção e o desenvolvimento dos transportes intensificaram as trocas entre as regiões. O trabalho de artesãos independentes – que fabricavam sob encomenda –, ou reunidos em oficinas – que vendiam a produção a atacadistas que cuidavam da distribuição – também acentuou-se no período. Juntamente com os processos anteriores, a multiplicação das instalações de moinhos responsáveis pelo beneficiamento dos produtos agrícolas, florestais e das minas, próximo aos mercados consumidores demonstravam que a economia, e principalmente a

¹¹⁴ Estas oscilações estiveram ligadas em 1780, à queda das exportações de produtos agrícolas e do comércio triangular com as Antilhas em virtude das tarifas alfandegárias impostas pela Inglaterra; ao fechamento dos portos, em 1907, em represália ao aprisionamento de navios estadunidenses por



produção industrial eram ainda bastante descentralizadas (ROBERTSON, 1964, p.228).

O maior obstáculo que se apresentava a uma indústria nos moldes fabris¹¹⁵ eram os altos custos das técnicas requeridas e a escassez de mão-de-obra especializada. É fácil assim aceitar a idéia de que a introdução da organização fabril ocorreu gradativamente desde o final do século XVIII, ampliando-se à medida que muitas das técnicas criadas na Inglaterra se iam difundindo e que os industriais adquiriam a convicção de que seus investimentos lhes trariam retorno. Esse desenvolvimento ao mesmo tempo lento e precoce apresentou uma solução parcial para o problema da mão-de-obra: a pequena quantidade necessária de trabalhadores qualificados – para serviços de reparo de máquinas e a criação e construção de máquinas-ferramentas – podia ser recrutada entre os antigos artesãos.

De qualquer modo as indústrias estadunidenses não tinham à disposição uma ampla massa de trabalhadores, como foi o caso as precursoras inglesas que puderam dispor do contingente expulso dos campos. Assim, tinham dificuldade em atrair trabalhadores (mesmo sem qualificação) para as cidades. Desde o período

franceses e ingleses em guerra; à guerra com a Inglaterra entre 1913 e 1915 (ROBERTSON, 1967, p. 225).

¹¹⁵ Pode-se considerar a fábrica como uma unidade manufatureira dotada das seguintes peculiaridades: "1) Considerável produção de artigos padronizados, postos à venda num mercado mais amplo, mais do que local. 2) Operações complexas realizadas num edifício ou num grupo de edifícios justapostos. Estão implícitos: substancial investimento em instalações, mecanização de processos e utilização de força motriz. 3) Um grupo de operários organizados de acordo com uma disciplina definida. Exceto os trabalhadores, todos os fatores que integram o conjunto – edifícios, maquinaria, ferramentas e terra – pertencem ao 'capitalista'. O sistema fabril é único em virtude do tipo de relações pessoais que estabelece entre empregador e empregado." (ROBERTSON, 1967, p.241).

colonial até o início do século XIX, é a escassez de mão-de-obra que explica os altos salários do Novo Continente¹¹⁶.

Esse alto custo da mão-de-obra, associado à tendência de incrementar a produtividade, foi um dos principais estímulos para o investimento em inovações tecnológicas. A largada para a adoção do modelo fabril foi dada pela indústria têxtil, setor no qual, desde o final do século XVIII começaram a realizar-se experiências de introdução da maquinaria¹¹⁷.

A introdução do tear mecânico foi o passo decisivo na organização da fábrica propriamente dita, isto é, a realização das quatro fases de fabricação de panos de algodão num único estabelecimento. A primeira iniciativa foi a da *Boston Manufacturing Company* em Waltham, em 1815. Introduzindo modificações, o modelo foi sendo adotado por outras fábricas têxteis – inclusive a de lã já depois de 1830 –, no Norte e no Centro e até 1860 já estava difundido entre vários ramos¹¹⁸.

¹¹⁶ “Quando a indústria americana começou a se desenvolver no início do século XIX, os salários em dinheiro eram ainda muito mais altos do que na Inglaterra, talvez um terço ou 50% mais altos. (...) A diferença era atribuível ao fato de que o mínimo para a remuneração da mão-de-obra na indústria era estabelecido pelas recompensas proporcionadas pela agricultura. Ainda em plena década de 1800 não havia obstáculos insuperáveis, de distância ou despesa, à obtenção de um sítio fértil. A produção individual na agricultura era relativamente alta e o curso da tecnologia agrícola no princípio do século XIX tendia a elevar a produção por homem mais do que a produção por acre, como era o caso na Inglaterra. Além disso, o agricultor na América, em geral dono de sua terra, recebia como acréscimos aos salários de si mesmo e de sua família os preços de locação e os lucros, que na Inglaterra iam para o senhorio e o rendeiro, que se distingue do trabalhador agrícola. Por fim, os agricultores americanos estavam sempre prontos a ganhar com a valorização da terra à medida que a população se deslocava para o oeste (ROBERTSON, 1967, p. 249).

¹¹⁷ O primeiro desses experimentos foi realizado pela associação de Moses Brown, William Amy – dois abastados negociantes da Nova Inglaterra – e Samuel Slater – emigrado inglês que conhecia as minúcias dos caixilhos hidráulicos da indústria de fiação mecanizada –, em 1790. Bem sucedida, em três anos a fábrica mecanizou e concentrou num único edifício as operações das duas primeira etapas da manufatura têxtil. A manufatura têxtil compreendia quatro etapas básicas: (1) a preparação da fibra para a fiação; (2) a transformação da fibra em fio; (3) a tecelagem do pano e (4) o acabamento do pano para a manufatura de trajés, roupas de cama e mesa e diversos artigos comerciais (ROBERTSON, 1967, p. 233-234, também para ver detalhes das inovações tecnológicas).

¹¹⁸ Na maioria das outras indústrias, a década de 1830 foi de expansão e experiência de novos métodos. Na indústria primária de ferro havia, na década de 1840, estabelecimentos que anancavam os de um quarto de século antes, e mesmo na era anterior ao aço alguns deles tinham ido além do que chamamos estágio de moinho. (...) Na década de 1850, as fábricas estavam manufaturando armas, relógios de parede e de algibeira e máquinas de costura. Como uma indústria podia adotar novos métodos em consequência do progresso alcançado em outra, vê-se através do fato de que,

A importação do *know-how* acumulado pela indústria Inglesa tornou o processo mais ágil, mas o principal diferencial dos industriais dos Estados Unidos foi a habilidade com que aproveitaram as inovações tecnológicas e as mudanças nas técnicas de utilização da força motriz

(...) na criação de novos meios de organização da produção que poupavam a despesa com mão-de-obra por unidade de produção. Suas principais contribuições, as idéias básicas que redundaram na proeminência americana dentro do quadro da manufatura no século XIX, foram (1) a fabricação de peças permutáveis e (2) a produção pelo processo contínuo (ROBERTSON, 1967, p.235).

Estavam estabelecidas, portanto, antes da Guerra Civil, as bases para o desenvolvimento da produção em massa que garantiriam maior produtividade da força de trabalho por unidade e após 1860 o progresso nessa direção seria cada vez mais acelerado.

Contudo, na época, o rumo que as relações sociais de produção iriam tomar não estavam determinados. Isso pode ser melhor percebido quando atentamos para seus desdobramentos na agricultura, na dinâmica entre os principais sujeitos sociais e ao lugar ocupado pelos Estados Unidos no cenário mundial.

Em virtude de dependerem da aplicação de energia humana, os principais implementos que introduziram a mecanização na agricultura na década de 1830 – particularmente nas regiões produtoras de cereais – não proporcionaram uma

quando as máquinas de costura passaram a ser produzidas em quantidade, a indústria de calçados assumiu características fabris. Carruagens, carroças e até mesmo implementos agrícolas chegaram a ser fabricados em grande quantidade, muito embora ainda não se pudesse aplicar a expressão *produção em massa*. E por fim, onde os mercados eram mais do que locais, onde havia substancial investimento em instalações e onde a força de trabalho estava sujeita à disciplina formal, algumas firmas das tradicionais indústrias de moinho, fora dos setores dos tecidos e do ferro, alcançaram a categoria de fábricas. Os grandes moinhos de farinha de trigo de Baltimore e Rochester entravam nessa categoria, bem como alguns dos maiores frigoríficos de New York, Filadélfia, Baltimore, e depois de 1840, Cincinnati (ROBERTSON, 1967, p.243-244).

acentuada economia de mão-de-obra.¹¹⁹ De qualquer modo, os relativos aumentos de produtividade que se fizeram sentir, mais o alto preço alcançado pelos produtos agrícolas no período incentivaram a adoção dos implementos, o que por sua vez foi concorreu para dar ânimo à produção industrial. A maior diferença na produtividade rural ocorreria com a chegada das máquinas a vapor nas últimas décadas do século XIX, e, já no início do século XX dos tratores movidos a gasolina.

No período de 1864 a 1896 a agricultura estadunidense enfrentou uma crise interna¹²⁰. Na perspectiva dos agricultores, a origem mais profunda de suas dificuldades estava no aumento do poder econômico dos comerciantes, industriais do setor de alimentos e estradas de ferro, banqueiros e grandes proprietários de terras.

As reclamações dos agricultores ganha maior sentido se forem relacionadas à tendência de concentração e monopolização da economia. Assim, além de parte da renda ser apropriada pelos intermediários, os produtos beneficiados pela indústria alcançavam altos preços enquanto os valores pagos pelas matérias-primas eram sempre rebaixados. Os agricultores tinham ainda de arcar com as altas taxas do setor de transportes e fazer frente aos empréstimos contraídos junto aos bancos ou companhias hipotecárias.

¹¹⁹ Para a descrição dos principais suplementos ver Robertson, 1967, p.306-309.

¹²⁰ De acordo com Robertson, o desequilíbrio no setor deveu-se ao fato de que o aumento da oferta de produtos agrícolas – decorrente tanto das inovações tecnológicas quanto do aumento da população no Oeste – não foi acompanhado por um equivalente crescimento da produção industrial, o que, juntamente com a tendência deflacionária característica do período pós-guerra, determinou a queda de preços. Embora a multiplicação das exportações de alimentos tenha evitado uma crise geral no setor, o fato de que também os preços internacionais estavam em declínio não permitiu que as rendas reais aumentassem. A recuperação do nível da renda aconteceria progressivamente a partir de meados da década de 1890, resultante da estabilização da população rural, intensificação do crescimento industrial e o aumento das exportações para a Europa durante a Primeira Guerra Mundial.

Foi nesse contexto que os agricultores do Oeste e também os pequenos e médios agricultores do Sul começaram a se organizar. A primeira organização a desempenhar um papel importante foi a *National Grange of the Patrons of Husbandry*, fundada em 1867¹²¹.

Embora oficialmente a atividade política regulamentar estivesse fora de seu estatuto, a atuação de seus membros junto a partidos reformistas garantiu, em vários Estados do Oeste, a aprovação de leis que limitavam as tarifas ferroviárias e dos armazéns, e, prática inteiramente nova, a criação de comissões que discutiriam as normas das companhias responsáveis por estes serviços. As *Granges* também criaram as primeiras cooperativas responsáveis pela venda e beneficiamento dos próprios produtos.

Paralelamente à evolução das *Granges* surgiram grupos independentes que acabaram por constituir duas Alianças principais: a Aliança do Noroeste e a Aliança do Sul. A orientação dos membros das alianças era mais radical que os das *Granges*. Eles defendiam uma intervenção ativa do governo na regulamentação das empresas econômicas, a estatização dos meios de transportes e comunicações, e a formação de cooperativas.

Embora as conquistas imediatas destes movimentos tenham sido praticamente irrelevantes, não podemos deixar de considerar que eles foram importantes na motivação das medidas legislativas em benefício da agricultura que seriam tomadas nas décadas seguintes. Além disso, as difusas ligações que estabeleceram com as emergentes organizações dos trabalhadores urbanos teriam amplo impacto no equilíbrio das forças políticas.

¹²¹ A expansão foi rápida. Em 1874 a associação tinha 20.000 filiais e cerca de 1 milhão e 500 mil sócios.

Durante o período colonial, as organizações de trabalhadores lembravam as corporações medievais. Um modelo mais próximo ao do moderno sindicato começou a surgir por volta de 1790, mas ainda reuniam apenas indivíduos empregados no mesmo ofício – cordovaneiros (fabricantes de sapatos), impressores, carpinteiros, pedreiros, chapeleiros e alfaiates.

Estas organizações estavam, é claro, longe das modernas organizações de massa. Ocupavam-se principalmente com atividades de auxílio mútuo e beneficência. Mas embora suas reivindicações se limitassem a pontos como aumento dos salários reais, mudanças nas jornadas de trabalho, exclusividade de admissão de trabalhadores sindicalizados, regulamentação das condições de aprendizagem, sofreram cerrada oposição dos tribunais, que inspirados na doutrina medieval inglesa incluíam as associações entre a atividades de conspiração.¹²²

Na passagem do século XVIII para o século XIX começaram as fusões de algumas organizações de artífices – elite da mão-de-obra no período – e de alguns operários do setor têxtil. Mas até por volta de 1820 apenas a campanha pela ampliação do sufrágio tinha conseguido reunir os esforços. Cada organização, restrita a reivindicações salariais, tendia a desagregar-se nos períodos de crise econômica.

Relacionando-se o grau de estabilidade econômica à evolução destas organizações vê-se que "entre 1824 e 1837 verificou-se lenta ressurreição das associações de artífices", interrompida pela crise de 1837 e retomada em meados de 1840 e desde então sofreu uma breve interrupção apenas no período seguinte à depressão de 1873 (ROBERTSON, 1967, p. 258).

¹²² Ver ROBERTSON, 1967, p.256-257 e RAYBACK, 1966, p.23-36, 54-74.



O crescimento numérico não correspondeu a um desenvolvimento qualitativo homogêneo. O crescimento das fábricas, a influência de líderes como Robert Owen e Frances Wright e a vitória das campanhas pela ampliação do sufrágio sem dúvida contribuíram para a inserção de pontos como a reforma do sistema educacional e a abolição da prisão por dívidas na pauta de reivindicações – o que indica uma concepção mais larga do âmbito de ação.

No bojo desta expansão foram criados os primeiros partidos políticos operários independentes em 1827. As dificuldades em articular base de apoio e programa acabaram fazendo com que, a despeito dos bons resultados alcançados nas eleições, a maioria dos membros destes partidos passassem a compor a ala radical do Partido Democrata na década seguinte.

Um problema diretamente relacionado a maior ou menor debilidade organizativa de um grupo social é a sua capacidade de atuar de modo unificado e coeso. A heterogeneidade da classe trabalhadora – tanto do ponto de vista da qualificação profissional quanto de origens étnicas e sociais¹²³ – e a diversidade de perspectivas político-ideológicas das organizações foram elementos que dificultaram a unidade do movimento trabalhista estadunidense ao longo de sua história, e, com muito mais força, até a década de 1860 – quando predominaram as federações baseadas em ofícios isolados.¹²⁴

Algumas experiências realizadas na década de 1840, como o associacionismo de Charles Fourier e a reforma agrária de George Henry Evans, constituem, a posteriori, um bom exemplo de que as organizações do mundo do

¹²³ Como já observamos, a grande maioria dos trabalhadores era semi ou não-especializada. A maciça entrada de imigrantes vindos principalmente das regiões rurais da Irlanda, Alemanha e Itália entre 1820 e 1850 colocava grandes desafios para os precursores dos sindicatos.

¹²⁴ Ainda assim a criação de federações locais e nacionais representava um passo à frente para o movimento operário do país.



trabalho estavam ainda na infância. Uma e outra proposta radicavam-se numa postura anti-industrial, cuja maior influência foi incentivar a formação de cooperativas alternativas e fortalecer as reivindicações de reforma agrária¹²⁵.

Uma grande novidade na organização dos trabalhadores durante estas décadas foi a adoção de uma postura mais combativa, com a utilização de greves e boicotes como instrumento de pressão para as negociações com os industriais. Enfrentando o recurso dos patrões a instrumentos como as "listas negras", fura-greves, a intervenção armada das milícias e ao poder dos tribunais, os trabalhadores conseguiram uma vitória significativa com a adoção da "oficina fechada"¹²⁶, bem como o apoio de muitos juizes, manifestados em sentenças favoráveis.

Parece contraditório, à primeira vista, apontar como uma das bandeiras das organizações dos trabalhadores a reivindicação por aumentos salariais, quando observamos anteriormente que o alto custo da mão-de-obra funcionou como um estímulo à mecanização. O custo da mão-de-obra era mesmo relativamente alto se comparado aos salários europeus. Entretanto, os industriais compensavam essa inversão no capital variável pelos ganhos proporcionados pelo aumento da produtividade e também por meio do encarecimento do beneficiamento de matérias-primas. Como mesmo nos períodos de queda de preços agrícolas esse custo era acrescentado ao dos transportes e armazenamento, o resultado era um alto custo de vida que os salários dos trabalhadores não conseguiam sustentar. Além disso, como vimos, as ondas de imigração logo passaram a funcionar como fator de decréscimo nos salários. Compreende-se, portanto, porque logo após a Guerra Civil muitas das

¹²⁵ Com baixa disponibilidade de capital, as cooperativas de produção e consumo não resistiram à depressão dos anos 30 e, após uma rearticulação nas duas décadas seguintes, desapareceram antes de 1860.

¹²⁶ "(...) acordo mediante o qual a filiação num sindicato legalizado se torna condição essencial para a obtenção de emprego" (ROBERTSON, 1967, p.257).

reivindicações dos agricultores convergiam com as dos trabalhadores industriais. A resposta do capital industrial aos dois grupos foi a intensificação da mecanização e racionalização dos processos produtivos.

Quando nos referimos à mecanização dos processos industriais entre 1860 e 1920 temos em mente a progressiva substituição dos processos manuais pelos mecânicos em todos os ramos industriais, o desenvolvimento de novas tecnologias no beneficiamento de metais como o ferro e o aço, e o aproveitamento de novas fontes de energia e, algo que analisaremos mais acuradamente, os novos métodos de organização da fábrica mais diretamente ligados a uma mudança no padrão da mão-de-obra (ROBERTSON, 1967, p. 403-422).

Iniciada pelo setor têxtil, a mecanização foi introduzida em praticamente todos os ramos, inclusive no beneficiamento de grãos e na industrialização de diversos tipos de alimentos. O crescimento das indústrias de bens de capital foi proporcionado pelas descobertas de processos que, ao identificarem novos procedimentos de tratamento do ferro e aço para fins específicos, permitiram seu maior aproveitamento e barateamento. Com este suporte, os estadunidenses se colocaram em condições de, a partir de 1900, somarem as máquinas pesadas à produção de máquinas operatrizes leves¹²⁷. Outro elemento fundamental no quadro destas transformações foi a predominância do vapor sobre a utilização direta da água em 1870 e a utilização progressiva, no início do século XX, do petróleo e gás natural.

¹²⁷ O aperfeiçoamento das máquinas e ferramentas foi imprescindível para o desenvolvimento ulterior da produção em massa, uma vez que permitiram o trabalho das matérias-primas com precisão e rapidez. Mais detalhes sobre eles a partir da Guerra de Secessão em ROBERTSON, 1967, p.416-417.



O aumento da quantidade de capitais requerida durante este amplo processo de transformações, associado ao crescente interesse dos industriais em garantir o controle do mercado para seus produtos implicaria no movimento – irreversível a partir de 1880 – das fusões e concentrações de empresas características da fase monopolista do capitalismo.

Até 1905 destacaram-se três formas de fusão: 1) os contratos verbais e os *pooling agreement*, que consistia na tentativa de controle do mercado por empresas autônomas mediante acordos de produção e preços – frágeis porque os altos preços mantidos por esse tipo de “monopólio” acabava atraindo mais concorrentes e, nos períodos de crise, havia uma tendência para quebrar os acordos; 2) os *trustes* – assegurava a operação conjunta de várias companhias pelo centralização de suas ações num único grupo de curadores – e as *holdings* – que ao englobar a estrutura financeira das empresas, deram o primeiro passo no sentido de uma concentração vertical¹²⁸; e 3) uma terceira forma de fusão, que, ou na forma de amalgamação – um novo nome corporativo resulta da junção de duas ou mais

¹²⁸ Esse artifício teve tanto êxito como meio de centralizar o controle de uma indústria inteira e se revelou tão proveitoso aos verdadeiros proprietários das ações que se formaram trustes na década de 1880 e nos princípios da de 1890 para reger a produção de querosene, açúcar, uísque, óleo de caroço de algodão, óleo de linhaça, chumbo, sal, sapatos e luvas de borracha e outros artigos. Mas a forma do truste tinha um efeito sério: os acordos eram matéria de registro público. Logo que sua finalidade se tornou bastante clara a toda a gente, elevou-se tal clamor que os Estados e a federação aprovaram leis que os proibiam, e alguns dos trustes foram dissolvidos em consequência de ações de direito consuetudinário propostas nos tribunais dos Estados. Diante disso, os ativos advogados das companhias arquitetaram outro meio de vincular as administrações e as estruturas financeiras. Ocasionalmente, patentes especiais haviam permitido a uma companhia possuir títulos de outra companhia, tendo tais dispositivos sido inseridos com o fim de dar margem à expansão horizontal. Em 1889 a assembléia legislativa de New Jersey operou uma revisão em seus estatutos referentes à constituição de sociedades em geral de modo a possibilitar a qualquer companhia assegurar os títulos de uma ou mais firmas subsidiárias. (...) muitos trustes trataram de obter patentes em New Jersey como *holding companies*, ou companhias administradoras. O objetivo primordial de centralizar o controle e ao mesmo tempo dar liberdade às companhias integrantes para que funcionassem de acordo com suas diversas patentes podia assim ser atingido por meio de um artifício relativamente simples. Em teoria, a companhia administradora tinha de possuir pouco mais de 50% do capital votante das diversas subsidiárias. Na prática, especialmente com a larga dispersão das ações, podia-se manter o controle com uma percentagem bem menor do capital votante. A companhia

companhias –, ou da absorção – quando o nome corporativo é o da companhia que adquire o patrimônio de uma ou mais, “reuniam a administração, as estruturas financeiras e as propriedades físicas das firmas” com a criação de uma única nova empresa (ROBERTSON, 1967, p.424, 425).

O predomínio de uma forma ou outra dependeu da inserção das empresas no conjunto da economia em diferentes momentos do período que assinalamos. Logo nas primeiras décadas após a Guerra Civil a fusão horizontal foi ao mesmo tempo uma maneira de eliminar custos e proteger-se do risco da queda de preços acentuadas em virtude de um possível surto de superprodução¹²⁹.

Já no período entre 1898 e 1904 foi bem marcada a fase de concentração vertical, quando companhias como a *Standard Oil Company of Ohio* se transformaram em companhias administradoras. A tendência geral à concentração foi confirmada nesta fase pela adesão de outros ramos de bens de consumo e também nas indústrias de base, como as companhias de ferro, cobre e aço.

Por volta de 1905, grande parte das indústrias fundamentais já tinham alcançado alto grau de poder monopolista e então o movimento de fusão passou a declinar relativamente. Se parcialmente os altos índices de preços e alto grau de eficiência produtiva alcançado explicam esta tendência, só podemos compreendê-la ao verificar que as empresas precisaram afirmar-se diante de grupos antagônicos.

administradora surgiu para perdurar, embora tivesse de resistir, de vez em quando, às investidas dos procuradores do Departamento de Justiça (Robertson, 1967, p. 425-726).

¹²⁹ As mais indústrias envolvidas neste processo foram as de couro, açúcar, sal, uísque, glicose, amido, biscoito, querosene, sapatos e luvas de borracha, dentre as quais a mais representativa seria a *Standard Oil Company of Ohio* (a partir de 1899 *Standard Oil Company of New Jersey*), de Rockefeller, o *Distillers' and Cattle Feeders' Trust*, a *American Sugar Refining Company* e a *United States Rubber Company*. Para maiores detalhes sobre sua organização ver Robertson, 1967, p.428-429.

Imprescindíveis na fase da monopolização e concentração são os ganhos de produtividade e garantia de mercados para os produtos. Este último requisito, que exige uma atuação destacada do Estado, por meio de políticas econômicas, nunca esteve ausente nos Estados Unidos: desde o fim da Guerra Civil as tarifas protecionistas foram um componente essencial da economia e embora os agricultores reivindicassem o rebaixamento das tarifas, quase sempre a posição dos industriais foi mantida sem grandes tensões.

Já os ganhos de produtividade dependiam da intensificação da atividade industrial operadas pela mecanização e concentração de atividades associadas à maior exploração do trabalho. Inerentes, pois, a seus fatores, é a contradição representada pelo fato de ampliar a acumulação e abrir caminho para o fortalecimento do antagonismo dos trabalhadores.

Diante disso, com o acirramento da concorrência intercapitalista, o controle sobre a força de trabalho torna-se mais que nunca um elemento de condições vantajosas na disputa internacional. Esse controle reveste-se de um duplo propósito: garantir a sua adaptação aos processos produtivos e minar sua influência sobre as instituições políticas.

Algumas instituições do mundo do trabalho criadas ou reorganizadas entre o final da década de 1860 e após a depressão de 1873 tornaram-se mais fortes e combativas. Entre as instituições mais destacadas podemos mencionar os *Knights of Labor* (criados em 1869 por trabalhadores têxteis da Philadelphia), os socialistas (de influência difusa na década de 1840 e ação mais efetiva a partir da criação da União dos Trabalhadores Alemães em Nova York em 1865 e do *Social Party* em 1865 por grupos de orientação lassaleana); a *Federation of Organized*



Trades and Labor Unions and the United States and Canada (F.O.O.T.A.L.U.), fundada em 1881 e que deu origem, em 1886 à *American Federation of Labor* (AFL).

Os *Knights* defendiam o estabelecimento de uma "sociedade cooperativa" baseada na igualdade entre capital e trabalho, na qual a propriedade dos meios de transporte e comunicação seria governamental. Tal posição implicava a pouca valorização das lutas em defesa da jornada de oito horas, de reivindicações salariais – pontos defendidos pelos sindicatos profissionais – e da ambigüidade em relação a atuação em greves e na política legislativa. Mas a despeito dessas limitações, os *Knights* tiveram o mérito de organizar os trabalhadores não-especializados, quebrando o modelo das corporações.

Entretanto, o período de ascensão da economia aberto após a depressão estimulava a tendência dos sindicatos a concentrar-se em questões como elevação de salários, melhoria das condições de trabalho e outras reformas. Enquanto os *Knights* resistiam a esta linha de ação, a recente unificação das tendências socialistas no *Socialist Labour Party* (1876) foi balanceada pela disputa entre lassaleanos e tradeunionistas sobre a relação com os sindicatos e o projeto destas organizações, o que levou muitos membros a dissidência e posterior envolvimento em outras organizações¹³⁰.

¹³⁰ Em 1878, MacDonnell, Sorge e Douai (do *Socialist Labour Party*) uniram-se a firmes defensores da luta pela jornada de oito horas de trabalho como Ira Steward e reuniram trabalhadores da indústria têxtil na International Labor Union (I.L.U). Os "socialistas" tinham a expectativa de "construir um movimento sindicalista que se tomasse político em um momento apropriado, livre do controle do governo e lutasse pela abolição do sistema de salários e a criação de sociedades industriais cooperativas", enquanto os defensores da jornada de oito horas acreditavam que o sistema de salários poderia ser reformado por meio da gradual redução da jornada de trabalho, que por sua vez conduziria à sociedade de cooperativas (RAYBACK, 1966, p.155).

Foi a defesa da jornada de oito horas que inspirou a organização da *Federation of Organized Trades and Labor Unions of the United States and Canada* (F.O.O.T.A.L.U.). A Federação nasceu do esforço de Adolph Strasser (do sindicato da indústria de cigarros e membro do *Socialist Labor Party*) e Samuel Gompers em reunir, numa central, os sindicatos que vinham multiplicando-se.

A emergência da F.O.O.T.A.L.U. marcou mais claramente as disputas entre as organizações dos trabalhadores. A recusa dos *Knights* à participação de seus afiliados nas campanhas pela jornada de oito horas organizadas pela F.O.O.T.A.L.U. contribuiu tanto para minar sua própria influência quanto para somar-se à violenta repressão patronal que desarticulava as greves de 1886¹³¹.

O episódio Haymarket¹³² é ilustrativo de que os principais instrumentos de controle das classes dominantes estavam vinculados aos aparatos coercitivos do Estado. Tal ocorria pelo uso da polícia na repressão às greves ou garantia de *lockouts* e, de outro modo, pelo apelo aos tribunais, que enquadravam as atividades sindicais dentro das ações conspiratórias e intimidatórias. Além disso, a reivindicação patronal das "oficinas abertas", que se tornaria uma campanha na década de 1910, começa a ganhar força ainda neste período, com o recurso às listas negras e a exigência de não sindicalização nos contratos de trabalho.

¹³¹ A greve geral convocada pela F.O.O.T.A.L.U. para primeiro de março de 1886 foi seguida por violenta repressão e demissões. Mesmo contra a decisão dos *Knights*, muitos de seus afiliados participaram do movimento e não admitiam que a associação assumisse as negociações. O movimento teve a ativa participação dos anarco-sindicalistas, especialmente no episódio do Haymarket Square – marco da atuação repressiva do Estado – durante a greve geral em Chicago.

¹³² Durante as manifestações de 4 de maio no Haymarket Square em Chicago, houve a explosão de uma bomba, com o ferimento de policiais. A polícia abriu fogo e a multidão reagiu. A polícia prendeu oito 'anarquistas' – Spies, Michael Schwab, Fielden, Parsons, Adolph Pisher, George Engel, Louis Lingg e Oscar Neebe e acusou-os de assassinar um policial. O julgamento foi uma farsa, e embora não houvesse provas, foram condenados. Neebe recebeu pena de 15 anos de prisão e sete foram condenados à morte. Spies, Parsons, Isher e Engels foram executados em novembro de 1887, Lingg suicidou-se. Schwab e Fielden apelaram e suas sentenças foram comutadas em prisão perpétua. Seis anos depois o governador John P. Altgeld concedeu perdão incondicional aos sobreviventes (RAYBACK, 1966, p. 168).

Principalmente após uma série de decisões desfavoráveis por parte dos tribunais, várias organizações dos trabalhadores começaram a defender uma intervenção política legislativa. Após a experiência fracassada da associação do alto comando tradeunionista do *Socialist Labour Party* com o movimento *Greenbacker* em 1880¹³³, a primeira ação nesse sentido foi a organização dos *Knights*, *Greenbackers*, antimonopolistas, socialistas e defensores da reforma agrária, por iniciativa da *Central Labor Union no Progressive Democracy*.

A tentativa de aliança com vários setores parecia indicar a proximidade de uma unificação das diversas frações do movimento trabalhista e também na organização de um projeto entre médios e pequenos proprietários. Entretanto, tal como já ocorria entre os sindicatos, a incapacidade de articular um projeto comum fazia com que questões como a taxa única fragmentassem as organizações, multiplicassem os partidos políticos e dividissem os votos.

Essa falha fazia com que, em algum sentido, até mesmo certas mudanças de concepções estratégicas por parte das organizações sindicais fossem anuladas. Os *Knights*, por exemplo, compreenderam ser necessário unir todos os trabalhadores, "usando estrategicamente o poder dos qualificados em favor dos não-qualificados" (RAYBACK, 1966, p. 175). A rápida ação da F.O.O.T.L.U. para fazer frente à concorrência na organização dos trabalhadores especializados contribuiu

¹³³ Nas eleições de 1876 dissidentes da Grange tinham começado a aproximar-se do operariado com o objetivo de fundar um partido nacional independente. Dois anos depois o grupo assumiria a denominação de *Greenback Labor*. O nome do Partido era uma referência ao nome popular das cédulas emitidas pelo governo durante a guerra civil – *greenbackers*. Como se pode inferir, o principal ponto da plataforma do partido eram as medidas inflacionárias, com as quais pretendiam fazer frente às desvantagens dos baixos preços de matérias-primas estabelecidos pelos industriais e às dívidas com os bancos (ROBERTSON, 1967, p. 320). Naquela ocasião, os proprietários conservadores do *Greenback* não permitiram a inclusão da defesa de "terra, energia, ar e água como dons livres da natureza" na sua plataforma e, por esta razão, o apoio dado pela direção do *Socialist Labour Party* contribuiu para sua divisão em diversas frações.



para o declínio dos *Knights*¹³⁴. Mas a inconsistência da plataforma destes últimos ficou visível durante as campanhas em associação com as Alianças Meridional e Setentrional¹³⁵.

Operando pelo Partido Democrata, a Aliança do Sul e a Aliança do Norte, aliadas aos *Knights* elegeram governadores, congressistas e senadores. O sucesso eleitoral parecia impulsionar o movimento para a unificação e autonomia. Entretanto, quando em 1891 os membros da Aliança do Norte propuseram a criação do Partido Populista, em cada uma das organizações houve dissensões¹³⁶.

Com todos estes problemas, no início da década de 1890 os maiores ganhos do movimento operário estadunidense diziam respeito à acumulação de experiência organizativa e vitórias parciais como o estabelecimento da duração máxima da jornada de trabalho em 10 horas, proibição de trabalho aos menores de 12 anos e algumas medidas de proteção aos riscos do trabalho industrial – todas em nível estadual.

¹³⁴ Depois de ter tentado barrar a influência dos *Knights* através de um acordo de delimitação de esfera de influências, em dezembro de 1886 a F.O.O.T.A.L.U. participou de uma conferência geral de sindicatos que se transformou na primeira convenção da *American Federation of Labor* (AFL), que reuniu doze nacionais, seis assembléias sindicais, e sete sindicatos locais, contando aproximadamente 140.000 membros.

¹³⁵ A Aliança do Sul foi constituída em 1887 por fazendeiros que tinham como objetivo formar cooperativas de produção e venda a fim de fugir à espoliação dos comerciantes e financistas. A Aliança do Norte surgiu no Alto Vale do Mississipi em 1880 e, originalmente foi um movimento de resistência à dominação das áreas agrícolas pelas vias férreas, passando a estimular cooperativas a partir de 1887 para resistir aos baixos preços das colheitas e às dívidas das hipotecas.

¹³⁶ A plataforma do novo partido exigia a propriedade governamental dos bancos, meios de transporte e comunicação e um imposto de renda graduado, condenava a imigração de pobres e criminosos e os contratos individuais de trabalho, não recebeu o apoio da Assembléia Geral dos *Knights* e nem de todos os proprietários, restringindo sua base de apoio às assembléias localizadas no sul e oeste e a uma parcela de proprietários de terras do norte. A divisão em torno do apoio ao Partido Populista marcaria o progressivo declínio dos *Knights*: no Leste muitos membros mantiveram a afiliação ao Partido Republicano e Democrata, e a partir de 1893 os socialistas assumiram o controle das assembléias que não se dispersaram.

Com o enfraquecimento dos *Knights*, a AFL privilegiaria a luta pela ampliação dessas conquistas, começando por campanhas pela jornada de oito horas junto a diversos centros industriais. Mas no início dos anos 90, os ganhos trazidos por estas campanhas no aumento numérico de associados foi contrabalançado por quatro grandes derrotas de greves em 1892: a greve da *Homestead*, junto a companhia de Carnegie, liderada pela *Amalgamated Association of Iron, Steel and Tin Workers*, a greve das minas de prata em Cour d'Alene, Idaho; a greve dos empregados ferroviários em Bufalo e a dos mineiros de carvão na região de Tracy, Tennessee. Em todas estas greves foram utilizadas milícias particulares e nas três últimas também forças estaduais e federais para derrotar os trabalhadores. No caso da empresa de Carnegie, a derrota do movimento adquiriu um significado expressivo, pois como o protesto contra o rebaixamento de salários foi feito num período em que a empresa tinha conseguido aumento das tarifas do aço a opinião pública ficou do lado dos trabalhadores. Além disso, a derrota acabou eliminar o sindicalismo na região de Pittsburgh (RAYBACK, 1966, p.195-197).

Comparando os desdobramentos das greves organizadas pelos *Knights* e aquelas organizadas pela AFL nas décadas de 1880 e 1890, localizamos alguns padrões. Nota-se que enquanto as mobilizações dos trabalhadores correspondiam ao despertar do que Gramsci denomina momento econômico-corporativo, a contra-ofensiva patronal recorria principalmente aos mecanismos coercitivos disponibilizados pelo Estado. As associações de empregadores punham em xeque o direito de greve solicitando repressão militar – muitas vezes intervenção federal – que eram autorizadas judicialmente por mandados¹³⁷.

Mas tal como foi observado no caso dos *Knights*, esse tipo de ataque do patronato fez com que a AFL fosse pressionada por diversos grupos a investir na luta política independente. Mais importante do que apontar as falhas da presença destas instituições na política partidária e legislativa ou mesmo as conquistas pontuais conseguidas por este meio, é observar que neste tipo de articulação se colocava sempre, potencialmente, o vínculo do movimento operário com outras camadas sociais também descontentes com as frações dominantes industriais.

Não se trata de defender a possibilidade da formação, neste momento, de uma frente capaz de contrapor-se a dominação burguesa, mas apontar que uma associação de tal tipo, poderia constituir, em dois sentidos opostos, um entrave aos interesses industriais: 1) em primeiro lugar, a organização de formato profissional privilegiada pela AFL parecia estimular entre seus afiliados aquela "esperança de que eles pudessem deter a expansão crescente da maquinaria que estava destruindo sua importância, e o medo de que o trabalho não-especializado, aliado à máquina, fosse um inimigo natural" (RAYBACK, 1966, p. 175). Nesse sentido, formariam, juntamente com os grupos rurais refratários à mecanização, uma resistência aos processos de transformação produtiva; 2) pelo caminho da luta política, os trabalhadores poderiam no mínimo conquistar o apoio social para ampliação de direitos políticos e sociais ou, no máximo, promover sob seu próprio controle o desenvolvimento das forças produtivas.

¹³⁷ A emissão de mandados pelos Tribunais Federais em disputas entre o capital e o trabalho não era algo novo. Eles eram ordens dirigidas para prevenir a violação da Lei de Comércio Interestatal e à proteção da propriedade privada. Mas os mandados estaduais e federais contra as do período entre 1890 e 1894 começaram a ser questionados porque eram destinados à prevenir de greves e boicotes, isto é, queriam garantir expectativas futuros de ganhos ou propriedades. Também a utilização de tropas federais parecia, a muitos espectadores, um uso arriscado do poder (RAYBACK, 1966, p.205). A despeito disso, a Suprema Corte sancionou o uso do mandato geral através de sucessivas utilizações.

Mas no ambiente americanista a única alternativa que a indústria não podia combater diretamente era aquela que comportava a ampliação de direitos políticos e sociais. Restava-lhe portanto operar para que estas conquistas fossem alcançadas sem prejuízo de sua própria condição: elas tinham de ser envolvidas pelo seu próprio projeto hegemônico.

Podemos dizer que a ação dos industriais foi muito facilitada pelos ampla influência que a AFL tinha sobre seus afiliados e o impacto que exercia sobre outras organizações. Enquanto a ação política legislativa sob o princípio da "política não-partidária"¹³⁸ excluía a autonomia, a organização sindical baseada em profissões, a despeito de ter fortalecido as nacionais e aumentado o número de afiliados, mantinha os segmentos não-especializados distantes da organização e criou o problema da dualidade sindical¹³⁹.

Foi a linha "não-partidária" e colaboracionista da AFL que fez com que movimentos como o WFM recusassem a afiliação. Membros da WFM foram os articuladores da fundação, em 1905, dos *Industrial Workers of the World* (I.W.W.).¹⁴⁰

¹³⁸ A perspectiva de Gompers indicava sua convicção de que a organização poderia obter medidas legislativas sem participar politicamente com partido operário – ganhando a “vantagem” de explorar as rivalidades entre os principais partidos. Associada a esta convicção estava a decisão da AFL de obter ganhos econômicos nos períodos de ascensão econômica, como era o caso em 1896. Um dos principais problemas era o de convencer muitas assembleias nacionais e internacionais a afiliar-se, garantindo sua autonomia. Em 1901 a AFL declarou como base de suas organizações a autonomia de ofícios. Isso significava que a AFL aceitava a filiação de organizações restritas a um ofício (RAYBACK, 1966, p. 208; ROBERTSON, 1967, p. 476).

¹³⁹ A AFL acreditava que os sindicatos baseados em ofícios eliminavam o problema da competição, que seria dificilmente evitável no caso de sindicatos industrial. Mas impedir a dualidade tornava-se difícil porque, em primeiro lugar a fronteira entre diversos ofícios não era muito definida, em segundo lugar porque estabelecer base de ação cooperativa para resolver problemas comuns a ofícios diversos atrasava negociações, e em terceiro, porque com a imigração, muitos trabalhadores qualificados eram substituídos, dificultando o controle dos sindicatos profissionais. Mas o maior problema era que nos setores em que predominava a não-especialização não havia como definir uma base profissional de organização. Em virtude disso, em 1902 a AFL autorizou a formação de um sindicato industrial, o United Mine Workers e também passou a autorizar associações amalgamadas – reunião de ofícios que trabalhavam o mesmo material. Em 1915 contaria entre os filiados 5 sindicatos industriais, 28 profissionais e quase 100 amalgamados (ROBERTSON, 1967, p.476-477).

¹⁴⁰ Embora tenha ficado marcada pelas greves violentas, a atuação da I.W.W. foi bastante diversificada, tendo sido utilizadas desde táticas como a sabotagem, a resistência passiva e a

Gramsci chegou a observar que as lutas dos trabalhadores nos Estados Unidos estava ainda numa fase corporativa, defensoras que eram da propriedade de ofícios e oponentes da "liberdade industrial" e que, por esta razão, a destruição dos sindicatos pelo capital constituía mesmo uma condição para seu próprio avanço (Q22, p. 2146). Das organizações até aqui citadas, os I.W.W. parece, em grande medida, constituir uma exceção à regra.

Diferentemente da AFL, propunham a sindicalização em bases industriais, isto é, superar a divisão entre especializados e não-especializados. Pareciam assim ter compreendido, ao menos parcialmente, a necessidade de formas mais adequadas de organização diante das transformações tecnológicas e a nova fase do capitalismo.

Mas a observação gramsciana não deixa de apontar para a tendência predominante, uma vez que, sem o apoio incondicional de nenhuma das frações do Partido Socialista e sofrendo ainda pressões internas para o abandono dos princípios revolucionários, o I.W.W. dividiu-se entre conservadores e os radicais¹⁴¹ e sua pequena influência tornou-se ainda menor.

Isso significa que era mesmo a perspectiva tradeunionista que predominava entre as instituições do mundo do trabalho e nos diversos partidos socialistas. É importante destacar inclusive que a tentativa de reorientação dada por De Leon em 1891 ao *Socialist Labour Party*¹⁴² esbarrou novamente nas divergências

solidariedade operária até uma ampla campanha de politização – organização de clubes educacionais e associações de propaganda que publicavam panfletos políticos e canções revolucionárias (REED, 2001, p.10).

¹⁴¹ Os primeiros acabaram indo ao encontro da AFL na década seguinte e os radicais dedicaram-se a organizar os trabalhadores negligenciados como os trabalhadores agrícolas das Grandes Planícies, da indústria madeireira do noroeste do Pacífico e das docas da costa do Pacífico.

¹⁴² A proposta inicial de De Leon era a retomada do projeto de construção de um novo sindicalismo que tivesse o objetivo de criar uma "comunidade de cooperação" e derrubar o sistema de salários. Chegou a exercer ampla influência sobre uniões na região de Nova York e sindicatos de vários ramos

internas sobre a política dual e cindiu-se. Somente após a fundação do *Socialist Party of America*¹⁴³ em 1901 um partido socialista retomaria a influência, conseguindo projeção nas eleições presidenciais de 1904.

Como já observamos, a ação coercitiva direta foi inicialmente privilegiada por parte das classes dominantes industriais para quebrar a resistência daquelas instituições trabalhistas que agiam na dimensão econômica. Conquanto o uso da força policial e judicial não fosse abandonado totalmente até a década de 1930, e especialmente reservado contra as organizações mais combativas, observaremos que na virada do século XIX para o século XX os industriais buscarão, individualmente, minar a resistência dos trabalhadores pelo estabelecimento de compromissos.

De certa forma, a incapacidade das instituições do mundo do trabalho em definir um projeto para o conjunto dos trabalhadores estimulou e facilitou esta operação. Por um lado, à medida que alguns grupos profissionais fortaleciam-se e constituíam a elite operária, passavam a estabelecer compromissos com o patronato em troca da manutenção de benefícios já adquiridos. De outro, os trabalhadores não

na Nova Inglaterra, Nova Jersey e Pennsylvania. Após a cisão do partido, atuaram correntes diversas, com influência difusa (RAYBACK, 1966, p. 228-231).

¹⁴³ Um grupo heterogêneo – que incluía representantes de sindicatos, organizações religiosas, e indivíduos que desempenhavam "ações humanitárias" – ampliou sua influência e, sob a denominação de Social Democracy, elegeu vários candidatos em 1898. Em 1900, a fração tradeunionista do *Socialist Labour* iniciou uma aproximação com o *Social Democracy* que resultaria na fusão da qual surgiria o *Socialist Party of America*. O objetivo anunciado na plataforma era estabelecer uma comunidade cooperativa, a qual seria alcançada com a doutrinação do trabalho baseada em princípios socialistas e luta por medidas destinadas a minorar a exploração do trabalho. O objetivo último era o estabelecimento de uma sociedade socialista, mas isso não excluía a luta por metas imediatas, como regulamentos das condições de trabalho, diminuição das jornadas, abolição do trabalho infantil, imposto de renda graduado e adoção de iniciativa e referendun. Os princípios heterodoxos refletiam, portanto, a diversidade ideológica de seus membros (RAYBACK, 1966, p. 232).

especializados, porque negligenciados pelas organizações tornavam-se alvo fácil para a cooptação patronal¹⁴⁴.

Entretanto, este tipo de abertura era apenas um dos aspectos políticos ligados às mudanças que o desenvolvimento industrial requeria nas relações sociais de produção. As ações de persuasão baseada em mecanismos de consenso por parte dos patrões refletia, acima de tudo, um novo conjunto de exigências que as transformações em curso, no ambiente americanista, suscitavam na dimensão política.

Observamos em páginas anteriores o papel que o incremento tecnológico teve na rápida expansão industrial estadunidense. Os elementos constitutivos deste processo – manufatura pelo processo contínuo, manufatura de peças permutáveis, mecanização, aplicação da força motriz, máquinas-ferramentas acuradas e uniformidade de materiais – foram responsáveis por impulsionar a racionalização (aumento da produtividade através da economia de materiais, mão-de-obra e concentração das diversas etapas da produção num único espaço).

¹⁴⁴ Esse tipo de estratégia aparece no relato da greve da *United States Steel Corporation* em 1901 feito por Rayback. A greve iniciou-se quando os executivos da companhia recusaram a solicitação do comitê da única união de trabalhadores na indústria do aço – a *Amalgamated Association of Iron, Steel, and Tin Workers* – de sindicalizar todas as fábricas. A primeira ação dos empresários foi conceder demandas de salário a algumas das fábricas das companhias. Diante da recusa, o sindicato convocou uma greve geral mas diante da não-adesão dos trabalhadores não-especializados, a *Amalgamated* foi derrotada. A companhia acabou concedendo as demandas salariais mas garantiu o direito de ter trabalhadores não-sindicalizados e de aprovar ou não funcionários para atividades sindicalista. O próximo passo foi eliminar o sindicalismo: "A corporação moveu-se lentamente: em 1902 iniciou um plano de participação nos lucros, visando particularmente aos trabalhadores não-especializados; em 1906 iniciou um programa de segurança para reduzir acidentes industriais e começou a prover instalações profissionais, sociais, e médicas para empregados; em 1910 inaugurou uma política voluntária de seguro-acidente, um sistema de pensão por idade, e um programa de moradias. Enquanto isso os *Amalgamated* continuaram declinando. Em 1904 perderam uma greve salarial nas fábricas da *American Hoop Steel Company*. Por volta de 1908 as únicas fábricas sindicalizadas da corporação estavam na *American Seet and Tin Plate division*. Em junho, aquela filial da *United States Steel* anunciou que iria operar como uma "oficina aberta" (RAYBACK, 1966, p.218).

Como se sabe, a ampliação da dimensão da fábrica provoca o aumento da divisão e da exploração do trabalho e as primeiras manifestações operárias são fundamentalmente reações a estas mudanças.

Mas enquanto sua luta restringe-se ao momento econômico-corporativo, os trabalhadores permanecem mais vulneráveis às investidas violentas através das quais o patronato tenta submetê-las e discipliná-las para o trabalho. Ao ampliar a luta, isto é, relacionar suas demandas às de outros grupos, cria uma frente de resistência que não pode ser facilmente dissolvida pela coerção.

A ideologia que vinha legitimando o uso da força policial e dos tribunais pela indústria, segundo a qual "a função das instituições democráticas consistia simplesmente em garantir ao homem o uso de todas as suas faculdades para aumentar seu próprio bem estar" – numa interpretação que negava a exploração do trabalho e afirmava a necessidade de garantir a propriedade alcançada pelo mérito individual –, logo seria posta em xeque por setores outros além da classe operária (BENDIX, 1966, p. 269).

A inadequação desta ideologia era evidente para os segmentos agrários de que falamos e, à medida que avançava o processo de concentração e monopolização, também ficou para as camadas médias urbanas. Além disso, foram principalmente os setores médios que, embora na maioria contrários à sindicalização, apontaram a incompatibilidade dos princípios liberal-democráticos afirmados após a Guerra Civil com o controle exercido pela indústria sobre os governos locais e a visível negação dos direitos civis nas repressões às greves (RAYBACK, 1966, p. 249; REED, 2001).

A repercussão das lutas operárias aparece assim muito maior do que quando constatamos as deficiências de suas instituições. Se estas últimas não



tinham conseguido organizar e difundir um projeto autônomo, suas ações tiveram desdobramentos que fizeram ver à elite industrial que a racionalização e disciplinarização do trabalho requeria bases que pudessem ser difundidas para o conjunto social.

A estas demandas expressas no âmbito político correspondia a associação que começara a ser feita no final do século XIX de que a parcela de produtividade do processo de trabalho ligada à economia de mão-de-obra e materiais poderia ser aumentada se aplicados métodos específicos de trabalho. A concepção difundida neste sentido foi a dos *Princípios da administração científica* de Frederick Taylor.

O taylorismo preconizava que a eficiência do trabalho dependia da subordinação de seus processos a critérios de organização científicos e racionais, dos quais o primeiro era a separação entre as funções de elaboração (concepção) e execução de tarefas. Os estudos científicos seriam responsáveis por determinar tanto a adequação de um trabalhador a uma tarefa específica quanto as condições ótimas (posição, tempo) para a sua execução. Assim, cada trabalhador deveria ser submetido a rotina definidas previamente para a sua atividade. A remuneração por tarefa, que permitia a incorporação de acréscimos na forma de percentuais e prêmios àqueles que desempenhassem eficientemente suas tarefas consistiam no principal elemento através do qual pretendia-se obter a colaboração do trabalhador. (TAYLOR, 1995).

Bendix (1966) associa a resistência dos empresários ao taylorismo¹⁴⁵ à recusa em ceder sua fábrica a um controle exterior (científico), uma vez que estavam

¹⁴⁵ Embora fosse adotado em algumas fábricas, como a fundada por Henry Ford em 1908, a generalização do taylorismo ocorreria principalmente após a Primeira Guerra Mundial.

ligados à ideologia do empresário independente. Elementos desta concepção poderiam ser encontrados, segundo o autor, na campanha pela "oficina aberta"¹⁴⁶ – um dos momentos decisivos em que a coerção contra os trabalhadores foi utilizada em nome de organizações patronais.

Tal campanha seria a confirmação do indicativo, antecipado quando algumas associações patronais (e não as empresas individuais) passaram a negociar com os sindicatos, de que o trabalho passava a ser visto como um problema que não podia ser resolvido individualmente pelo patrão, mas visava ainda defender a autoridade absoluta do empresário no interior da empresa (BENDIX, 1966, p. 276-281; ROBERTSON, 1967, p. 479).

Enquanto argumentavam que a "oficina fechada" atentava contra a liberdade dos trabalhadores, os empregadores utilizam-se de todos os recursos contra as ações organizadas¹⁴⁷.

Os empregadores não abandonaram imediatamente os meios coercitivos, mas os vários conflitos vinham demonstrando que os trabalhadores não seriam

¹⁴⁶ Fábrica onde poderiam ser admitidos tanto operários sindicalizados quanto não sindicalizados.

¹⁴⁷ O mais importante foi o esforço para minar as bases da organização sindical. Os empregadores estabeleceram contra-organizações paralelas aos vários níveis das organizações sindicais. Utilizaram seu poder absoluto de empregar e despedir para fazer discriminações a favor dos empregados cooperativos e contra os não cooperativos. Foram usados muitos chamarizes para afastar os dirigentes de suas organizações, despojando os sindicatos de seus homens mais eficazes. Se não se podia dominar a esses dirigentes, lhes acusava publicamente de crimes horrendos e radicalismo militante. Empregaram-se listas negras contra os "agitadores" e os operários indesejáveis. Foram introduzidos espiões entre os operários para que averiguasses os planos dos sindicatos. Organizaram-se fura-greves; recorreu-se à guarda nacional e à polícia, que impediram a ação sindical e anularam seu efeito. Ainda mais: os empregadores organizaram escolas de ofícios e agitaram a opinião pública a favor das facilidades para a capacitação vocacional, de modo que o operário pudesse ter uma oportunidade de melhorar suas capacidades e de absorver a "adequada" filosofia das relações trabalho-direção. Além disso, as associações de empregadores dedicaram-se a enérgicas campanhas publicitárias para atacar os sindicatos e defender seus próprios métodos. Foram feitas chamadas em grande escala ao público, se fez uso sistemático dos tribunais, foi dado apoio político a homens que simpatizavam com os empregadores e a legislação do trabalho considerada prejudicial foi atacada por todos os meios, honestos e desonestos. Em terceiro lugar, foram feitos esforços para conseguir a solidariedade dos próprios empregadores. Deu-se apoio financeiro e de outra natureza aos empregadores que tinham dificuldades com o trabalho e adotaram-

facilmente convencidos a cooperar nos termos que vinham sendo colocados. Episódios como o incêndio da *Triangle Shirt Waist Factory* na cidade de Nova York em 1911, o da *American Woolen Company*, em Lawrence, Massachussets em 1912, de Paterson, New Jersey em 1913¹⁴⁸ reafirmavam a ineficácia dos procedimentos até então utilizados, até mesmo porque não eram apenas os operários que questionavam os fundamentos das propostas de colaboração. Movimentos como o Progressivo¹⁴⁹, que reivindicavam melhores condições de vida para todos, democratização na participação no sistema político, direito das mulheres e crianças, melhores condições de segurança e saúde nas fábricas, moradias e minas mostravam a tendência à expansão da sociedade civil.

O discurso utilizado na campanha pela "oficina aberta" não era capaz de oferecer, para a sociedade civil, a demonstração de que a cooperação capital-trabalho era interessante para todos. O taylorismo poderia fazê-lo e *a posteriori* constatamos que sua adoção não foi incompatível com a continuação da campanha da "oficina aberta" – ao contrário, no que tinham de disciplinador as duas ideologias eram complementares.

se medidas contra os empregadores que cooperavam com os sindicatos (HOXIE, 1921, p. 190-196 apud BENDIX, 1966, p. 281-282).

¹⁴⁸ Na fábrica de Nova York aconteceram as comentadas mortes de mais de uma centena de operárias durante um incêndio. As greves em Lawrence e Paterson foram lideradas pela IWW. A greve em Lawrence começou quando a companhia, após a aprovação de uma lei estadual que estabelecia a jornada semanal de 54 horas para mulheres e crianças, resolveu rebaixar os salários. A repressão foi violenta, mas mesmo com várias baixas entre os trabalhadores as lideranças continuaram a greve e conseguiram um aumento salarial em toda a região da Nova Inglaterra (RAYBACK, 1966, p. 245; REED, 2001, p. 41-54).

¹⁴⁹ Reunindo professores universitários, profissionais liberais, jornalistas e representantes dos movimentos agrários surgidos no século XIX, o movimento conseguia angariar o apoio dos diferentes partidos políticos e superar a divisão urbano-rural nas reivindicações por direitos civis, políticos e sociais.

Ao promover o aumento da produtividade, o taylorismo podia ser utilizado para o argumento de que a harmonia entre capital e trabalho de fato contribuía para o aumento da riqueza social e o bem-estar de todos.

Mas será a experiência de aplicação dos princípios do taylorismo realizada por Henry Ford a promover, tanto do ponto de vista técnico, quanto dos mecanismos de adaptação e controle do trabalhador para além dos muros da fábrica, um salto qualitativo do que fora idealizado por Taylor.

Com a associação taylorismo-fordismo, o americanismo elevar-se-á à condição de avançado modelo de relações sociais capitalistas e como tal, passará a impulsionar a dimensão econômica e a definir a dinâmica das relações políticas. Mas será sob a forma de revolução passiva que estabelecerão as condições da luta pela hegemonia tanto das classes dominantes quanto das subalternas.

Passemos portanto a vincular seus impactos a partir da leitura dos textos gramscianos.

3.3 Lutas de classes, Estado e sociedade civil e a hegemonia americanista

O tema do americanismo se insere na perspectiva de Gramsci a partir da reflexão sobre as transformações ocorridas no conjunto das forças produtivas e das relações sociais de produção no contexto da passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista (Q1, p. 70-72; Q22).

Suas preocupações, bem próximas às de Trotsky no texto *Europa e América*, de 1926, diziam respeito à compreensão de que as transformações ocorridas nas forças produtivas e nas relações sociais de produção com a introdução do taylorismo e do fordismo – repletas de implicações econômicas, políticas e sociais – não deixariam de repercutir sobre a Europa. Mas, se

Se pode dizer genericamente que o americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de alcançar a organização de uma economia programática e que os vários problemas examinados deverão ser os elos da cadeia que ligam a passagem do velho individualismo econômico à economia programática: estes problemas nascem das várias formas de resistência que o processo de desenvolvimento encontra ao seu progresso, resistências ligadas às dificuldades existentes na "*societas rerum*" e na "*societas hominum*" (GRAMSCI, Q22, p. 2139).

É preciso compreender quais são as mediações pelas quais o americanismo e o fordismo conseguem responder aos problemas da *societas rerum* e da *societas hominum*. Será este esforço que fará com que em algumas notas dispersas e especialmente no *Quaderno 22*, Gramsci mergulhe na dinâmica do processo produtivo para encontrar, na dimensão da *práxis* concreta, aquela gama de relações contraditórias que caracterizam a política.

Do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, a importância da experiência de Henry Ford deriva do êxito na aplicação dos princípios tayloristas a toda a cadeia produtiva: desde a parcelização do trabalho na linha de montagem, passando pela produção em série e massificada até a gestão direta do transporte e do comércio das mercadorias finais, são obtidas reduções de custos que possibilitam a melhoria de salários e menores preços de vendas (Q22, p. 2145).

Com isso a fórmula estadunidense "programava" a economia a partir de baixo, promovendo um aumento da produtividade alicerçado

(...) numa relação e redistribuição entre lucro, salário e renda profundamente diversa daquela do capitalismo europeu. Os altos salários e a conseqüente expansão da demanda permitem a ampliação de um mercado interno que não mais vê as rendas e o consumo improdutivo numa posição de grande relevo. Com relação ao capitalismo oitocentista e tradicional, baseado na repressão do salário e numa relação orgânica entre lucro e renda, o novo capitalismo americano desloca a renda para uma função marginal e coloca salário-lucro no centro do desenvolvimento econômico (FINELLI, 2002, p. 3-4).

Mas o vínculo existente entre americanismo e fordismo indica uma mutação muito mais profunda na dialética forças produtivas-relações sociais de produção.

A adaptação aos novos métodos de produção e de trabalho segundo o ritmo da linha de montagem exige "um novo nexó psico-físico de um tipo diferente dos procedentes [nas fases anteriores da industrialização]" (Q22, p. 2163). O trabalho fragmentado, mecanizado e destituído de significado outro que não a repetição de tarefas, embora exigisse uma participação cada vez menor da

inteligência¹⁵⁰ do operário (TAYLOR, 1995), não seria passível de ser realizado sem a total adaptação física e mental.

Verificar-se-á que, sob o fordismo, a transformação subjetiva promovida durante o envolvimento no processo produtivo será acelerada por uma série de práticas que garantirão que o desempenho "ótimo" dos operários dependa menos da vigilância do chefe de seção que da internalização de uma rígida disciplina, capaz de fazer com que também fora dos muros da fábrica as ações de cada trabalhador estejam em consonância com uma determinada ética do trabalho.

Se os altos salários eram um meio de incentivar a produção, garantir as condições para a reprodução da força de trabalho em condições de superexploração e de desorganizar a resistência operária, não podiam servir para fins contrários aos interesses do capital¹⁵¹. Assim, sob o modo de organização da produção taylorista-fordista, a ideologia da "oficina aberta" encontra finalmente condições para afirmar-se. Mas, de modo aparentemente contraditório, isso ocorre no mesmo momento em que diante da necessidade de mobilizar as massas para o esforço de guerra, houve uma abertura à participação das lideranças operárias na esfera executiva do Estado.

A participação do trabalho em instituições como por exemplo a *National War Labor Board* – criada para reduzir greves e paralisações mediante a cooperação de capital e trabalho – conseguiu favorecer os trabalhadores com a determinação da

¹⁵⁰ No sentido de atitude refletida.

¹⁵¹ Como confirma Ford: "no tempo em que aumentamos os salários, também aumentamos de vigilância, e averiguamos da vida particular de cada um, para saber o destino que davam aos seus salários" (FORD, 1967, p. 186). No plano de participação nos lucros posto em funcionamento por Ford em 1914, evidencia-se o papel das políticas de "concessões" como mecanismos que simultaneamente serviam para atender às reivindicações imediatas dos trabalhadores e para o maior controle de suas vidas. A participação nos lucros estava direcionada a três tipos de trabalhadores: 1) casados vivendo com a família; 2) solteiros maiores de 22 anos, reconhecidos como poupadores; 3) moços menores de 22 anos e mulheres que constituíam o único suporte de um parente inválido. Assim, "era um sistema de participação, mas condicional. O operário e sua família tinham de conformar-se com certas regras de dignidade e civismo" (FORD, 1967, p. 96-97).

negociação de contratos coletivos de trabalho¹⁵² e ampliar sua influência sob o legislativo. Por outro lado, não impediu que os tribunais proibissem greves, boicotes e piquetes por meio de interditos (ROBERTSON, 1967, p. 482). Verifica-se portanto uma concomitância nos processos em que a ação direta do patronato ou as instituições corporativas visam restringir as organizações operárias autônomas.

A disposição do Estado em promover o colaboracionismo gestado no interior da fábrica corresponde, na dimensão interna, ao pacifismo de Woodrow Wilson¹⁵³. Ele contribuía para a acumulação de forças realizada pelas políticas de racionalização, estabilização monetária, desenvolvimento do comércio exterior, acumulação de estoques de ouro e de controle sobre as fontes essenciais de matérias-primas; internamente "encorajava" o reformismo entre os líderes do movimento operário, utilizando-se das possibilidades de garantir altos salários e benefícios para uma parcela da classe trabalhadora (TROTSKY, 1970).

Há muitas polêmicas em torno dos termos utilizados por Gramsci entre 1917 e 1919 para "defender" o liberalismo do presidente Wilson frente ao protecionismo de alguns Estados europeus, entre eles a Itália.

É possível estabelecer um paralelo entre esta defesa do liberalismo de Wilson e a adesão do jovem Gramsci ao movimento livre-cambista italiano.

No contexto italiano, percebia Gramsci na década de 1910 que o protecionismo expressava a centralização estatal requisitada pela fragilidade das

¹⁵² Em 1914, os esforços conjuntos das organizações operárias e outros movimentos progressistas conseguiram que, por meio da Lei Clayton, dirigida a uma melhor definição da lei antitruste, fosse excluída a proibição de organizações com fins de ajuda mútua, entre as quais estavam os sindicatos (RAYBACK, 1966, p. 267).

¹⁵³ O pacifismo de Wilson estendia os princípios liberais individuais ao plano das relações internacionais. O ponto chave era a defesa de liberdade e segurança para a expansão das nações. Na prática, opunha-se ao protecionismo, defendendo a projeção de seu próprio país no cenário mundial. Não é difícil compreender de que modo estes mesmos argumentos foram utilizados tanto para manter a posição de neutralidade, quanto para ingressar na guerra contra as forças do Eixo.

frações burguesas industrial e agrária. Para beneficiar relativamente alguns setores da economia (indústria siderúrgica, construção naval, indústria têxtil e agrária), bloqueava-se a possibilidade de um amplo desenvolvimento das forças produtivas e ao mesmo tempo, minava, por meio da cooptação, a resistência dos trabalhadores industriais do Norte – enquanto a ampla camada de camponeses do sul era mantida em total estado de desagregação (COUTINHO, 1981, p. 17; DIAS, 2000, p. 63-64)¹⁵⁴.

Com os mesmos parâmetros, Gramsci lê o projeto liberal de Wilson como expressão de uma burguesia suficientemente forte para articular no plano interno as forças necessárias à sua projeção na dimensão internacional.

Para o raciocínio que estamos desenvolvendo, o mais importante é que a despeito dos limites inerentes à contemporaneidade dos fatos, Gramsci conseguiu captar que a proposta de paz de Wilson, especialmente o item sobre a criação da Liga das Nações, constituía a maior expressão, na dimensão internacional, da articulação das forças mais avançadas da burguesia mundial.

Em contrapartida, é justamente por reconhecer no wilsonismo e na Liga das Nações uma "tentativa de adequar a política internacional às necessidades das trocas internacionais" (GRAMSCI apud DIAS, 2000, p. 109) por meio da criação de um governo mundial sob a liderança da burguesia estadunidense, que Gramsci, embora contrapondo o exemplo do atraso europeu, não propõe a adesão das classes subalternas a estes projetos. Percebia ele que desde a Revolução de Outubro de 1917, tal projeto passa abertamente a opôr-se à alternativa revolucionária e, neste

¹⁵⁴ A centralização, condição histórica da unidade, marcou brutalmente a história de homens para o exterior (...). O protecionismo industrial italiano produziu a "emigração de todo o dinheiro líquido do Sul para o Norte para encontrar maiores e mais imediatos lucros na indústria, e a emigração encarecia a vida do camponês calabrés sem que o protecionismo agrário (...) conseguisse estabelecer o equilíbrio (DIAS, 2000, p. 57).

sentido, a adesão por parte das classes subalternas só poderia indicar uma perspectiva reformista-colaboracionista (DIAS, 2000, p. 108-110).

O fato é que as previsões sobre o êxito das várias ações das classes hegemônicas para difundir o colaboracionismo concretizaram-se. Nos Estados Unidos, a situação de guerra permitira a justificativa de que paralelamente aos meios de cooptação "pacífica" dos trabalhadores fosse impetrada severa repressão àqueles que insistissem na oposição às demandas do capital, e o impacto da Revolução bolchevique acentuou esta tendência. Por meio da Lei de Espionagem (1917), da Lei de Sedição (1918) e várias leis criminais estaduais, sindicatos e membros do Partido Socialista foram duramente combatidos¹⁵⁵ (RAYBACK, 1966, p. 281-290; REED, 2001).

Ao final da guerra a parcela mais importante das instituições do mundo do trabalho tinha sucumbido ao colaboracionismo (e também aderido à participação na guerra). Além do apoio da AFL, Wilson pôde contar também com o de membros do Partido Socialista. Diante do isolamento e da repressão, os recém criados partidos comunistas¹⁵⁶ foram cada vez mais empurrados à luta subterrânea (RAYBACK, 1966, p. 290).

¹⁵⁵ A Lei de Espionagem previa castigo para qualquer um que interferisse nos planos de guerra ou encorajasse infidelidade à nação. A Lei de Sedição referia-se a qualquer ação contra os símbolos nacionais ou crítica ao Estado e a sua constituição. As leis criminais sindicalistas "previam o castigo de pessoas que de qualquer forma defendessem a derrubada ou subversão das instituições americanas" (RAYBACK, 1966, p. 281) A postura anti-bélica da IWW motivou uma investigação após a qual foi acusada de traição por receber financiamento alemão. A prisão de cerca de 2000 mil membros e a condenação de mais de uma dezena minaram a organização, totalmente desintegrada ao final da guerra.

¹⁵⁶ Em 1919 a cisão do Partido Socialista deu origem ao *Labour Communist Party* e o *Comunist Party of America*.

Por essa época, o impulso do industrialismo aparecia irresistível. Não podemos deixar de notar, por exemplo, que embora a ação governamental dirigida para a agricultura tenha privilegiado, até a década de 1920, muito mais a difusão de informações que pudessem incrementar o aumento da produtividade, não podemos negar que as ações do Departamento de Estado neste período contribuíram para difundir a racionalização do industrialismo.

Até 1920 o Departamento de Agricultura desempenhou três funções principais. Estas compreendiam (1) pesquisa e experimentação no estudo de plantas, na reprodução de plantas e animais e no controle de insetos e doenças; (2) divulgação de informações agrícolas através de publicações, postos experimentais e trabalhos de demonstração; e (3) fiscalização da qualidade dos produtos consumidos pelos seres humanos, com poderes para condenar animais doentes, proibir o transporte no comércio interestadual de alimentos e remédios adulterados, inspecionar e comprovar o bom estado das carnes e laticínios nas transações interestaduais. Sempre houve pressão sobre o Departamento para que esse concedesse "ajuda" prática aos agricultores, evidenciada no fato de que durante esse período o Departamento distribuiu sementes de graça e com regularidade. Parece hoje que a maior contribuição do Departamento de Agricultura consistiu em sua capacidade de convencer os pequenos agricultores do valor da agricultura "científica" (ROBERTSON, 1967, p. 322-323).

A introdução do ensino de matérias agrícolas nas escolas secundárias foi outro estímulo dos governos estaduais e federal ao processo de racionalização no setor¹⁵⁷.

¹⁵⁷ "Em 1860 as escolas de agronomia funcionavam em diversos Estados, mas foi a lei Morrill (Morrill Act) de 1862 que deu impulso ao aprendizado agrícola em níveis universitários. A lei Morrill fundou universidades nos vários Estados. Pouco a pouco elas chegaram a assumir a liderança estadual na pesquisa agrícola. A Lei Hatch (Hatch Act) de 1887 proporcionou assistência federal às estações agrícolas experimentais dos Estados, muitas das quais já tinham sido criadas com fundos estaduais. A Lei Hatch também possibilitou o estabelecimento de uma Seção de Estações Experimentais no Departamento de Agricultura a fim de vincular o trabalho do Departamento com os dos Estados. Depois de 1900, à medida que a qualidade do ensino ministrado pelas escolas de agronomia alcançava níveis universitário, começou a manifestar-se interesse pelo aprendizado na escola secundária. A lei Smith-Hughes de 1917 destinou fundos aos Estados para a expansão do ensino profissional, em nível secundário, de agricultura, artes e ofícios e economia doméstica." (ROBERTSON, 1967, p. 323).



Os princípios do industrialismo passam a ser aplicados a setores como a educação, a saúde, o serviço social, etc. Em todas as dimensões, preparo técnico e ideologia americanista-fordista andam juntos¹⁵⁸.

Com o uso de todos estes mecanismos, eis como tornou-se, para o capital

(...) relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima a fim de basear toda a vida do país sobre a produção (GRAMSCI, Q22, p. 2146).

Com o momento da análise estrutural Gramsci captara muito bem o americanismo enquanto modelo que, gerando o fenômeno das massas nas relações sociais de produção – e mais importante, determinando a resolução de suas contradições a partir desta mesma dimensão – compõe um bloco histórico em que a "estrutura" domina mais imediatamente as estruturas. Uma vez que a hegemonia nasce na fábrica, não tem necessidade, para exercitar-se, senão de uma quantidade mínima de intermediários da política e da ideologia" (Q22, p. 2145-2146).

Os Estados Unidos comparecem então como o exemplo mais acabado de formação econômico-social ocidental. A que podemos associar a idéia de uma hegemonia fundada na fábrica senão a uma bem articulada sociedade civil?

¹⁵⁸ Concretizava-se a idéia de que "A mesma organização que consegue elevar uma fábrica ao máximo grau de eficiência, deve conseguir que a eficiência de um hospital atinja ao máximo". Os relatos das experiências da administração da escola e do hospital mantidos por Ford são bastante ilustrativos (FORD, 1967, p. 152-157).

Os instrumentos de persuasão gestados com a emergência do americanismo-fordismo não fazem mais que demonstrar o maior entrelaçamento entre economia e política. A função de articulação das diversas forças sociais será feita – sem dispensar o papel do Estado *stricto sensu* – cada vez mais através de instituições privadas (de concreção empírica ou discursiva). Se isto remete à idéia já explorada do conceito gramsciano de Estado ampliado, não poderia também permitir uma formulação a respeito do desdobramento da sociedade civil?

Esta hipótese surgiu-nos inicialmente durante a discussão das principais polêmicas que envolvem o debate sobre o conceito de sociedade civil em Gramsci. Mas somente com a reflexão sobre a gênese e funcionamento dos aparatos privados de hegemonia da burguesia estadunidense sob o americanismo fordismo, parece ser possível desenvolvê-la.

Em primeiro lugar a rede de aparatos de hegemonia é articulada a partir da base (e por exigência) da sociedade civil no clássico sentido marxiano. Ocorre que nas suas operações de construção do consenso, relaciona-se diretamente com as atribuições estatais – quer através de ações específicas à sua própria constituição, quer através da atuação junto às instituições do regime parlamentar. De qualquer modo, não deixa de constituir, por origem e pelo fato de que torna-se necessária à dinâmica da própria estrutura, ao que Gramsci denomina "superestruturas da sociedade civil" (Q13, p. 1615; Q7, p. 865-867).

É por impulsionar toda esta complexa articulação que o americanismo torna-se "um determinado modo de viver, de pensar e de sentir à vida" adequado às exigências dos "novos métodos de trabalho" (Q22, p. 2164).

Para Gramsci, são estas características – capazes de responder aos problemas da "*societas rerum*" e "*societas hominum*" – que afirmam a superioridade

do americanismo e acentuam a tendência a sua difusão em escala mundial especialmente após a crise de 1929 (Q22).

Depois de associar a emergência do americanismo fordismo ao início dos processos que culminaram com a eclosão da crise de 1929 (Q15, p. 1756), Gramsci lançará a hipótese de que a partir desta crise, o americanismo assuma, como modelo determinado de capitalismo, a forma de uma revolução passiva (Q22, p. 2140).

Num primeiro momento esta hipótese do americanismo como revolução passiva parece opor-se às descrições que viemos fazendo das relações existentes entre Estado e sociedade civil. Como conciliá-la com a orientação predominantemente liberal destas relações?

O fato é que durante o período bélico, a orientação livre-cambista era altamente favorável a um país que, em virtude da rápida expansão do taylorismo-fordismo¹⁵⁹ tinha condições de exportar grandes quantidades de mercadorias e capitais (também na forma de empréstimos públicos), revertidos no incremento de sua própria economia.

Contudo, se pode falar que na década de 1910 e no início dos anos 1920 houve oscilações entre a política de livre-comércio e o protecionismo. Além das pressões de setores específicos da economia, se pode localizar na primeira década um outro elemento motivador do protecionismo que predominará na década seguinte: a oposição à concorrência das mercadorias européias – que podem ser remetidas como alternativa de pagamento. Quando, em 1920, o declínio das atividades ligadas ao esforço de guerra ocasiona uma depressão, a reivindicação de

¹⁵⁹ Desde 1915 havia cerca de 140 empresas taylorizadas (DUBLA, 1986, p. 168).



proteção ao mercado interno ganha mais força e recrudescem as ações para o colaboracionismo.

Embora o envolvimento dos trabalhadores no esforço de guerra propagado nos termos do wilsonismo tenha estimulado o colaboracionismo, principalmente por meio do reforço do sindicalismo de empresa em detrimento das organizações autônomas do mundo do trabalho, com a depressão em 1920 estas últimas ensaiaram um retorno.

Facilitada pela fragilidade organizacional de seus antagonistas, a ofensiva anti-trabalhista – agora também motivada pela personificação da ameaça comunista na URSS – não poupou meios para "conquistar" adeptos ao colaboracionismo e, particularmente, estabelecer a forma do sindicato de empresa¹⁶⁰. Ao final desta campanha, o colaboracionismo, escorado em vários esquemas de benefícios, havia vencido.

Quando eclode a crise de 1929, no entanto, rompe-se a aparente paz entre capital e trabalho. Novamente o problema a ser enfrentado pela burguesia é o de garantir a acumulação. Mas, dada a profundidade da crise, recorrerá à mediação do Estado numa amplitude muito maior que nos anos anteriores. Não se trata mais de promover políticas econômicas, mas de uma intervenção ativa nas próprias atividades econômicas.

Na Itália, como vimos, essa exigência impulsionou o programa econômico fascista. Nos Estados Unidos, um outro tipo de revolução passiva foi conduzido sob o *New Deal*, durante o governo de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945).

¹⁶⁰ Além da discriminação de sindicalizados e de repressão nas greves, os industriais conseguiram barrar ou adiar leis de regulamentação do trabalho infantil, aprovar a lei seca, e conseguir questionar, com o apoio dos tribunais a legalidade de certas organizações. O anti-trabalhismo sustentou-se ainda no anti-comunismo. Mesmo organizações trabalhistas como a AFL não queriam ser identificadas com propostas radicais contrárias ao *american way of life*.

Mas antes de discutirmos a revolução passiva americanista cabe frisar alguns pontos. Vimos que para Gramsci, os elementos da crise estavam postos antes de sua eclosão. Nenhuma novidade então que já anteriormente aos anos trinta estivesse em perspectiva a reorientação das relações entre Estado e sociedade civil, que verificar-se-á não apenas relativamente ao protecionismo econômico, mas na continuidade do esforço do Estado para unir capital e trabalho.

O referido anteriormente chama a atenção para o fato de que é um tanto equívoco caracterizar as transformações ocorridas no capitalismo mundial nas primeiras décadas do século XX em termos de uma genérica passagem do "capitalismo clássico ou concorrencial" (presente até os anos 20) para o "predomínio do Estado plano", nos anos trinta. Uma leitura nesse sentido traz implícita a idéia de que até o momento da crise esteve em vigência um sistema de mercado auto-regulado, responsável único por toda a dinâmica das relações capitalistas. Uma vez que os mecanismos anárquicos do mercado que assistem às relações de troca são tidos como definidores do capitalismo e que a racionalização é vista somente na sua função de reestruturação do processo de trabalho e troca, a crise é explicada em termos da falência destes mecanismos, isto é,

devida à fratura entre produção e consumo, entre uma "economia de produção" caracterizada pela "socialização" do processo de trabalho taylorizado e uma "economia de mercado" ainda governada pelos tradicionais mecanismos de valorização" (MARRAMAO, 1979, p. 17-18).

Temos então que tanto o período de estabilidade quanto o de crise são apreendidos com base numa dissociação entre economia e política. Enquanto em relação ao primeiro atribui-se o primado da economia, estabelece-se que a maior participação do Estado (Estado plano, social ou assistencial) verificada no segundo



é suficiente para caracterizar o primado da política. Mas tal contraposição faz do Estado algo completamente distinto das "leis de movimento" da economia (MARRAMAO, 1979), e assim despreza os vínculos sempre existentes entre uma e outra dimensão – cada vez mais acentuados, esboçava Gramsci, anteriormente ao colapso de 1929.

Tomado em sentido absoluto, o primado da política atribuído aos anos trinta apresenta diversos problemas. Em primeiro lugar, não faz jus ao caráter processual das transformações do capitalismo, isto é, ignora que a sociedade de massas e a politização da vida (que inclui o aumento do Estado) a ela associada são anteriores ao advento da crise e, por conseguinte, deixa de perceber a impossibilidade de avaliar o período nos limites do modelo clássico liberal-concorrencial.

Quando vinculada à idéia de um necessário agigantamento do Estado, a tese do primado da política esquece tanto que as relações interclasses e entre as classes e o poder público estão sempre presentes quanto que não são homogêneas, isto é, que a intervenção estatal pode ocorrer de formas variadas. Ou por acaso poderíamos tomar a fórmula "Estado plano" como suficiente para o julgamento de fascismo e *New Deal* fenômenos idênticos?

Na análise gramsciana os dois empreendimentos têm o traço comum de relacionarem-se à lógica das revoluções passivas. Mas na reflexão do caso estadunidense Gramsci percebe que o fato de que as condições para a direção da intervenção do Estado já haviam sido postas pela dominância da burguesia na sociedade civil, implicava um modo particular de revolução passiva, bastante diferenciado do caso do *Risorgimento* e mesmo do fascismo.

Anotamos já que o estímulo às novas formas de revoluções passivas provém da necessidade de reorganizar as relações sociais de modo a permitir um salto das forças produtivas num contexto de intensa concentração e concorrência capitalista. Mas nos Estados Unidos a burguesia já havia iniciado aquela reorganização com a introdução do taylorismo-fordismo. Neste caso, as fórmulas implementadas pelo Estado inserem apenas componentes de regulação que a crise econômica e social de 1929 inclui entre as "exigências de uma mudança nas condições técnicas da indústria" (Q22, p. 2156).

O conteúdo da mudança a que se referia Gramsci eram desdobramentos das características econômicas e político-institucionais já assinaladas alhures: transformações do processo de trabalho e da nova administração técnico-científica; progressiva separação entre propriedade e controle da empresa; expansão da esfera burocrática e administrativa (e conseqüente complicação da estratificação social); deslocamento da relação entre o Estado e alguns setores da economia; novo vínculo entre trabalho intelectual e instituições; intervenção do poder estatal nos conflitos de trabalho, etc (MARRAMAO, 1979, p. 18)

Das relações sociais gestadas em meio às mudanças acima referidas – particularmente após a Primeira Guerra – emerge um quadro econômico, político, institucional e social cuja consideração é tão imprescindível para a compreensão do sentido da intervenção estatal no contexto da crise, quanto para distinguir os efeitos visíveis da depressão de suas causas.

A observação acima não deve levar à idéia de que faremos um balanço de toda a discussão sobre a crise. A inserção de algumas questões a respeito do quadro que ela desenha tem apenas o objetivo de estimular a leitura das

transformações sócio-políticas do americanismo mencionadas nas notas gramscianas.

Toda a bibliografia que pudemos examinar sobre o tema menciona como repercussões imediatas da depressão econômica o desemprego em massa e a paralisação das atividades produtivas.

No quadro de miséria que se seguiu, as forças mais radicais do movimento operário chegaram a mobilizar alguns setores¹⁶¹. Embora o desmonte do movimento operário realizado no período anterior garantisse o isolamento destas tendências mais combativas, a insatisfação era generalizada também entre as tendências reformistas.

O porta voz mais ativo destas últimas tendências era a AFL e, na sua visão, o problema do desemprego poderia ser resolvido "de forma prática e construtiva"

(...) com a aprovação pelo Congresso dos Estados Unidos, de verbas a serem utilizadas na construção de edifícios públicos, na realização de obras públicas, na abertura de estradas, no prosseguimento do plano de controle das inundações e em diversas outras obras públicas em períodos de desemprego intenso e generalizado. Por outro lado, o governo deve evitar lançar-se em um programa de obras públicas quando os trabalhadores de ambos os sexos encontrarem empregos na indústria privada (TAFT, 1966, p. 291-292).

Pressionado a aliviar em primeiro lugar a miséria, o *New Deal* irá ao encontro das expectativas da AFL. Os primeiros órgãos de recrutamento de trabalhadores para serviços públicos em estradas, represas, florestas, etc funcionaram durante 1933.

¹⁶¹ O movimento comunista, por exemplo, reapareceu numa breve influência entre os desempregados das cidades nortistas, principalmente entre a população estrangeira não-especializada e os negros. Não teve condições, no entanto, de empreender uma ação mais ampla.

A partir de então a ingerência federal ficou bastante diversificada: concedeu empréstimos e subsídios a órgãos estaduais e municipais para que eles oferecessem auxílio direto e gerassem empregos em atividades públicas, agiu diretamente na promoção de empregos por meio da *Works Progress Administration* (WPA), criada em 1935, e atuou na organização da previdência¹⁶².

A indústria, por sua vez, ao mesmo tempo em que reclamava a abolição das leis antitrustes, preocupava-se com a possibilidade de que elas viessem a favorecer organizações trabalhistas em bases autônomas. Por esta razão, tendo conseguido a aprovação de uma lei que permitia às empresas a definição da competição justa em códigos próprios (*National Industrial Recovery Act*, 1933), procuravam forçar a adesão ao sindicalismo de empresa.

Na luta pela organização autônoma, os trabalhadores recorriam a sentença de que os códigos tinham de garantir o direito de associação e negociação dos trabalhadores, presente na Seção 7(a) dessa mesma lei. Os protestos contra a insistência dos empregadores em burlar o conteúdo da Seção 7(a) provocou o estabelecimento de Juntas que tinham o objetivo de investigar e decidir a respeito dos méritos das controvérsias nas relações trabalhistas (RAYBACK, 1966, p. 327; TAFT, 1966, p. 55).

¹⁶² "A Lei de Previdência Social de 1935, desde logo emendada, arrostando os riscos sociais através da aplicação do princípio do seguro e do princípio da assistência. Sob os programas de seguro social o indivíduo adquire um direito à renda por ter pago prêmios ou por terem os prêmios sido pagos em seu benefício por seu empregador. A mesma lei criou um programa federal de seguro da velhice e dos sobreviventes e um sistema federal e estadual de seguro contra o desemprego. Criou também a assistência à velhice necessitada, à infância desamparada, aos cegos indigentes, e emendas recentes acrescentaram outros grupos. Os programas de assistência compreendem subsídios aos Estados, arcando o governo federal com metade dos custos administrativos e pouco mais da metade dos pagamentos de ajuda. Os programas de assistência federal ainda abrangem o socorro aos desvalidos, se bem que estejam alicerçados em bases de pagamento mais justas do que em outros tempos, tais programas exigem que o indivíduo prove estar necessitado, assim, ele é sempre mais um suplicante do que um candidato" (ROBERTSON, 1967, p. 717-718).

Membro de uma destas juntas, o Senador Wagner propôs em 1934 um projeto de lei (Lei de dissídios trabalhistas), que visava garantir a liberdade de sindicalização dos trabalhadores, estabelecendo sanções para as práticas patronais (entre as quais a discriminação contra sindicalizados) que lhe criasse obstáculos. A lei enfrentou a oposição dos empregadores e de vários setores do movimento operário, mas um ano depois de sua apresentação o projeto foi sancionado, statuindo, com o apoio da AFL, a Junta Nacional de Relações Trabalhistas.

Todo o espírito de rearticulação das relações sociais no sentido de promover o salto das forças produtivas, contendo as forças sociais, são sintetizadas na fala do idealizador da Lei Wagner, para quem

um papel mais importante queiramos ou não, o governo, em todos os países, está sendo forçado a desempenhar na vida econômica e, por isso, parece mais útil dirigir a natureza de sua intervenção do que apenas afirmar o truismo de que o governo é passível de ser influenciado pelas forças sociais mais atuantes. Por certo estas forças não poderão ser contidas se o governo autolimitar a sua ação (TAFT, 1966, p. 128).

Dentro do espírito acima, as ações do *New Deal* encaminhar-se-ão para um tipo de corporativismo que assume a tarefa de estatuir o colaboracionismo de classes restringindo ao mínimo a coerção direta dos empregadores e incorporando, mediante a transformação, os elementos ativos dos movimentos dos trabalhadores. O fará com a criação de um Estado de Bem-Estar, atendendo às pressões por maior participação nas instituições políticas do Estado, etc.

Mas resta o problema de precisar que as relações interclasses e sociedade civil-Estado só tomaram esta direção porque a crise de 1929 esteve longe de ter um sentido catastrófico para o sistema capitalista e mesmo de promover, nos Estados Unidos, um rebaixamento homogêneo dos salários.

Como pudemos observar anteriormente, a economia dos anos vinte viveu uma situação econômica contraditória: por um lado a acelerada industrialização era responsável pelo maior endividamento agrícola e pelo encolhimento da demanda; mas de outro os dados sobre os acréscimos na renda nacional, a transferência de capitais para o exterior e a manutenção dos altos salários (ao menos para os setores especializados da indústria) são irrefutáveis.

Segundo Villari (1979) esta contradição traz à tona os elementos explicativos da estabilidade dos anos vinte:

Com certeza, a agricultura dos países capitalistas paga, com os seus baixos preços e a queda dos salários agrícolas, também o aumento dos salários industriais. Com isso a explicação principal não pode deixar de ser o sistema das "relações" intersetoriais, isto é, substancialmente, a racionalização da produção (VILLARI, 1979, p. 44).

O fato de que segundo "dados oficiais da Sociedade das Nações publicados em 1933", os salários nos Estados Unidos e "também nos outros países industrializados foram mantidos ou até aumentaram até 1930" tem para Villari o significado de que eles representavam "um elemento essencial e de estímulo dos setores rebocados da economia capitalista" (VILLARI, 1979, p. 43-44).

Assim, o sistema dos altos salários expressava um momento da maior socialização da produção e, compondo o "mecanismo complexo da reestruturação capitalista" desde o final da Primeira Guerra, tinha contribuído para estreitar as relações entre a dimensão política e as pressões do poder econômico. Concomitantemente, era a contrapartida de um outro momento do mesmo movimento de monopolização e socialização: a ascensão do capital financeiro e bancário.

O esforço para manter os níveis salariais de alguns setores e – à medida que a crise aprofundava-se – a intervenção estatal para minorar as proporções catastróficas do problema social gerado pelo desemprego na década de 1930, não buscavam apenas incrementar uma demanda decrescente. Eram também, significativamente, uma tentativa de demonstrar que o projeto hegemônico do capital tinha as condições para gerar aqueles "dividendos" tão anunciados – nos campos econômico, da participação política e social – para toda a sociedade.

Com razão observou Villari que

(...) o Estado social tinha motivações históricas mais profundas do que se pensa habitualmente. Esse é o fruto melhor seja da crise, seja da "cultura da crise" que vê, nos anos trinta, largas fatias da cultura burguesa atacar os "não-valores" do capitalismo e reivindicar os valores e a "autoridade cultural dos interesses coletivos, da democracia, do Estado. O exemplo do *New Deal* é, neste sentido, linear: a legislação e a iniciativa política rooseveltiana são a prova de como a unificação entre "retomada" e "reforma" tenha substancialmente reforçado as instituições americanas, garantido ao Estado poderes efetivos, dado conteúdo democrático às intervenções sobre o sistema econômico. A tradicional, consolidada, "irresponsabilidade" do poder econômico aparece, com o *New Deal*, reduzida ou de qualquer modo denunciada como tal e não mais tolerada como uma inevitável separação entre política e economia. Trata-se talvez da última tentativa de disjunção dos "valores" burgueses dos interesses dominantes do lucro capitalista, feita na nossa época (VILLARI, 1979, p. 47).

Considerando o caráter ocidental estadunidense este é o único caminho.

Embora no contexto de grave crise econômica, o grau de desenvolvimento do capitalismo no país tem condições de garantir, ao menos a uma parcela dos trabalhadores, melhores condições de vida. Mas além disso, há uma densa rede superestrutural articulada a partir da base da sociedade civil que não pode ser ignorada pela intervenção estatal. Se esta rede é composta pelos aparatos privados

de hegemonia das camadas dominantes, nela também estão presentes aparatos das classes subalternas e uns almejam influenciar os demais.

A vantagem dos aparatos das classes dominantes fora ganha não somente porque estes lograram dismantelar com violência as pretensões de autonomia dos aparatos das classes subalternas¹⁶³, mas especialmente porque foram hábeis em difundir no plano *político e cultural* concepções (e ações) que enquanto próprias, incorporavam outras oriundas daqueles subalternos (a necessidade de dar atenção ao problema social, por exemplo).

Não foi outro o papel desempenhado pelas instituições civis como o *Rotary*, o *Lions Club*, o *Y.M.C.A.* – cuja multiplicação e fascínio exercido especialmente sobre as camadas médias da burguesia foram ironizados por Sinclair Lewis no romance *Babbitt*.

Pouco a pouco tais instituições assumiram uma postura mais agressiva na defesa dos interesses do *business* e na celebração de seus valores: da proteção de seus próprios membros passa-se progressivamente às ações sociais que visavam retirar à influência de outros valores os setores marginalizados pelo capitalismo.

Gramsci já observara que no centro das ações dos membros dessas instituições estava "a idéia de que a indústria e o comércio, antes de ser um negócio são um *serviço social*; são e podem ser um negócio enquanto são um "*serviço*" (Q5, p. 541). Não era outra a concepção de Henry Ford sobre a necessidade de conceber e *gerir* racionalmente escolas, hospitais, etc.

Esse conjunto de questões demonstra como, particularmente no caso da ação estatal estadunidense, se pode captar o alcance da crítica de Gramsci à

¹⁶³ Esta derrota consolida-se momentaneamente com o refluxo da revolução socialista mundial.



compreensão de que o Estado liberal atuaria apenas como "Estado-gendarme ou Estado guarda-noturno" (Q6, p. 763). A idéia de que as funções do Estado (Estado liberal) seriam apenas "coercitiva, de tutela de ordem pública e respeito às leis" correspondem, segundo Gramsci, apenas à representação ideológica de um Estado que não superou a fase corporativa (econômica) extrema, e serve para ocultar seu poder de classe. Estas características não correspondem ao caso americanista.

A americanização requer um ambiente dado, uma dada estrutura social (ou a vontade decidida de criá-la) e um certo tipo de Estado. O Estado é o Estado liberal, não no sentido do liberalismo alfandegário ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que alcança por seus próprios meios, como "sociedade civil", pelo próprio desenvolvimento histórico, o regime da concentração industrial e de monopólio (Q22, p. 2157).

O que há de específico no intervencionismo estadunidense é o fato de que o ritmo, a direção e os limites das ações estatais são requeridos e definidos pela própria sociedade civil e, sendo esta suficientemente desenvolvida, o Estado liberal torna-se uma função dela própria.

Este ponto é decisivo para a compreensão do sentido que a revolução passiva assumirá sob o americanismo.

O significado fundamental do conceito, aquele de revolução-restauração pode ser mantido, uma vez que o fato de ser um empreendimento através do qual são as classes dominantes a buscar a hegemonia, não pode deixar de comportar um alto grau de reformismo.

Mas cessam neste ponto as semelhanças entre o americanismo e o *Risorgimento*. Como observaram Buci-Glucksmann (1978), De Felice (1978) e com implicações diferentes Werneck Vianna (1997), o conceito de revolução passiva,

quando utilizado para a leitura do americanismo, não colhe mais, como no eixo *Risorgimento*-Revolução Francesa "as formas da mudança dos sujeitos sociais dominantes [...], mas o seu modo de seres dominantes" (DE FELICE, 1978, p. 194).

É certo, portanto, que no quadro das revoluções passivas a política assume um papel de destaque e toda a análise gramsciana o afirma. Mas, tal como observamos em relação à crise, não devemos supor que necessariamente esse destaque indique a ação política autonomizada em relação ao econômico, ao social e ao cultural.

Avaliando o americanismo, vemos que o que se verifica é a "superpolitização da vida social" como resposta ao estímulo dado pela estrutura da sociedade civil. Com isso, a importância da política deve-se em primeiro lugar ao fato de que passa a estar presente de múltiplas formas, em múltiplas dimensões.

É por meio de ações nestas múltiplas dimensões que os atores aspirantes a hegemonia definem o seu "modo de ser dominante". O juízo emitido por Gramsci sobre as relações entre economia e política nas revoluções passivas é fundamental para a reflexão deste problema.

(...) protagonistas os "fatos", por assim dizer, e não os "homens individuais". Sob um determinado invólucro político necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, que influem indiretamente, mas com pressão lenta e incoercível, sobre os setores dominantes, fazendo que eles mesmos se modifiquem sem se dar conta disso, ou quase (Q15, p. 1818-1819).

O americanismo é uma forma de revolução passiva na qual, contraditoriamente, tanto *maior* apresenta-se o risco de que "os fatos" – as exigências das relações sociais de produção capitalista – imponham-se sobre as ações políticas, tanto mais abre-se espaço para a geração destas ações.

Tendo observado que "a cabal ultrapassagem do *ator* pelos *fatos* é que caracterizaria, em Gramsci, a versão mais atrasada e negativa da revolução passiva", Werneck Vianna (1997, p. 75) insistiu que o americanismo constitui o caso de revolução passiva em que o ator antagonista pode, não reverter o processo de passivização, mas, se agir de maneira ativa, acelerar, via política, os elementos progressistas contidos nos fatos.

Esta leitura nos parece perfeitamente coerente com a previsão de Gramsci de que na América do Norte, a racionalização operada no campo econômico tendia a refletir-se nas suas supra-estruturas de modo a barrar aqueles elementos típicos das revoluções passivas pelo alto, tais como a tomada de decisões por intelectuais "deslocados/autonomizados" das classes sociais. Sendo o núcleo da revolução passiva americanista a estrutura, nesta conformar-se-iam e agiriam politicamente os intelectuais (atores da política): intelectuais orgânicos da burguesia (os industriais, os técnicos, os comerciantes, os rotaryanos de diversas profissões, etc.) e seus prováveis antagonistas, surgidos entre a nova classe trabalhadora.

Pensando-se agora no papel central que os intelectuais desempenham na ação política para Gramsci, vemos que a origem e esta composição da sociedade civil são decisivas para a relação estabelecida com o Estado.

Mais uma vez a comparação é feita entre o americanismo e as revoluções burguesas européias posteriores à Revolução Francesa e também o fascismo. No caso destas últimas, têm-se que o desenvolvimento das forças produtivas corresponde mais ao estímulo internacional que o de exigências internas e "então a classe portadora das novas idéias é a dos intelectuais e a concepção do Estado muda de aspecto. O Estado é concebido como uma coisa em si, como um absoluto

racional" (Q1, p. 133). Embora haja possibilidade de modernização, não há, nestas formas de revolução passiva, espaço para a ação da diversidade dos sujeitos sociais.

A atuação destacada dos intelectuais como intermediários entre as esferas pública e privada faz com que estes processos de transição à ordem burguesa culminem com uma maior complexificação do Estado, mesmo enquanto a dimensão privada amplia-se. Daí Gramsci ter chamado a atenção para o fato de que a disputa de hegemonias necessariamente exige a guerra de posição.

Para Werneck Vianna tal não seria válido para o caso dos Estados Unidos, onde, como verificara Gramsci a "hegemonia nasce da fábrica", sendo "muito ampla a categoria dos intelectuais orgânicos do grupo econômico" e quase ausentes os intelectuais tradicionais .

Dentro desta perspectiva, nossas observações de que a hegemonia pode ver exercitada coerção e consenso só teria validade para os países que realizaram a modernização sob a via passiva no período da Restauração,

casos fortes em que os intelectuais exerceriam os papéis de 'comissários do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político', isto é, tanto as funções de consenso como as de coerção" (Q, p. 1516, WERNECK VIANNA, 1997, p. 59).

O americanismo colocaria vantagens para os esforços das forças antagônicas que fazem uso da guerra de posição, uma vez que "o movimento vindo de baixo (da estrutura) é constante, e é neste momento, realizado pelos portadores diretos das forças produtivas que podem confrontar-se com o pensar estabelecido" (WERNECK VIANNA, 1997, p. 60-61).

Ainda seguindo o raciocínio de Werneck Vianna (1997), temos como outro elemento significativo o fato de que por sua capacidade de difusão na dimensão internacional, o americanismo tenderia a minimizar os condicionantes dos "atrasos" nacionais, onde quer que eles ainda existissem. Com tudo isso, o traço distintivo da revolução passiva americanista seria uma abertura à democratização inexistente no processo do *Risorgimento*, mas também assinalariam o fim das explosões jacobinas.

É inegável que a perspectiva dialética característica do pensamento de Gramsci também aplicou-se a avaliação do americanismo. Mas se esta perspectiva o fazia identificar seus aspectos progressivos, contribuiu para expor suas contradições e limites.

Assim é que encontramos o entusiasmo gramsciano em relação às possibilidades do americanismo observadas por Werneck Vianna, por exemplo, nas passagens em que o identifica a uma "filosofia que se aplica na ação", isto é, ação que modifica a realidade externa e os próprios homens (Q1, p.91). Neste sentido, embora a principal expressão filosófica gerada em solo estadunidense, o pragmatismo, merecesse as críticas dirigidas às concepções empiricistas, mereceria igualmente o crédito por expressar o amálgama entre intelectuais e massa.

A proeminência das estruturas verificada nos Estados Unidos estaria criando condições tão propícias ao desenvolvimento de supraestruturas sadias, que Gramsci chega a aventar a hipótese de que o pensamento moderno [filosofia da práxis] poderia ter facilidade para difundir-se "na América superando o empirismo-pragmatismo sem uma fase hegeliana" (Q1, p. 97).

Mas temos de lembrar que Gramsci não chegou a fazer uma afirmação taxativa neste sentido, tendo apenas levantado uma inquirição que foi desdobrada no entrecruzamento da reflexão da ciência política com a abordagem filosófica. Foi

com a reflexão na dimensão filosófica que o mesmo Gramsci questionou as vantagens do hipó-desenvolvimento superestrutural estadunidense, do impacto potencial do domínio dos fatos para a constituição dos intelectuais.

O filósofo "individual" de tipo italiano ou alemão está ligado à prática de modo mediato (e freqüentemente a mediação é uma cadeia de muitos anéis), o pragmatismo se liga imediatamente e na realidade ocorre que o filósofo de tipo italiano ou alemão é mais "prático" que o pragmatista que julga a partir da realidade imediata, freqüentemente vulgar, enquanto o outro tem um fim mais alto, põe o seu alvo mais alto e, portanto, tende a elevar o nível cultural existente (quando tende, compreende-se). Hegel pode ser concebido como o precursor teórico das revoluções liberais do século XIX. Os pragmatistas, quando muito, ajudaram a criar o movimento do *Rotary Club* ou a justificar todos os movimentos conservadores e retrógrados (justificá-los de fato e não somente por distorção polêmica, como aconteceu com Hegel e o Estado prussiano) (Q17, p. 1925-1926).

Quais seriam as contradições?

Se como foi até aqui notado para Gramsci "é o avanço da economia o que permite a concepção de uma nova política" (WERNECK VIANNA, 1997, p. 82), não se pode esquecer que isso implica que as classes que disputam a hegemonia devem tomar posição nos dois campos da sociedade civil: a dimensão estrutural e superestrutural, relações sociais de produção e aparatos de hegemonia. Daí termos nos referido, anteriormente, ao caráter hiperpolitizado da vida social.

Mas a esta hiperpolitização real corresponde um outro elemento constitutivo do americanismo que é a despolitização da vida, isto é, o domínio, no campo superestrutural, das exigências mecânicas da racionalidade colocadas pelo capital na dimensão econômica – que não expressa outra coisa senão a vantagem da burguesia na guerra de posições.

Vantagem que não exclui, é bom que se frise, iniciativas antagônicas, mas que dificultam-na à medida que a concepção de mundo americanista contagia os

aparatos hegemônicos. Não há que se negar, por exemplo, que o Estado social constituído com o *New Deal* esteve anos luz à frente do corporativismo intentado pelo fascismo e também pelo nazismo: não apenas porque obteve sucesso na organização da integração internacional e disciplinarização do trabalho no espaço nacional, mas por tê-lo feito utilizando reivindicações ativas de todas as frações de classes em disputa, abriu o espaço para a moderna democracia industrial.

A esse respeito pode-se comentar que não apenas os aparatos hegemônicos da classe dominante puseram-se em ação, mas que abriram-se para a ação das classes subalternas espaço nestes mesmos aparatos e para a constituição dos seus próprios¹⁶⁴.

Ora, isso não demonstraria uma concretização da participação política, da democratização, da extensão do consenso, ao invés de uma despolitização? A resposta é negativa se atentarmos para o fato de que toda estas vivências encaminharam-se no sentido do individualismo (de indivíduos singulares ou grupos), guiado em última instância, pela (mal) dissimulada coerção presente nos aparatos hegemônicos: a coerção de viver única e exclusivamente para os valores do capital. Empiricamente comprova-se a despolitização com a autonomização crescente que ganha a dimensão estatal, a tecnicização da atividade política, a burocratização de diversas instâncias, instantes cesaristas em muitos cenários parlamentares.

Por tudo isso Gramsci não podia ser um entusiasta incondicional do americanismo. A contradição inerente ao americanismo é o fato de que tem de ser, constantemente, para ampliar o capital, aceleração da modernidade e conservação. Está nesta contradição o "mistério dos EUA" lembrado por Baratta: "tanta liberdade,

¹⁶⁴ A referência é feita à eclosão, no cenário americanista-fordista, de diversos movimentos sociais de trabalhadores, jovens, negros, mulheres, etc.

pouquíssima democracia, amplos espaços para o indivíduo – pelo menos o abastado – na sociedade civil, mas impiedosa estandarização na organização concreta e profunda da existência" (BARATTA, 1989, p. 29).

As mesmas restrições feitas aos efeitos do americanismo na dimensão nacional podem ser lembradas quando avalia-se seus impactos sobre os "Ocidentes incompletos" e os "Orientes" do globo. Nesse sentido é interessante observar como a crítica a hegemonia piemontesa é adequada para refletir sobre o sentido exato em que Gramsci valorizava a capacidade de difusão do americanismo.

A hegemonia do Norte teria sido "normal" e historicamente benéfica se o industrialismo tivesse tido a capacidade de, com um certo ritmo, ampliar seus quadros para incorporar sempre novas áreas econômicas absorvidas. Teria sido então, esta hegemonia, a expressão de uma luta entre o velho e o novo, entre o progresso e o atraso, entre o mais produtivo e o menos produtivo; teria havido uma revolução econômica de caráter nacional (e de amplitude nacional) mesmo que o seu motor tivesse sido temporária e funcionalmente regional. Todas as forças econômicas teriam sido estimuladas e teria acontecido uma unidade superior em superação à contradição anterior ¹⁶⁵(Q1, p. 131).

Sem dúvida o americanismo abre caminho para uma "transformação radical da forma de civilização existente". Mas o fato é que como revolução passiva, bloqueia os elementos de "um sistema de vida original e não de marca norte-americana" (Q22, p. 2179) – por que não dizer de marca não capitalista"?

¹⁶⁵ E infelizmente para nós, a conclusão de Gramsci parece ser também aplicável diante da hegemonia estadunidense nos dias de hoje: "Mas ao contrário, as coisas não se deram assim. A hegemonia se apresentou como permanente: a contradição se apresentou como uma condição histórica necessária por um tempo indeterminado e, portanto, aparentemente 'perpétua' para a existência da indústria setentrional" (Q1, p. 131).

Um outro sistema de vida, um "novo homem" poderiam (e deveriam) começar a ser construídos, segundo Gramsci, no cenário da própria revolução passiva. Mas isso desde que o industrialismo e a racionalização presente no mundo industrial fossem tomados como base de uma nova cultura política e industrial, conduzida pelos trabalhadores – e esta é uma perspectiva mantida desde o período de *L' Ordine Nuovo*. Com a insistência de que os operários tinham de criar "um americanismo a seu modo" Gramsci ressaltava que a apropriação dos instrumentos de produção e reprodução da vida deveria ser paralela à sua crítica (Q, p.2146), isto é, que os elementos da sociedade do futuro estavam em germe no presente, quanto que este futuro deveria basear-se em algo totalmente novo, distinto das premissas do capital.

Retorna então a indagação sobre a propriedade das instituições existentes (aparatos privados e públicos de hegemonia incluídos) para a construção da hegemonia por parte das classes subalternas, ou se quisermos, da contra-hegemonia, da transição para o socialismo. É certo que para Gramsci a economia, o Estado, a democracia, a sociedade civil, são todos aspectos da luta hegemônica e por esta razão, tal como existem são imprescindíveis na guerra de posição. Mas também não o seria a constituição paralela de novas instituições? Também não seria necessário um momento de ruptura?

Estas questões são essenciais quando se quer refletir sobre o sentido que, para Gramsci, as mudanças nas dimensões acima assinaladas, especialmente a dualidade da sociedade civil importam para a subjetividade que constitui-se na vida político-social do Ocidente com a difusão da revolução passiva americanista. Discutindo-as no nosso próximo e último capítulo, apontaremos, nos termos de uma reflexão indagadora, algumas das questões que durante a pesquisa surgiram como

de máxima importância no pensamento político de Antonio Gramsci quando considerada a disputa de hegemonia no quadro das revoluções passivas. Sem conclusões, apenas uma nova hipótese: a idéia de que a análise da política precisa considerar múltiplas dimensões e que estas últimas são os fatores decisivos na ação de todos os sujeitos políticos.



A análise gramsciana e as novas determinações da política no Ocidente

Abrimos este trabalho com a indagação sobre a pertinência do estudo da obra de Gramsci nos dias atuais. Assumimos, nesse sentido, uma postura de leitores-sujeitos, intérpretes de uma obra que nos chamou a atenção pela profundidade com que captou a situação concreta de seu tempo, sim, mas atentos para as possibilidades de diálogo com esta obra.

Em grande medida, a condição de intérprete nos é imposta pela atualidade de Gramsci: uma atualidade que "resulta do fato de que ele foi intérprete de um mundo que, em sua essência, continua a ser o nosso mundo de hoje" (COUTINHO, 1998, p. 16).

Reconhecendo que tomamos apenas um dos fios da teia a partir da qual é possível proceder a uma articulação das contribuições de Antonio Gramsci para a reflexão dos problemas da política, as questões que levantaremos partem da constatação que em essência o nosso mundo de hoje é resultado dos desdobramentos das relações sociais que Gramsci identificava na revolução passiva americanista.

Em primeiro lugar, constatamos que ao falar de hegemonia é necessário identificar seus aparatos, ou, se quisermos, as formas institucionais mobilizadas nas disputas políticas. O exame do americanismo e do projeto fascista apontou para a progressiva multiplicação e complexificação destas formas institucionais, o que implica a tendência de que, direta ou indiretamente, todas as esferas da vida social sejam revestidas de funções políticas. Mapear estes novos espaços e condições das

disputas políticas é fundamental para apreender os elementos que passam a incidir na própria constituição das classes e frações de classes, decifrar o conjunto de determinações objetivas e subjetivas.

Outro cuidado fundamental é o de lembrar que embora as características da hegemonia citadas acima estejam inseridas em quadros de revoluções passivas¹⁶⁶ e em um contexto de guerra de posição, nem os aparatos hegemônicos, nem as revoluções passivas sob as quais estes aparatos constituem-se, possuem traços imutáveis e universalmente válidos.

Assim, quando generalizamos os processos temos de fazê-lo em termos tendenciais, indicando também determinantes, constituintes e implicações particulares.

Isto posto, podemos recordar que as duas revoluções passivas aqui referidas guardam em comum o fato de serem revoluções-restaurações que tomaram impulso a partir da necessidade das classes dominantes fazer frente à ofensiva socialista representada pela Revolução de Outubro de 1917. O estímulo básico era garantir a reprodução ampliada de capital erguendo, ao mesmo tempo, barreiras a projetos alternativos das forças revolucionárias.

Comparados os casos italiano e estadunidense, vimos que para o desdobramento da revolução passiva italiana, concorreu, juntamente com a Revolução bolchevique, um outro condicionante externo, o americanismo. Em

¹⁶⁶ Depois de expor e analisar as situações nas quais o conceito de revolução passiva é empregado nos *Quaderni del carcere*, retivemos a idéia geral de que é um movimento conduzido pelas classes dominantes no sentido de operar uma revolução-restauração. A particularidade da revolução passiva que ascende nos anos 20 com o americanismo, é que ela constitui-se como uma tendência de desenvolvimento histórico das sociedades capitalistas, com o potencial de difundir-se e incorporar novas determinações até ser confrontada com forças antagônicas. Graças a essa particularidade, podemos falar da abertura de uma época de revoluções passivas, deixando claro que todos os sujeitos sociais estão submetidos à mesma dinâmica (GRAMSCI, Q22; WERNECK VIANNA, 1997).

conjunto, determinações internas e externas resultaram num projeto hegemônico repleto de contradições.

A intervenção ativa do Estado na organização social, o uso alternado da força aberta e de formas sutis de coerção que estiveram presentes no projeto fascista, estavam ligados a forma societal que condensamos na expressão *Ocidente incompleto*. Por outro lado, a chave para compreendermos o móvel da construção de mecanismos consensuais no regime está na localização dos elementos americanistas que o fascismo – com a adoção da política econômica corporativista – foi levado a incorporar.

No caso do americanismo, o impulso externo associou-se à determinação, já existente no interior da sociedade, de uma hegemonia elaborada na base da sociedade civil. Isso fez com que fossem privilegiados mecanismos de construção do consenso e reduzido o emprego direto da coerção. A eficácia dos resultados dessa forma de revolução passiva fez com que os Estados Unidos assumissem uma posição de destaque no cenário internacional, algo que reforça, continuamente, as pressões para que as classes dominantes européias – e de outras regiões do globo – adotem o modelo estadunidense.

O foco da reflexão de Gramsci é a política. Mas sua reflexão é sobre a "grande política", percorrendo por isso também as dimensões da pequena política (Q13, p. 1563-1564). Por esta razão, a fim de compreender o poder e a dominação, procura visualizar os momentos de suas disputas, e pensar simultaneamente as possibilidades de desarticulá-los. Como esta perspectiva acompanha os conflitos em sua dinâmica, ou se quisermos, as potencialidades das forças dinâmicas em conflito, captando com agudeza muitas as tendências de seus desdobramentos. Nesta determinação é que está a base de sua análise da "grande política"

[...] ele jamais esquece que a principal fonte de conflitos políticos continua a ser a distribuição variada e desigual da propriedade. Na análise destes conflitos, entretanto, põe o acento nos problemas de direção cultural e política. Assim, sua forma de abordar a realidade recusa separar a política da sociologia, da economia e da cultura, e confere centralidade à batalha das idéias, vista sempre em conexão com o desenvolvimento das forças sociais reais (BRANDÃO, 2002, p. 2)

Pensamos que a afirmação de Brandão possa ser constatada a partir de qualquer fio que se tome para a abordagem da obra de Gramsci. No caminho que percorremos, ela verifica-se plenamente.

Mas quais seriam então as novas determinações que o americanismo, se difundido, imporá à política? Para iniciar a reflexão, é necessário voltar com Gramsci à fábrica taylorista-fordista.

O sucesso do americanismo taylorista-fordista, teria sua base de que seus métodos de trabalho exigiam uma intensa adaptação que, mesmo exigindo o mínimo de intervenção ativa nos processos de produção, acabaria por criar um "trabalhador de tipo novo". Com os mecanismos de controle e persuasão do fordismo, este trabalhador internalizaria de tal o modo de vida adequado à lógica produtiva sob o capital, que integraria os mecanismos de mercado e produção ao seu cotidiano. Criava-se assim uma hegemonia nascida na fábrica, promoveria a construção de uma nova subjetividade.

Mas muito embora esta subjetividade nasça de um processo em que a consciência estaria mais envolvida em adaptar o físico, Gramsci pensa também que ela poderia desenvolver-se num sentido progressivo: a partir do momento em que os hábitos adquiridos mediante a coerção fossem assimilados, a mente do trabalhador ficaria livre para apropriar-se criticamente do processo.

Criticando o princípio idealista contido nesta idéia, Finelli (2002) observou que ao supor que seja o corpo o campo a partir do qual é construída, Gramsci não vê (por razões históricas) que há um nexo recíproco entre corpo e mente.

Nós, que conhecemos a conexão entre o controle do corpo e da mente, legitimados pela ciência, tecnologia e meios de comunicação de massa, não podemos concordar, ao menos por um instante, que a consciência possa necessitar em tal amplitude da coerção externa.

De resto, ao criticar a direção dada aos processos econômicos e políticos na Rússia revolucionária, Gramsci também já discordava da perigosa implicação deste princípio, qual seja, o de que uma vontade revolucionária, ao apropriar-se dos aparatos produtivos organizados pelo capitalismo, poderia facilmente, graças à vontade política, eliminar o potencial de exploração do trabalho¹⁶⁷.

Não é necessário relembrar o caso dos 45 cavaleiros húngaros para prever os resultados catastróficos de uma compreensão neste sentido: conhecemos o empenho com que as forças da ordem, ansiosas por impor seus próprios interesses, buscam convencer a todos de que promoverão a libertação das mentes.

A discussão acima costuma remeter aos riscos dos chamados regimes totalitários, aqueles dos quais estão ausentes as instituições políticas características da democracia liberal, tal bem exemplificado pelos regimes de massas fascistas. Mas julgamos que embora nestes regimes fique evidente o sufocamento das ações políticas dissonantes, a complexificação e ampliação da sociedade civil via outras revoluções passivas não é suficiente, *por si só*, para garantir que os processos de disputa da hegemonia sejam concluídos com a instituição da democracia.

¹⁶⁷ Pensar por exemplo nas discussões acerca da introdução do taylorismo na URSS.



Ainda inspirados em Finelli (2002), indagamos: se a difusão do americanismo assentado sobre o taylorismo-fordismo já criava mecanismos capazes de conquistar para a ordem corpos, corações e mentes, que esperar da adesão cada vez mais consentida e refletida, requeridas e concedidas em todas as dimensões da vida?

Nossas conclusões acerca da constituição, na revolução passiva americanista, de um contraditório processo de politização/despolitização são fundamentais para afirmar a idéia de que uma ação política centrada nas repercussões imediatas da estrutura da sociedade civil não pode conduzir a outro desfecho senão a institucionalização do pensamento único, da vontade do capital. Por outro lado, é possível vislumbrar nesta mesma complexificação, a explosão de antagonismos que, ao precipitar a atuação de novos sujeitos, possam construir alternativas para a construção da democracia.

Outro ponto fundamental quando pensamos na tendência americanista de universalizar-se e sobredeterminar todas as relações nacionais é o tipo de conduta que deve ser considerada na definição das lutas políticas. Principalmente hoje, quando a vulgarização do discurso sobre a globalização empenha-se em acentuar a necessidade de seguir o ritmo determinado pelo mercado internacional, resta ainda algum sentido em pensar a política como uma ação nacional?

Pensamos que especialmente em virtude de dois fatores não é possível dispensar a dimensão nacional-popular 1) o fato de que embora seja as relações sociais capitalistas constituam um fenômeno mundial, o seu ritmo é diferenciado em virtude das condições particulares em que se desenvolveu e 2) o lugar que a variável cultura ocupa como componente da hegemonia.



O espaço nacional (o regional e o local) são aqueles em que se encontram as reservas do núcleo sadio do senso comum (bom senso), a partir dos quais devem ser articuladas as lutas de hegemonias. É possível estabelecer um paralelo entre este ponto e a defesa que Gramsci faz do centralismo democrático contra o centralismo orgânico.

Se se quer construir um centralismo democrático, é necessário trabalhar os aspectos progressivos existentes em cada núcleo, a fim de que o processo não seja estagnado e não seja afirmada nenhuma posição isolada. A proposição do centralismo orgânico, partindo de uma concepção ontológica, ignoraria a possibilidade de que a convergência de elementos diversos pode construir uma articulação superior (e nesse sentido homogênea). Por esta razão proporia uma homogeneidade anterior à explicitação das contradições, a ser defendida indefinidamente e neste sentido seria uma concepção estagnizante (Q13, p.1633-1634).

De acordo com a leitura do trecho acima, nada mais antidemocrático que exigir que os sujeitos, cuja sociabilidade é construída primeiramente no nível local, depois nacional e regional, tornem-se vazios de experiências e moldem-se a um internacionalismo abstrato, isto é, sem referência outra que não a produção e o consumo.

Evidentemente, conforme defendido por todo o movimento socialista e comunista, a construção de uma sociedade emancipada depende de uma concepção de mundo internacionalista. Mas este internacionalismo não deve assentar-se na ditadura de poucos e na subalternidade da maioria e por isso não pode ser pensado como um processo que desde o seu início estabelece, com rigidez, os valores que deverão ser assimilados ou rejeitados maciçamente. Não se

pode querer reproduzir os mesmos equívocos do jacobinismo “sem conteúdo” do Partido da Ação, sob a fórmula da “inserção na ordem internacional”.

Não poderia deixar de ser diferente pois para Gramsci

Entre os tantos significados de democracia, o mais realista e concreto parece-me possa ser relacionado ao conceito de hegemonia. No sistema hegemônico (neste contexto = socialismo), existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, portanto, a legislação que expressa este desenvolvimento, favorece a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente (Q8, p. 1056).

Mas se se almeja promover como ordem hegemônica uma sociedade sem subalternos, onde todos possam igualmente tornar-se dirigentes, por onde começar?

Durante os anos de militância, Gramsci insistira no fato de que o Partido Político revolucionário deveria atuar como um intelectual coletivo, desenvolvendo uma concepção de mundo que, capaz de articular as vontades dispersas, promovesse uma verdadeira “reforma intelectual e moral” entre as massas.

Se na atualidade os processos de fragmentação e individualização social, de que constituem exemplos a complexificação do mundo do trabalho e o surgimento de novos atores políticos, tornam inviável a atuação do Partido Político nos moldes exatos pensados por Gramsci, torna-se igualmente mais urgente a necessidade de construir novas formas de organização e atuação.

Antes de tudo, é preciso refletir sobre o fato de que a própria idéia de intelectual – quer projetada na vanguarda ou líder carismático – sofreu na prática desdobramentos perversos que mais contribuíram para o afastamento da maioria das decisões políticas que para a democracia efetiva. Nesse sentido, é importante a observação de Beired de que o histórico da burocratização das organizações partidárias e estatais indica que “os intelectuais em si não são agentes sociais que

atuam necessariamente a favor da democratização do Estado e de organizações tais como os partidos" (BEIRED, 1998, p. 130).

Não faz sentido, portanto, falar de organização, de intelectuais orgânicos, sem colocar, ao mesmo tempo, uma outra questão repetida por Gramsci: quem educa o educador? Num projeto emancipatório, a atividade plena, consciente, deve educar simultaneamente dirigentes e dirigidos para que ambos possam tornar-se desnecessários e desaparecem.

Nesse sentido, não basta a afirmação de que as condições objetivas e subjetivas das sociedades viabilizam ações políticas que privilegiem a construção do consenso. Tanto do ponto de vista prático quanto do ponto de vista teórico, a problemática da construção do consenso abre caminho tanto para considerar que no centro das disputas políticas estão presentes as dimensões estrutural e superestrutural da sociedade civil, quanto para focar as formas sutis de dominação que podem difundir-se por aquelas vias. Tanto para o político – intelectual orgânico no sentido gramsciano – quanto para o analista da política, é de fundamental importância conhecer os aparatos de hegemonia.

Como observou Luz (1978), a noção de aparatos de hegemonia supera a limitação presente naquela de aparelhos ideológicos de Estado de Althusser – que estavam ligados a "confinação das funções repressiva e ideológica das instituições a aparelhos, isto é, à instância jurídico-política da sociedade". Muito acertadamente a autora notou que na relação com o conceito de Estado ampliado [e de superestruturas da sociedade civil], o conceito gramsciano é capaz de englobar também "pequenas instituições, como o escritório, a fábrica, a empresa em geral ou o hospital, o banco, etc., [que] podem ser, às vezes, mais eficazes no desempenho

das funções de reprimir e formar que as instituições designadas para tal" (Luz, 1978, p. 29).

Não é difícil admitir, após nossas leituras do caso italiano e (principalmente) do caso estadunidense, que embora nem todas as instituições existentes na sociedade sejam aparelhos, todas reproduzem, de modos distintos, as regras do poder ou concepção de mundo dominante na sociedade.

É certo que nas disputas de hegemonia entre os diversos aparelhos privados e públicos presentes na sociedade civil e na sociedade política, a ação mobilizada pelos grupos dominantes tende a ser mais do tipo persuasivo. Mas uma vez que "o aparelho hegemônico de instituições exercerá um controle permanente sobre instituições concorrentes, procurando assimilá-las ao Estado ou eliminá-las, se a assimilação não for possível" (Luz, 1978, p. 29), não deve ser descuidada a possibilidade latente de coerção (ainda que esta nem sempre signifique o uso explícito da violência física). O que estamos querendo dizer é que de forma aberta ou velada, a luta de classes está presente em todas as dimensões da vida social, e um dos maiores méritos de Gramsci foi ter chamado a atenção para as suas formas mais sutis.

Mas a constatação da existência de "transversalidade de instâncias (econômica, política, ideológica), transversalidade de funções, repressiva e persuasiva" (Luz, 1978, p. 31) nestes aparatos difusos, não levaria a uma situação sem saída, com a permanente reiteração da coerção e do consenso, ou um mero exercício de pura e simples dominação por parte das classes dirigentes?

Na verdade, cada aparato é lugar de construção da hegemonia e das contra hegemonias, no quadro da guerra de posições. Não são apenas o local, o nacional e internacional e as suas interconexões que deverão ser pensados como

atividade da articulação da grande política. Hoje, mais do que nunca, diante da incontestável difusão do americanismo, as relações cotidianas também terão de ser enfocadas, senão como novas dimensões da grande política, ao menos com a mesma importância, uma vez que constituem espaço privilegiado da disputa hegemônica para a qual deve preparar-se o Novo Moderno Príncipe.



Referências

AGGIO, A. A revolução passiva como hipótese interpretativa da história política latino-americana. In: AGGIO, A. (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998. p.161-176.

ATOPPINO, M. Força. In: BOBBIO, N. Et al. (Org.). *Dicionário de política*. 2 .ed. Brasília: Unb, 1986. p. 503-505.

BAUER, O. El fascismo. In: ABENDROTH, W. *Fascismo y capitalismo: teorías sobre los orígenes sociales y la función del fascismo*. Barcelona: Martinez Roca, 1967. p. 150-175.

BARATTA, G. Lutas de hegemonia na época de "americanismo e fordismo". *Novos Rumos*, São Paulo, ano 15, n.33, p. 4-15, 2000. 

_____. Antonio Gramsci critico dell'americanismo. In: _____. *Tempi moderni. Gramsci e la critica dell'americanismo*. Roma: Edizioni Associate, 1989. p. 29-42.

BEIRED, J. L. B. A função social dos intelectuais. In: AGGIO, A. (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998. p.121-132.

BELARDELLI, G. Le due Italie. In: AAVV. *Miti e storia dell'Italia unita*. Bologna: Mulino, 1999. p. 95-100.

BELLIGNI, S. Egemonia. In: BOBBIO, N. Et al. (Org.). *Dicionário de política*. 2 .ed. Brasília: Unb, 1986. p. 579-581.

BENDIX, R. *Trabajo y autoridad em la industria: las ideologías de la dirección en el curso de la industrialización*. Buenos Aires: Eudeba, 1966.

BOBBIO, N. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

BODEI, G. Gramsci: vontade, hegemonia, racionalização. In: _____. INSTITUTO GRAMSCI. *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 71-115.

BODEI, R. Colonizzare le coscienze. Forme della politica e società di masse in Gramsci. In: VACCA, G. (Org.). *Gramsci e il novecento*. Roma: Carocci, 1999, v. 1, p. 177-186.

BOGGS, J. *A revolução americana: páginas do caderno de notas de um operário negro*. São Paulo: Brasiliense, 1969.



BRANDÃO, G. M. A vitalidade de Antonio Gramsci. Disponível em <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv56.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2002.

BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. Sobre os problemas políticos da transição. Classe operária e revolução passiva. In: INSTITUTO GRAMSCI. *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p.117-148.

BUEY, F. F. Lengua, lenguaje e politica en Gramsci. Disponível em <<http://www.gramsci.Org>>. Acessado em 31 out. 2001.

BUTTIGIEG, J. A. L'attualità della riflessione gramsciana sull' americanismo. In: BARATTA, G.; CATONE, A. *Tempi moderni*: Gramsci e la critica dell'americanismo. Roma: Edizioni Associate, 1989. p. 92-100.

CAFAGNA, L. I trivellatori della nazione. In: AAVV. *Miti e storia dell'Italia unita*. Bologna: Mulino, 1999. p. 77-79.

_____. Il saccheggio del Sul. In: AAVV. *Miti e storia dell'Italia unita*. Bologna: Mulino, 1999. p. 49-52.

_____. La mancata rivoluzione agraria. In: AAVV. *Miti e storia dell'Italia unita*. Bologna: Mulino, 1999. p. 33-37.

CAMPOS, I. S. S. *Repensar o fascismo*. Trad. A. Aggio. *Perspectivas*, São Paulo, n. 22, p. 241-272, 1999.

CATONE, A. Americanismo come modo di produzione. In: BARATTA, G.; CATONE, A. *Tempi Moderni*: Gramsci e la critica dell'americanismo. Roma: Edizioni Associate 1989. p. 43-67.

CHIAROMONTE, G. Transformismo. In: RICCHINI, C. Et al. (Org.). *Antonio Gramsci: le sue edee nel nostro tempo*. [s.l.] : Editrice l'Unità, [1980]. p. 136-138.

COHEN, J. L.; ARATO, A. *Sociedad civil y teoría política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

COUTINHO, C. N. Por que Gramsci? In: _____. *Contra a corrente*. Ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000. p.169-176.

_____. La società civile in Gramsci e il Brasile di oggi. *Critica marxista*. Roma, n.2-4, maggio-ago, 2000, p.67-80.

_____. Socialismo e democracia: atualidade de Gramsci. In: AGGIO, A. (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: 1998. p.15-36.

_____. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981.

COX, R. Il pensiero di Gramsci e la questione della società civile alla fine del XX secolo. In: VACCA, G. *(a una di) Gramsci e il novecento*. Roma: Canocci, 1999. v. 1. p. 233-363.

DE FELICE, F. Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci. In: INSTITUTO GRAMSCI. *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p.189-257.

DEBRUN, M. *Gramsci. Filosofia, política e bom senso*. Campinas: Unicamp/CLE/FAPESP, 2001.

DE GIOVANNI, B. Economico-corporativo. In: RICCHINI, C. et al. (Orgs.). *Antonio Gramsci: le sue idee nel nostro tempo*. s.l.: Editrice l' Unità, [1980], p. 90-92.

DEL ROIO, M. *Marx e a questão do oriente*. Marília. 2001. Mimeo.

_____. Gramsci e o Ocidente. In: AGGIO, A. (Org.) *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998b.

_____. *O império universal e seus antípodas. A ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998a.

DI BENEDETTO, D. Americanismo e fordismo em Gramsci. *Novos Rumos*, São Paulo, ano 16, n. 35, 2001, p.11-19.

DIAS, E. F. Gramsci em Turim. *A construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.

DUBLA, F. *Gramsci e la fabbrica. Produzione, tecnica e Organizzazione del lavoro nel pensiero gramsciana (1913-1934)*. Manduri/Bari/Roma: Lacaita, 1986.

ENGELS, F. Introdução à As lutas de classes na França (1848-1850) In: MARX, K. e ENGELS, F. *Obras escolhidas*. v.1. São Paulo: Alfa-Ômega, [1980], p. 93-110.

FERREIRA, O.S. *Os 45 cavaleiros húngaros: uma leitura dos Cadernos de Gramsci*. Brasília: UnB; São Paulo: Hucitec, 1986.

FIORI, G. *A vida de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FINELLI, R. As contradições da subjetividade: americanismo e fordismo em Antonio Gramsci. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/Gramsci>>. Acesso em 10 nov. 2002.

FORD, H. Minha vida e minha obra. Hoje e amanhã. In: _____. *Princípios da prosperidade*. 3.ed. Tradução, prefácio: Monteiro Lobato. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1967. p. 11-198; 199-376.

FRANCIONI, G. *L'officina gramsciana. Ipotesi sulla struttura dei "Quaderni del carcere"*. Napoli: Bibliopolis, 1984.

GALEOTTI, C. *Mussolini ha sempre ragione. I decaloghi del fascismo*. Roma: Garzanti, 2000.

GERRATANA, V. *Gramsci: problemi di método*. Roma: Riuniti, 1997.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 2001. 4v.

_____. Per um rinnovamento del partido socialista. In: _____. *Le opere: la prima antologia de tutti gli scritti* (a cura di Antonio A. Santucci). Roma: Riuniti, 1997. p. 81-88

_____. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Scritti politici*. (a cura de Paolo Spriano). Roma: Riuniti, 1973.

GRUPPI, L. O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HOBSBAWM, E. Rumo ao abismo econômico. In: _____. *A era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p. 90-112.

_____. Uma economia mudando de marcha. In: _____. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 57-85.

_____. A grande expansão. O mundo unificado. In: _____. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 49-86.

KONDER, L. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

LAJOLO, L. *Antonio Gramsci: uma vida*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LENIN, V. I. El imperialismo, fase superior del capitalismo. *Obras completas*. Tomo 27. Moscou: Editorial Progreso, [1980].

LEWIS, S. *Babbitt*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

LIGUORI, G. Stato e società civile da Marx a Gramsci. In: AAVV. *Marx e Gramsci. Memória e attualità*. (a cura di Giuseppe Petronio e Marina Paladini Musitelli). Roma: Manifestolibri, 2001. p. 69-79.

LOGGIA, E. G. La conquista regia. In: AAVV. *Miti e storia dell'Italia unita*. Bologna: Mulino, 1999. p. 21-31.

LUKÁCS, G. *As teses de Blum*. [s.n.t].

LUZ, M.T. *As instituições médicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.



MANACORDA, M.A. Il gorilla ammaestrato ma l'operaio resta pur sempre un uomo. In: BARATTA, G.; CATONE, A. *Tempi moderni: Gramsci e la critica dell'americanismo*. Roma: Edizioni Associate 1989. p. 163-183

MANGONI, L. Rivoluzione passiva. In: RICCHINI, C. Et al. (Org.). *Antonio Gramsci: le sue idee nel nostro tempo*. [s.l.]: Editrice l'Unità, [1980]. p. 129-130.

MARRAMAO, G. Pluralismo corporativo, democrazia di massa, Stato autoritario In: ATTI DELL' ISTITUTO GRAMSCI. *Stato e capitalismo negli anni trenta*. Roma: Riuniti, 1979, p. 13-35.

MARX, K. Prefácio à "Contribuição à Crítica da Economia Política" In: MARX, K. e ENGELS, F. *Obras escolhidas*. v.1. São Paulo: Alfa-Omega, [1980], p. 300-303.

MONAL, I. Notas da conferência "Gramsci no mundo de hoje" In: Seminário Internacional Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro. 2001.

MOORE JR., B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. 1967.

MORAES, J. Q. Liberalismo e fascismo, convergências. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 8, p.11-42, jun. 1999.

NOGUEIRA, M. A. Apresentação. In: TOGLIATTI, P. *Lições sobre o fascismo*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. p. 9-18.

PALA, G. "Americanismo" e transizione: riferimenti marciali per Gramsci. In: *Tempi moderni: Gramsci e la critica dell'americanismo*. Roma: Edizioni Associate, 1989. p. 149-160.

PARIS, R. *As origens do fascismo*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

PINZANI, Carlo. Americanismo e fordismo. In: RICCHINI, C. et al. (Org.). *Antonio Gramsci: le sue idee nel nostro tempo*. [s.l.]: Editrice l' Unità, 1987, p. 67-68.

PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

POTIER, La crisi degli anni trenta vista da Antonio Gramsci. In: BURGIO, A.Santucci, A. A. (Org.). *Gramsci e la rivoluzione in Occidente*. Roma: Riuniti, 1999. p. 69-81.

POULANTZAS, N. Introdução. El problema. In: _____. *Poder político y clases sociales en el Estado capitalista*. México/Buenos Aires/ Madrid: Siglo Veintuno, 1971a. p.1-30; 149-175.

_____. *Fascismo y dictadura*. México/Madrid/Buenos Aires: Siglo Veintuno, 1971b.

PROCACCI, G. *Storia degli italiani*. Roma/Bari/Laterza, 1998. v.2.

PRESTIPINO, Giuseppe. Giacobinismo. In: RICCHINI, C. et al. (Org.) *Antonio Gramsci: le sue idee nel nostro tempo*. [s.l.]: Editrice l' Unità, [1980]. p. 97-99.



RAYBACK, J. G. *A history of american labor*. New York: The Free Press; London: Collier Macmillan, 1966.

REED, J. *Eu vi um novo mundo nascer*. São Paulo: Boitempo, 2001.

RICHETTO, P. Gramsci e Taylor: dalla filologia dei fatti alla direzione consapevole del mutamento (problemi e apomi). In: BARATTA, G.; CATONE, A. *Tempi moderni: Gramsci e la critica dell'americanismo*. Roma: Edizioni Associate, 1989. p. 68-79.

RIECHERS, C. Gramsci, l'aziendalismo e gli equivoci della razionalizzazione. In: BARATTA, G.; CATONE, A. *Tempi moderni: Gramsci e la critica dell'americanismo*. Roma: Edizioni Associate 1989. p. 230-236.

ROBERTSON, R. M. *História da economia americana*. Rio de Janeiro: Record, 1967. 2v.

ROSENBERG, A. El fascismo como movimiento de massas. In: ABENDROTH, W. *Fascismo y capitalismo: teorías sobre los orígenes sociales y la función del fascismo*. Barcelona: Martinez Roca, 1967. p. 80-149.

SABBATUCCI, G. La nazione proletaria. In: AAVV. *Miti e storia dell'Italia unita*. Bologna: Mulino, 1999. p. 87-93.

SANI, G. Consenso. In: BOBBIO, N. Et al. (Org.). *Dicionário de política*. 2 ed. Brasília: Unb, 1986.

SAPELLI, G. Uma riflessione sul capitalismo della globalizzazione: rileggendo americanismo e fordismo. In: VACCA, G. *Gramsci i il novecento*. Roma: Canocci, 1999. v. 1. p.75-86.

SASSOON, A. S. Gramsci e la critica dell'americanismo e del facismo. In: BARATTA, G.; CATONE, A. *Tempi moderni: Gramsci e la critica dell'americanismo*. Roma: Edizioni Associate, 1989. p. 80-85.

SPINAZZOLA, Vittorio. Nazional-popolare. In: RICCHINI, C. et al. (Org.) *Antonio Gramsci: le sue idee nel nostro tempo*. [s.l]: Editrice l' Unità, [1980]., p. 111-112.

TAFT, P. *A federação americana do trabalho: da morte de Gompers até a fusão*. Rio de Janeiro: Record, 1966.

TASCA, A. Condiciones generales del nacimiento y auge del fascismo. In: ABENDROTH, W. *Fascimo y capitalismo: teorías sobre los orígenes sociales y la función del fascismo*. Barcelona: Martinez Roca, 1967, p. 176-193.

TAYLOR, F. W. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Atlas, 1995.

TEXIER, J. La Guerra di posizione in Engels e Gramsci. In: BURGIO, A. Santucci, A. A. (Org.). *Gramsci e la rivoluzione in Occidente*. Roma: Riuniti, 1999, p. 3-22.

THALLEIMER, A. Sobre el fascismo. In: ABENDROTH, W. *Fascismo y capitalismo: teorías sobre los orígenes sociales y la función del fascismo*. Barcelona: Martinez Roca, 1967. p. 23-42.

TOCQUEVILLE, A. *La democracia en America*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1996.

TOGLIATTI, P. *Lições sobre o fascismo*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

TORTORELA, Aldo. Egemonia. In: RICCHINI, C. et al. (Org.) *Antonio Gramsci: le sue idee nel nostro tempo*. [s.l.]: Editrice l' Unità, [1980], p. 92-93.

_____. Partito come "moderno Principe. In: RICCHINI, C. et al. (Org.) *Antonio Gramsci: le sue idee nel nostro tempo*. [s.l.]: Editrice l' Unità, . [1980], p. 116-118.

TOSEL, A. Americanismo, razionalizzazione, universalità secondo Gramsci. BARATTA, G.; CATONE, A. *Tempi moderni: Gramsci e la critica dell'americanismo*. Roma: Edizioni Associate, 1989. p. 237-249.

_____. Gramsci e a revolução francesa. *Novos Rumos*, São Paulo, ano 9, n. 22, p.41-45, 1994.

TROTSKY, L. *Europe et Amérique*. Paris: Éditions Anthropes, 1970. (Préface de Pierre Naville).

TRONTI, M. Consenso. In: RICCHINI, C. et al. (Org.) *Antonio Gramsci: le sue idee nel nostro tempo*. [s.l.]: Editrice l' Unità, [1980], p. 81-82.

VACCA, G. Guerra di posizione, guerra de movimento. In: RICCHINI, C. et al. (Org.) *Antonio Gramsci: le sue idee nel nostro tempo*. [s.l.]: Editrice l' Unità, [1980], p. 101-102.

VILLARI, L. L' "economia della crisi" e lo Stato sociale. In: ATTI DELL' ISTITUTO GRAMSCI. *Stato e capitalismo negli anni trenta*. Roma: Riuniti, 1979, p. 37-66.

VILLARI, R. *Questione meridionale*. In: RICCHINI, C. et al. (Org.) *Antonio Gramsci: le sue idee nel nostro tempo*. [s.l.]: Editrice l' Unità, [1980], p. 120-122.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 12ª ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

WERNECK VIANNA, L. O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci In: _____. *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997, p.28-88.

_____. Fábrica e sistema político. In: _____. *A classe operária e a abertura*. São Paulo: Cerifa, 1983. p. 29-51.

YMCA moviment. One breve history of the V.M.C.A. moviment. Disponível em: <http://www.y.m.c.a.com>. Acesso em 4 ago. 2003.

ZANGHERI, Renato. Blocco storico. In: RICCHINI, C. et al. (Org.) *Antonio Gramsci: le sue idee nel nostro tempo*. [s.l.]: Editrice l' Unità, [1980], p. 68-70.

ZIERER, O. *Pequenas histórias das grandes nações Estados Unidos*. São Paulo: Círculo do Livro, [1980].



